



**ELCIO
ALVARES**

memórias do meu tempo

ELCIO ALVARES

MEMÓRIAS
do meu tempo

1ª Edição

Vila Velha - ES
Edição do Autor
2012

Memórias do meu tempo

Copyright © 2012 Elcio Alvares

Todos os direitos reservados

Proibida a reprodução total ou parcial, através de quaisquer meios, sem autorização do detentor dos direitos autorais.

Projeto Gráfico e Editoração:

Comum Editora e Jornalismo

Rua Luiza Grinalda, 550, Sl. 204, Centro, Vila Velha, ES

Tel: (27) 3208-0196 - www.comum.net.br

Capa:

Teco Cipriano

Impressão:

Grafitusa

Av. José Maria Vivaqua, 580, Jardim Camburi, Vitória - ES

Telefone: (27) 3434-2200 - www.grafitusa.com.br

ISBN 978-85-914097-0-9

Impresso no Brasil

2012

RECONHECIMENTO

Ulysses e Maria, meus pais, que me deram muito amor e ensinamentos, autênticos heróis na história da minha vida.

Irene, minha mulher, que personifica a homenagem que estendo a todos os familiares, de modo especial à minha irmã Vera Lúcia e aos meus filhos Alexandre e Elcio, aos netos Bruno, Manoela, Juliana, Elcio Neto e Maria Júlia, além dos bisnetos Lucas, Luísa e Rebeca.

Solange Antunes Resende, amiga e sócia, que me assessora há mais de trinta anos, agradecimento necessário pela dedicação e participação intensa na elaboração destas memórias, lembrando fatos e surpreendendo com o cuidado que manteve em relação a documentos fundamentais à narrativa.

Presidente Fernando Henrique Cardoso, notável estadista e homem público exemplar, pela confiança com que me distinguiu, permitindo-me a Liderança do seu Governo no Senado da República durante quatro anos consecutivos, bem como a criação e o exercício honroso do Ministério da Defesa do país.

SUMÁRIO

A VIAGEM - Espírito Santo, primeiros tempos	11
ADVOCACIA - Profissão e paixão	27
POLÍTICA - Lampejos iniciais	35
CUPIM DE AÇO - Segunda candidatura a Deputado.....	49
BRASÍLIA - O deslumbramento	57
ENIGMA POLÍTICO - A sucessão de Arthur Carlos.....	69
SURPRESA - Elcio, Governador	77
GOVERNO - Vencendo os desafios.....	87
POLÍTICA SOCIAL - Boa Vista, projeto pioneiro	101
PRESIDENTE GEISEL - Impacto decisivo para o ES	109
TERCEIRA PONTE - Obra de coragem e ousadia.....	121
NA PLANÍCIE - Movimento de apoio popular	135
CONVENÇÃO - Um desfecho sofrido	141
VOLTA, ELCIO - A campanha do coração	147
SENADO - Novo impulso à vida política	156
COLLOR - O processo de impeachment	165
MINISTÉRIO - A primeira experiência	173
PLANO REAL - Participação histórica	179

GOVERNO FHC - Liderança por 4 anos.....	193
REELEIÇÃO - Impossível caminho da volta.....	201
DEFESA - Criação e primeiro ministro civil.....	209
VERDADE - A saída do Ministério da Defesa.....	227
RETORNO AO ES - Advocacia e retomada política	241
CIRURGIA - O drama vivido no Incor	251
VOLTA AO ES - A retomada da vida	261
ASSEMBLEIA - Transparência e austeridade.....	269
SEGUNDO MANDATO - Preocupação com a governabilidade.....	287
E O FUTURO?	297
MEMÓRIA FOTOGRÁFICA	
Família	305
Governo do Estado	317
Terceira Ponte.....	338
Campanha Eleitoral.....	345
Senado Federal.....	355
Visita ao Japão	360
Liderança de Fernando Henrique Cardoso	365
Ministério da Defesa	369
Assembleia Legislativa.....	382
Liderança do Governo Paulo Hartung.....	391
Presidência da Assembleia Legislativa	397
Outras atividades	408

A VIAGEM

ESPÍRITO SANTO, PRIMEIROS TEMPOS

● DE UBÁ A ARGOLAS, EM
VILA VELHA



● AS LUZES DE VITÓRIA,
INÍCIO DOS ESTUDOS



● CASAMENTO E O DESPERTAR
DA VIDA PROFISSIONAL

No limiar dos oitenta anos disponho-me a escrever buscando reminiscências e lembranças guardadas com carinho no armário da memória. É como se fosse uma longa viagem, iniciada no dia 28 de setembro de 1932, quando nasci, na cidade de Ubá, zona da Mata de Minas Gerais. Confesso que esse impulso é totalmente despidido de veleidades literárias. Não existe outro motivo mais importante do que registrar com veracidade os episódios ocorridos ao longo da minha vida.

Não pretendo o monopólio da verdade, entrego minha versão dos fatos usando a memória e, quando possível, lançando mão de documentos que amigos dedicados preservaram, talvez com a ideia do livro que ora começo a escrever.

Nunca me preocupei em documentar eventos ou anotar datas e acontecimentos e acredito que outros podem ter versões diferentes das que ora alinhavo e que começo a narrar. Cada um, por certo, terá sua interpretação. Esse contraditório, com o tempo e a participação isenta dos historiadores, receberá o timbre definitivo.

Se assim procedo é porque constato que fui figurante ativo ou mesmo testemunha ocular privilegiada de fatos relacionados à história do meu Estado e do País.

Jamais teria imaginado que o menino filho de pais pobres – meu pai, Ulysses era mecânico, e minha mãe, Maria Rangel, apesar de inteligente e destemida, era semianalfabeta – mais tarde ocuparia funções relevantes na vida pública.

Agora, olhando para trás, sem toque de vaidade ou pretensão de autoelogio, vejo-me na contingência de relatar os lances que trouxeram minha família para o Espírito Santo, onde cresci, estudei, constituí família e ingressei na vida pública, formando-me em Direito e exercendo o magistério nos cursos secundário e superior.

Impossível não lembrar os idos de 1937 e o episódio singular do embarque no trem da Leopoldina, após decisão tomada pela minha mãe de encontrarmos meu pai Ulysses na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. Em virtude de dificuldades financeiras – morávamos no morro da Coruja em Ubá, em local bonito e com mangueiras frondosas – meu pai entendeu de buscar outra terra onde pudesse trabalhar e ganhar mais. Surgiram duas alternativas: Vitória e Montes Claros (MG), sendo opção vencedora a primeira, mesmo porque minha mãe era natural do Espírito Santo, nascida em Alfredo Chaves. Ademais, o nome Vitória era prenúncio de êxito, incentivando a escolha. Escasso o dinheiro, meu pai adiantou-se à família e, então, somente eu e Mariquinhas – o apelido pelo qual minha mãe era conhecida – começamos a viagem que me tornaria capixaba e que escreveria os próximos capítulos de uma saga difícil.

A locomotiva resfolegava e a chaminé expelia fagulhas que incomodavam os olhos e obrigavam o uso do guarda-pó, indumentária que protegia a roupa dos passageiros. Sentados num banco de segunda classe, mãe e filho viam a paisagem sucedendo. Os bancos de madeira incomodavam, provocando dores no corpo, ao contrário dos de primeira classe, de palhinha treliçada.

Depois de algum tempo de viagem, ainda em Minas, o inspetor

de trem anuncia em voz alta a próxima estação:

- Carangola!

Era noite e um frio cortante atravessava as janelas do vagão em que estávamos.

Nesse ponto vem-me o quadro que perdurou ao longo dos anos, apesar da pouca idade daquela época. Não tínhamos dinheiro para hospedagem e ali mesmo, na estação de Carangola, minha mãe deitou-me sobre um banco, cobriu-me com seu casaco e, com dedicação, suportou o frio até que chegasse a hora de completar a baldeação.

No dia seguinte, logo de madrugada, começa a etapa derradeira da viagem. Entramos em outro trem, acomodamo-nos da melhor maneira possível e partimos rumo a Vitória, que para a pequena família se afigurava como a terra da promessa. Lembro-me da estação de Cachoeiro de Itapemirim e depois o longo caminho da ferrovia que, para nós, acabava na estação da Leopoldina Railway, em Argolas, Vila Velha.

Chegamos à noite e atravessamos a baía de Vitória em um bote que permitia ver as luzes da cidade, trazendo deslumbramento e estupefação. Cansados, extremamente cansados da viagem, minha mãe e eu tomamos pernoite numa pensão situada no antigo cais Schimidt - onde hoje está a avenida Florentino Avidos.

Decidida e determinada, no dia seguinte mamãe encontrou-se com meu pai, já trabalhando na oficina da International Harvester, de propriedade de Alfredo Alcure, na avenida Capixaba. Reunimo-nos novamente e fomos morar em Vila Velha, no bairro da Toca, hoje Divino Espírito Santo, ainda enfrentando a agrura financeira que determinou a vinda para o Estado. Curiosidade: anos mais tarde soube que a Toca tinha esse nome em razão de ali morar a família Coelho. Era a “toca dos coelhos”...

Os primeiros dias na terra capixaba foram difíceis. O centro de

Vila Velha, que era servido por um sonolento bonde que saía do cais de Paul, ficava distante de Vitória e comportava uma longa viagem.

Lembro-me da primeira vez que vi o mar, exatamente na Praia da Costa, onde acaba a atual Avenida Champagnat. O impacto para o menino mineiro de seis anos foi marcante: as ondas batendo e a imensidão das águas, adornadas por um colar de mata virgem, onde as pitangueiras floridas dominavam o ambiente. Não havia uma só casa, sendo que mais tarde foi construída a primeira, de propriedade de Gastão Roubach, situada nas cercanias da atual residência oficial do Governo.

Francisco Coelho e Maria Laranja nos arranjaram a casa na Toca para iniciarmos a vida no Espírito Santo. Catarina e João, seus filhos, foram os primeiros amigos de infância. Dessa época lembro-me do campinho, onde foi construído Grupo Escolar “Vasco Coutinho”. A Praia da Costa, mundo maravilhoso cheio de pitangueiras. O tifo que atacou meu pai, levando-o ao hospital no isolamento, em Santo Antônio, onde Américo de Oliveira, médico humanitário, “ressuscitou-o”. Diziam que doentes que lá entravam, poucos tinham possibilidade de escapar. Minha mãe, apesar da dificuldade, apartada da companhia do marido, jamais esmoreceu, contando com o apoio de Maria Laranja.

Os dias passavam com lentidão e Mariquinhas aguardava ansiosa o retorno do marido Ulysses, um pouco desencantada, desesperançosa, pois as notícias que recebia não eram animadoras, continuando meu pai internado no hospital da Ilha da Pólvora.

Nos idos de 1938, em uma manhã de sol reluzente, conforme acontece em Vila Velha, encontrava-me jogando bola de gude no campinho quando um homem semicalvo e magro aproximou-se e disse:

- Venha cá, meu filho. Dê um beijo e um abraço no seu pai. Estou de volta.

Ulysses voltava para nós. A doença castigou-o fisicamente, mas foi emocionante vê-lo recomeçar. Mamãe – enquanto a ausência de papai se prolongava – trabalhou para os Coelho, garantindo o sustento na falta do marido. Vila Velha – na amizade dos Coelho e dos Laranja e de todos os que nos ajudaram – simbolizou para a pequena família Alvares a terra prometida, o início de tudo.

A família equilibrou-se financeiramente e meu pai entendeu que era necessária a mudança para local mais perto do trabalho, pois a oficina mecânica de Alfredo Alcure ficava na Avenida Capixaba, em Vitória. Assim, fomos morar em Jucutuquara, na Av. Alberto Torres, diante do estádio de futebol do Rio Branco. Nosso vizinho mais ilustre era Elísio Modenesi, que além de médico era proprietário da farmácia que nos serviu durante longo tempo. A propósito, difícil não citar momento inesquecível. Atacado por crise de asma, passando mal fui levado por minha mãe, enrolado em cobertor para ser atendido pelo dr. Elísio, que tomou conhecimento, naquela ocasião, que éramos os moradores da casa ao lado.

Jucutuquara foi palco de fatos de relevo da infância, além da segunda moradia em terras capixabas. Da vizinhança com o dr. Elísio e sua família, ressumbra a imagem das filhas, Sônia e Ilza. Também, na mesma rua da casa do dr. Elísio, ficava a primeira escola que frequentei, tendo como professora Ruth Bandeira, que me alfabetizou.

Durante esse tempo meu pai se transformou em representante da International, vendendo caminhões no interior do Estado, melhorando o padrão de vida. A mudança para o centro da cidade veio logo, primeiro morando na rua Nestor Gomes, quase diante do Palácio Anchieta, depois na rua Antenor Guimarães, no morro do Quadro, no local conhecido então como chácara Zambelli.

Minha mãe, querendo ajudar na situação financeira, propôs-se a comprar uma pensão, no que teve pronto apoio do marido. Já

nessa ocasião amealhou pequena economia, que permitiu a aquisição da Pensão Central, na rua Cais de São Francisco, esquina com Thiers Veloso, no centro de Vitória. Era impressionante a atividade dela. A pensão era o ponto final da linha de ônibus de Afonso Cláudio, dirigido, alternadamente, por Carlos Ost e Emílio Schwanz. Minha mãe só ia dormir quando o ônibus chegava e os passageiros ficavam acomodados, às vezes servindo refeição ou café reforçado. Nesse tempo ela fornecia marmitas para os vizinhos e, algumas vezes, ajudei-a levando as marmitas em cabos de vassoura vazados por pregos, que permitiam transportar a comida sem maiores problemas. Era 1940.

O curso primário assinalou passagem na Escola Brasileira e na escola da Loja Maçônica “Ordem e Progresso” - da qual papai veio a ser membro, grau 33 - e a professora era d. Alcina, que me incentivou bastante. Depois veio o colégio de d. Mariazinha, na rua Dom Fernando - onde passava o bonde - e, finalmente, o Colégio Americano, onde conheci o professor Alberto Stange Junior, que influiu na minha formação.

Na Pensão Central, situada diante de um terreno baldio, onde mais tarde foi construído o Centro de Saúde de Vitória, aprendi com uma amiga da família, de nome Lourdes, de Alfredo Chaves, a decifrar charadas e palavras cruzadas, e hoje reconheço que o charadismo abriu portas, estimulando-me o gosto pela leitura e oratória. Naquela época eram meus companheiros na decifração de charadas o jornalista Francisco Oliveira Neves (Carlota), Álvaro Cunha, Lourenço Luz - o engraxate -, José Mathias, Isidro - dono da antiga barbearia ao lado de “A Normalista”, de Benício Gonçalves, na Av. República - e tantos outros. Chegamos a fundar um grêmio com objetivo de resolver charadas e palavras cruzadas, cujo nome era “Grêmio Charadístico Orlando Rego”, autor de livro de apoio à solução dos enigmas propostos.

Aos dezesseis anos fui ao Rio de Janeiro, em companhia dos meus pais, a fim de receber o prêmio conquistado como campeão brasileiro de logogrifo em prosa, patrocinado pela extinta revista “A Cigarra Magazine”.

Aos onze anos, a ida para o Colégio Americano, dirigido por Alberto Stange, que mais tarde veio a ser Secretário da Educação no meu Governo, merece referência pormenorizada.

Minha mãe, preocupada com a criação e educação do filho, entendeu que eu devia estudar no Colégio Americano. Fiz o curso de admissão ao ginásial com a professora Fanny Gonçalves, filha do pastor Almir Gonçalves, e não posso esquecer a emoção que senti, anos depois, ao receber da direção do Colégio Americano meus apontamentos como aluno. Além dos boletins, lá se encontrava, com letras escritas com dificuldade, o requerimento de Maria Rangel pedindo o ingresso do filho Elcio no curso de admissão. Emocionei-me ao ver esse papel, praticamente definidor do meu futuro. Era a vitória da mãe que sonhava dias melhores para o filho, abrindo-se-lhe as portas da educação. Ainda no Americano, conheci Irene, que morava na Vila Rubim e estudava no Grupo Escolar “Gomes Cardin”. Irene completou o ginásial no Colégio Americano e, a partir daí, nossa aproximação foi definitiva.

Nesse período, papai já convivia com Carlos Dumans Filho, que além de empregá-lo como mecânico, mais tarde lhe deu sociedade, juntamente com Manoel Barreira, Antonio Gardioli e Europe Cacciari na firma que representava a Chevrolet. A sede da empresa ficava na rua do Comércio e as oficinas na avenida Governador Bley, logo em seguida transferindo-se para São Torquato, em Vila Velha. Com a morte de Dumans, depois de ter ajudado a fundar a VESSA – Veículos Espírito Santo S. A., papai acabou vendendo sua parte na sociedade para a família Coser.

Ulysses continuou trabalhando até os últimos anos de vida como mecânico do Iate Clube do Espírito Santo, pois o mar era sua paixão e como exímio pescador, era tripulante requisitado para as lanchas que avançavam mar adentro, nas madrugadas, em busca dos marlins. A atitude dos donos das lanchas tinha explicação. Papai, apesar da idade, era companhia agradável e, ainda, se desse um defeito no motor das embarcações, melhor mecânico não havia.

O Colégio Americano ocupou papel relevante nos meus estudos. Tive o privilégio, assim como centenas de alunos, de ter o professor Alberto Stange como diretor. Como é bom lembrar suas aparições no palco do auditório! Os alunos estavam em algazarra, falando alto, ruidosamente. De repente aparecia o professor Alberto, vestido de branco. Nada falava. Ficava olhando para os alunos e o silêncio respeitoso anunciava o gesto do dedo erguido e as primeiras palavras desse educador, de quem guardo lembranças marcantes. Posso dizer, como o poeta, “naqueles tempos a escola era risonha e franca”.

No Americano fui Presidente do Grêmio Littero-Esportivo “Loren Reno”. Cumpri ali todo o ginásio e o científico também, quando fui orador da turma e, no baile de formatura, no Clube Vitória, ao lado de Irene, senti que a partir daquele momento alguma coisa brotava com força. As amarras da infância sofrida começavam a se soltar.

Concluído o curso científico, com colegas que se transformaram em verdadeiros amigos, Victório Gianordoli, Saulo Ribeiro Do Val, Gedelti Victalino Teixeira Gueiros, Laercio Lucas e tantos outros, tomei a decisão que determinou em definitivo os rumos da minha vida: inscrevi-me para o vestibular da antiga Faculdade de Direito do Espírito Santo, à rua Nestor Gomes, bem diante do Palácio Anchieta. Consegui aprovação em 1951 e dei os primeiros passos que me permitiram a conquista do diploma de advogado.

Exercitando a política estudantil, eu e Jorge Breciani credenciamos-nos para representar nossa Faculdade de Direito no congresso da UNE – União Nacional de Estudantes – realizado no Rio de Janeiro, na sede da Praia do Flamengo, ao qual comparecemos em companhia de Colômbia Breciani e Eloy Borgo, respectivamente alunos das faculdades de Assistência Social e de Odontologia.

Durante uma das sessões do congresso esteve presente para falar aos estudantes o jornalista Carlos Lacerda, que fez graves acusações ao representante da UIE - União Internacional de Estudantes – Giovanni Berlinguer, que mais tarde foi prócer de relevo na política italiana, onde representou as esquerdas por longo tempo.

A palavra inflamada do fundador do jornal “Tribuna de Imprensa” incendiou o plenário e praticamente todas as cadeiras foram quebradas, encerrando-se ali o congresso estudantil, por sinal o primeiro dos quais participei.

Fascinado pela política estudantil, nos primeiros anos da década de 50 fui um dos fundadores da União Estadual dos Estudantes, cuja sede inicial foi na rua Graciano Neves, no centro de Vitória, onde, por volta de 1954, recebemos a visita de Carlos Lacerda, que contava com o apoio da maioria dos estudantes capixabas.

Lembro-me do polêmico jornalista escrevendo o seu artigo diário para a “Tribuna de Imprensa”, encantando a todos com a ligeireza da datilografia e fluência do raciocínio.

A par da política estudantil, comecei a me interessar pela política do Estado, escrevendo alguns artigos no jornal “Correio Trabalhista”, fundado por Christiano Dias Lopes Filho, que mais tarde viria a ser Governador. Os artigos em defesa do Governo Jones Santos Neves me levaram a conhecer d. Alda Santos Neves, primeira dama do Estado, que me apoiou no início da vida profissional.

A vocação jornalística fez-me trabalhar na Imprensa Oficial

como revisor e cuidando do noticiário do Executivo e das Secretarias, função que também exerci na Rádio Espírito Santo, localizada na Rua Arariboia, no segundo pavimento do antigo Mercado da Capixaba. Cabia-me a responsabilidade de redigir o “Noticiário Oficial do Estado”.

Na Rádio Espírito Santo participei de programas radiofônicos, atuando como comentarista esportivo, ao lado de Duarte Junior e Darly Santos (Mickey), chegando a escrever esquetes para o incipiente setor de novelas, liderado pelo radialista José Américo, mais tarde locutor da “Voz da América”.

Uma data importante para a pequena família Alvares foi 5 de julho de 1951 – nascia minha irmã Vera Lúcia, que se casou com o médico Guilherme Carvalho, já falecido.

Em 1952, um ano antes de meu casamento com Irene, recebi convite de d. Alda Santos Neves para ser diretor administrativo da Legião Brasileira de Assistência – LBA, da qual ela era presidente no Estado, onde tive oportunidade de trabalhar ao lado do advogado e professor Jair Etienne Dessaune, dos médicos Thomaz Tomazzi e Denizarth Santos, sendo que de Denizarth guardo a lembrança da minha primeira cirurgia: passei mal na sede da LBA, que ficava situada ao lado do Palácio do Governo, e o dr. Denizarth, um dos nomes de vulto da medicina capixaba, levou-me para o Hospital da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo, do qual foi diretor, e ali deu-me inteira assistência, operando-me de apendicite com sucesso.

Casei-me com Irene Rozindo da Silva no dia 8 de maio de 1953, em cerimônia religiosa na igreja São Gonçalo. Do casamento nasceram Alexandre Rozindo Alvares e Elcio Alvares Filho, que para nossa alegria nos deram netos e bisnetos.

Alexandre, meu primogênito, nasceu quando ainda morávamos em Santo Antônio. Três anos depois viria Elcinho, já agora

residindo em apartamento que nos foi alugado por Munir Hilal, na avenida César Hilal.

Formei-me em 1955, sendo advogado inscrito na OAB-ES sob o número 511. Durante o curso dei prosseguimento à vida política estudantil, iniciada no Grêmio “Loren Reno”, participando do Diretório Acadêmico e sendo Presidente da UEE - União Estadual dos Estudantes, da qual fui um dos fundadores.

Antes de deixar a Legião Brasileira de Assistência - LBA, fui convidado para exercer o cargo de redator da agência estadual do Instituto Brasileiro do Café - IBC, sendo nomeados também, na ocasião, Antenor de Carvalho e Erasto Dias da Silva, além de Heraldo Machado de Mello, que era correspondente da sucursal de “O Jornal”, no Espírito Santo. O IBC passou a contar com dois jornalistas, Heraldo e eu. No IBC permaneci até o ano de 1970, quando saí para assumir a cadeira de Deputado Federal pelo Espírito Santo, visto que fiquei na primeira suplência da ARENA nas eleições de 1966. O IBC representou período importante da minha vida, pois lá intensifiquei as atividades profissionais, sendo que funcionei como advogado em algumas questões envolvendo o Instituto, o que me levou, mais tarde, a ser nomeado Procurador Federal.

A sucessão de Jones Santos Neves não foi feliz para o Partido Social Democrático - PSD, que apresentou como candidato Eurico Salles, político de prestígio e integridade moral.

Coincidindo com a eleição de Francisco Lacerda de Aguiar para suceder Jones, abri escritório de advocacia no antigo edifício do Sindicato dos Arrumadores, à Av. Getúlio Vargas, centro de Vitória, dando início à advocacia. Na caminhada profissional do advogado que inicia carreira surgem percalços naturais, principalmente a existência de colegas de nomeada, com bancas sólidas. Mesmo assim, comecei a advocacia levando a convicção de

que nela estava meu destino e vocação.

Apesar de ser conhecido como ardoroso defensor de Jones Santos Neves e admirador de sua mulher, d. Alda, de quem recebi apoio e incentivo, surpreendeu o comportamento do Governador Lacerda de Aguiar (Chiquinho), sucessor de Jones, que procurou uma aproximação respeitosa comigo.

Nos primeiros tempos do seu Governo, ele costumava percorrer os morros da capital, a pretexto de agradecimento pela votação obtida. Em uma dessas andanças, ao passar pela rua São João, na Vila Rubim, onde eu morava, visitou-me dentro da maior informalidade, porque era sua característica, fato reconhecido até mesmo pelos seus adversários ferrenhos. Acredito que essa simpatia manifestada por Chiquinho teve o dedo do seu Secretário Joaquim Leite de Almeida, companheiro de faculdade e líder oposicionista no Estado, ao lado do irmão José Cupertino Leite de Almeida, que mais tarde veio a ser Desembargador.

Os primeiros anos de casamento foram difíceis, com problemas financeiros. Morei inicialmente em São Torquato, na casa de propriedade de Dumans & Cia, da qual meu pai era sócio. Em seguida fui para a rua Humaitá, em Santo Antônio. Dava aulas de História do Brasil e História da Civilização no Colégio São Vicente de Paula, na Cidade Alta, dirigido pelo professor Aristóbulo Barbosa Leão, irmão do professor Kosciuszco Barbosa Leão, que foi diretor da Faculdade de Direito quando lá estudei. O trajeto de Santo Antônio à Cidade Alta era feito no bonde da Central Brasileira, cujo ponto final era a Praça da Independência - hoje, Costa Pereira - depois de passar pela rua Dom Fernando e me deixar no ponto diante do convento de São Francisco de Assis.

Entre as lembranças do tempo de professor no Colégio São Vicente de Paula, surge o dia da morte do Presidente Getúlio Vargas, fato que abalou o País e levou o professor Aristóbulo a sus-

pendar as aulas. Competiu-me, em clima de emoção, anunciar o ocorrido e fazer breve relato da história política e administrativa de Getúlio Vargas.

Nessa fase de professor de ensino secundário, participei da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG), movimento liderado no Espírito Santo por Christiano Dias Lopes Filho e tendo como dirigente nacional a figura carismática de Felipe Thiago Gomes, nordestino que percorria o Brasil abrindo ginásios gratuitos nos Estados brasileiros. As aulas da CNEG em Vitória eram realizadas em prédio situado na Avenida Capixaba - hoje Jerônimo Monteiro - nas imediações da antiga Rádio Espírito Santo.

Data desse tempo o conhecimento com o jornalista César Vieira Bastos, hábil corretor de anúncios. Após muitas conversas, convenceu-me a ser seu sócio na empresa que teria o nome de Gráfica Vida Capichaba Ltda, em razão de ter adquirido de Manoel Lopes Pimenta a tradicional revista “Vida Capichaba”. César tinha bom relacionamento com o Governador Francisco Lacerda de Aguiar e isso facilitou o sucesso do projeto, que logo em seguida criou uma papelaria, ocupando conjuntamente com a gráfica a parte térrea de imóvel na avenida Capixaba. A parte superior era usada por um clube social dançante.

O entusiasmo inicial fez com que lançássemos o jornal “Sete Dias”, que obteve êxito. O gerente da empresa, César Vieira Bastos, percebia que uma publicação facilitaria a relação com o Governo do Estado e prefeituras municipais. Isso, evidentemente, me causou constrangimento, pois os adversários de Chiquinho não compreendiam que o “Sete Dias” pudesse apoiá-lo, visto ser eu um dos donos da gráfica.

Tudo transcorria bem quando um incêndio irrompido pela madrugada atingiu a gráfica e a papelaria, obrigando-nos a sus-

pende as publicações. Na época tínhamos dívidas só parcialmente cobertas pelo seguro. César, que sabia do meu desconforto em face das cobranças políticas, propôs-me ficar como único proprietário da gráfica e das duas publicações, “Vida Capichaba” e “Sete Dias”. Compreendi que surgia a oportunidade de dar prosseguimento ao projeto advocatício, mesmo porque não recebi qualquer centavo como parte do seguro, pois ficou estabelecido, para efeito do desfazimento da sociedade, que as dívidas ficariam sob responsabilidade do sócio remanescente.

César conseguiu recuperar a revista e o jornal, que circularam por algum tempo ainda, fato interrompido em virtude de brutal agressão que sofreu diante do bar Sagres, ao lado dos Correios e Telégrafos, em uma das esquinas da avenida Governador Bley. Como não poderia deixar de ser, o episódio teve repercussão política e, em consequência, César encerrou as atividades da empresa, o que determinou a morte da revista “Vida Capichaba”, patrimônio jornalístico de muitos anos e o desaparecimento do “Sete Dias”, publicação onde escrevi por largo tempo, assinando colunas e redigindo editoriais.

César Vieira Bastos e seus familiares mudaram-se para Petrópolis e deles até hoje não tive mais notícias.

ADVOCACIA

PROFISSÃO E PAIXÃO

● ONDE ENTRAM ALVINO GATTI
E ERNESTO GUIMARÃES



● ITABIRA AGRO-INDUSTRIAL E
JOÃO SANTOS FILHO



● ESCRITÓRIO DO BANCO
MINEIRO DA PRODUÇÃO

O início efetivo da atividade advocatícia foi o mais auspicioso possível: recebi convite do ex-Desembargador Ernesto Guimarães para ser seu sócio, com o que aquiesci imediatamente. O dr. Ernesto foi dos mais brilhantes desembargadores do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e seus acórdãos eram verdadeiras lições de Direito, escritos em estilo castiço e culto, que faziam lembrar, em determinadas ocasiões, os votos do Ministro Orozimbo Nonato, luminar do Supremo Tribunal Federal. Não tenho qualquer dúvida de que a intervenção de Chrisógono Teixeira da Cruz foi decisiva para o convite de Ernesto. Cruz era meu cliente e tinha interesse em questão rumorosa que envolvia o hotel Majestic, onde seu pai, Júlio, aparecia como parte.

Ao escritório incorporou-se, logo em seguida, Alvinho Gatti, dos melhores jornalistas da imprensa capixaba, com estilo pessoal impecável. Na advocacia, Gatti deu seguimento ao seu talento e não posso deixar de registrar a satisfação que tive de trabalhar com ele. As petições e os arrazoados eram feitos por Gatti com rapidez e objetividade. Quando acabava de datilografar as peças, não fazia qualquer correção, e o trabalho produzido ia direto para os

autos, merecendo dos julgadores elogios pelo conhecimento jurídico e fluência de raciocínio. Gatti, fumante inveterado, fazia isso envolto por nuvens de fumaça. Pagou duro preço pelo vício letal, chegando a ser operado do coração em São Paulo, por iniciativa de João Santos Filho, diretor da Itabira Agro Industrial, para onde foi após ser desfeita nossa sociedade com Ernesto Guimarães.

Depois da saída de Gatti, sofri outra perda que me tocou o coração. Quando me dirigia ao escritório, recebi aviso de Dilce Chulam, esposa de Marcos Chulam e filha do inesquecível sócio, Ernesto Guimarães: comunicava-me que o pai fora encontrado morto no apartamento da Praia do Canto, no qual morava sozinho. Ainda sob o impacto da notícia, fui para lá, onde estava o corpo, e pude vê-lo na cama, rosto sereno, imagem difícil de esquecer. Compreendi que com a morte do querido sócio encerrava-se uma etapa da minha vida advocatícia, determinando-me a procurar novos rumos.

A essa altura meu nome era bem conhecido nas lides forenses, pois o escritório crescia e as sentenças favoráveis aumentavam o conceito da banca. Lembranças fortes me vêm à mente, recordando da luta intensa nos cartórios das Varas e no velho Tribunal, situados na Cidade Alta, cujo prédio foi derrubado para dar lugar ao atual, diante do hospital da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo, na praça da Cathedral.

Vejo nas brumas do passado a figura de Jayme Costa, que na verdade foi para mim professor de prática forense. Com ele convivi na atividade quase diária no cartório de Lycurgo Vieira de Rezende, que abrangia os feitos cíveis. Quando ele sentia que as petições formuladas não estavam dentro do melhor de direito, chamava-me e dizia paternalmente:

- O dr. Elcio não acha que podia escrever melhor e fazer uma citação mais expressa do dispositivo legal aplicável à espécie?

Era o modo cavalheiresco de iluminar meus passos profissionais, visto que a esse tempo era dos advogados mais citados no rol das intimações cartorárias, tal o volume de causas que patrocinava.

Além de Jayme, já falecido, outra figura emerge: Benício Ferrari, então auxiliar de Jayme, que anos depois veio a ser juiz de direito e encerrou sua passagem pela magistratura na mais alta função da Justiça estadual, desembargador.

Com a morte de Ernesto Guimarães, associei-me a Geraldo Correia Lima e montamos novo escritório, agora no edifício Banco Mineiro da Produção, no 12º andar, na avenida Governador Bley. Conteí novamente com o apoio de Chrisógono Teixeira da Cruz, que facilitou o negócio imobiliário e mostrou-se entusiasmado com a perspectiva da nova banca. No fundo, Chrisógono talvez desse prosseguimento à admiração que devotou ao jurista Ernesto Guimarães.

Por ter sido decisivo na minha vida, relembro o episódio que me ligou em definitivo a João Pereira dos Santos Filho e à Itabira Agro Industrial S. A. Compelido pelo patrocínio de uma das causas que defendia, estive presente à assembleia de credores da Barbará, fábrica de cimento situada em Cachoeiro de Itapemirim, que estava nas cogitações do grupo João Santos, de Pernambuco. Na assembleia vi pela primeira vez a figura carismática do sr. João Santos. Baixo de estatura, usando chapéu, empolgava pela vibração na defesa dos interesses de seu grupo empresarial. Fui dos poucos divergentes da proposta apresentada nessa assembleia onde, dentre outros, estavam o advogado Helsio Pinheiro Cordeiro, além dos amigos Eugênio Pacheco de Queiróz e Carlos Moreira Lima. Mantive-me firme na posição e deixei em aberto o crédito que patrocinava. E em arroubo de defesa informei que se não recebesse o valor devido iria requerer a falência da devedora, a Barbará, posição que não era do agrado do grupo pernambuca-

no, que pretendia assumir o ativo e o passivo da fábrica de Cachoeiro. A negociação foi prolongada e no dia seguinte recebi a visita do sr. João Santos em meu escritório. Figura envolvente, renovou e reforçou os argumentos expostos na assembleia creditícia. Educadamente fiz-lhe ver que mantinha a determinação do dia anterior. Atencioso, “seu” Santos levantou-se e se despediu, lamentando que minha intransigência não permitisse solução definitiva.

No mesmo dia, a secretária do nosso escritório informava que João Pereira dos Santos Filho desejava falar comigo. Atendi-o de imediato e novamente voltamos a discutir o crédito de que era reivindicante como advogado. João Santos Filho fez questão de frisar que o pai gostou da minha postura profissional determinada e, para corroborar o que estava afirmando, vinha autorizar o pagamento da dívida no dia seguinte. Quando pensei que o assunto estivesse encerrado, João Santos Filho disse-me objetivamente:

- Agora que não existe mais nenhum impedimento de ordem ética, quero convidá-lo para ser nosso advogado, já que a Itabira Agro Industrial S. A. é a sucessora da Barbará. Portanto, nesse momento está convidado a ser um dos nossos companheiros.

O convite pegou-me de surpresa e disse que responderia no dia seguinte, esclarecendo que assim ficava melhor para todos e que, longe de mim duvidar do pagamento ajustado, mesmo porque sabia da honorabilidade e do poderio econômico do novo grupo instalado no Espírito Santo.

João Santos Filho é um capítulo inesquecível da minha história. A partir do momento que assumi a advocacia da Itabira estreitei os laços de amizade com o jovem pernambucano, verdadeira efígie do pai, tanto na formulação do raciocínio, quanto na incrível capacidade de trabalho. Diversas vezes o vi varando noites e madrugadas no afã de dar à Itabira o melhor do seu entusiasmo

pessoal. Muitas vezes fui a Cachoeiro de Itapemirim cumprir atividade profissional e em algumas delas hospedei-me na casa de João Santos Filho, situada nos terrenos da fábrica, na fazenda “Monte Líbano”, no alto da colina, o que a fazia sobressair. Foi lá que conheci melhor o empresário, com seu ideal de brasileiro que sonhava um País melhor.

Tornou-se célebre nos meios forenses disputa na discussão de impostos entre a Itabira com o Estado do Espírito Santo, governado à época por Christiano Dias Lopes Filho. Em pleno curso do processo, já na segunda instância, foi oferecido parecer favorável à Itabira e que provocou reação no Governador, decorrendo daí clima tenso que levou à exoneração de Geraldo Correia Lima do cargo de Procurador-Geral de Justiça, autor da peça. O resultado no Tribunal do Estado foi negativo à empresa, apesar dos votos favoráveis dos Desembargadores Carlos Soares Pinto Aboudib e Halley Pinheiro Monteiro. Inconformada, a Itabira recorreu e obteve ganho de causa no Supremo Tribunal Federal. A decisão foi motivo de alegria para Geraldo Correia Lima, que se sentia agravado em virtude de sua exoneração ter sido vinculada àqueles fatos.

Durante anos trabalhei ao lado de Geraldo e verifiquei de perto a grandeza da sua alma e a correção no exercício da atividade advocatícia. Mais tarde juntaram-se a nós Paulo Roberto Vieira Gomes e Lúcia de Barros, juíza de direito aposentada, além de Edison Alves Furtado, que até o presente mantém comigo laços de coleguismo, já que somos advogados em causas comuns. Paulo Roberto ficou pouco tempo no escritório, pois acidente na ponte de Ibirapu, quando retornava de Linhares, interrompeu sua vida, causando dor e tristeza.

No período da intensa advocacia desenvolvida no escritório situado no edifício Banco Mineiro da Produção – BEMGE, ao lado de Geraldo Correia Lima, Lúcia de Barros e Edison Alves Furtado,

estreitei meus laços profissionais com a Itabira Agro Industrial e com João Pereira dos Santos Filho, com quem me encontrava uma vez por semana, ora em Cachoeiro, ora em Vitória.

Nesse período, numa das conversas realizadas no Iate Clube do Espírito Santo, João Pereira dos Santos Filho me disse, com os olhos brilhantes de entusiasmo, que estava pensando seriamente em ter um jornal na Capital, para proteger sua empresa de ataques infundados que surgiam de determinados setores.

Como o jornal “A Tribuna” estava atravessando difícil fase financeira, além de problemas com a manutenção do corpo redacional, João se propôs a uma tarefa que de início parecia impossível, qual seja a de comprar o jornal e regularizá-lo na circulação diária.

Homem de empresa com larga visão de negócios, não foi difícil João Santos Filho adquirir “A Tribuna” e iniciar visível transformação do padrão editorial e gráfico, contando nos primeiros tempos com a experiência profissional de Plínio Marchini. O projeto gráfico de “A Tribuna” constituiu-se na menina dos olhos de João, sendo que, além do jornal, mais tarde foram incorporados à Gráfica Nassau canais de rádio e televisão.

João, apesar de pernambucano, nunca escondeu seu amor pelo Espírito Santo, que considerava o Estado de adoção. De vez em quando em conversas comigo entremostrava desejo de participar da vida pública espiritosantense, estando sempre bem informado a respeito de toda a movimentação política. Espírito brilhante, era figura festejada e mantinha diálogo com as lideranças locais.

POLÍTICA

LAMPEJOS INICIAIS

● PRIMEIRA CANDIDATURA A
DEPUTADO FEDERAL



● AS VIAGENS AO INTERIOR,
SURGE UM MUNDO NOVO



● A SUPLÊNCIA DA ARENA,
EXPERIÊNCIA AMARGURADA

A opinião de João Pereira dos Santos Filho foi determinante para o início da minha vida pública. Coube a ele, numa noite em meu apartamento, situado no edifício Alice, na rua Desembargador Sampaio, Praia do Canto, levantar pela primeira vez a hipótese da candidatura a Deputado Federal, isso nos idos de 1965, no dia 28 de setembro, quando comemorávamos meu aniversário. Estavam presentes Hélio Dórea, Geraldo Correia Lima, Esdras Leonor, Milton Murad e outros mais. Depois de discutirmos vários assuntos de interesse geral, perguntou-me, de chofre:

- Você quer ser Deputado Federal?

Minha primeira reação foi de estupefação, pois apenas cuidava de advocacia, tendo deixado para trás o impulso político restrito ao encerramento da Presidência da Ala Moça do PSD, quando líderes maiores do partido eram Carlos Lindenberg, Jones Santos Neves, Ary Vianna e Eurico de Aguiar Salles. Recuperado da surpresa, ponderei a João que não tinha no momento qualquer atividade política, pois o foco principal estava voltado para a advocacia. João retrucou, dizendo que a tomada de posição política não seria problema, porque meu nome já era conhecido no Estado como ad-

vogado, considerando a atividade dos júrís realizados nos municípios do norte do Estado, em especial Ecoporanga, Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha, Colatina e São Mateus, além de exercer a advocacia cível em quase todos os municípios do norte.

A conversa prolongou-se e não houve nenhuma conclusão ou anuência de minha parte, apesar da insistência de João Santos Filho. Quem o conheceu, sabe bem quanto João era obstinado na realização dos seus propósitos e projetos. Apesar da conversa ter me sensibilizado pela confiança do amigo querido, que achava que eu representaria bem o Espírito Santo na Câmara Federal, não aquiesci de imediato ao convite.

No dia seguinte, João retornou ao assunto com tanto entusiasmo, que me convenceu, com alguma relutância, a aceitar ser candidato a Deputado Federal, apesar de saber das dificuldades que enfrentaria pela inexperiência política.

Decidida a candidatura, passei a tomar as primeiras providências para colocar meu nome nas ruas. Na época existiam apenas dois partidos, MDB e ARENA. Cheguei a participar de reunião do Movimento Democrático Brasileiro, MDB, presidido pelo Deputado Federal Argilano Dario. Contudo, percebi que minhas convicções políticas e ideológicas me levavam para a Aliança Renovadora Nacional, ARENA. Consultando as pessoas mais próximas a mim, decidi-me pela ARENA e passei a desenvolver intensa atividade política. Os primeiros passos tiveram a participação ativa do jovem Deputado Estadual Theodorico de Assis Ferraço, que começou a me orientar, apresentando-me a lideranças conhecidas.

Desse tempo, episódios impulsionaram a candidatura e me deram a alegria de conhecer companheiros que foram os primeiros artífices da vida pública. Theodorico, já era conhecido pela impetuosidade e espírito irrequieto, com facilidade para angariar amigos e eleitores. E fiz então a primeira viagem como candidato.

Convenceu-me a ir com ele a Conceição do Castelo, a fim de inaugurar anexo de uma escola de ensino primário. Ele disputava a reeleição e era a minha estreia como candidato à Câmara dos Deputados. No dia aprazado, a bordo de um jipe cedido por João Santos Filho, partimos rumo a Conceição do Castelo, reduto do Deputado Lúcio Merçon e com forte influência da família Pizzol, que apoiava Parente Frota como Deputado Federal. Governava o Estado um homem austero e simples, Rubens Rangel, que assumiu o Governo em virtude do impedimento de Francisco Lacerda de Aguiar.

Uma chuva forte, temporal mesmo, caiu sobre a BR-262, em grande parte ainda carente de asfalto, principalmente nas cercanias de Venda Nova do Imigrante, obrigando-nos a enfrentar atoleiros sucessivos, o que me levou a entender a necessidade de jipes com tração quádrupla nas estradas capixabas.

Chegamos ao destino depois do almoço, mas ainda em tempo de participar da inauguração, marcada para as 15 horas. No local do colégio, chovia a cântaros. Os meninos, inclusive duas professoras que nos aguardavam, estavam completamente molhados e nos deram as boas vindas. Meu companheiro Theodorico, a partir dali assumiu a direção da solenidade e logo após o hino nacional fez um discurso bem ao seu estilo afirmativo, declarando inaugurado o anexo da escola estadual e parabenizando as duas professoras. Encerrou o discurso apresentando-me, dizendo que eu era um advogado de Vitória e seu candidato a Deputado Federal, recomendando-me aos amigos e eleitores. Apesar de estranhar a ausência de autoridades estaduais ligadas à educação, ensaiei um discurso de neófito, elogiei Theodorico Ferraço, bem como o Governo Rubens Rangel, e desejei às professoras e alunos sucesso na nova casa de ensino.

Com a chuva insistente, abreviamos a solenidade e retorna-

mos a Vitória com a noite começando a cair. No jipe, Ferraço manifestou satisfação com o evento e eu, marinheiro de primeira viagem, agradeci aquele que foi o meu primeiro apoio oficial na vida política.

No dia seguinte, já em Vitória, tive a surpresa de receber chamado do Governador Rubens Rangel para comparecer ao palácio, pois queria falar comigo. Pensei que o Governador iria me cumprimentar e me incentivar naquele instante inicial de vida política, visto que, sendo eu amigo do Deputado Ely Junqueira, seu conterrâneo de Mimoso do Sul, a este contei a odisséia da inauguração. Ely ouviu-me e nada falou. Chegando ao palácio esperei algum tempo para ser atendido pelo Governador e, ao entrar, Rubens Rangel - uma figura afável - dirigiu-se a mim demonstrando certa irritação e perguntando:

- Quem autorizou o senhor e o Deputado Theodorico Ferraço a inaugurarem o anexo da escola de Conceição do Castelo?

Tomado de surpresa, mal justifiquei a ida àquele município, pedindo desculpas, se por acaso contrariamos qualquer orientação do Governo. Óbvio que os políticos dominantes em Conceição, Lúcio Merçon e Mário Pizzol, já tinham tomado conhecimento do fato e dado a ele o relevo político que entendiam como lesivo às suas lideranças. Sem mais palavras para dizer ao Governador Rubens Rangel, pedi licença e me retirei. Ato contínuo, procurei Ferraço e contei o episódio. Com autoridade política, confortou-me e disse que a construção do anexo da escola era uma iniciativa dele e que tinha sido autorizado pelo secretário de Educação para entregar o prédio aos habitantes de Conceição.

E, ainda rindo, fez uma observação:

- Elcio, nossa primeira viagem foi um sucesso! Você está de parabéns. Brevemente quero vê-lo na Câmara Federal ...

Theodorico de Assis Ferraço foi fundamental na primeira

candidatura a Deputado Federal. Abriu-me portas e caminhos, aconselhou-me como proceder no contato com eleitores e tomou iniciativa de levar-me para outros municípios.

Em Guarapari, onde eu tinha domicílio eleitoral, foi elo perfeito com Pedro Juvenal Machado Ramos, de quem era correligionário e companheiro. Pedro Ramos foi figura maiúscula da política da “Cidade-Saúde”, tendo sido prefeito de largo prestígio.

Na campanha de 66 adotou respectivamente as candidaturas de Ferraço e a minha para Deputado Estadual e Federal, como bandeiras da sua campanha. Na praça pública de Guarapari, diante da casa de Pedro Ramos, o muro como palanque, fiz o primeiro comício, tendo ao lado Pedro, Ferraço e uma multidão que aclamava o nome do futuro prefeito, com entusiasmo característico dos embates eleitorais da “Cidade-Saúde”. Foi uma jornada cheia de revelações para mim, que começava a sentir de perto o calor do apoio popular.

A eleição em Guarapari era caracterizada por uma disputa feroz: os adversários de Pedro, liderados por Roberto Calmon e Maurice Santos, não o poupavam e a luta política ganhava proporções que chegavam às barras da Justiça, onde algumas vezes fui advogado de Pedro e seus correligionários. Pude sentir quanto a advocacia é importante para aquele que faz vida pública, pois os laços de companheirismo ficam estreitos e se solidificam, fato que aconteceu comigo, Pedro e Ferraço.

A eleição de 66 foi vitoriosa para o nosso grupo político. Pedro elegeu-se Prefeito, Ferraço foi Deputado Estadual e eu fiquei na primeira suplência da ARENA, assunto que merecerá comentário maior mais adiante.

Apesar de não ter sido eleito, graças aos esforços dos meus companheiros, liderados por Pedro Ramos - e aí já surgia Benedito Lyra - tive votação que ultrapassou dois mil votos em Guara-

pari no primeiro embate eleitoral.

Quis o destino que no falecimento de Pedro Ramos, muitos anos depois, eu não estivesse presente, em virtude de me encontrar no Vitória Apart Hospital, na Serra, após passar por cirurgia de vesícula.

No curso da candidatura a Deputado Federal tratei de manter contato com políticos renomados e já consagrados nas urnas, sendo o primeiro deles Theodorico de Assis Ferraço, então Deputado Estadual e, logo depois, Vicente Silveira.

Político calejado, Vicente Silveira era a imagem viva da sagacidade no desempenho do mandato, bem como no relacionamento com eleitores e pessoas outras. Colocava os assuntos com simplicidade, linguagem própria do homem do interior, mas sempre passando a convicção de que conhecia o tema. A primeira viagem com Vicente Silveira ainda está na memória: passei dois dias em Iúna ao seu lado e a bordo de uma Rural Willis, também com tração quádrupla, visitamos várias localidades próximas. Príncipe, Pequiá e Laranja da Terra mostraram ao debutante aspectos da política interiorana. Vicente, com seu jeito característico, tinha uma palavra de intimidade com cada pessoa e aos poucos ia dizendo que eu era seu candidato a Deputado Federal.

Em Laranja da Terra a família Heringer nos acolheu, simpáticos e interessados na candidatura. Quando cheguei a Pequiá, Vicente levou-me à casa de uma professora que me recepcionou de braços abertos, manifestando apoio e entusiasmo: Geralda Miranda, seu nome. Durante muitos anos manteve correspondência comigo, sempre relatando os fatos e problemas na comunidade que liderava. Escrevia à mão, letra irrepreensível, no melhor estilo de caligrafia. Os anos passaram e quando retornei a Iúna preteixei interesse de ir a Pequiá para visitar a professora Geralda, mas tomei conhecimento que ela havia falecido. Talvez ali tenha

se quebrado um dos vínculos mais significativos da vida pública que desempenho até o presente, pois a professora Geralda, na sua simplicidade e cultura, era a imagem verdadeira da eleitora que confiava no seu representante com desvelo e companheirismo.

Na esteira dos contatos, estive também na Assembleia Legislativa falando com o Deputado Emir de Macedo Gomes, representante de Linhares, a quem disse do projeto eleitoral. A princípio estranhou que, sem qualquer experiência ou vivência, me propunha a disputar a deputação federal. Mesmo assim, foi atencioso e pediu-me que fosse à casa dele em Linhares para conversar. Assim fiz e lá cheguei praticamente na hora do almoço e me informei onde era a residência do Deputado Emir. Linhares é cidade bem traçada e não é difícil identificar endereços. Tendo como referência a igreja católica, logo me vi diante de uma casa com grande número de pessoas em volta. Entrei e perguntei por Emir, sendo atendido por uma mulher dinâmica, atenciosa com todos e que me disse:

- Emir saiu para fazer um atendimento, mas volta logo. Sou Terezinha, a esposa dele.

Justifiquei que o assunto era político e ele havia pedido para procurá-lo em Linhares. Terezinha Mendes Gomes, que me atendeu, transformou-se, ao longo do tempo, em querida amiga, estabelecendo com Irene ligação fraterna e que perdura. Era companheira ativa do médico e político Emir, participando nas campanhas e assumindo papel de relevo na condução dos trabalhos eleitorais. Até hoje tenho por ela admiração, que é fruto da gratidão que devoto a toda a família do companheiro e amigo Emir de Macedo Gomes.

Retornando do atendimento médico, Emir colocou-me à vontade e tomamos café juntos. Disse-me que não tinha candidato a Deputado Federal e iria examinar a possibilidade de me apoiar.

Convidou-me a ir ao interior do município em companhia de José Rodrigues, conhecido como Zé Vasquinho, político de prestígio local, figura simples e sincera. Mais tarde tornei-me íntimo dele, frequentando sua casa, onde eu e Irene éramos recebidos com fidelguia por Maria, sua mulher.

Pegamos a estrada que levava a São Rafael, onde houve reunião de lideranças ligadas a Emir, que falou sobre mim e da possibilidade de ser o candidato do grupo a Deputado Federal. Quando retornamos, era madrugada e o dia começava a clarear. Emir convidou-me a ficar em sua casa, mas preferi retornar a Vitória, pois tinha agendado outros contatos na Capital. Saí de Linhares com a quase certeza de que contaria com o apoio do Deputado linharenses. O casal Emir-Terezinha foi importante na minha vida, companheiros solidários em todos os momentos, deles não faltando nunca uma palavra de apoio e incentivo. Com o passar dos anos a amizade estreitou-se e a nossa relação familiar permanece, pois dedicamos a Terezinha, após o falecimento de Emir, amizade envolta em gratidão, na celebração de vínculos perenes.

Voltando à eleição. Participei ativamente da campanha linharenses, após Emir me dizer que teria votos de seu grupo político. Fiz diversas viagens ao município, algumas delas à noite, sempre tendo ao nosso lado Zé Vasquinho, cheio de entusiasmo pela eleição. Conheci São Rafael, Rio Quartel, Canivete, Aviso, Lagoa, Farias, Pontal e tantas localidades que encheram os olhos do candidato noviço. A atenção dispensada a Linhares e o trabalho de Emir e Terezinha, secundados por Zé Vasquinho e Maria, produziram resultado eleitoral exitoso.

Para um candidato desconhecido e tentando as urnas pela primeira vez, obtive cerca de 2,5 mil votos, que serviram para paten-tear a liderança de Emir. A partir de então, Emir e Terezinha tornaram-se merecedores do nosso carinho. O Deputado Emir, por

mim homenageado recentemente com seu nome dado a auditório na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, da qual foi presidente e participante de prestígio incomum, esteve a meu lado em reiteradas oportunidades. Quando eu estava no Governo do Espírito Santo, presidiu a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e em vários episódios foi conselheiro hábil e cauteloso, orientando-me na solução de problemas inerentes ao desempenho do mandato.

Quando das chuvas de 1979, verdadeiro dilúvio para o Estado, fazendo com que o rio Doce inundasse as terras ribeirinhas, Emir, ao meu lado, comandou a operação de assistência ao povo linharesense, voando de helicóptero inúmeras vezes, a fim de que não houvesse prejuízos maiores, inclusive perdas de vida. Ao contrário de noticiário alarmista veiculado por pessoas inescrupulosas e falseadoras da verdade, não ocorreu qualquer óbito por falta de assistência, visto que a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, ao lado do Governo estadual, com a participação dedicada e incansável de Emir, assistiram a todos os flagelados.

Emir foi figura exponencial da política capixaba, atuando como dirigente partidário, Deputado Estadual várias vezes, presidente da Assembleia Legislativa, secretário de Estado e Prefeito municipal. De se anotar que nunca quis alçar vôo maior, afirmando fidelidade à terra adotiva que amou, já que era baiano de nascimento. Deixou em Linhares marcas indeléveis da sua atividade construtiva, destacando-se a área do ensino, objeto de muito empenho do trabalho político que realizou.

O clima emocional que envolve candidatos às vésperas da eleição é algo quase indescritível. Os contatos, a expectativa de apoio, providências da remessa de propaganda, atendimento às lideranças, tudo representa um mundo nervoso, em que as horas voam, na espera do resultado final. A apuração da eleição foi dramática. Alegrias e decepções se somaram para, no final, selar o resultado

da eleição de 1966 para Deputado Federal, depois de renhida disputa com o Deputado Floriano Rubim, com ambos aguardando o resultado de Barra de São Francisco, município que retardou por demais o envio do boletim dos sufrágios, provocando apreensão.

Era minha primeira disputa eleitoral não tinha malícia própria de políticos experientes, acreditava cegamente na lisura do pleito, entendia que o exercício democrático não permitia qualquer outro expediente, a não ser a legitimidade dos votos.

Na contagem geral, consegui estabelecer diferença de cerca de mil votos para Floriano Rubim, apenas à espera do mapa final de Barra de São Francisco. Finalmente veio o resultado. Computados os sufrágios registrados nos boletins eleitorais perdi a eleição por cerca de 150 votos, pois Floriano obtivera em Barra de São Francisco bom resultado, enquanto eu, que ali trabalhei dedicadamente, não passei dos duzentos votos, apesar do esforço do colega e amigo, advogado Nacyr Amm.

Restava-me o consolo de ser o primeiro suplente da Aliança Renovadora Nacional – ARENA.

Encerrado o pleito, fui procurado pelo Deputado Vicente Silveira, que não se conformava com minha derrota. Queria recorrer, examinar as falhas do processo eleitoral, principalmente no município de Barra de São Francisco, enfim demonstrava uma irresignação que chegava a me contagiar. Contudo, se a política é fascinante e maravilhosa, por outro lado oferece meandros aparentemente inexplicáveis. O então Governador Christiano Dias Lopes Filho não desejava que eu alcançasse a Câmara Federal, pretendendo para mim o imobilismo da primeira suplência.

Proclamados os resultados e empossados os eleitos, comecei a viver a trajetória de primeiro suplente, mas percebendo claramente que dificilmente iria ocupar cadeira na Câmara dos De-

putados por iniciativa voluntária dos titulares. Acresça-se - era fato público e notório - que o Governador Dias Lopes não nutria simpatia pelo meu nome.

Ao lado de Geraldo Correia Lima e Lúcia de Barros voltei à advocacia, sempre contando com a compreensão e o estímulo de João Santos Filho, que me confortava dizendo que o resultado devia ser recebido com alegria, pois para quem disputou sua primeira eleição mirando o Congresso Nacional, o resultado conseguido era uma vitória.

A primeira suplência da ARENA representou valiosa lição de humildade. Compreendi que a ambição dos homens cede lugar à resignação e tolerância. Entendi, como John Lennon que, “os sonhos nunca acabam, eles sempre recomeçam”.

CUPIM DE AÇO

VITÓRIA NA SEGUNDA CANDIDATURA

● OPOSIÇÃO AO GOVERNO DE
CHRISTIANO DIAS LOPES



● A RODA VIVA DAS
VIAGENS AO INTERIOR



● ABERTO O CAMINHO PARA
BRASÍLIA, A META

Voltei a falar com João Santos Filho, externando meu desejo de continuar lutando. De ir em frente, mesmo que o Governador da época fosse tão pouco receptivo ao meu nome. João, olhos indagadores, João, inteligência privilegiada, amigo fraterno, fitou-me com vagar e, num abraço de solidariedade, profetizou:

- Comece tudo de novo, mas dessa vez você lute para ser o Deputado mais votado.

Recomeçaram as viagens aos municípios. Não tinha sido eleito, mas queria dizer aos companheiros que não esquecia dos primeiros votos de confiança, que me julgava feliz com os mais de 15 mil sufrágios, afinal, para quem iniciava até que era uma votação auspiciosa.

Em Montanha começa a longa viagem de agradecimento do candidato que não foi eleito. Quem nos recebia, de braços abertos, a mim e Irene, era José de Oliveira Matos (Zequinha) e Helena, sua mulher, ao lado de companheiros do norte.

A poética Conceição da Barra, dos queridos Adolfo Serra, Humberto Serra e Euclides dos Santos, aparece diante dos olhos. Os cajueiros tomam conta da paisagem, como se fossem a imagem cronicada vista por Bernadette Lyra, filha genuína da terra

barrense. A recordação faz com que vivam Euclides dos Santos, o Quidinho, e José Luiz da Costa, o Zé Miranda.

Mais um pouco abaixo, São Mateus do rio Cricaré, a casa generosa dos Silvares, onde no portal de entrada Roberto nos recebia efusivamente, ao lado de Nair, Dora e Isolda, suas irmãs.

Linhares do afeto permanente de Emir e Terezinha, acolitando a lembrança das grandes campanhas.

Pedro Sossai, Oclarindo Altoé, Dilo Binda, Antônio Wady Jarjura, Belmiro Teixeira Pimenta, Paulo Stefenoni, João Meneghelli, Alberto Andrade da Silva Freire, Jerônimo Seidel, Vicente Amaro, Manoel Edwirges Ferreira, Antônio Valli, Levi Lima, Antônio Henrique Pereira, o Tuti (pai do prefeito Edinho e avô do Deputado Estadual Luciano Pereira), Joaquim Batista de Souza (Nen-zo), Dário Martinelli, alguns vivos, outros mortos. Muitos companheiros inominados, mas presentes na lembrança e gratidão.

No retorno a Vitória – coração palpitando de felicidade pelo agradecimento feito – a decisão crescida no sofrimento da indiferença governamental: ficar contra o Governador. Na entrevista coletiva de um jornalista só, Rogério Medeiros, declarei no restaurante “Panela de Barro”, situado na escadaria Maria Ortiz, que naquele momento rompia com o Governador Dias Lopes. No dia seguinte, ironizando, Christiano afirmava que não se preocupava com meu gesto, pois não tinha voto sequer para ser Vereador de Muquiçaba, alusão feita ao fato de Guarapari ter sido meu berço político.

Decorridos meses, a situação política estava configurada e encontrava-me em oposição ao Governo Christiano Dias Lopes Filho. Impelido pelo amor próprio continuei a manter contatos políticos, iniciando praticamente nova caminhada, agora com maior experiência. Fato político ajudou-me e foi decisivo para intensificar a maratona eleitoral. Alguns Deputados Estaduais

reclamavam do governo, começando a adotar linha de oposição. Dentre eles, Vicente Silveira, representante do município de Iúna. Nome inscrito na história política do Estado, sagaz, experiente, dono de inteligência política privilegiada e sempre buscando frases pitorescas, começou a urdir o movimento oposicionista chamado “Cupim de Aço”.

O “Cupim de Aço” iniciou com adesões de vários Deputados eleitos, Vereadores e Prefeitos municipais. Vicente, hábil e disposto, viajava e fazia contatos, fortalecendo a oposição. Desde o primeiro instante pressenti o “Cupim de Aço” como suporte válido para nova candidatura a Deputado Federal, visto que o propósito do grupo era igual ao meu, ou seja, fazer oposição ao Governo estadual. Mesmo advogando, dei preferência à política e pude celebrar alianças valiosas, além de angariar amigos e novos companheiros.

Nomes de importância na política estadual, mesmo enfrentando a antipatia do Governador, começaram a fortalecer o “Cupim de Aço” surgido da criatividade de Vicente Silveira. Nos primeiros momentos o integraram os Deputados Celso Borges, de Baixo Guandu; José Merçon Vieira, de Barra de São Francisco; José Moraes e Walter Bersan, além de políticos municipais como Pedro Ramos e Zeferino Vetoracci. Após 1966, o “Cupim de Aço” cresceu bastante e devido ao meu descompromisso com o Governo fui ocupando áreas valiosas de liderança no interior do Estado.

Vicente Silveira, Pedro Juvenal Machado Ramos – responsável pelo registro da chapa junto a Jarbas Pires Martins, então secretário da ARENA -, o incansável Paulo Barros, o tranquilo Danilo Monteiro de Castro e José Moraes, numa reunião deliberaram a criação oficial do “Cupim de Aço” perante o diretório estadual da ARENA. Estava instaurada a dissidência, que guardou adeptos e defensores fervorosos.

Veio a eleição do diretório da ARENA. O Governador sonhava

com chapa única. Mas Vicente Silveira, acompanhado de perto por Paulo Barros – que falta faz à vida política do Estado! - e Pedro Ramos disputaram, ao nosso lado e de outros companheiros, a eleição partidária e o resultado foi empate inesperado, pois o Governo tinha se preparado para esmagar os “cupins de aço”. Só não foi eleito o presidente do nosso grupo, o saudoso Wilson Cunha, porque Rubens Rangel – figura veneranda da nossa chapa – à última hora entendeu que o melhor caminho era acompanhar o Governador.

Porém o grande passo tinha sido dado. O “Cupim de Aço” ganhou espaço político. Se não tinha votos para ser eleito Vereador em Muquiçaba, conforme afirmou o Governador Dias Lopes, pelo menos colaborei para dividir o diretório estadual da ARENA com o Governador...

A campanha visando as eleições de novembro de 1970 foi marcada por momentos emocionantes, noites mal dormidas, estradas-do-sem-fim, um nunca acabar de reuniões e comícios. Para alegria dos membros do “Cupim de Aço”, o sucessor do Governador Dias Lopes não era nome da sua preferência. Surpreendentemente para alguns, em Cachoeiro de Itapemirim, o engenheiro Arthur Carlos Gherardt Santos recebeu o comunicado oficial de que seria o Governador do Espírito Santo.

Adotando critérios pessoais, Arthur permitiu que o “Cupim de Aço” não sofresse o peso da máquina oficial. Abriu diálogo com o grupo dissidente e essa postura permitiu indicação consensual dos candidatos ao Senado, Eurico Rezende e João de Medeiros Calmon. O “Cupim de Aço”, capitaneado por Vicente Silveira e Paulo Barros, mostrava simpatia acentuada pelo nome de Raul Giuberti, que só não foi candidato em face dos vinte e oito votos do grupo, que decidiram a escolha de Calmon.

Durante a campanha para Deputado Federal, dois fatos mar-

caram fortemente a trajetória dos acontecimentos. Em Barra de São Francisco, usando linguagem violenta, o Governador Dias Lopes conclamou o povo a esfregar minha língua no asfalto até sangrar, visto que, na véspera, formulei duras críticas à construção da estrada local.

O conselho não foi acatado, pois mais tarde, abertas as urnas, consegui três mil e duzentos votos contra cento e noventa e cinco votos, superando o candidato do Governador.

Na distante localidade de Santana, em Conceição da Barra, o rádio transmitiu a notícia. O Presidente Costa e Silva tinha assinado o Ato Institucional nº 5 – AI-5, fechando o Congresso Nacional. Olhei para Irene, ainda cansada da noite mal dormida e perguntei:

- O que vamos fazer agora?

Irene, refeita, foi incisiva:

- Continuar a campanha. Um dia eles abrem o Congresso e aí vão nos encontrar bem adiantados em nosso trabalho.

Numa tarde quente, no Tribunal Regional Eleitoral, sob a Presidência do Desembargador Carlos Aboudib, foi sorteado meu novo número como candidato a Deputado Federal, isso porque o Congresso tinha sido reaberto e o processo político recomeçava a fluir normalmente. As três pedras escolhidas por uma criança indicaram: 1, 2, 3. Evidentemente, Deus estava ao meu lado.

Comícios. Reuniões. Viagens. A última semana da campanha registrou angústia que somente os candidatos sentem. No apartamento do edifício Moscoso, à avenida República, confidenciei para minha mulher:

- E se o nosso trabalho não der certo?

Zeferino Vetoracci, de Anchieta, que estava ao nosso lado, adiantou-se na resposta:

- Se depender do meu município o senhor já é Deputado Federal.

No dia da eleição, Luiz Buaiz, amigo de todas as horas, percorreu comigo os locais onde estavam instaladas as urnas de Vitória. Muita gente sorrindo. Isso é bom sinal em eleição.

Na sala do edifício Banco Mineiro da Produção, onde funcionava meu escritório de advocacia, foi instalado o quartel general que comandava o esquema da Grande Vitória. Os primeiros companheiros que chegaram eram liderados por Ascendino Fagundes, o “Sargento Carioca”.

Às 12 horas do primeiro dia de apuração os boletins e informações que chegavam me davam conta de um total de quinze mil votos, quase o dobro do segundo colocado da ARENA. Senti, pela primeira vez, o doce gosto da vitória. O esforço, a luta, a persistência, não tinham sido em vão.

No primeiro dia de apuração eu estava tranquilo. As boas notícias do interior chegavam com frequência. Os companheiros, ruidosos, comemoravam a vitória.

O sono naquele distante 16 de novembro de 1970 foi pesado, compensador das noites mal dormidas. Contudo, a sensação da vitória através das urnas é intraduzível, uma vontade imensa de sorrir e de chorar, ao mesmo tempo.

A apuração do pleito de 15 de novembro de 1970 ainda não tinha acabado, mas episódio doloroso obrigou-me a partir logo para Brasília, a fim de ocupar a cadeira do Deputado Raimundo Andrade, cujo suicídio, em Cachoeiro de Itapemirim, consternou o Espírito Santo inteiro. Soube da notícia em São Gabriel da Palha.

BRASÍLIA

O DESLUMBRAMENTO

● EMOÇÃO DO ENCONTRO
COM A CAPITAL FEDERAL



● A CÂMARA DOS DEPUTADOS
SE REVELA POR INTEIRO



● MANDATO RELÂMPAGO APÓS
A VITÓRIA NAS ELEIÇÕES

Em companhia de Irene, dirigindo a velha Rural surrada da campanha, na madrugada de 21 de novembro iniciamos com emoção a primeira viagem para Brasília, percorrendo o longo caminho da BR-262. Tudo era novidade pois o meu mundo, sendo o Espírito Santo, apenas conhecia três Estados: Minas, Rio e São Paulo.

No trecho entre Ponte Nova e Ouro Preto um temporal violento fez-nos temer pela segurança da viagem. A chuva varria o asfalto, as árvores endoideceram, vergadas pelos ventos. Não conhecendo o trajeto, aventei a ideia de dormir em Mariana, mas Irene animou-me a prosseguir, com o dia escurecendo assustadoramente.

Contornamos Belo Horizonte e na noite negra o farol mostrou a placa : “Brasília – 720 km”. O coração bateu forte.

A segunda etapa da viagem ao mundo desconhecido começava ali. O pernoite foi em Três Lagoas, uma cidade simpática, quase ao lado da estrada. Os primeiros alvares do dia 22 de novembro de 1970 nos encontraram perto de Felixlândia, cidade que se tornaria tristemente lembrada por mim, após acidente automobilístico que quase rouba a vida de meu pai. Mas isso seria mais adiante, um ano e meio depois.

A suntuosidade da barragem de Três Marias, o rio São Francisco (da integração nacional). Árvores baixas do Cerrado, fronteira Minas-Goiás. A tarde caindo e a velha Rural já cansada pedia quase por misericórdia que Brasília chegasse logo. Que paisagem diferente, árvores descarnadas, terra vermelha, o sol morrendo no poente com melancolia e beleza! Quando a noite desceu, um clarão despontou ao longe. Irene e eu nos entreolhamos. Exaustos pelo longo trajeto, mesmo assim não cansamos de ler as placas de sinalização, referência das cidades e estradas.

Luziânia. Que nome bonito! Brasília estava a poucos quilômetros e a noite acentuava o contraste dos faróis que se entrecruzavam. Mais faróis, os carros aumentando em número. O clarão de Brasília já era um festival de luminosidade.

De repente a Rural ganha um ponto mais alto, desvio o carro para o acostamento e desligo a chave do motor. De mãos dadas, emocionados, quase chorando, lá embaixo eu e Irene vimos as primeiras luzes de Brasília.

Fiz uma prece íntima pedindo a Deus que abençoasse minha família na nova terra, onde iria exercer o honroso mandato de representante do Espírito Santo no Congresso Nacional. A Rural retomou o percurso da rota asfaltada, centenas de postes acesos, iluminação feérica, os aviões procurando o aeroporto, o Eixo Central de Brasília (que imponência!), e onde ficava esse Hotel Nacional, na cidade encantada, na cidade do futuro?

Após percorrer o Eixo Central, vendo o Hotel Nacional, não conseguir descobrir o caminho para alcançá-lo, apesar de tão perto dos meus olhos. Rodei alguns minutos procurando uma entrada que não surgia. Impaciente e querendo logo chegar ao hotel, não tive dúvida: engrenei a tração quádrupla da Rural Willis e passei por cima do longo gramado que me separava do Nacional, saindo exatamente no estacionamento reservado aos hóspedes.

Inobstante a transgressão à norma de trânsito, que hoje me acarretaria elevada multa, senti-me vitorioso e feliz quando desliguei o motor cansado do veículo que suportou heroicamente o trecho Vitória-Brasília sem apresentar qualquer problema.

Na manhã seguinte, através da janela do Hotel Nacional, ainda sonolento e exausto da longa viagem, vi o nascer do sol, que, em Brasília, é festa de cores. Ele surge de repente, num céu violeta-avermelhado. Olhamos o mundo maravilhoso de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, com a estupefação dos provincianos. Irene e eu não sabíamos que ali iríamos viver, num curto período de três anos e meio, grandes dores e grandes alegrias.

No primeiro dia de Brasília tudo era novidade. O terno de posse foi repassado e nos limitamos a conhecer o interior do Hotel Nacional. Depois do almoço, o curto e difícil trajeto até a Câmara dos Deputados, desta vez já ciceroneados por um amigo.

O tráfego da Capital federal, apesar da racionalização, leva tempo para ser assimilado. Utilizando as tesouras de concreto as emoções foram acontecendo: a rodoviária, a catedral de Brasília, a esplanada dos Ministérios (destaque para os da Justiça e Relações Exteriores). Uma volta pela Praça dos Três Poderes e, finalmente, o fascinante prédio do Congresso Nacional. Entrei na Câmara dos Deputados como se tivesse ingressando num templo religioso: com fé e respeito. Sabia que os primeiros passos assinalavam o início da longa, áspera e gratificante caminhada de minha vida pública.

Na tarde do dia 23 de novembro de 1970, com juramento prestado perante o Presidente da Câmara, Deputado Pereira Lopes, começava para mim o curto mandato de 12 dias da 6ª Legislatura, respaldado pelo fato de saber que a minha votação, apesar da apuração ainda continuar no Espírito Santo, já me credenciava como o Deputado Federal capixaba mais votado para a 7ª Legislatura – 1971/1975.

Logo em seguida o ritual de praxe. Apresentação aos novos colegas e funcionários. A mecânica administrativa. O Secretário-geral da Câmara era Luciano Brandão, que mais tarde foi conselheiro do Tribunal de Contas da União. Ele me iniciou com sua amizade nos meandros da Casa.

Convidado pelos jornalistas, dirigi-me ao comitê de imprensa para as primeiras declarações. Lembro-me que foi Antônio Carlos Scartezini, que no “Jornal do Brasil”, no dia seguinte, na coluna “Gente”, escreveu as primeiras linhas sobre o novo Deputado. Intriguei-me com a forma pela qual ele começou a matéria. “De sapato novo, extrovertido...” Não resisti e no mesmo dia perguntei a Scartezini:

- Por que você sabia que o sapato era novo?

Scartezini satisfez minha curiosidade.

- Ao cruzar as pernas, vi na sola o papel do preço.

Na pressa, a emoção fez-me esquecer do detalhe de remover o preço do sapato de posse.

O retorno ao Espírito Santo foi cercado de carinho, no meio de homenagens e festas de regozijo pela votação alcançada, que me deu a condição de Deputado Federal mais votado na eleição de 15 de novembro de 1970.

Ao receber o diploma das mãos do Desembargador Carlos Aboudib, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, no dia 10 de dezembro, constava o seguinte: votos apurados: 238.368; legendas partidárias: 161.716. Minha votação final: 33.067.

Um resultado emocionante, que cumpria a previsão de João Santos Filho, quatro anos antes.

Com o diploma, o Desembargador Carlos Aboudib, amigo diletto, entregou-me um bilhete. A letra inconfundível de Aboudib trazia profecia que também se tornaria realidade,

quatro anos depois:

- Quero vê-lo recebendo futuramente o diploma de Governador do Estado.

Em companhia da família, fui passar o recesso da Câmara em Guarapari, município onde integrei o primeiro diretório político, tendo como companheiros Pedro Ramos, Benedito Soter Lyra, Hamilton Lyra Coutinho, Manoel Duarte Matos, Hélio Rodrigues – vocação vibrante de homem público – Algemiro Bandeira, Anito Marques e tantos outros que seria difícil enumerá-los. Aprendi ali a respeitar adversários valorosos como Maurice Santos, que mais tarde se tornou meu amigo.

No pequeno apartamento do edifício Caparaó, situado na Praia das Castanheiras, recebi amigos de todas as partes. Danilo Monteiro de Castro (Iconha), Zeferino Vetoracci (Anchieta), Antônio Nogueiros Neto (Alfredo Chaves), Nelcey Porto (Presidente Kennedy), Alzerino Peçanha (Rio Novo do Sul) e Ely Junqueira (Mimoso do Sul). Eram os companheiros do sul. Em Guarapari estreitei amizade com o também recém-eleito Deputado Adalberto Simão Nader, do MDB. Adalberto e Elza formavam casal identificado com a política.

Encerrado o recesso, embarquei para Brasília acompanhado de Irene, Adalberto e o jornalista Cláudio Bueno Rocha para a sessão solene da abertura da 7ª Legislatura (1971-1975). Como sempre, de automóvel, pois o medo de viajar de avião era quase invencível. Fomos num TL azul, tranquilo e veloz. Cláudio encantava-nos com sua prosa inteligente, quando, à altura de Ouro Preto, Adalberto começou a passar mal, com dores no fígado. Lamentava a ausência de Elza que, com gravidez adiantada, não pôde nos acompanhar. Medicado numa farmácia na cidade-reliquia, pediu-me que prosseguisse. Queria chegar logo em Brasília. Cláudio Bueno também incentivou a ideia de prosseguir até onde houvesse ânimo para dirigir. Noite alta, paramos em Três Marias, com

Adalberto manifestando maior disposição e menos dores.

Após esse pernoite rumamos para o hotel Nacional, em Brasília, nosso destino final. No mesmo dia tomamos posse coletiva na Câmara, eu e Adalberto lado a lado. Após o juramento, ele apontou para uma cadeira no plenário e disse:

- Aquela é minha; quem me deu foi o povo do Espírito Santo.

A cadeira de Adalberto lhe pertenceu apenas por dois dias. Tivemos que retornar a Vitória após travarmos conhecimento, no Hotel Nacional, com os primeiros colegas Deputados: Miro Teixeira, Rubem Medina, Léo Simões, Henrique Alves, José Camargo, Célio Borja e mais alguns cujos nomes me fogem. Adalberto na viagem de volta reclamou da dor novamente. Deixei-o em Guarapari na sua casa de Muquiçaba, Elza esperando-o no portão. Foi a última vez que o vi com aquele sorriso de menino tímido.

Quando retornei do interior, após uma viagem de cinco dias, a notícia desagradável: Adalberto tinha sido hospitalizado com urgência. Só tive coragem de voltar a ver Adalberto no hospital São José na véspera de retornar a Brasília. Ele tinha combinado morar comigo até junho, quando Elza já estaria livre da gravidez. Queria que o filho nascesse no Espírito Santo. Adalberto, pálido, tendo ao lado Solon Borges e Luiz Buaiz, ao ver-me estendeu a mão e apertou a minha. Penso que vi lágrima em seus olhos. Disse-me:

- Tome conta da minha cadeira. Não sei se vou poder voltar para Brasília.

Acompanhei, arrasado, o desenvolvimento do quadro de saúde de Adalberto Simão Nader. Diariamente me informava com Luiz Buaiz sobre o boletim médico e as notícias não eram animadoras. Já instalado em Brasília com a família morando no pequeno apartamento da quadra 406 sul, mesmo assim mantive a esperança da recuperação de Adalberto, tanto que um dos

quartos estava destinado a ele.

Chegando à Câmara um paraibano alto, vestido com jaleco característico dos médicos perguntou-me:

- O senhor que é o Deputado Elcio Alvares?

Quando respondi afirmativamente ele se identificou:

- Sou Pinheiro da Rocha, médico da Câmara e sei da sua amizade com o Deputado Adalberto, a quem visitei no Rio a pedido da Presidência da Casa. Quero dizer, respeitando seu sentimento, que o caso é irrecuperável.

Estremeci de dor. Não podia imaginar Adalberto praticamente nos braços da morte, tão cheio de ideal e esperança. Luiz Buaiz, que se encontrava no Rio de Janeiro ao lado de Adalberto, telefonou-me mais tarde, e apesar de querer suavizar a notícia, deixou a certeza de que o desenlace estava próximo. Adalberto morreu. Brasília nunca me pareceu tão sem graça!

Fiz o discurso na sessão especial em homenagem a Adalberto, com palavras repassadas de dor, saudade e amizade. A cadeira dele lá no plenário estava mais vazia do que nunca.

Elza Nader foi uma heroína. Enfrentou a vicissitude com galhardia. Pagou dívidas naturais do casal, honrou a memória de Adalberto como ninguém. Ingressei na Câmara sob o signo da dor. Antes, a morte de Raimundo Andrade. Agora, a do meu querido Adalberto.

Designado pelo Deputado Geraldo Freire, passei a integrar a Comissão de Constituição e Justiça, onde, em menos de sete meses já era o Líder do Governo e no Plenário ocupava a Vice-Liderança da ARENA. A passagem pela Comissão de Justiça constitui motivo de orgulho, pois ao lado de Djalma Marinho, Célio Borja, Lisâneas Maciel, José Bonifácio, J.G. de Araújo Jorge e tantos outros muito aprendi no exercício do mandato parlamentar.

Transcorria o primeiro ano de Brasília e numa noite, na casa do Senador Eurico Rezende, o telefone tocou. D. Maria chamou-me dizendo que era minha irmã, de Vitória. Senti um golpe quando Vera Lúcia, em prantos, me comunicou:

- Padrinho, mamãe está com uma doença muito ruim.

Abracei Irene desolado e, logo depois, novamente Luiz Buaiz confirmava pelo telefone o motivo de minha desdita. A remoção de mamãe para Brasília, foi questão de um dia. Ela, humilde e simples, após ter passado pelo raio X, não sabia o motivo real de tanta pressa na viagem. Disse-lhe que era uma úlcera no estômago e que precisava ser operada com urgência.

Mais uma vez surge o médico Pinheiro da Rocha, cujas mãos abençoadas operaram minha mãe. Oito horas na sala de cirurgia. Sete dias na Unidade de Recuperação, ainda por cima, um enfarte. Pinheiro, consolando-me na manhã de 7 de abril de 1970, afagou minha cabeça e arriscou uma esperança:

- Apesar da metástase, d. Maria pode ainda sobreviver uns dois anos.

Em face da gravidade da doença – câncer – as palavras de Pinheiro não deixavam de ser um consolo. As noites brancas e tristes, os corredores iluminados do Hospital Distrital de Brasília me marcaram. A dor nos faz humildes e nos aproxima de Deus. Pedi a Ele que não permitisse mamãe sofrer dores, pois sua vida tinha sido um exemplo de amor e bondade.

Durante a convalescença de mamãe estreitei amizade com Pinheiro da Rocha, que tinha sido Secretário de Saúde de Brasília. A vigília no hospital, que durou mais de trinta dias, proporcionou-me a convivência com uma figura humana incomum. Politizado, argumentando com inteligência, amor inexcedível à profissão, esse grande cirurgião brasileiro deu-me lições de patriotismo e respeito à vida pública. Foi, enquanto minha mãe viveu – numa

sobrevida excepcional de onze anos – seu anjo da guarda. O caso de mamãe depois de certo tempo foi objeto de discussões médicas e Pinheiro se extasiava com a vitalidade de d. Mariquinhas, cujo corpo frágil não dizia da resistência que tinha.

Pinheiro da Rocha, anos mais tarde, foi um dos médicos que participou da saga que levou à morte Tancredo Neves. Foi injustiçado pela mídia brasileira e recebeu algumas críticas da família de Tancredo. Por saber da sua dedicação profissional, o empenho ético em lidar com questões da medicina, posso imaginar o sofrimento íntimo desse cirurgião que colaborou para o milagre da sobrevida da minha mãe. Sabendo do seu merecimento, competência e postura moral, além do caráter firme, rendo-lhe aqui, de forma pálida, a homenagem de um filho agradecido.

Vivendo ainda as incertezas da cirurgia, mamãe voltou para o Espírito Santo em julho de 1970. Ela, que tinha medo de andar de avião, a exemplo do filho, ao lado de Irene orou de Brasília a Vitória. O salmo da Bíblia da sua preferência era o de número 91.

Mais uma vez a dor me atropelou. Dedicado com afinco ao cumprimento do mandato, no meu gabinete na Câmara recebi uma informação vaga. Papai, minha irmã Vera Lúcia e meus filhos Elcio Filho e Maria Laura (adotiva) tinham se acidentado em Felixlândia, Minas Gerais, quando viajavam de Rural para o Espírito Santo. Fiquei transtornado querendo saber de notícias que chegavam através da Presidência da Casa. Os meninos estavam bem, mas papai tinha sido encaminhado a Belo Horizonte onde se encontrava na expectativa de amputar um braço.

Venci o percurso Brasília-Belo Horizonte em tempo recorde. No hospital encontrei Vera Lúcia ainda traumatizada e papai praticamente abandonado num quarto, irreconhecível na dor e desespero. Contando agora com o apoio de Ozanam Coelho, amigo de papai e meu colega de Câmara, que mais tarde veio a ser

Governador de Minas Gerais, imediatamente transportei-o para Brasília, após certificar-me de que Elcinho, Vera Lúcia e Maria Laura nada tinham sofrido, senão susto.

Quando chegamos em Brasília, Pinheiro da Rocha já nos esperava e papai foi internado no hospital Sara Kubitscheck, que depois veio a se transformar em fundação, num projeto do qual participei ativamente como Senador da República. Pinheiro convocou um colega seu, dr. Mendonça, ortopedista, e foi feita avaliação inicial. O braço de Ulysses sofreu graves lesões mas havia uma possibilidade entre mil de não amputá-lo. A lâmina da pulseira do relógio deixou o osso à mostra. E ela ocorreu, talvez porque papai na fé do seu espírito forte sempre dizia aos médicos:

- Tudo, menos cortar meu braço. Preciso dele, sou mecânico.

A cirurgia foi dolorosa, com recomposição de tecidos, músculos e nervos. Comecei nova vigília hospitalar. Desta vez não era o Hospital Distrital de Brasília – HDB, mas sim o Sara Kubitscheck. Após seis meses de exercícios fisioterápicos papai voltou a Vitória para reencontrar mamãe, que, no apartamento do edifício Moscoso, na avenida República, chegou a preparar uma festinha para comemorar a chegada do marido recuperado. Orei e agradeçi a Deus os milagres de minha mãe e meu pai e pedi, com fervor, que Deus me poupasse de novas angústias e dores.

Sei que recebi a graça e o livramento.

Mudamos da quadra 406 sul para a 302 norte. Na verdade, fomos os primeiros moradores do conjunto de prédios destinados aos Deputados.

Escolhido pelos jornalistas como um dos dez melhores Deputados em 1972 e 1973, fui indicado como relator do projeto que dispunha sobre o Colégio Eleitoral que escolheu o Presidente Ernesto Geisel. O destino começava a tecer a urdidura do processo que me levaria, em 1974, à governadoria do Estado.

ENIGMA POLÍTICO

A SUCESSÃO DE ARTHUR CARLOS

● ENCONTRO COM GOLBERY
DO COUTO E SILVA



● A VINDA AO ESTADO DA
MISSÃO PETRÔNIO PORTELA



● DÚVIDAS SOBRE QUEM SERIA
O NOVO GOVERNADOR

A partir de 1973 a sucessão do Governador Arthur Carlos passou a ser objeto da atenção do mundo político. Regulamentado o Colégio Eleitoral, como já era esperado foi eleito Presidente da República o General Ernesto Geisel, que entregou a coordenação política da ARENA, na área parlamentar, ao Senador Petrônio Portella, substituto do Senador Filinto Muller, que faleceu no mês de julho num desastre aéreo nas imediações do aeroporto de Paris.

Em companhia de Irene compareci a uma recepção no Itamaraty onde praticamente se encontrava o mundo administrativo e político do País. O Presidente Ernesto Geisel era o centro das atenções. Lembro-me que Irene buscou-me numa roda de amigos dizendo que um dos Ministros do Presidente desejava falar-me. Dirigi-me ao salão lateral e lá encontrei o homem de cabelos grisalhos e olhos argutos, por quem logo simpatizei. Com voz pausada, interrompendo a conversa que mantinha com várias pessoas, gracejou com Irene e de forma objetiva formulou o convite:

- Vejo que não tardou a encontrar seu marido. Deputado Elcio, gostaria de convidá-lo para uma conversa no meu gabinete. Fale com a Lourdinha, minha secretária, que ela marca a audiência.

O Ministro, diante de mim era exatamente Golbery do Couto

e Silva, um dos homens públicos mais fascinantes da vida política brasileira.

Vivendo a emoção natural dos que privam a primeira vez com Golbery, não deixei de notar a simplicidade da sua sala de trabalho. Daquele recinto, tão acanhado para as relevantes funções que exercia, Golbery colaborou com brilhantismo para valorização da classe política, competindo-lhe grande parcela de responsabilidade no processo de abertura.

Golbery era um mestre, suas palavras deviam ser ouvidas com atenção. Íntimo do poder por longo período da vida brasileira, soube tratá-lo com desenvoltura e inteligência.

Conversamos bastante, pois minha audiência era a última, sem o atropelo comum da hora aprazada. Quando deixei o gabinete despedi-me das secretárias e iniciei conhecimento com Alberto Costa, genro de Golbery, e Juca Mamede, que mais tarde seriam dois colaboradores do Espírito Santo.

Pressenti que alguma coisa importante iria acontecer, já que o Ministro Golbery demonstrou conhecer de perto a atuação que desenvolvia no Plenário e na Comissão de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados, quem sabe devido à minha amizade com o Deputado Célio Borja, de quem Golbery era bastante próximo. Célio Borja veio a ser Ministro do Supremo Tribunal Federal algum tempo depois.

No debate das leis eleitorais – e isso sempre ocorre no Congresso às vésperas de qualquer pleito – cresceu minha aproximação com o Senador Petrônio Portella, presidente da ARENA.

No Espírito Santo a sucessão fervilhava. Uma penca de candidatos frequentava os comentários. O Governador Arthur Carlos elaborou lista com cerca de dezesseis nomes (tenho dúvida se meu constava dela), não escondendo simpatia em favor do então Prefeito Chrisógono Teixeira da Cruz, que realizava administração

aprovada pelos habitantes de Vitória. O nome do Senador Eurico Rezende aparecia em todas as listas. A sucessão pelo processo indireto era realmente coisa complicada. A bolsa de cotação oscilava diariamente ao sabor de interesses de grupos e de pessoas.

O conflito de candidatos no Estado ia crescendo de forma ameaçadora para os destinos da ARENA, o que também ocorria em outras partes do País. Daí ter surgido a missão Petrônio Portella, a todos os Estados brasileiros, numa peregrinação cercada de curiosidade, nascendo, in loco, o famoso consenso, como forma encontrada para aparar divergências.

Petrônio Portella foi político que marcou época. Egresso do Piauí, sonhou grande e muitos garantem que alimentava a secreta esperança de ser o primeiro civil Presidente da República após a Revolução. No Senado, seu gabinete era dividido estrategicamente, havendo uma pequena sala para recolhimento das confidências dos que iam procurá-lo. Petrônio sabia manejar o diálogo, obtendo a solução que lhe parecia ideal. Fazia isso com habilidade, sem atritos, somando sempre.

Manifestei-lhe simpatia aberta pela candidatura do Senador Eurico Rezende quando surgiram os primeiros problemas com a sucessão no Espírito Santo, o que lhe agradou sobremodo pois nunca escondeu sua amizade com o colega Vice-líder.

Cumprindo esquema estimulado pelo Planalto, Petrônio Portella, presidente da ARENA, em companhia do secretário, Deputado Marco Maciel, que mais tarde veio a ser Governador de Pernambuco, Ministro e Senador da República, iniciaram o ciclo de visitas aos Estados, colhendo opiniões das lideranças locais. Complexa tarefa de consulta, dada a diversidade dos interesses que se manifestavam na disputa, mas que o famoso criador do consenso, com talento e objetividade, ia cumprindo a missão com rapidez e competência.

Os Estados onde a situação era mais tranquila foram os primeiros a serem visitados. O Espírito Santo complicou bastante pois a cada dia surgia nome novo na bolsa de cotações. Houve gente que chegou a listar cerca de trinta nomes.

Antes de visitar nosso Estado, Petrônio esteve no Amazonas, onde acidente curioso registrou-se na sua passagem pelo aeroporto de Manaus, quando um urubu chocou-se com a turbina do jato. Apesar dos percalços Petrônio chegou ao Espírito Santo.

Em Brasília já havia procurado Petrônio, informando-o de minha preferência pelo nome do Senador Eurico. Achava assim dispensável participar do confessionário que se instalou na Assembleia Legislativa em fins de abril de 1974.

Na véspera do dia que Petrônio esteve no Espírito Santo um amigo telefonou-me dizendo que era fundamental a audiência com Petrônio Portella, mas em Vitória. Tentei ponderar alegando que minha opinião era conhecida. Contudo o amigo, imperativo, solicitou que meu embarque se desse logo. Antes de sair do prédio da SQN 302 o amigo voltou a telefonar-me:

- Vai, para você ir começando a pensar em ser o futuro Governador do Espírito Santo.

No meio de centenas de políticos, Petrônio ouviu a todos com paciência. Um dia inteiro de consultas. Comigo, que fui o último, Petrônio demorou meia hora. Hoje revelo: nada conversamos sobre sucessão.

O Senador fez um reforçado lanche do qual participei e, após olhar o relógio, significativamente falou:

- Já cumprimos nosso horário.

No dia seguinte Rogério Medeiros, correspondente do jornal “O Estado de São Paulo”, informava: Elcio é a solução Guazelli do Espírito Santo, numa alusão à escolha do Deputado Sinval Gua-

zelli para o Governo do Rio Grande do Sul.

Rogério foi um dos poucos que logo percebeu o rumo da sucessão capixaba.

Exatamente quarenta e três pessoas foram ouvidas no Espírito Santo pelo Senador Petrônio Portella.

No dia 17 de abril de 1974, às 12 horas, o Governador Arthur Carlos entrou no gabinete do Senador Petrônio Portella para entregar uma lista com mais de dez nomes, segundo declarou aos jornalistas. Não sei se meu nome estava entre os listados, o fato é que a sucessão do Estado chegou a preocupar pela não obtenção de consenso. Consta até que foi pedida uma nova lista.

Depois da visita do Presidente da ARENA ao Estado, Brasília transformou-se no polo de conversas, fórmulas, acordos, enfim uma babel política como nunca se viu. Sabendo por intermédio de amigos da impossibilidade da indicação do Senador Eurico Rezende, por motivos que até hoje desconheço, fui estimulado a me manter em silêncio, pois havia sinais evidentes que meu nome ganhava nítida vantagem na disputa. Enquanto os candidatos frequentavam as colunas dos jornais numa espera que durou 51 dias, mais crescia a certeza da minha indicação. Irene, bastante intrigada, ouvia longas conversas que se faziam ao telefone madrugada adentro.

A propósito, com a participação do Senador Eurico Rezende, Moacyr Dalla e outros Deputados Federais, chegou a acontecer uma reunião na casa do Deputado Osvaldo Zanello, que se mostrava abertamente contrário ao meu nome, que a essa altura começava a circular de forma reservada. Depois de acalorados debates ficou alinhavado o entendimento – sem posições definitivas – apontando o Deputado Moacyr Dalla como candidato do consenso. Essa decisão devia ser levada a Petrônio Portella por intermédio do Senador Rezende. O que aconteceu, não sei, mas

os Deputados José Carlos da Fonseca e José Tasso de Andrade – segundo tive conhecimento – não compareceram à reunião matutina. No gabinete de José Carlos, então terceiro secretário da Câmara, as reuniões ganhavam ritmo acelerado. À zero hora do dia 6 de junho de 1974 um grupo de políticos foi à residência de Petrônio, na SQS 309, e entregou uma lista onde meu nome constava no último lugar.

A SURPRESA

ELCIO, GOVERNADOR

● FESTA NA CHEGADA AO
AEROPORTO DE VITÓRIA



● DELICADA TAREFA DE ESCOLHER
NOVA EQUIPE DE GOVERNO



● O OTIMISMO VENCE
AS DIFICULDADES

Logo em seguida José Carlos da Fonseca e eu recebemos convite para café da manhã no apartamento de Petrônio Portella. Exausto, não consegui dormir e ao lado de Irene vivi os momentos derradeiros da longa espera. Às 7 horas pontualmente chegamos à casa de Petrônio, sendo atendidos por d. Iracema, sua mulher. Começou para mim a torrente de emoções. Nem bem iniciamos a conversa - Petrônio se preparava para seguir às 10 horas para Minas Gerais -, o telefone tocou e d. Iracema falou ao marido:

- O Presidente quer falar com você.

Entreolhamo-nos, José Carlos e eu.

Minutos após - pareceu uma verdadeira eternidade - Petrônio retornou e virando-se para José Carlos, sugeriu:

- Fonseca, abrace o futuro Governador do seu Estado.

Lembro que não contive o choro, interrompido por Petrônio, ao dirigir-se a d. Iracema:

- Cema, ligue para d. Irene que quero lhe dar a boa notícia.

Alayde Ewald, minha cunhada, recebeu a chamada. Irene, cansada da noite de vigília, foi acordada com o recado de que o Senador Portella queria falar com ela. A voz pausada e arrastada do

grande político fez-se ouvir, com carinho:

- D. Irene, isto é hora da primeira dama do Espírito Santo estar dormindo?

Era a revelação, o término de um longo processo de inquietações e dúvidas.

O dia 6 de junho de 1974 foi memorável. Pedi consentimento a Petrônio e fiz a primeira chamada, já como Governador indicado do Espírito Santo. Liguei para mamãe e, ao ouvir sua voz, roguei a bênção e não consegui continuar a frase. A emoção tornou-me mudo e ela, na sua simplicidade, perguntou, como todos os capixabas perguntavam:

- Afinal, meu filho, quem é o homem?

Somei forças e diante da emoção que envolvia José Carlos da Fonseca, Petrônio e d. Iracema, balbuciei:

- Mãe, sou eu o Governador.

E ela, sem maiores indagações, tranquila, abençoou-me:

- Pois então Deus o proteja, meu filho.

O avião em que Petrônio iria seguir para Minas não decolou, pois Belo Horizonte não apresentava teto.

Seguimos de carro, conforme decisão de Petrônio, para seu gabinete no Senado, onde os jornalistas esperavam a revelação do nome escolhido para o Espírito Santo. Tudo foi tão rápido, que gravei apenas o tumulto no gabinete. Abraços, cumprimentos. O beijo solidário de Irene, dos meus familiares, o aperto de mão dos amigos e companheiros. Na quadra 302 norte, por conta dos empregados do prédio, foguetes espoucavam.

O telefone do apartamento não parava de chamar. Consta da relação que possuo, os primeiros: Golbery do Couto e Silva, Armando Falcão, Arthur Carlos, d. Maria Lindenberg, d. Maria Rezende, João Santos Filho, Egle Rezende, Edmar de Souza (Ministro inte-

rino do Planejamento) e d. Maria Clementina Santos.

Os colegas da Câmara, jornalistas, um mundo de gente invadiu o apartamento. O telefone tocava ininterruptamente. Concedi várias entrevistas. Apesar do cansaço natural, queria atender a todos.

À noite, no silêncio do quarto, Irene e eu oramos juntos. Pedimos a Deus, com fervor, que nos abençoasse. Começava a sentir a grave responsabilidade de um governante, não com medo da tarefa, mas ciente do dever que crescia a cada hora. De um momento para outro não era mais o Deputado cheio de ilusões, era o administrador consciente do pesado encargo assumido. É incrível essa transformação, mas por outro lado ela dá mais força para lutar. Levei mais uma semana em Brasília, preparando os primeiros passos do futuro Governo e tomando as providências finais para a viagem ao Espírito Santo, a primeira depois de indicado Governador.

Na manhã fria de 14 de junho de 1974, ainda escuro o dia, o avião da VASP levantou vôo do aeroporto de Brasília. O nascer do sol fez esquecer em parte o medo de viajar de avião. Um espetáculo deslumbrante!

No Galeão o transbordo para a TRANSBRASIL. Eu e Irene sentamo-nos ao lado de Morena Espíndula, cuja alegria pela escolha tanto me estimulou na viagem.

Da janela do avião, Morena anunciou:

- Elcio, tem uma multidão lá fora para abraçá-lo.

A primeira pessoa que vi, chorando de emoção, foi Jonas Porfírio, meu amigo fiel de todas as horas que, na qualidade de presidente do Diretório Municipal da ARENA, coordenou a recepção festiva. Jonas é um homem singular e metódico. Não vê dificuldades para ser útil e prestativo, removendo obstáculos e afirmando, sempre, dedicação de amizade desinteressada.

Lembro-me entre outros, de Arthur Carlos e Maria Clementina, Luiz Buaiz (sempre presente em minha vida), Laércio e Maria José, Gustavo Wernesbach, Fernando Valbão, Milton Monjardim, Aldary Nunes, Antônio Wady Jarjura, Benedito Lyra, Carlito Von Schilgen, Dílio Penedo, Jarbas Pires Martins, Otto Rezende, Osny Mendes (amigo do mesmo naipe de Jonas Porfírio), professor Admercil Silva (Dáde), José Moraes, Desembargador Carlos Aboudib, Wallace Borges, d. Efy Carvalho, Jerônimo Seidel, o abraço emocionado dos meus pais, d. Inocência Radaelli da Silva, minha sogra, os alunos da Escola Cristo Redentor, Marcelo Mendes, Roque Dalmaso (de São Domingos), Lourinha, Zuzu, Tinho, os parentes, meu Deus tanta gente que seria difícil nominá-los um a um. Guardo-os na lembrança e no coração. O primeiro e último abraço da recepção reservei-os para Jonas Porfírio. Pela emoção inicial e o simbolismo da amizade agradecida.

Começava a odisseia da escolha do novo Governo.

Chegando a Vitória, ainda vivendo os momentos festivos da recepção coordenada por Jonas Porfírio e vários amigos, fomos morar no apartamento 706 do edifício Moscoso, na avenida República, que logo de início se mostrou pequeno, dado o volume de companheiros que nos procuravam.

À noite comparecemos à instalação da Feira dos Municípios, a última que se realizava sob orientação de Maria Clementina Santos. Visitamos as barracas, confraternizamos com o povo, havia curiosidade popular em torno da primeira aparição em público. Comemoramos de forma singular o aniversário de Irene que apagou a vela simbólica da nova idade.

No dia seguinte acertei com Arthur Carlos as primeiras providências para instalar a equipe provisória do novo Governo. O Governador autorizou a cessão de três salas no prédio da Secretaria de Transportes, em Bento Ferreira, e ali, enfrentando os per-

calços naturais, iniciou-se praticamente o Governo Elcio Alvares. Acredito que alguns não faziam fé no quadriênio que se esboçava e criou-se expectativa em torno das medidas preliminares. No gabinete, inicialmente trabalhavam Maria José Vellozo Lucas, Célia Cláudio Coelho, Esdras Leonor, Egle Rezende, Carmen Déa Schwambach, Ademar Soeiro e Mário Rodrigues Lopes.

Escolhi de imediato alguns assessores que seriam mais tarde Secretários de Estado. Convidei para os trabalhos preliminares Alberto Stange Junior, Armando Rabello, Luiz Buaziz, Romualdo Gianórdoli, Arabelo do Rosário, José Haddad Filho, Belmiro Teixeira Pimenta, Luiz Borges de Mendonça, Josmar Tótar, Laerce Machado, Paulo Miranda e Osman Francischetto de Magalhães. O Planejamento foi confiado a Alziro Vallejo, que veio a ser o presidente do Bandes.

Além de cuidar da parte administrativa, armei o esquema político. A indicação de Carlito Von Schilgen como Vice-Governador, que recebeu a notícia em sua residência, com a perna engessada, ocorreu no dia 5 de julho. Carlito sempre foi um homem de bem e lamento que dois episódios tenham se registrado no nosso relacionamento político. A sua renúncia ao cargo, antes de cumprido o mandato, que até hoje não entendi, e, após, o fato de não poder ajudá-lo na campanha de Governador, considerados os antecedentes da sua escolha que o colocaram na condição de candidato do Governador Eurico Rezende, na Convenção da ARENA, de 11 de junho de 1982.

No dia 25 de julho de 1974 anunciei o nome de José Carlos da Fonseca como candidato ao Senado, cumprindo entendimento mantido com o Senador Petrônio Portella.

Estranho mundo esse que se forma em torno do futuro Governador. As pessoas urdem teias inacreditáveis, versões disparatadas têm curso, tudo no afã de alcançar o Poder. O governante deve

se impermeabilizar aos elogios fáceis, ao incenso dos louvaminheiros, à ousadia dos incompetentes. Além desses, existem empresários, felizmente uma pequena minoria, que pretende manipular a classe política, sempre com pretexto de oferecer ajuda nas campanhas eleitorais. Tentei fazer o melhor, agindo com probidade e amor à coisa pública. Todavia, sei que a falibilidade é própria dos homens. Muita coisa aconteceu à minha revelia, entretanto onde foi possível, com pertinácia tentei mudar o rumo do erro. Tenho certeza de que Deus não me deixou sozinho nessa tarefa.

A escolha de Setembrino Pelissari como Prefeito de Vitória foi natural, pois a exemplo da candidatura de José Carlos ao Senado, Petrônio Portella, sem impor, achou-as adequadas para compor as bases do novo Governo.

Obsessivamente lancei-me à luta eleitoral e durante três meses percorri o Espírito Santo de ponta a ponta, noite e dia, fazendo apologia dos candidatos da ARENA. O resultado, se não foi bom para o Senado, pelo menos nos deu a maioria na Assembleia e Câmara Federal.

Respeitando até o último dia do mandato do Governador Arthur Carlos, completei de 15 de novembro de 1974 a 15 de março de 1975 um período de trabalho contínuo, sem domingos e feriados. Era preciso vencer a descrença de alguns e o pessimismo dos derrotistas de sempre.

Na tarde do dia 14 de março de 1975 reuni os assessores que funcionaram no gabinete de transição situado em Bento Ferreira. Agradei-lhes emocionado, frisando a importância da missão que acabaram de desempenhar.

“Assumirei o cargo de Governador humildemente, certo, porém, das responsabilidades que me aguardam perante o meu povo” – disse-lhes num misto de agradecimento, compromisso e profissão de fé.

Essas palavras foram dirigidas a Célia Cláudio Coelho, Maria José Vellozo Lucas, Esdras Leonor, Ícaro Hackbart Arêas, Joecyr Augusto Gonçalves (fotógrafo Secreta), Ademar Soeiro de Castro, Mário Rodrigues Lopes, Roberto Guarçoni, Luiz Buaiz e Carmen Déa Schwambach.

GOVERNO

VENCENDO OS DESAFIOS

- MEDIDAS INOVADORAS
QUE TRAZEM AUSTERIDADE



- DIAGNÓSTICO DA SAREM:
O ESTADO É INVIÁVEL



- A LUTA PARA COLOCAR O
O FUNCIONALISMO EM DIA

Acordei cedo no dia 15 de março de 1975, dia da posse. Um repórter de “A Gazeta” acompanhou os preparativos para o programa oficial, que começou com a cerimônia religiosa na Catedral Metropolitana celebrada por Dom João Batista da Motta e Albuquerque.

No coração eu sabia que a primeira invocação do homem público deve pertencer a Deus. Ele é a Luz, o Verbo, a força divina que alimenta e fortalece. Até hoje penso assim.

Em companhia de Arthur Carlos e Maria Clementina, eu e Irene dirigimo-nos a pé à Assembleia Legislativa, onde fiquei ao lado de Carlito Von Schilgen e Zezé. Às 10 horas prestamos o compromisso constitucional perante o Presidente Deputado José Luiz Cláudio Corrêa.

Senti um crescendo de emoções. Ao homenagear a bandeira, quando passei em revista a tropa da querida Polícia Militar, o coração bateu mais forte. Arthur Carlos passou-me a faixa governamental às 10h30m. Pronunciamos discursos de praxe. Levei o ex-Governador até a escadaria principal do Palácio Anchieta e por alguns momentos passei a mão na cabeça, num gesto característico. A partir daquele instante começava o fascinante e severo desafio de governar o Espírito Santo.

Retornei ao salão nobre para assinatura dos atos de nomeação do Secretariado, sendo o primeiro deles o de Interior e Assuntos da Justiça, Edmar Baião, que comigo referendou os demais decretos. Ao lado dos novos companheiros de trabalho, inclusive o Vice-Governador Carlito Von Schilgen, recebemos cumprimentos das autoridades que estiveram presentes ao ato.

Fui o 144º Governador do Espírito Santo e o 44º da fase republicana.

Do discurso de posse ficou uma frase otimista: “Assumo a responsabilidade de conduzir o Espírito Santo e seu povo em uma fase esplendorosa, consciente da importância que, com a ajuda de Deus e a participação de todos, haveremos de levar a bom termo”.

No gabinete, no dia seguinte, passadas as emoções da posse e já iniciado o duro programa de trabalho, que começava às 8 horas e acabava às vezes de madrugada, Célia Cláudio Coelho, chefe de gabinete, encontrou-me lendo palavras que me foram dirigidas pelo ex-Governador Carlos Lindenberg:

“Pela minha experiência, posso e devo oferecer um conselho ao futuro Governador do meu Estado: forme uma equipe capaz e inteligente para assessorá-lo em todos os atos, a fim de que nem um só recurso, nenhuma só oportunidade de beneficiar o Espírito Santo se percam por falta de planejamento. Ademais, além de uma boa equipe, basta ter bom senso e visão para bem desincumbir-se da missão.”

Deixo aí, para quem quiser meditar, a atualidade das palavras do grande político capixaba. Nutro até hoje a certeza de que não o decepcionei.

No começo tudo é agradável e os votos de felicitações nos impulsionam, mas no decorrer dos meses a responsabilidade começa a pesar e os amigos já se afastam até mesmo por questões simplesmente burocráticas e os inimigos não tardam, pois governar é arte de conciliar, sendo impossível contentar gregos e troianos.

O governante nunca deve ser um solitário, nem buscar refúgio na angústia e no desespero. É importante discernir os verdadeiros amigos, não os amigos do poder, e se fortalecer cada vez mais para que todos respeitem a coisa pública.

Escolhi pessoalmente os Secretários de Estado, adotando critérios de probidade e competência. Foram nomeados: Fazenda, Armando Rabello; Indústria e Comércio, Arabelo do Rosário; Interior e Justiça, Edmar Baião; Serviços Públicos Especiais, Belmiro Teixeira Pimenta; Administração, José Haddad Filho; Gabinete Civil, Maria José Vellozo Lucas; Saúde, Sebastião Cabral; Educação, Alberto Stange Junior; Agricultura, Osman Francischetto de Magalhães; Trabalho e Promoção Social, Romualdo Gianórdoli; Segurança, Kywal Samborjense de Oliveira, e Casa Militar, Carlos Moacyr Monjardim.

As diretrizes da nova administração foram definidas no I Plano de Desenvolvimento Estadual, abrangendo saúde, educação, finanças, projetos industriais, rodovias, portos, agricultura, trabalho e promoção social.

As primeiras providências foram adotadas. Reuniões semanais com o Secretariado às quartas feiras. Sustação de admissões de funcionários para quaisquer níveis. Uso de carros oficiais proibido nos sábados, domingos e feriados. Audiências públicas, marcadas para as terças feiras, com atendimento de no mínimo cem pessoas. Em relação aos parlamentares, ficou estabelecido que eles não teriam horário específico para falar, tendo acesso imediato ao gabinete. Nas segundas e terças, na parte da manhã, audiências pessoais com os Secretários.

Nem bem assumi o Governo e uma chuva violenta desabou sobre a Grande Vitória no dia 18 de março de 1975, inundando Vila Velha, onde morreram 4 pessoas e 726 ficaram desabrigadas. O Prefeito Solon Borges decretou ca-

lamidade pública. Indormidamente, ao lado dos auxiliares mais diretos, enfrentei o grave problema, sendo na verdade a primeira prova de fogo! Determinei à Secretaria de Trabalho e à Unidade Comunitária de Integração Social (UCIS), entidade presidida por Irene, que fizessem um levantamento meticuloso dos prejuízos, a fim de proporcionar ajuda governamental aos flagelados, principalmente na recuperação das casas. Romualdo Gianórdoli e Irene demonstraram, de saída, que, com disposição, estavam preparados para cumprir as tarefas que lhes foram destinadas ao longo de quatro anos de Governo. Irene inclusive instalou a Unidade Comunitária no segundo andar do Palácio, onde hoje funciona o Salão São Tiago. Ali o povo tinha acesso a qualquer hora, levando problemas que ela, com carinho, examinava diariamente. Uma vez por semana, em companhia dela e do Secretário Romualdo reuniamos-nos no salão nobre do Palácio com as representações comunitárias. O Governo adotou duas diretrizes que marcaram a administração: “O Espírito Santo tem pressa” e “A meta é o homem”.

Elaborado pela SAREM, órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, recebi um documento que me inquietou, informando que financeiramente o Estado era inviável, sendo sua situação bem mais difícil do que a do Piauí. Convoquei ao gabinete Armando Rabello e Wantuir Zanotti, já nomeado Secretário do CODEC, para que ambos tomassem conhecimento das graves palavras de Delile Guerra Macedo, diretor da SAREM, que veio a ser um dos mais valiosos amigos do Espírito Santo. Foi um dia sombrio, ainda mais porque o funcionalismo, quando assumi o Governo, caminhava para o terceiro mês de atraso no pagamento.

Passado o flagelo das fortes chuvas, preparava-me agora para

enfrentar a dura realidade financeira do Espírito Santo.

O quadro financeiro à primeira vista foi dramático. Armando Rabello elaborou um relatório que serviu de base para a avaliação inicial.

Informou que na linguagem dos números, comparados ao quadriênio 1967-70, o déficit orçamentário aumentou 647%, conduzindo o Erário a uma situação das mais graves, frisando que a dívida do Tesouro chegou a tal ponto que o Governo não dispunha de meio sequer para manter em dia as parcelas de amortização previstas nos contratos, sendo que em alguns casos o Banco do Estado (BANESTES) tinha substituído a Fazenda Estadual em seu pagamento. Na data do relatório, 15 de abril de 1975, o funcionalismo caminhava para o terceiro mês de atraso no pagamento de seus vencimentos, disso resultando tremendas pressões sobre o Governo. Na Assembleia Legislativa o Deputado Clério Falcão, por quem Irene tinha certa ternura (foram amigos de infância e eram compadres) reclamava do Governo “imediatas providências para que os funcionários não morressem de fome”. A dívida pública externa somava 35,49 milhões de dólares, com 95% de início de amortização no nosso Governo.

Armando Rabello, circunspecto, esclarecia que a dívida pública, consolidada e flutuante, compreendendo a da administração direta, representava mais de duas vezes a receita tributária de um ano, pois enquanto aquela atingia 1,4 bilhão de cruzeiros, esta era de 660,5 milhões de cruzeiros, isto tomando-se por base o orçamento para 1975, que estava além da realidade da arrecadação.

Por outro lado, nos três primeiros meses de 1975, antes da minha posse, foram concedidas 59 isenções de ICM a importantes empresas privadas, causando erosão na arrecadação estadual.

As tintas do Secretário da Fazenda eram fortes. Ao iniciar-se o período do Governo de 1975-79 não se conhecia o número de

servidores do Estado, acrescido de cerca de três mil, admitidos nos últimos doze meses anteriores à minha posse.

Todavia, impondo rígido controle através da Divisão de Assuntos Fazendários (DAF), escancarou-se a dura realidade. Quando assumi o Governo o Estado arrecadava mensalmente CR\$ 29.519.665,00 (vinte e nove milhões quinhentos e dezenove mil e seiscentos e sessenta e cinco cruzeiros) para uma despesa com pessoal no montante de CR\$ 45.696.300,00 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e seis mil e trezentos cruzeiros). Esses números foram agravados com o fato do Governo ter concedido aumento em outubro de 1974, para vigorar a partir de 1º de março de 1975, ou seja, a primeira parcela do aumento concedido no ano anterior iria vigorar no primeiro mês do meu Governo!

Esse relato dramático não deixava dúvidas do acerto da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, ao afirmar, no início do Governo, que a situação do Espírito Santo, no setor financeiro, era a pior do País!

Com fé em Deus e muita obstinação percebemos que somente nos restava um caminho: enfrentar o problema com otimismo e trabalho. A palavra de ordem aos Secretários foi de estímulo e confiança, nada de lamúrias. Sabia que o desenvolvimento do Estado iria custar caro, apesar de igualmente saber que determinadas medidas tomadas no governo anterior, no ano derradeiro da administração, foram rudemente impactantes para o equilíbrio financeiro do Estado.

O importante não é lamentar o passado, é olhar o futuro com otimismo e espírito positivo. Foi o que fizemos.

Governo que começa – talvez seja regra geral – vive a angústia de querer acertar, alimenta a vontade de ultrapassar as dificuldades e registra inquietação alternada de altos e baixos, como se

fosse termômetro da opinião pública.

Identificando os problemas do Governo, e não eram poucos, optei como o mais importante o atraso do pagamento do funcionalismo público. Convoquei os titulares das Pastas da Fazenda, Planejamento e Administração, comunicando que a prioridade absoluta da nova administração era colocar em dia os vencimentos dos seus dedicados companheiros de trabalho, pois sempre considerei os funcionários assim.

Acho que o funcionário público é a alavanca fundamental de qualquer administração. Desde o mais humilde ao mais graduado, eles colaboram decisivamente para o êxito da atividade governamental. Como, então, não fazer justiça àqueles que cuidam e zelam pela boa imagem do Estado? Determinei com rigor que não fosse efetuado qualquer pagamento de obras ou diversos (exceção feita aos hospitais), pois queria colocar em dia o pagamento do funcionalismo o mais rápido possível.

Viajei com Armando Rabello para Brasília e lá na Capital Federal, munido de informações e dados, participei de uma longa entrevista com os Ministros da Fazenda e Planejamento, respectivamente Mário Henrique Simonsen e Reis Velloso, que contou com a presença do Presidente Ernesto Geisel. Antes de mim falaram Aureliano Chaves (Minas Gerais), Paulo Egydio (São Paulo) e Faria Lima (Rio de Janeiro), que reclamaram bastante da situação financeira dos seus Estados. A noite ia entrando, mais ou menos 18 horas, quando, perante os dois Ministros, cansados de longas exposições, iniciei com uma frase de efeito:

- Senhor Presidente e Ministros: o Espírito Santo tem sete bilhões de dólares para oferecer à União!

Simonsen e Velloso quase saltaram das cadeiras, olhando-me espantados.

- Referi-me - expliquei logo - aos projetos de Tubarão, Ara-

cruz Celulose, Samarco, usina de pellets da Vale (Consórcio Praia Mole e Capuaba), que reunidos globalizam o montante em dólares aludido inicialmente.

Sorriram. Aprovaram com acenos de cabeça o otimismo e a profissão de fé no desenvolvimento do Espírito Santo.

Encerrando, arrematei que, em contrapartida, o Estado desejava o financiamento para montagem de infraestrutura e resolver os problemas mais urgentes, dentre eles, em primeiro lugar, o pagamento do funcionalismo.

Montei no dia seguinte, ao lado do Secretário Geral do Ministério da Fazenda, o capixaba Marcos Amorim Neto, o esquema financeiro, rolando a dívida e contraindo empréstimo de vulto no Banco do Brasil, viável em três parcelas mensais.

Com estoicismo, sem discrepar um milímetro da meta de pagar em dia o funcionalismo, ao final de sessenta dias anunciava o primeiro êxito do Governo, estabelecendo que os funcionários, a partir de então, sempre receberiam antes do dia 26, antes do Carnaval e antes do Natal.

Vários descrentes chegaram a apostar, mês a mês, que o Governo não cumpriria o seu compromisso de honra.

Se Deus me deu um prêmio, quis Ele que fosse a imensa satisfação de chegar ao último dia de Governo com os funcionários recebendo rigorosamente em dia e havendo dinheiro em caixa para o pagamento de abril de 1979, primeiro mês do Governo que me sucedeu.

Contando com a colaboração dos funcionários, agora restava consolidar a administração e ousar ideias arrojadas. A união de todos era fundamental para enfrentar as agruras que ainda estavam por vir.

De vez em quando, em meio às tribulações, deixava os problemas de lado e retornava à infância, espécie de devaneio. As ondas

rebetando nas areias da Praia da Costa. A mata quase virgem, mini floresta tropical ponteada de vermelho e amarelo das pitangueiras dominadoras, despertava o menino que fui no primeiro contato com o mar, vasto mar que logo amei, terra e água, o chão de Vila Velha que recebeu a pequenina família Alvares, retirantes das plagas mineiras. Talvez – quem sabe? – a fuga poética da dura realidade proporcionada pela problemática cruciante das finanças do Governo que comandava.

Nas madrugadas e manhãs de 1975 a 1979, até meados de março, muitas vezes contemplei a orla do mesmo mar que encheu os olhos da infância. A moldura modificou-se na agressividade do asfalto, luzes modernas (não mais os pirilampos), edifícios e casas de concreto. O carro 001, da Governadoria, dirigido pelas mãos firmes de Robeldo Câmara, começava em Vila Velha, estacionava no Palácio, viajava para o Rio, São Paulo, Minas e Brasília (quase sempre). Perdi a conta das viagens, incluindo também as realizadas para o interior do Estado. A casa do Governo na Praia da Costa – ponto de partida – fez-me íntimo do mar de Vila Velha. Muitas noites, na sofreguidão dos problemas administrativos, ouvi o barulho das ondas como conselhos de tolerância e prudência.

Vila Velha para mim é a terra berço. Convivi com suas aspirações, admiro seu povo e me determinei, passado o Governo, lá continuar até quando Deus me permitisse, compromisso que continua até hoje. A solução do eterno problema de falta d'água, principalmente para os bairros carentes; Boa Vista, antiga favela do Salamim, a minha Vila Maria; o Centro de Recuperação Físico Motora – CREFES; a maternidade; a rodovia do Sol; a ponte do Rio Jucu; o transporte aquaviário, infelizmente desativado nos dias atuais; a estrada Jerônimo Monteiro; o drama dos presidiários (determinou a construção da Colônia Penal de Viana); a angústia dos problemas sociais da bacia do Aribiri; Santa Rita e

Alecrim, palafitas onde aprendi o catecismo da miséria, da dor e do sofrimento.

Vila Velha que me fez enfrentar o desafio da Segunda Ponte e praticamente concluí-la, alocando as verbas pertencentes ao Espírito Santo na área do Ministério dos Transportes, para sair do impasse do primeiro vão (era chamada a “Ponte do Gato”: não entrava na água; depois, chamada de “Ponte do Pato”: entrou na água e demorou para sair). Mas saiu! Para felicidade dos habitantes de Cariacica, Vitória, Serra, Viana e a minha querida Vila Velha. Vila Velha da Terceira Ponte. Ah! Será um capítulo especial, na remontagem da memória.

A fusão de Vila Velha com Vitória – ambas seriam Capital – levou o povo à consulta plebiscitária. Os Vereadores do MDB e da ARENA, talvez não compreendendo o destino histórico da nossa Vila Velha, trabalharam contra, em sua grande maioria, quase unanimidade, inspirados por políticos retrógrados, pois entendiam que seriam prejudicados com a redução do número de vagas nas Câmaras Municipais. Pensaram no próprio interesse e se esqueceram da coletividade. Perderam a oportunidade de Vila Velha ser a Capital do Estado.

O plebiscito foi realizado: 45.994 votos foram a favor da fusão. 45.681 contra, havendo ainda 2.573 nulos e 6.539 em branco, totalizando 100.787 votos. No cômputo geral a ideia foi vitoriosa, valendo frisar que o eleitorado de Vitória, na época representava o dobro do de Vila Velha.

Julguei-me gratificado pela iniciativa, apesar do Presidente da Assembleia, Deputado José Luiz Cláudio Corrêa, ter encerrado o processo alegando que não houve a maioria absoluta exigida por lei. Hoje, vivendo com os vilavelhenses, não deixo de afirmar que um dia, por tradição e merecimento, Vila Velha, resplandecente e laboriosa, receberá as homenagens de Capital a que tem direito.

Estou lendo a mensagem que enviei à Assembleia Legislativa, prestando contas do primeiro ano de governo. É uma emoção a mais, porém, transcrevo alguns trechos:

“Quero falar, na reabertura dos trabalhos legislativos, neste dia 15 de março de 1976, colocando em cada frase o otimismo realista que constrói, a certeza do futuro grandioso, a humildade que vem das origens, a determinação inarredável em defesa do Estado, o mesmo entusiasmo do primeiro dia de administração.

Fiz da impessoalidade um dogma. Exerci o governo com o pensamento voltado para o povo do Espírito Santo, principalmente os humildes, desvalidos da sorte, sem obscurecer a trajetória delineada das potencialidades econômicas.

Hoje, após um ano, contemplo o semblante dos meus companheiros de trabalho, os funcionários públicos. Rigorosamente em dia os seus pagamentos, beneficiados com justiça, compõem um suporte valioso para o Governo. Os hospitais do Estado recebem a todos. Em ritmo crescente as inaugurações estão sendo registradas. Um ano apenas, e quase uma eternidade, pois as obras do Governo não se medem pelos relógios, mas pelo ideal perene de tudo fazer no menor espaço de tempo possível.

O bem estar do homem, sua integração no processo econômico, bem como a adoção de medidas humanas e cristãs talvez representem em síntese a filosofia do meu Governo. Quis que todos sentissem que a administração não era um ente distante e frio. Procurei dar a cada gesto governamental calor humano, sentimento, emoção, na comunicação tão necessária entre governante e governados, proclamando sempre acreditar nos homens e em Deus. Não tive vergonha de chorar ao ver a miséria dos hospitais e favelas, principalmente quando o Governo se sentia impossibilitado de acudir as dores alheias.

Estendi as mãos a todos, num gesto de desarmamento e humildade. As mãos dos sofridos e dos esquecidos da sorte jamais se perderam

no espaço. Fui buscá-las, redobrando forças para apertá-las como um homem qualquer, a quem Deus confiou o destino do seu povo.

Diante dos olhos o caleidoscópio do tempo. A criação da Secretaria de Planejamento. A assinatura do contrato inicial da Terceira Ponte. Eletrificação rural. Apoio irrestrito à agricultura. Agilização de recursos para cobrir o orçamento estadual. O programa habitacional dos mais arrojados do País (o de Boa Vista, em Vila Velha, que primou pela criatividade, foi considerado modelo pelo BNH – Banco Nacional da Habitação). A humanização dos presídios. Melhoria, construção e recuperação de estradas do interior. A aceleração da obra da Segunda Ponte. A criação dos lotes urbanizados. A construção da estrada São Gabriel-Nova Venécia. Inauguração do serviço de água de Anchieta, Iriri e Piúma. Inauguração da avenida Nossa Senhora dos Navegantes. Os Centros Sociais Urbanos – CSU. Apoio à arte e à cultura. Asfaltamento do trecho Nova Almeida-Jacaraípe, com a ponte de Jacaraípe praticamente concluída. Recuperação do Hospital Adauto Botelho. Criação do Pronto Socorro Infantil. A inauguração da rodovia Venda Nova-Castelo. Os primeiros jogos comunitários de Vila Velha. Valorização do servidor e dignificação da função pública como meta do Governo.

Um ano sem domingos e feriados, vinte e quatro horas por dia de trabalho. O Espírito Santo tinha pressa, era preciso correr, voar, administrar com otimismo e fé.

Ao terminar a mensagem, a confissão sincera. A caminhada é longa. Muita coisa a fazer. Os erros serão inevitáveis, todavia há de prevalecer a vontade indômita de tudo fazer, com ideal, em favor do povo, principalmente dos humildes, que entendem a minha linguagem e sabem que um deles, investido do poder, confia em Deus pelo destino de todos.”

POLÍTICA SOCIAL

BOA VISTA, PROJETO PIONEIRO

● O DESPEJO E O DRAMA DAS
FAMÍLIAS DE SALAMIM



● LOTES URBANIZADOS, REVOLUÇÃO
NA POLÍTICA HABITACIONAL



● UVV, O SONHO REALIZADO DO
PROFESSOR ALY DA SILVA

Com emoção, quero registrar fato que tocou profundamente minha sensibilidade de homem público, à época Governador do Estado. Em Vila Velha, à margem da Rodovia Carlos Lindenberg, principal acesso entre o município e Vitória, estabeleceu-se, através de invasão de terras, uma favela denominada Salamim.

Ali moravam 137 famílias em barracos precários, ilegalmente construídos em terrenos invadidos. A Justiça, acatando petição do advogado Américo Bernardes da Silveira, ex- Prefeito de Vila Velha, determinou o despejo dos moradores de Salamim, o que se deu em 3 de fevereiro de 1976, com a cobertura de uma guarnição da Polícia Militar, que garantia a execução da sentença judicial, através da demolição dos barracos, gerando polêmico noticiário na imprensa local. Essa foi a experiência social mais importante que tive como Governador do Estado. Juntamente com o presidente da COHAB-ES, Josmar Tótaro, vi criaturas inteiramente marginalizadas dentro do processo da vida, lamentando o inesperado desabrigo. Em meio a elas, uma criança paralítica, no leito da miséria, assistida em regime de revezamento pelos vizinhos que nem tinham o que comer, transformava-se em síntese negativa da comunidade atônita, que não sabia o próprio destino.

Se, por um lado, a decisão judicial era correta, no âmbito das relações humanas estava criado problema social de suma gravidade. Onde alojar, de hora para outra, 137 famílias desabrigadas e quase todas elas desprovidas de recursos imediatos?

No desespero em que se encontravam, os moradores de Salamim haviam recorrido à minha mulher Irene, presidente da UCIS – Unidade Comunitária de Integração Social, que os conduziu num clima de dor e lágrimas ao meu gabinete.

Fiz então explanação franca de minha posição de Governador que, tendo entre suas obrigações a de proteger a propriedade particular, também não podia esquivar-me ao dever de examinar a situação de famílias pobres e honestas que apenas buscavam segurança mínima: o teto para viver e criar seus filhos.

Mostrei-lhes que o Governador não os deixaria ao desabrigo e determinaria à COHAB-ES o desenvolvimento de programa de lotes urbanizados, que lhes seriam vendidos em prestações estimadas em 42 cruzeiros mensais.

Competia a Josmar Tótaro, um dos mais dedicados companheiros, a ingente tarefa de planejar e dar vida aos lotes urbanizados, missão da qual se desincumbiu com competência, mas que lhe valeu, por parte de políticos inescrupulosos, críticas destituídas de base e feitas com o propósito somente de atingir a honra do Governo, que incomodava seus adversários, buscando resolver os problemas sociais e valorizar a pessoa humana.

Nascia assim o projeto Boa Vista, experiência pioneira do programa de lotes urbanizados, meu calvário, minha redenção.

A dor e o sofrimento não podem esperar. A urgência impôs-nos, sob a assistência direta do Banco Nacional da Habitação – BNH, ritmo de trabalho febricitante. Ao invés de 137 lotes, projetamos 393, apoiando também as famílias invasoras da Ilha dos Aires, em Vila Velha, e moradores do tristemente famoso “Barracão do Mo-

zart”, em São Torquato. O primeiro lote foi entregue no dia 13 de abril. Após a eclosão do problema Salamim, ou mais precisamente no dia 12 de maio de 1976, cumpri a promessa que fiz. Naquele dia, os primeiros sete moradores da antiga favela eram removidos para o novo bairro, Boa Vista. Logo depois, todos os outros tomavam conta dos seus lotes. O adeus à favela infecta. O direito de construir a casa própria, em regime de mutirão.

Escola “Geraldo Costa Alves”. Ruas pavimentadas. Luz, água e esgoto. Centro Social Urbano. A inauguração de Boa Vista foi feita pelo Presidente da República Ernesto Geisel. Na ocasião, Maurício Schulmann, presidente do BNH, declarou:

“O projeto Boa Vista implantado em Vila Velha, Espírito Santo, pode ser apontado como o mais completo e importante na área de habitação popular, até hoje desenvolvido com apoio do BNH.”

Os moradores de Boa Vista hoje são meus irmãos. Sofri muito por eles. Mas se tivesse de começar tudo outra vez, não vacilaria. Enfrentaria a maledicência de uns poucos, para proclamar perante Deus, meu povo e minha família que, com honestidade e amor ao próximo, cumpri o dever de homem cristão. Na linguagem eleitoral os moradores de Boa Vista, nos vários pleitos que disputei depois, deram-me demonstração de gratidão e reconhecimento, concedendo-me expressiva votação em todas as urnas.

Jamais me decepcionei por ter ajudado a planejar e construir o bairro de Boa Vista, que saindo de favela deprimente, transformou-se num centro de grande importância para o município vilavelhense, valendo ressaltar que ali estão construídos o Palácio da Justiça de Vila Velha e a Universidade Vila Velha – UVV, estabelecimento de ensino que ajudei a implantar, colaborando de maneira efetiva com o professor Aly da Silva, que hoje tem como seguidor seu filho José Luiz Dantas da Silva. Honrou-me sobremodo, tempos depois, no período de 1979 a 1990, dar aulas no

curso de Direito (Direito Civil, cadeiras III e IV), quando saí dali para exercer o mandato de Senador da República representando o Espírito Santo.

A noite de 23 de maio de 2012 proporcionou-me alegria incomum, quando, em solenidade marcante que celebrou a instalação oficial da Universidade Vila Velha – UVV, fui agraciado com título honorífico de “Professor Emérito”, em diploma assinado pelo Reitor Manoel Ceciliano Salles de Almeida que, coincidentemente, era Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES no período que fui Governador do Estado (1975-79).

A emoção fez-me lembrar fatos passados. O primeiro contato com o professor Aly da Silva, cheio de entusiasmo, falando-me do projeto de instalar uma faculdade de Direito no município de Vila Velha, pedindo, em contrapartida, que o Estado cedesse dependências do Grupo Escolar “Vasco Coutinho” para funcionamento da instituição, até a construção de sede própria. O sonho do professor Aly encontrava respaldo na credibilidade de seus propósitos, merecendo apoio e incentivo, o que fiz na condição de Governador do Estado. Lamentavelmente, na ocasião, políticos de Vila Velha, despreparados e sem visão de futuro, criticaram meu gesto e, num rompante difamatório característico do grupo, apregoaram que eu era sócio oculto da futura faculdade.

Na noite de instalação oficial da Universidade Vila Velha – UVV tudo isso me veio à memória, olhando o jovem líder José Luiz Dantas da Silva dar revestimento de importância ao ato celebrado por centenas de pessoas da sociedade capixaba. A solenidade foi imponente, enchendo de orgulho todos que colaboraram para fazer da UVV uma realidade, que se encontra hoje construída no bairro Boa Vista, em Vila Velha, principalmente os professores, alunos e ex-alunos, atualmente ocupando cargos de destaque na magistratura e na vida pública. Emoção que cresceu mais ainda

ao encontrar o professor Aly da Silva, cercado de amigos e admiradores, recebendo a homenagem da qual é merecedor por sua vida dedicada ao ensino. Abracei-o com entusiasmo e falei-lhe:

- Sinto-me feliz por ter acreditado no seu sonho, pois, em nenhum momento você desmereceu a confiança que tive, ao lhe ceder o imóvel do “Vasco Coutinho”. A Universidade que aí está é a prova concreta do seu ideal, compreendido por seus filhos e colaboradores, destacando-se o jovem José Luiz Dantas, cujo empreendedorismo não tem limites para fazer e transformar a Universidade Vila Velha numa das melhores do País.

ERNESTO GEISEL

IMPACTO DECISIVO PARA O ES

● PRESIDENTE ACLAMADO
PELO POVO CAPIXABA



● APOIO FINANCEIRO
À TERCEIRA PONTE



● AÇÕES PARA AJUDAR
NO DESENVOLVIMENTO

Retornando à narrativa, registro que a primeira visita que o Presidente Ernesto Geisel fez ao Espírito Santo, onde permaneceu nos dias 10 e 11 de junho de 1976, transformou-se num acontecimento histórico, sendo considerada por muitos como a maior manifestação prestada a um estadista pelo povo capixaba.

Geisel, acompanhado de vários Ministros e altas autoridades federais, além de d. Lucy, sua mulher, e da filha Amália Lucy, desembarcou à tarde, às 16h45m, no aeroporto de Goiabeiras, rumando logo em seguida para a casa do Governo, na Praia da Costa, onde hospedou-se para cumprir o programa com que distinguiu nosso Estado.

À noite, às 21 horas, nos salões do clube Libanês, o Presidente e d. Lucy foram homenageados com coquetel, confraternizando-se com representantes da política, da administração, da diplomacia, meios financeiros, lideranças diversas, mundo empresarial e sociedade.

Porém o dia 11 de junho estava determinado para ser um dos mais importantes da nossa história.

O Presidente acordou bem cedo e não resistiu ao encanto do mar. Descontraído, de calção, nadou na praia da residência oficial.

Foi fotografado pela imprensa e o banho de mar ficou famoso, merecendo amplo destaque, não só no Estado, mas no País inteiro.

Enquanto d. Lucy, em companhia de Irene, seguia para visita ao Convento e depois a Santa Teresa, de onde vieram na parte da tarde, tomei café com o Presidente e nos preparamos para dar cumprimento ao programa oficial.

Seguimos às 9 horas para Boa Vista, onde o Presidente viu de perto a gratidão do povo simples de Vila Velha, que lhe prestou uma tocante homenagem. Depois, o percurso até o Palácio. Não há palavras que descrevam o carinho do povo com o Presidente. A entrada no centro de Vitória foi apoteótica. O povo gritava o nome do Presidente: “Geisel! Geisel! Geisel!”

Os carros não andavam. Estavam sendo empurrados pela multidão, debaixo de aplausos e uma chuva colorida de milhares de papéis que caíam dos edifícios.

A alegria do Presidente era manifesta. Acenava sorridente para o povo capixaba que naquele instante, pelo carinho e hospitalidade, ganhava um grande amigo.

Geisel comoveu-se. O semblante era da mais pura emoção. Ao seu lado, vivi talvez o maior momento da vida pública. Sorrindo, também queria dizer a todos capixabas que ali estavam, que eles ajudaram muito com aquela acolhida, tão fraterna, espontânea e entusiástica.

O automóvel oficial, por ordem do Presidente, já estava sem os batedores de motocicletas. Era impossível conter a invasão do povo no trajeto até a praça do Palácio.

Quando o Presidente desceu do carro, verdadeiro delírio, pois a multidão que estava nas imediações do Palácio Anchieta gritava de forma ensurdecadora o estribilho: “Geisel, Geisel, Geisel!”

Apenas para se ter ideia da espontaneidade do povo, não de-

cretei feriado ou ponto facultativo durante a visita. O povo, quando quer, se mobiliza sem precisar de formas artificiais de manifestação popular.

Antes de subir a escadaria principal do Palácio Anchieta, o Presidente recebeu das mãos de uma criança o emblema da Universidade Federal do Espírito Santo, criado pela professora Terezinha Dora Carvalho. O coral regido pelo maestro Adolfo Alves Silva e Filho fez-se ouvir (“Prenda minha” e “Uirapuru”) e o povo, como por encanto, silenciou. Na magia do canto, os artistas do Espírito Santo davam as boas vindas ao Presidente Ernesto Geisel.

No interior do Palácio Anchieta a atividade do Presidente Geisel foi intensa na manhã festiva e cordial de 11 de junho.

Num dos salões, com paciência manteve contato com as lideranças políticas, recebendo dos Deputados o título de cidadão espiritossantense, outorgado à unanimidade pelos representantes da ARENA e do MDB, integrantes da Assembleia Legislativa. Foi agraciado com a mais alta distinção da comenda Jerônimo Monteiro. Ouviu lideranças estudantis e sindicais. Quase às 11h30m, com o programa bastante atrasado pelas manifestações populares, ingressou no salão nobre do Palácio Anchieta, onde assinou 21 convênios e atos orçados em cerca de CR\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) - uma fortuna para a época.

Além desses atos o Presidente implantou definitivamente a Companhia Siderúrgica de Tubarão, investimento estimado na ocasião em 2 bilhões e 200 milhões de dólares. Foi o momento decisivo para a concretização da CST. Foi assinado pelo Presidente Ernesto Geisel, Ministro Severo Gomes, General Alfredo Américo e por mim, um pergaminho alusivo ao evento, que me foi oferecido pelos subscritores e que se encontra até hoje em meu poder.

Nascia, assim, com todos os revestimentos legais, a CST.

Assessorado pelo Ministro Reis Velloso, Geisel assinou ainda um documento de compromisso de apoio financeiro à construção da Terceira Ponte, no valor de 50 milhões de dólares. Estava dado o primeiro passo para transformar em realidade o sonho de todos os capixabas, principalmente os moradores de Vitória e Vila Velha.

Na área do Planejamento ainda foram conseguidos CR\$ 251.000.000,00 (251 milhões de cruzeiros) para a construção de oito centros sociais urbanos.

Reis Velloso assinou ato concedendo 100 milhões de cruzeiros a fundo perdido, destinados à área social. A propósito, esclareço que o Estado jamais pagou aos funcionários públicos com verbas de fundo perdido, que não chegaram a ultrapassar 200 milhões de cruzeiros, assim mesmo para investimentos sociais. Se alguém ainda pretender afirmar tal coisa, que colide com a verdade e a História, deve discriminar importâncias e datas constantes do orçamento durante o Governo do quadriênio 1975-1979.

Terminada essa verdadeira maratona de assinaturas, o maior volume de recursos canalizado para o Espírito Santo, de uma só vez, o Presidente acompanhado dos Ministros e demais autoridades dirigiu-se para a sala “Elcio Couto”, no Planejamento, onde lhe fiz uma exposição sobre o desenvolvimento do Espírito Santo.

O almoço foi no Palácio, à base de moqueca capixaba. Uma reunião de confraternização e amizade.

Enquanto o Presidente descansava, após o almoço, Irene e d. Lucy, acompanhadas de Amália Lucy, filha do Presidente, inauguravam em Cariacica o Centro de Recepção e Triagem e o Centro de Reeducação Masculino, recepcionadas pela primeira dama do município, d. Ilza Gobbi Santório.

Ao lado do Presidente ia meditando, enquanto o carro seguia para o aeroporto, ainda sob as aclamações dos capixabas. Perguntei-lhe, com certo orgulho:

- Qual a impressão que o Presidente leva do Estado?

Geisel olhou-me e disse com simplicidade e alegria:

- Volto muito feliz. O povo capixaba deu-me novos motivos para continuar trabalhando pelo Brasil.

Mais tarde, prestando depoimento na Fundação Getúlio Vargas, Ernesto Geisel afirmou que durante seu Governo confiou e acreditou no desenvolvimento de três Estados: Maranhão, Santa Catarina e Espírito Santo, sendo que na ocasião elogiou meu Governo e o de Antônio Carlos Konder Reis, de Santa Catarina, palavras que estão registradas no seu livro de memórias e que guardo com orgulho.

Quando o avião presidencial decolou respirei fundo. Pela responsabilidade que ali se encerrava e, mais ainda, o Espírito Santo ganhou um imenso espaço no coração de Ernesto Geisel.

A política, no conceito aristotélico, é ampla, pois o homem é considerado um animal político, seja na família ou nos mais variados segmentos da comunidade. Contudo, a política, no entendimento genérico, é uma arte difícil marcada por vicissitudes e alegrias, solidariedade e desestímulos.

Como Governador, pratiquei política partidária dentro de parâmetros lineares. Não pretendi inovar ou fazer proselitismo de detentor da verdade. As decisões tomadas não foram egoísticas, pois o ego, na política, se for prevalente ao interesse coletivo, conduz a resultados desastrosos. As soluções políticas, quando objetivam o bem estar do povo, não devem partir de cima para baixo. Elas nascem com sabedoria das bases comunitárias e se fortalecem na discussão saudável, sem pretensão fútil de ilhar o processo da escolha dos candidatos. Política partidária é leque de várias pontas, onde o coordenador não deve fechá-lo, sob pena de não encontrar apoio na dinâmica democrática. Ampliar fórmulas e estimular o debate ordenadamente é regra que se obser-

va ao longo de mandatos executivos ou legislativos.

Objetivando a vitória do Partido que me conduziu ao Governo, dei início à campanha para a eleição de 15 de novembro de 1976, quando seriam eleitos novos Prefeitos do Espírito Santo. Visitei distritos, vilas e municípios, numa autêntica maratona. Na última semana que antecedeu o pleito a corrida foi vertiginosa. No dia 9 de novembro visitei Ecoporanga às 12 horas, para logo, às 20h30m em Barra de São Francisco, em dois comícios de vulto, repetindo o êxito do domingo anterior em Pancas.

10 de novembro encontrou-me em Boa Esperança, onde falei às 14 horas. Segui para Pedro Canário, então distrito de Conceição da Barra, debaixo de chuva forte, falando em dois comícios, pois as sublegendas não aceitaram a ideia de um palanque só. Encerrei o dia em São Mateus, num segundo comício, pois o primeiro foi no dia 24 de outubro, e contou com a participação do saudoso Governador Francisco Lacerda de Aguiar.

Dia 11 parti para o sul. Alegre e Anutiba na parte da manhã. Na parte da tarde, Jerônimo Monteiro e Castelo, às 14 horas.

No último dia de campanha, Mimoso do Sul - lembro-me de d. Helena Rangel, ex- primeira dama do Estado, debaixo da chuva - num comício iniciado às 19 horas. Às 20h30m cheguei a Muqui, quase afônico, mas cheio de entusiasmo e esperança de vitória. Os arenistas de Cachoeiro dispensaram minha presença no comício de encerramento e, assim, só me restou, aliás com muita alegria, finalizar a campanha em Guarapari.

Um detalhe importante: naquela época não havia helicóptero para facilitar as viagens ao interior...

Dediquei os dias 13 e 14 para visitas na Grande Vitória.

A eleição foi realizada dentro de clima de ordem e tranqüilidade. O resultado foi altamente positivo, pois o MDB somente conseguiu eleger os Prefeitos de Atilio Vivácqua, Cachoeiro, Vila

Velha, Linhares, São Mateus e Cariacica, sendo que mais tarde os Prefeitos de Atílio Vivácqua e Linhares ingressaram na ARENA.

Esse resultado obteve, na imprensa, as seguintes palavras do Senador Eurico Rezende:

“Na avaliação dos fatores determinantes do esmagador sucesso arenista, devemos identificar a política social do Presidente Geisel e, no mesmo setor, a atuação marcante, dedicada e multiplicadora de entusiasmo de Elcio Alvares, cuja administração, com os resultados do pleito, está recebendo o primeiro julgamento popular, altamente favorável ao seu comportamento político e governamental. Elcio, desde o primeiro instante, evidenciou e pôs em execução o seu admirável instrumental de planejamento e de otimismo consciente e contagioso. Assim – o que é importante para o nosso Estado – o Espírito Santo, ao que tudo indica, oferecerá ao Presidente Geisel o maior percentual da vitória arenista em todo o Brasil.”

Retomando a narrativa anterior: no dia 15 de março de 1978, olhando os beija-flores de Santa Teresa, numa casa simples que era residência do Governador, respirei o ar tranquilizante dos eucaliptos e percebi, na tarde ornada pelo arco íris, que estava completando três anos de governo.

O estremecimento da grandeza estadual envolve a iniciativa privada – surgem novas fábricas. Investimentos que ascendem a mais de sete bilhões de dólares. Hoje valendo quanto?

A situação financeira inteiramente dominada. A insolvência iminente preconizada pelo Ministério do Planejamento não aconteceu, estando em dia os valorosos funcionários públicos, empreiteiros, fornecedores e demais credores. A perspectiva econômica é uma das mais otimistas do contexto brasileiro. Implantação do sistema aquaviário. Sistema de abastecimento d'água. Terminal Rodoviário da Ilha do Príncipe, que lamentavelmente não teve o seu prosseguimento conforme projeto premiado do arquiteto

Carlos Maximiliano Fayet - para se ter uma ideia do absurdo da não execução, o terminal que serve à Grande Vitória representa apenas um sétimo do projeto original (tristemente tomei conhecimento que esse magnífico trabalho de Fayet encontra-se dormindo o sono dos justos nos arquivos do Instituto Jones dos Santos Neves). Fase final de construção da Segunda Ponte, praticamente viabilizada e construída. Obtenção dos primeiros recursos para construção da estrada Baixo Guandu-Colatina (BR-259). A construção da CEASA, redenção dos produtores de hortifrutigranjeiros, beneficiando a Grande Vitória e principais centros consumidores do País. Projeto do novo aeroporto em Ponta da Fruta, Vila Velha. Registro, com desalento, que esse projeto foi abandonado e a área escolhida para ser desapropriada, no Governo seguinte teve seu decreto tornado sem efeito, num ato que considero altamente lesivo aos interesses da população da Grande Vitória e de todo o Estado.

É um absurdo querer continuar com o aeroporto no mesmo local, em Goiabeiras. Os estudos realizados pela empresa Hidroservice, presidida por Henry Maksoud, devem estar arquivados no Instituto Jones Santos Neves, criado por mim como “fundação” e transformado no Governo que me sucedeu para “instituto”, medida que não permitia pagar salários condignos aos técnicos requisitados pelo Espírito Santo, seja do seu território ou do Brasil afora. Na época em que foi criado, como “fundação”, o “instituto” era uma verdadeira usina de inteligência e projetos, contando com a participação de Stélio Dias e Arlindo Villaschi Filho.

Conclusão do projeto da Terceira Ponte, no valor da época de 27 milhões de cruzeiros. Centenas de quilômetros asfaltados. A energia rural apresentando uma média de três quilômetros de linha por dia. O programa habitacional ultrapassa em dobro o número de casas construídas até 15 de março de 1975. Na educação,

nova rede física, reconstrução de escolas, 60 mil carteiras novas e ainda oferta de 100 mil vagas às crianças capixabas. O apoio ao homem do campo. Estradas vicinais. Incremento do plantio de café, sendo que em 1983 a estimativa permitia antever uma produção de cerca de cinco milhões de sacas. Amparo ao artista capixaba, destacando-se a Casa da Cultura, resultante da restauração do prédio da antiga Escola Normal, sendo que os professores da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Stella De Nardi e Wallace Neves, recuperaram o imóvel preservando a linha arquitetônica original, uma verdadeira obra de arte. Decepcionando-me, foi uma das primeiras providências do Governo que me sucedeu encerrar o projeto da Casa da Cultura e devolver o prédio à Secretaria da Educação para uso letivo.

Centros sociais urbanos. Criação da Defensoria Pública. Fundação de esportes amadores e recreação. Boa Vista, projeto nacional pioneiro, cuja experiência foi recolhida pelos técnicos do Banco Mundial.

Recordo-me de uma frase, entre tantas, que me falaram os moradores de Boa Vista:

“Estamos saindo da lama para ganhar dignidade humana.”

Prosseguimento das obras do Centro de Recuperação Físico Motora - CREFES, em Vila Velha. Atendimento permanente aos migrantes e à pobreza em geral, num centro de reciclagem humano e técnico.

Em junho de 1978 ficou pronta a nova Penitenciária de Viana, com vinte pavilhões. Programas de emprego. Visitas constantes às favelas, morros e bairros. Não quis governar na luz difusa dos gabinetes. Procurei o seio generoso da gente humilde. Quantas obras nascendo e crescendo em todos os municípios do Espírito Santo!

Um beija flor mais arrojado, zumbindo com intensidade, postou-se diante de mim para sumir nas primeiras sombras da tarde-

noite. Luzes de Santa Teresa acesas lá longe, símbolo da fé interior que movia o governante.

Três anos de Governo! Tudo passa tão rápido que não se tem tempo ainda de pensar no que foi feito.

Busquei o tempo perdido. Não sei se o alcancei, pois o Espírito Santo tinha pressa.

Imerso no bucolismo de Santa Teresa constatei que respondi com trabalho a todas críticas malsãs. Não pretendo o elogio fácil do hoje. O julgamento de um governo somente pode ser feito livre das paixões pessoais ou ideológicas, na serenidade do futuro.

TERCEIRA PONTE

OBRA DE CORAGEM E OUSADIA

● GEISEL VÊ O LOCAL ONDE
ESTÁ A TERCEIRA PONTE



● AGOSTO DE 1978. PONTE
GANHA PRIMEIRA ESTACA



● AÇÃO DE MOACYR DALLA NA
CONSTRUÇÃO DA PONTE

Se a política social era meu ideal de vida pública, uma obra de concreto mereceu excepcional relevo no quadriênio 1975-79: a Terceira Ponte, rosário que desafio até hoje, conta por conta, sabendo sem qualquer tipo de vaidade que da minha vontade política nasceu essa obra, que é um marco de engenharia e de notável importância para soluções de mobilidade urbana da Grande Vitória.

Para uns, a obra do século. Para outros, quando ainda não estava concluída, monumento faraônico. Não quero discutir expressões e adjetivos, pois a Terceira Ponte, já concluída, por si só representa a afirmação do trabalho sério e da visão do futuro que esteve permanente nos meus atos.

A empresa de consultoria que realizou os estudos da Segunda Ponte (CONSEP) concluiu que aquela obra resolveria apenas em parte o grave problema de tráfego na Grande Vitória.

Por estas e outras razões ligadas ao transporte de massa e economia de combustível, além de ordenar o crescimento da área urbana mais importante do Estado, em junho de 1975 entregamos ao Presidente da República estudo preliminar demonstrando a necessidade da Terceira Ponte, que foi examinado pela SAREM, IPEA, SNPU, EBTU, DNER, dentre outros órgãos federais, que

verificaram e confirmaram a viabilidade e prioridade do empreendimento, resultando daí o projeto básico elaborado pela firma Figueiredo Ferraz. A EBTU, levando em conta o volume financeiro da obra, formalizou apoio expressivo, o que levou o Presidente Ernesto Geisel, na sua primeira visita ao Espírito Santo, a autorizar o empréstimo de 50 milhões de dólares, que foi contraído pelo Estado em 1978 no “Standard Chartered Merchant Bank Ltd” (Resolução do Senado nº 68), no valor de 30 milhões de dólares, ficando com saldo autorizado de 20 milhões de dólares.

No dia 18 de agosto de 1978, numa manhã límpida de céu azul, foi batida a primeira estaca nas presenças do Ministro Reis Velloso, Marcos Vianna, este presidente do BNDES, e do Governador indicado, Eurico Rezende, por sinal testemunha do contrato de construção, juntamente com o Senador Moacyr Dalla.

Aliás, o Senador Moacyr Dalla foi um dos grandes beneméritos da construção da Terceira Ponte e graças ao seu empenho, quando a mesma chegou a ser paralisada, foi obtido recurso, agora na Presidência de João Figueiredo, que permitiu a finalização da obra. Recordo-me ainda de uma visita que fiz à casa do Senador, em Colatina, em companhia do seu filho Moacyr, onde vi o cartão enviado à época pelo Presidente ao Ministro Delfim Netto, determinando a alocação dos recursos necessários ao prosseguimento da Terceira Ponte. Convém lembrar que naquele tempo o Senador Moacyr Dalla era Presidente do Congresso Nacional, e, graças ao seu prestígio, foi possível ao Espírito Santo obter a verba pretendida pelo então Governador Gerson Camata.

As obras de construção da Terceira Ponte, em ritmo acelerado, se desenvolveram dentro do cronograma previsto até meados de 1979 que, se cumprido à risca, se tornaria realidade em fins de 1981.

Quando deixei o Governo, ela estava com um terço praticamente realizado, com duas frentes de trabalho, uma no aterro da

COMDUSA, em Vitória, e outra em Vila Velha, no Canal da Costa.

Assinale-se que o empréstimo referente à construção da Terceira Ponte, no valor de 30 milhões de dólares, embora os financiadores tenham desembolsado o valor total da operação, ficou retido por ordem do Governo Federal, cumprindo resolução do Banco Central, iniciando-se a liberação da primeira parcela de 6 milhões de dólares 12 dias antes do término do meu mandato. Os outros restantes 24 milhões de dólares foram repassados ao Governo que me sucedeu.

A Terceira Ponte ficou inteiramente paralisada logo após minha saída do Governo, pois o Ministro dos Transportes da época, General Dirceu Nogueira, não tinha qualquer simpatia pela obra, no que era acompanhado pelo Governador Eurico Rezende, que me sucedeu. A Terceira Ponte só foi retomada, na verdade, quando do Governo Gerson Camata, que enviou exposição de motivos ao Governo federal sustentando a necessidade do término da obra indispensável à mobilidade urbana da Grande Vitória.

Com base nesse documento, o Senador Moacyr Dalla realizou um trabalho importante em Brasília, conseguindo os recursos que permitiram à Construtora Norberto Odebrecht dar prosseguimento à ponte, que somente foi concluída no Governo Max Mauro, que chegou ao absurdo de entregar a obra ao povo capixaba sem qualquer tipo de comemoração, talvez antevendo que as presenças do Senador Moacyr Dalla e dos ex-Governadores Elcio Alvares, Gerson Camata e José Moraes seriam reclamadas na inauguração. Alguns entenderam que faltou grandeza ao governante da época, pois obra do porte da Terceira Ponte estava acima de questiúnculas, idiosincrasias ou ódios políticos...

À medida que se aproximava o desfecho do Governo, com encerramento da atividade administrativa em 15 de março de 1979, recrudesciam as providências para o fiel desempenho das metas

básicas do programa inicialmente traçado.

Uma nova eleição seria registrada em 15 de novembro de 1978, e as medidas que pudessem criar um conceito de governo favorável no julgamento do povo foram sendo examinadas.

Após as naturais consultas políticas, com a participação dos Prefeitos, Deputados Estaduais e Federais, a sucessão foi encaminhada em favor do Senador Eurico Rezende, cuja indicação foi sacramentada pelo Presidente Geisel e seu sucessor, João Baptista Figueiredo, no dia 17 de abril de 1978, às 17 horas.

Convidado por telefone pelo Ministro Golbery do Couto e Silva para retornar a Brasília, nem bem tinha chegado da Capital Federal, compareci ao Planalto em companhia do Deputado Walter De Prá, Presidente da ARENA.

A comunicação oficial da indicação de Eurico Rezende foi feita pelo Presidente Ernesto Geisel, em seu gabinete, contando com as presenças do Presidente João Figueiredo, Ministro Golbery do Couto e Silva e Armando Falcão, além do Deputado Francelino Pereira, de Minas Gerais.

Logo após, ainda acompanhado do Deputado Walter De Prá, dirigi-me ao gabinete do futuro Governador do Estado, no Senado da República, que lá nos esperava para a comunicação oficial.

A partir daí entreguei a coordenação política do Estado ao Governador indicado, que a assumiu integralmente, competindo-me a colaboração franca, leal e desinteressada, para que o Partido colhesse resultado positivo em 15 de novembro, o que de fato ocorreu. Não declarei na época, mas hoje revelo que apesar de não ter sido candidato, recebi o veredito das urnas, favorável à ARENA, também como demonstração de solidariedade e apoio do povo ao nosso Governo.

Em decorrência do pleito e atendendo outros fatores, foram registradas modificações no secretariado. Os Secretários Theodori-

co de Assis Ferraço, Arabelo do Rosário e Belmiro Teixeira, que se candidataram de forma vitoriosa, foram substituídos, respectivamente, por Nilzo Plazi (Indústria e Comércio), Edilson Lucas do Amaral (Educação) e Lenildo Lucas (Transporte). Antes, Kywal Samborjense de Oliveira foi substituído por Hugo Eisenlohr, que transmitiu o Comando da Polícia Militar a Jayme Lameira; o professor Alberto Stange Junior foi substituído por Arabelo do Rosário (Educação); Hélio Rodrigues – um auxiliar polivalente que começou na Emcatur – ocupou a Secretaria de Serviços Especiais, indo depois para a diretoria do Banestes, sendo sucedido por Clóvis de Barros.

Sobre Hélio Rodrigues desejo registrar que foi, além de colaborador brilhante, um dos mais dedicados amigos que tive, sempre sugerindo iniciativas que repercutiam em prol do interesse coletivo. Amou Guarapari como ninguém, chegando a participar de forma intensa da administração do prefeito Graciano Espíndula.

O jornalista José Costa, da Secretaria de Comunicação, teve como sucessor José Carlos Monjardim Cavalcante, que nos assessorou até o término do Governo, realizando o trabalho documental da administração, juntamente com Antenor de Carvalho.

Quando Arabelo do Rosário foi para a Educação, confiei a pasta da Indústria e Comércio a Oswaldo Vieira Marques, também nomeando Álcio Portella para uma Secretaria Extraordinária. Na Saúde, Sebastião Cabral cedeu lugar a Adelson Cunha, enquanto Osman Francischetto Magalhães tinha a sucedê-lo na Agricultura, sucessivamente, Paulo Lemos Barbosa e Belmiro Perini.

No dia 28 de junho de 1978 Wander Bassini substituiu Setembrino Pelissari na Prefeitura de Vitória. Foi um ato que me custou bastante, pois Setembrino sempre foi um político digno, honesto e deu o melhor da sua inteligência em favor da vida pública. Só quem tem o exercício do poder pode imaginar como as circuns-

tâncias se afiguram difíceis em determinadas ocasiões, levando-nos a praticar atos que não comungam com a vontade pessoal. Até hoje tenho admiração e respeito por Setembrino, que, como eu, exerce a advocacia, incluindo-o no rol dos políticos que granjearam a minha estima ao longo de quase 50 anos de vida pública.

A minha sucessão transcorreu com naturalidade, pois desde o primeiro dia, a partir da indicação, intuitivamente compreendi o comportamento do Governador que iria me suceder.

O ano de 1979, o último do nosso Governo, apesar de registrar dois meses e meio de atividades administrativas, foi vivido num carrossel emotivo, aumentando o ritmo de trabalho em face dos problemas provocados pelas chuvas que caíram sobre o Espírito Santo, ininterruptamente, e as inaugurações de várias obras previstas até o dia 14 de março.

Ressalto a valiosa colaboração do povo capixaba na solidariedade que se fez presente, quando o Estado decretou estado de calamidade pública, em razão da inclemência da natureza. Também o Presidente Ernesto Geisel, com quem conversava diariamente, informando-o dos acontecimentos relativos às enchentes, proporcionou-nos toda assistência material necessária, colocando à nossa disposição helicópteros da Marinha, Exército e Aeronáutica, que somados aos que alugamos da VOTEC, alcançavam onze unidades, além de um avião “Búfalo”, que fez a ponte aérea entre Baixo Guandu e Vitória, considerando que a região de Baixo Guandu e Aimorés (Minas Gerais) foram as mais castigadas pela intempérie.

Obtive do Presidente, através de exposição de motivos ao Ministério do Interior, cujo titular da pasta, Rangel Reis, tanto nos ajudou, uma verba inicial de 420 milhões de cruzeiros para fazer face aos prejuízos com as enchentes. Desse dinheiro adiantei, na última semana do nosso Governo, cerca de 17% aos Prefeitos dos

municípios mais atingidos, que deveriam prestar contas ao futuro Vice-Governador José Carlos da Fonseca, designado presidente da Comissão de Defesa Civil do próximo quadriênio. Dessa verba deixei intactos mais de 300 milhões de cruzeiros para serem utilizados pelo futuro Governo que, segundo sei, esse dinheiro muito ajudou na construção da ponte de Baixo Guandu. Os documentos referentes às enchentes ficaram à disposição de todos na Comissão Estadual de Defesa Civil – CEDEC.

Vencemos a tormenta com lágrimas nos olhos e firme determinação, superando a campanha de alguns que tentaram inutilmente extrair dividendos condenáveis do sofrimento do povo. Houve uma fonte, inclusive, que noticiou que “milhares de cadáveres boiavam no Rio Doce”, quando os óbitos, segundo documentos existentes, não passaram de dois, assim mesmo por imprevidência das vítimas.

Passado o dilúvio – este é o termo exato – 1979 anotou ainda a implantação definitiva das estradas Pancas-Frechiani, Alfredo Chaves-BR 101, Conceição do Castelo-BR 262, Afonso Cláudio-BR 262, Iúna-BR 262, Jaracáipe-BR 101, além do lançamento do Programa da Borracha, entrega da Comenda Jerônimo Monteiro a várias personalidades, inclusive Roberto Carlos (pessoalmente), inauguração do Centro de Recuperação Físico-Motora-CREFES, em Vila Velha, conclusão da Casa da Cultura (projeto que deixamos pronto, mas não chegou a viver).

No dia 10 de fevereiro, em Brasília, tendo ao lado o futuro Governador do Estado, Eurico Rezende, despedi-me do Presidente Geisel, agradecendo-lhe o apoio e as inúmeras visitas feitas ao Espírito Santo.

Visitei todas as repartições, despedindo-me emocionado dos funcionários que tanto me ajudaram.

A última inauguração realizada no nosso Governo mobilizou

uma multidão de pessoas, 20 mil aproximadamente, na Ilha do Príncipe, sendo, talvez, a maior festa popular ocorrida na capital. A inauguração não ofereceu shows, não vieram artistas consagrados. A festa, em si, foi a própria inauguração da obra, pois todos sabiam que naquele instante terminava o suplício da rodoviária da praça Misael Pena. O jornal “A Gazeta” destacou a inauguração na primeira página e disse que

“Elcio terminou seu discurso chorando, despedindo-se do povo capixaba – amanhã deixo o Governo – e teve que ser cercado por um cordão de isolamento humano, formado por policiais, para que pudesse visitar as instalações do terminal que, a partir de hoje, entrou em funcionamento. A cerimônia, iniciada com atraso – começou às 20h20m – foi assistida pelo diretor da COMDUSA, Paulo Monteiro, presidente da EBTU, Jorge Guilherme Franciscone, o arquiteto da obra, Maximiliano Fayet e o diretor do Departamento de Obras e Edificações, Laerce Machado. Enquanto Fayet afirmou ter idealizado a Rodoviária de acordo com o clima capixaba, o diretor do DEO, Laerce Machado, garantiu ser a melhor, mais bonita e funcional do Brasil. As quase 20 mil pessoas presentes ontem à inauguração provocaram um engarrafamento no trânsito, que atingiu as ruas do centro da cidade e só foi dissolvido depois das 22 horas.”

Na mesma edição de “A Gazeta” de 15 de março de 1979, na oitava página narra:

“Por volta de 17 horas, toda a área da nova Rodoviária já registrava milhares de pessoas. Quando da solenidade de inauguração, o local apresentava uma multidão de aproximadamente 20 mil pessoas. O trânsito na única saída ao sul da cidade esteve completamente congestionado, o que durou até 22 horas e os motoristas que transitaram nas vias de acessos ao novo terminal encontraram muita dificuldade, tanto em razão da massa de populares que as ocupavam, como pela quantidade de veículos.”

A matéria também anotou que foi descerrada fita simbólica num bloco de mármore branco, onde existe a seguinte inscrição:

“O Espírito Santo é chegada e berço. Aqui se plantou fé e esperança sob as bênçãos de Deus e com o trabalho do homem. Na colheita dos frutos todos são bem vindos.”

Além de ter sugerido a frase acima, mais tarde, atendendo instância do jornalista Dório Antunes, que era meu colega de escritório, escrevi uma pequena crônica, que transcrevo:

“Ilha do Príncipe, um dia serás redimida, cobrirás a cabeça com a coroa da pobreza e dignidade dos seus habitantes, enobrecida contarás uma história de ousadia. Ilha do Príncipe não mais serás capítulo diário da crônica policial, falarás de Maria Tomba Homem com uma ponta de saudade, e lá embaixo, nos monturos de lixo, darás vida condigna aos que moravam na floresta esgarçada dos mangues.

Ilha do Príncipe, serás despida dos barracos, que da noite para o dia, serão transformados em moradias confortáveis. O comércio florescerá em sua orla, o progresso acontecerá sem violência, Ilha do Príncipe de Mário Gurgel e tantos outros, que, filhos da humildade, alcançaram o patamar da espiritualidade amadurecida.

Ilha do Príncipe, serás irmã da praça Misael Pena, onde os veículos se alimentavam de milhares de passageiros, sem conforto e higiene, na sarabanda louca dos que vinham e partiam, ao relento das noites, na inclemência das chuvas.

Ilha do Príncipe, serás formosa e iluminada, mãe generosa de seios fartos, no acalanto perenal da Rodoviária.”

Seriam irmãs, sabia bem, no milagre da construção da Rodoviária da Grande Vitória, filha do arquiteto Fayet e batizada pelas mãos de auxiliares dedicados e operários ousados.

Tudo começou tão de repente! As ações de imissão de posse, a

substituição dos barracos por casas nos conjuntos habitacionais, os tratores roncando com vigor, centenas de caminhões no vai e vem do aterro. As estacas varando a terra.

A inquietação dolorosa da chuva, que não parava, uma obra cercada de lama por todos os lados. Todavia, o desafio estava lançado e quando a Rodoviária começou a subir, em agosto de 1978, ninguém acreditava que os homens seriam capazes. Para obra como aquela, só milagre...

Os operários eram formigas impenitentes. Ciranda de abnegação, visitas consecutivas, os engenheiros encontrando soluções sucessivamente, Paulo Monteiro e Laerce Machado, insones, na vigília da odisseia.

Na madrugada chuvosa, encontrei Paulo e Laerce estimulando os operários que prosseguiam na parte elétrica. A chuva varria tudo, dolorosa na continuidade. O caboclo nordestino, pendurado no alto, com uma lâmpada na mão, gritou para quem quisesse ouvir:

- Olha, Governador, isso é obra de macho. Vamos entregar essa Rodoviária no prazo, que nem Brasília.

Os companheiros – eram dezenas de operários – endossaram as palavras de Landulfo (por anda ele?) com uma salva de palmas.

As visitas à Rodoviária eram diárias. Cada detalhe merecia atenção especial. Quando a cobertura metálica teve início e a chuva impedia o asfaltamento, houve alguém que se mostrou pessimista. Todavia, Paulo e Laerce contestaram de imediato:

- A Rodoviária será inaugurada antes do dia 15 de março. Os computadores não falham, ainda mais quando os operários amam a obra que estão fazendo.

A inauguração da Rodoviária no dia 14 de março de 1979 foi uma festa que jamais será apagada da memória. Uma festa genuína de

povo, que foi participante e usufrutuário. Vergado pela emoção, ainda tive força para dar como inaugurado o sistema aquaviário, embarcando numa das suas lanchas rumo a Vila Velha, pois, logo em seguida, na casa de Morena e Graciano Espíndula Filho, na Enseada Azul, em Guarapari, iria me confraternizar com os auxiliares, amigos, companheiros e todos que, de uma forma ou de outra, foram artífices e participantes do Governo Elcio Alvares.

Cumprindo protocolo, no dia 15 de março de 1979, às 15h07m, passei a faixa governamental a Eurico Rezende. O discurso que pronunciei foi curtíssimo. A emoção era arrasadora, não permitia que eu falasse do jeito que estava acostumado a fazer, com entusiasmo e alegria. Quando acabei de falar a última frase, houve um murmúrio crescente e logo dezenas de pessoas me levantaram no ar, carregando-me para a entrada do Palácio. Não sei como descí as escadarias que ligam o salão nobre ao portão principal. Flutuei, no sentido literal do verbo, mas descí as escadarias do Palácio Anchieta de cabeça erguida, olhos cheios de lágrimas, envolvido por centenas de abraços comovidos de um povo que chorava comigo também. Posso dizer, com orgulho natural dos que cumprem o dever, que saí do Governo nos braços do povo.

A banda da Polícia Militar tocou os primeiros acordes de “Carinhoso”, de Pixinguinha, forma simpática dos músicos me saudarem com afeto: sabiam que eu gostava bastante da letra daquela música. A emoção desabou sobre mim, em forma de pranto. Era o término de uma jornada de estoicismo. A multidão, gritando meu nome com emoção, não permitiu que o motorista Robeldo Câmara dirigisse o Corcel que me fora presenteado pelos Secretários que saíam comigo. O carro deslizou pela ladeira da rua Nestor Gomes, alcançando a rua do Comércio e, até as Cinco Pontes, o povo empurrava meu carro com carinho, rostos colados aos vidros, a maioria deles cobertos de lágrimas.

Foi o maior impacto emocional que tive ao longo da vida pública, fazendo-me compreender que vale a pena trabalhar em favor do povo, principalmente dos humildes, objetivando dar-lhes condições de vida e elevando-o aos patamares da dignidade humana.

Para trás ficava o Palácio Anchieta e todo seu simbolismo de poder onde, durante quatro anos, foram vividos dias de profunda emoção e trabalho sem trégua.

Registro na lembrança a presença de dois amigos, que desde os primeiros instantes da indicação foram mais do que amigos, irmãos. Dividiram comigo as reflexões iniciais do Governo. Maria José, com estilo próprio, desempenhou-se com mérito do difícil cargo de Chefe da Casa Civil do Governo. Laércio Lucas, sem qualquer nomeação oficial, era conselheiro permanente. Compartilhei com ambos durante quatro anos a solução dos difíceis problemas que envolvem o Governo, tanto na parte administrativa como na esfera política.

No dia seguinte à transmissão do Governo embarquei para o Rio de Janeiro, onde fui hóspede dos amigos de sempre, Morena e Graciano Espíndula Filho.

Nem bem cumpri uma semana de ausência, retornei ao Estado para reassumir minhas funções de Procurador do Instituto Brasileiro do Café, IBC, agência de Vitória, e a começar a dar aulas de Direito na Faculdade de Vila Velha, onde passei a residir na rua Mato Grosso, hoje Luiz Fernandes Reis, no Parque das Castanheiras.

NA PLANÍCIE

MOVIMENTO DE APOIO POPULAR

● MORTES PREMATURAS DE
PAULO BARROS E JOÃO SANTOS



● SURGE O MOVIMENTO
POPULAR ELCIO ALVARES



● A SUCESSÃO DO GOVERNO
DE EURICO REZENDE

Os primeiros dias depois do Governo foram difíceis, pois os hábitos tiveram de ser mudados e era preciso lutar para enfrentar os problemas que começavam a surgir, no que contei com a lealdade de inúmeros amigos, principalmente Edgard dos Anjos, que me ajudou na instalação de um novo escritório de advocacia, incentivando-me bastante.

Tempos difíceis! As críticas partindo de onde menos esperava, apesar do povo me cercar de carinho na Capital e no interior. Muito triste nessa fase é identificar os amigos do poder... São tão iguais, não mudam nunca, sai governo, entra governo. O que importa para eles é o utilitarismo pessoal e são inescrupulosos na tomada de atitudes incompatíveis com o decoro. O escritório do edifício “Alves Ribeiro”, na rua Gama Rosa, tornou-se centro natural de atividade política e advocatícia.

Ensaiei com alguns amigos a fundação do Partido Popular, tendo como líderes principais Tancredo Neves e Magalhães Pinto, mas por gratidão ao Presidente Geisel, filiei-me ao PDS, que estava sendo organizado no Espírito Santo pelo Governador do Estado. Visitei todos os municípios na instalação dos diretórios municipais. Ouvi alguns discursos que machucaram

o coração, mas nada falei. O povo, com seu aplauso, me tornava invulnerável às palavras ásperas. Surgiu o “Movimento Popular Elcio Alvares”, lançado em Boa Vista, Vila Velha. Contei com apoio de bravos companheiros, dentre os quais destaco Átila Araújo, Osny Mendes, Itiberê Resende Caiado de Castro, Nilton Bezerra, Carlos Frota, José Arthur Bernardes da Silveira, Roulien Bahiense, Alberto Faria Gavini (Dodô), o casal Nininha e Arthur e tantos outros.

Na formulação do projeto para o retorno ao Palácio Anchieta, quero ressaltar dois nomes inesquecíveis, que embarcaram no dia 17 de fevereiro de 1981, em Concepción, Paraguai, e até hoje não chegaram: Paulo Barros e João Santos Filho. A notícia do acidente com o avião, na decolagem em Concepción, foi uma das mais dolorosas que recebi. Soube dela por intermédio do então Deputado Antônio Jacques Soares, já falecido. Nesse dia também faleceu o Marechal Cordeiro de Farias, que prestava sua valiosa colaboração à Itabira Agro Industrial, empresa do Grupo João Santos.

De repente via-me despojado de dois amigos que eram verdadeiros irmãos, entusiastas do projeto de retorno ao Governo. Compareci ao enterro de Paulo Barros, no município de Alegre, onde uma multidão prestou-lhe a derradeira e merecida homenagem. No de João, em Recife, fui representado por Irene, que levou meu abraço de despedida aos seus familiares.

Cresceu a candidatura à governadoria do Estado num movimento de base que empolgou o interior e a Grande Vitória.

Fatos negativos, após a morte trágica de João e Paulo, começaram a acontecer: queda da sublegenda partidária (mudou o rumo da vida política do País) e saída do Ministro Golbery do Couto e Silva da Casa Civil.

No dia 30 de julho de 1981, após um comício em Aribiri, a notícia que me fulminou: minha mãe, Mariquinhas, deixava de exis-

tir. Um vácuo profundo, sensação de vazio infinito.

Desponta a sucessão de Eurico Rezende. O alijamento do meu nome numa “lista” de oito, preparada pelo Governador Eurico Rezende, quando eu liderava todas as pesquisas como candidato a Governador do Estado. Eurico proclamava que me aceitava como candidato a qualquer cargo, menos a Governador.

CONVENÇÃO

UM DESFECHO SOFRIDO

- RESULTADO QUE
DEIXOU DÚVIDAS



- O POVO NAS RUAS:
“CAMATA, CAMATA, CAMATA!”



- RETORNO AO IBC COMO
PROCURADOR FEDERAL

A Convenção do PDS em 11 de junho de 1982. Uma data que ficou gravada na memória. Venceu, por pequena margem de votos, o arbítrio, a prepotência e o artifício dos que estavam divorciados do clamor do povo. Essa Convenção representou um dos capítulos mais nebulosos da vida política do Estado, principalmente pela manipulação e métodos usados. Prefiro, no registro histórico do fato, reportar-me ao noticiário do jornal “A Gazeta”, de 12 de junho de 1982, que à página 5 anotou:

“Logo que a apuração foi iniciada, Elcio Alvares voltou-se para o advogado Jacques Marques Pereira, que contava os votos e, tenso, comentou: - Que loucura vai ser essa eleição!

A cada voto para Elcio o advogado colocava um traço até completar um quadrado onde colocava um risco na diagonal. Quando d. Irene Alvares percebeu que a maioria dos votos era de Carlito Von Schilgen, gritou: - “Elcio, tá tudo marcado.” Jacques Pereira, por sua vez, colocou a mão na testa e também gritou: - “Elcio, fomos traídos!”

Apesar de no início da Convenção Elcio ter feito um discurso de caráter conciliatório, pregando a união das correntes após os resultados, ele não partiu para a conciliação imediatamente. Após o

resultado Lúcio Merçon novamente pregou união e o entendimento entre as correntes. Ainda pálido, Elcio Alvares preferiu ir embora. E foi cercado por muita gente, tanto que levou cerca de 15 minutos para chegar à portaria da Assembleia. Lá agradeceu à sua torcida, que gritava, em represália à eleição de Carlito: “Camata! Camata!”

Desci de mãos dadas com Irene a escadaria do Palácio Domingos Martins saudado pelo povo que abandonava o recinto, gritando indignado um estribilho significativo: “Camata! Camata!” Paritariamente para mim o calendário parou em 11 de junho de 1982. Mas sentia que uma força política fantástica, vinda dos gritos dos companheiros, já me impelia para nova caminhada. Como disse John Lennon: “O sonho não acaba nunca, ele sempre recomeça.”

Sobre a Convenção, o jornal “A Gazeta” de 12 de junho de 1982, ainda na página 5 registrou:

“Minutos após tomar conhecimento do resultado da Convenção de ontem de manhã, o Governador Eurico Rezende enviou telex, comunicando o resultado aos Ministros Leitão de Abreu e Ibrahim Abi-Ackel, além do Presidente da República, João Baptista Figueiredo e o Presidente do PDS, José Sarney.

O telex mostra o clima de euforia vivido no Palácio Anchieta após o resultado que assegurou a Carlito Von Schilgen a condição de ser o candidato oficial do seu partido à sucessão estadual. Nele, Eurico Rezende assegura aos destinatários uma “consagradora vitória nas eleições de 15 de novembro”.

A história, tempos depois, provou que a eufórica manifestação do Governador não se concretizou e a consagradora vitória pertenceu justamente a Gerson Camata, cujo nome foi gritado com insistência pelos adeptos da minha candidatura na Convenção do PDS.

Derrotado na Convenção que até hoje provoca dúvidas nos participantes do meu grupo quanto à lisura do resultado, conforme registrado pela imprensa na ocasião, mantive-me inteiramen-

te distante dos movimentos liderados pelo Governador Eurico Rezende, insistindo para que participasse do pleito na condição de candidato a Senador, lançando mão para tanto de vários argumentos e acenos. Chegou ao ponto de pedir a uma pessoa a quem dediquei gratidão e amizade, enquanto viveu, que me chamasse ao Rio de Janeiro para formular o apelo que seria decisivo para minha anuência como candidato. Foi uma das conversas mais delicadas que tive até hoje. Depois de ter sido explicitada com inteligência a razão do pedido, competiu-me dizer à pessoa tão cara que jamais poderia ser companheiro de Eurico após a Convenção do PDS, razão pela qual retornava à advocacia, vivendo a experiência amarga de não ser candidato, mesmo sabendo que naquela ocasião dificilmente perderia qualquer tipo de eleição, principalmente para o Governo do Estado. A intransigência mantida dentro do PDS abriu para Gerson Camata (PMDB) as portas largas da vitória ensejando-lhe realizar um sonho de vida pública sempre marcada por êxito e sucesso.

Com amigos dedicados retornei ao escritório para retomar a atividade de advogado. É muito importante que se tenha profissão definida, não seja político profissional na acepção do termo, pois nas épocas de desdita eleitoral, ausência de mandatos, ele tem alternativa para se sustentar com dignidade, visto que mandatos eletivos, exercidos com honradez, não geram acúmulo de fortuna ou amealham qualquer outro tipo de vantagem que não seja proporcionada pelos subsídios.

O vínculo com o Instituto Brasileiro do Café – IBC, agora na condição de Procurador Federal, em face de mandado de segurança que ganhei no Supremo Tribunal Federal, permitiu que mantivesse padrão compatível com a dignidade de vida de um ex-Governador de Estado. Advoguei com entusiasmo, ao lado de Edison Alves Furtado e Solange Antunes Resende. Junto conosco, com

dedicação, cuidando de detalhes para que tudo fosse possível na caminhada profissional, o amigo de todas horas, Edgard dos Anjos. Refiro-me a Edgard registrando que sua amizade remonta aos tempos do Governo e justiça lhe faço, por ser merecedor, que nunca fez uso da estreita amizade que mantinha comigo para obter qualquer favor oficial. Edgard sente prazer em ajudar as pessoas, às vezes até se sacrificando, assumindo responsabilidades de terceiros para livrar amigos de situação difícil. Além de tudo, Edgard é um homem inteligente, cuja experiência de vida o torna preparado para consultas de toda espécie. A sua participação no período após a governadoria foi importante, nunca me faltando com seu apoio incondicional e apregoando para todos o respeito a mim, como homem público que exerceu com probidade os mandatos que lhe foram conferidos.

Tudo transcorria dentro da normalidade, quando o apelo político se fez forte e vi-me participando da fundação do Partido da Frente Liberal – PFL, em Brasília.

Retornando a Vitória, intensifiquei cada vez mais a atividade partidária, ajudando a organizar diretórios municipais e já admitindo a possibilidade de ser candidato a Governador no pleito de 15 de novembro de 1986, ou seja, a sucessão de Gerson Camata.

VOLTA, ELCIO

A CAMPANHA DO CORAÇÃO

● O JINGLE QUE ATÉ HOJE
É CANTADO PELO POVO



● SARNEY MANIPULA E O PMDB
FAZ GOVERNADOR DO ES



● NOVAMENTE, O RETORNO
À ATIVIDADE ADVOCATÍCIA

Instalado o processo eleitoral, um ano antes, meu nome despontava em condições de favoritismo e o PMDB já anunciava sua preferência pelo nome de Max Mauro, dependendo da anuência de Gerson Camata e José Moraes, então Vice-Governador.

Apontado como candidato pelo Partido da Frente Liberal, do qual fui um dos fundadores, tendo Edson Machado como Vice-Governador, tratei de estabelecer alianças e nutria esperança de ter o apoio de Gerson Camata e José Moraes, tanto que, em plena campanha, numa noite às vésperas de viajar para Barra de São Francisco, estive em casa do empresário Carlos Guilherme Lima, situada na Ilha do Frade, em Vitória, quando conversei longamente com Gerson e José Moraes. Infelizmente não pude aceitar as condições propostas para o apoio dos dois, que seria bastante significativo no resultado do pleito, visto que detinham as rédeas do Governo.

Paralelamente, o empresário Camilo Cola, já candidato a Senador, também conversou com Gerson Camata e José Moraes no sentido de que os dois apoiassem Max Mauro, que, àquela altura, já era candidato ostensivo patrocinado por Camilo. Após a conversa na casa de Carlos Guilherme Lima, e não consumado o

apoio de Gerson e Moraes, aconteceu o entendimento que selou a união do PMDB, surgindo então a chapa chamada de “MACACA” (Max, Camilo e Camata).

A campanha que desenvolvi foi épica. Adotando como jingle música composta pelo capixaba Pedro Caetano, autor da valsa “Guarapari”, percorri o Estado inteiro sob o refrão “Volta, Elcio!”. A letra da música dizia o seguinte:

*“Elcio Alvares, sua saída
Foi “até logo”, não foi despedida.
Por isso o povo cheio de amor
Espera de volta seu Governador.
Olha Elcio Alvares voltando
Com o povo feliz a cantar
Como quem está se preparando
Para um sonho bom continuar (bis)
Volta Elcio, volta porque
O Espírito Santo precisa de você
Volta Elcio, volta porque
O Espírito espera você.”*

O primeiro programa de televisão constituiu-se numa inovação, sendo que bailarinas dançaram na escadaria “Bárbara Lindenberg”, diante do Palácio Anchieta, com efeitos de luz que provocaram admiração. Um início de campanha que entusiasmou a todos e fez, logo de saída, o “Volta, Elcio!” um hino de adesão e solidariedade popular.

É comovente para mim, quando encontro pessoas que me procuram e, de modo simpático, lembram a eleição de 1986 e cantam o “Volta, Elcio!”, demonstrando que realmente fiz uma campanha que marcou época no Espírito Santo.

Os dias transcorreram e amigos dedicados estiveram ao meu lado. Como sempre, Edgard dos Anjos, que se incumbiu da propaganda eleitoral e da elaboração dos programas de televisão, orientando os editores e produtores. Também, com eficiência e discrição, Jônice Tristão revelou-se amigo e companheiro, selando uma aliança eleitoral que viria, mais tarde, a ser vitoriosa quando ganhamos a eleição para o Senado Federal, em 3 de outubro de 1990.

No último mês de campanha, o Presidente José Sarney, do PMDB, astutamente lançou o chamado “Plano Cruzado”, prometendo derrubar a inflação e não permitir a exploração do povo por comerciantes inescrupulosos, acusando publicamente os donos de rebanhos pelo preço excessivo da carne. A televisão e os jornais mostraram a prisão de alguns fazendeiros, enquanto Sarney convocava sistematicamente o povo para integrar o movimento que ele chamou “os fiscais de Sarney”, o que levou a atos inconseqüentes de alguns que prenderam e invadiram fazendas e supermercados, alegando a condição de “fiscal do Sarney”.

Esse posicionamento se refletiu de forma arrasadora no resultado da eleição de 15 de novembro de 1986, levando o PMDB, Partido de Sarney, a fazer todos os Governadores dos Estados, exceção feita a Sergipe, onde João Alves conseguiu o milagre de se eleger contra o Partido governista.

O meu companheiro de chapa, disputando o Senado, Theodorico de Assis Ferraço, teve desempenho brilhante, conseguindo votação consagrada, mas os artifícios da sublegenda não permitiram que chegasse à mais alta Casa Legislativa do País.

Da mesma forma, usufruí do privilégio de ter ao meu lado na condição de candidato a Vice-Governador o Deputado Edson Machado, político que deixou seu nome registrado na história do Espírito Santo como exemplo de probidade e companheirismo.

No primeiro dia de apuração ficava claro que Max Mauro seria o Governador do Espírito Santo, no período de 1986-1990. Após os resultados negativos iniciais, permaneci em minha casa, à rua Luiz Fernandes dos Reis, em Vila Velha, em companhia da família e da advogada Solange Antunes Resende, que já me assessorava há cerca de 6 anos.

Quando se perde uma eleição, é natural que não apareça quase ninguém para comentá-la no dia seguinte ao resultado. É a lei natural da política, uns porque sofrem com o desfecho negativo, solidários com o candidato, e outros, de forma conveniente, procurando novos rumos para acomodação política.

Na solidão da minha casa, na tarde do dia 17 de novembro, surgiu um amigo que me confortou pela solidariedade tão espontânea. E logo após, a pergunta:

- Você está precisando de alguma coisa?

Jônice Tristão é o mesmo amigo, entra ano, sai ano. Desde aquele dia me distingue com sua amizade preciosa, dando-me a certeza de que na política os valores éticos são preservados com dignidade.

Mais tarde Jônice Tristão veio a ser meu companheiro de chapa, na disputa do Senado Federal, e tivemos juntos a satisfação de receber o sufrágio do povo capixaba, permitindo-nos o exercício do mandato na mais alta casa legislativa do País.

Com o PMDB fazendo praticamente a unanimidade dos Governadores, os analistas políticos examinaram os efeitos da atividade presidencial, com adoção do Plano Cruzado, sendo que alguns arriscaram afirmar, tendo em vista que ele deixou de existir logo após o resultado vitorioso, que os eleitores foram envolvidos num estelionato eleitoral.

Após o resultado, conhecido o nome do Governador, o grupo político ligado aos Governadores Gerson Camata e José Mora-

es reclamou que as promessas não foram cumpridas por parte de quem venceu a eleição, restando a Camata cumprir o mandato de Senador, visto que a “MACACA” foi vitoriosa, não elegendo somente Camilo Cola, que foi o articulador do apoio de Gerson e José Moraes ao Governador eleito.

Não sei, sinceramente, se algum dia depois Camata e Moraes não se arrependeram do apoio dado ao candidato vencedor, em detrimento do meu nome. José Moraes exigiu demais nas preliminares do entendimento comigo, que envolvia o controle do sistema financeiro estadual, e do candidato que apoiaram nada tiveram, nem consideração.

Conhecido o resultado adverso da eleição de novembro de 1986, continuamos advogando no escritório situado no edifício “Vitória Center”, na avenida Princesa Isabel, no centro de Vitória, visto que já havia deixado o edifício “Alves Ribeiro”, na rua Gama Rosa, isso durante o transcurso da campanha eleitoral. O grupo advocatício era o mesmo, eu, Edison Alves Furtado e Solange Antunes Resende.

O ano de 1987 ainda nos encontrou no edifício “Vitória Center”. A advocacia permitiu, a mim e a Solange, adquirirmos em sociedade um conjunto de salas situado no edifício Micheline, antigo Palácio do Café, na praça Costa Pereira, 52, 6º andar, onde era a sede da UNICAFÉ. Foi decisiva na aquisição das salas do novo escritório, como intermediador, a participação de Gercino Coser, amigo e companheiro desde o primeiro momento político, que foi incansável nas duas campanhas de Deputado Federal, angariando votos nos municípios onde possuía vínculos sólidos, a exemplo de Itaguaçu, sua terra natal, na qual a família Coser exercia influência. Gercino, ao lado de sua mulher Jerusa, outra figura merecedora da minha admiração, sempre nos acolheu em sua casa com entusiasmo e satisfação, chegando a patrocinar em sua fazenda,

situada em Itaguaçu, eventos que objetivavam melhor contato do candidato Elcio Alvares com os eleitores daquela região. Ademais, ao longo do tempo Gercino se mostrou amigo permanente, participando ativamente de todas as campanhas políticas nas quais fui candidato. Afora isso, Gercino é uma amizade fraterna e sempre tenho alegria quando vou encontrá-lo em sua casa de veraneio, na Aldeia, em Guarapari. Homem simples e inteligente, jamais estadeou riqueza. Gosta de conviver com os mais simples, tratando a todos com igualdade que chega a ser surpreendente.

Adquirido o imóvel da Praça Costa Pereira, onde me encontro até hoje, advogando ao lado de Solange Antunes Resende, o que faço compatibilizando com o pleno desempenho do meu mandato de Deputado Estadual, cessei por um período a atividade partidária.

SENADO

NOVO IMPULSO À VIDA POLÍTICA

- APOIO DE JOSÉ LUIZ CORREA,
EDSON MACHADO E NÍLTON GOMES



- ELCIO E JÔNICE TRISTÃO,
SENADORES ELEITOS



- EXPERIÊNCIA POLÍTICA NO
MANDATO DE SENADOR

As articulações políticas de 1989, bastante identificadas, me encontraram distante da atividade partidária, não obstante a presença de companheiros queridos no escritório de advocacia. Pela assiduidade e lealdade, lembro os nomes de alguns desses valorosos amigos que jamais deixaram esmorecer o legado político que construí ao longo dos anos. José Luiz Cláudio Corrêa, Nilton Gomes (então Deputado Estadual) e Edson Machado são nomes que tiveram grande participação na candidatura, que viria a seguir, de Senador da República.

Num dia, com habilidade e invocando meu espírito público, conseguiram me levar a uma reunião do Partido da Frente Liberal, que ocorria no prédio da antiga Assembleia Legislativa, onde seriam discutidos os nomes que iriam disputar a eleição de 1990. Com relutância concordei em acompanhá-los e, quando lá cheguei, os três, como se tivessem combinado, me disseram que inscreveram meu nome como candidato ao Senado, mas era apenas para composição de chapa, visto que o PFL pretendia formar aliança com outro Partido e não havia o risco de eu voltar a disputar eleição.

Amigos verdadeiros, os três urdiram de tal forma que, de re-

penete, meu nome estava na rua como candidato ao Senado, o que me pegou de surpresa, mas não deixou de ser uma lembrança que comoveu pela confiança e lealdade.

Ainda tentei reagir à indicação partidária, mas dois amigos, Nilton Gomes e José Luiz Cláudio Corrêa, me fizeram aceitar a disputa, além de argumentarem que era oportunidade para enfrentar o candidato do Governo, Renato Soares, do PSB.

Nilton Gomes, com raciocínio ágil e direto, disse-me:

- Elcio, se você não for candidato todos vamos ficar mal: existe murmúrio que possível opositor seu estaria negociando com o PFL, e essa negociação envolveria interesses financeiros. Tenho dito aos que me falam sobre isso que você é homem de inteireza moral absoluta, e não aceitaria qualquer entendimento que não visasse o interesse público e o legítimo interesse partidário. No entanto, acho que a melhor resposta que temos de dar aos maledicentes é a sua candidatura, pois o capixaba quer premiá-lo pela injustiça da derrota na eleição de Governador de 1986.

Vi nos olhos de Nilton Gomes carinho que me comoveu, tocando-me profundamente suas palavras. Logo em seguida, como se tivesse combinado com Nilton Gomes, José Luiz Cláudio Corrêa, meu colega da Faculdade de Direito do Espírito Santo, homem público impecável, correto, cuja palavra era documento, companheiro de todas as campanhas, ponderou em conversa afetuosa:

- A candidatura está na rua. Meus companheiros de Afonso Cláudio, Itaguaçu e Itarana estão eufóricos com a possibilidade de elegê-lo Senador. Você não pode decepcioná-los. Vamos à luta para ganhar, a vida pública do Espírito Santo não pode prescindir da sua participação!

Os argumentos de Nilton e José Luiz repercutiram com intensidade. Apesar da advocacia vitoriosa, a chama da política ardia e começava a lampejar novamente. Chamei Nilton Gomes,

José Luiz Cláudio Corrêa e, agora, Edson Machado, para comunicar que levassem ao Partido minha decisão definitiva de candidatura, já indicando o nome do meu suplente. Não podia ser outro que não fosse Jônice Tristão, uma forma de gratidão ao companheiro de todos instantes e a certeza íntima que estava escolhendo nome à altura da responsabilidade de representar nosso Estado na Câmara Alta do País. Os três me ouviram exultantes, mas José Luiz ponderou:

- Temos que fazer esse registro em pouco tempo, isto porque Jônice se encontra na Inglaterra e impõe-se viabilizar o documento com sua anuência, pois vou dizer a ele que você não abre mão da sua participação como parceiro da chapa que vai liderar a disputa pelo Senado.

Em menos de 48 horas José Luiz, como era seu feitio, demonstrou eficiência e presteza na solução do problema. De posse da anuência de Jônice Tristão, logo tratou de registrar a chapa que me lançava novamente na disputa eleitoral.

Registrada a candidatura, realizei campanha de cerca de dois meses, fazendo poucas viagens ao interior, mas mantendo contatos com lideranças que em grande número vinham ao escritório de advocacia. O maior impulso da divulgação do meu nome e de Jônice registrou-se na propaganda de televisão, onde, mais uma vez, contei com a colaboração de Edgard dos Anjos. Além da propaganda eleitoral gratuita, limitei-me a divulgar “santinhos” em grande quantidade, que alcançavam municípios e distritos, levando ao povo a informação da minha candidatura. Na última semana que antecedeu o pleito mantive-me no escritório intensificando contatos com companheiros, principalmente do interior. O Governo Max Mauro empenhava-se na eleição de Renato Soares, do PSB, e o grupo ligado ao Senador Gerson Camata, com a participação ativa da sua mulher Rita, trabalhava pela vitória de

José Moraes. No dia da eleição logo cedo dirigi-me à seção eleitoral e votei, retornando em seguida ao escritório. Começava a expectativa dos resultados.

Desde o primeiro instante ficou evidenciado que meu favoritismo se traduzia no resultado das urnas, cuja apuração final apresentou os seguintes números:

Elcio Alvares (PFL): 290.487 votos

Renato Viana Soares (PSB): 149.326 votos

Magno Pires da Silva (PT): 72.950 votos

José Moraes (PMDB): 70.972 votos

João Dalmácio Castello (PSDB): 39.083 votos

Ferdinand Berredo de Menezes (PRN): 26.264 votos

Jefferson de Aguiar (PDS): 15.950 votos.

Estava aberto, assim, o caminho para que eu e Jônice Tristão, meu suplente, pudéssemos exercer o mandato de Senador da República, na Câmara Alta do País.

Minha diplomação ocorreu em 12 de novembro de 1990, no Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, conforme diploma assinado pelo Presidente da época, Desembargador José Eduardo Grandi Ribeiro.

Nos dias que antecederam a posse, realizada em 1º de fevereiro de 1991, tratei de cuidar dos meus assuntos advocatícios, bem como despedir-me dos alunos de Direito Civil da UVV, à época Faculdade de Direito de Vila Velha, já funcionando no prédio que deu origem ao complexo educacional que hoje, de fato e de direito, é Universidade Vila Velha.

Minha atuação como professor de ensino superior, de 1979 a 1990, marcou um tempo de plena realização profissional, pois a convivência com os estudantes, ensinando Direito Civil (propriedade e contratos), preparou-me, por certo, para o desempenho

do mandato que iria exercer em Brasília, pois as aulas, nessa época, me permitiam comentários sobre a situação nacional, sempre adequando-as aos temas curriculares. Acredito também que essa interação com os jovens granjeou simpatia que se traduziu no resultado eleitoral, posto que os universitários passaram a perceber que o político Elcio Alvares tinha vocação de professor, vivendo com entusiasmo os momentos de magistério.

A ida para Brasília deu-se praticamente na véspera da posse, pois ainda o meu medo de viajar de avião persistia, colocando dúvidas a respeito do meio de transporte que iria usar. Para cuidar da escolha de gabinete bem como dos funcionários que iriam compô-lo, Solange Antunes Resende antecipou-se na ida, informando-me de todas as providências que estavam sendo tomadas. Viajei para Brasília em companhia de Irene e do meu pai Ulysses Alvares. E fui de avião.

A posse foi ato marcante para mim. Inescondível a emoção de retornar à política com a missão de representar o Espírito Santo no Senado da República. Presentes amigos diletos, entre eles, Jônice e Ilza Tristão, além de uma figura cuja lembrança me comove. Na tribuna de honra do Senado, empertigado num terno novo adquirido para o evento, com o laço de gravata vistosa dado por mim, pessoalmente, aparecia meu pai Ulysses Alvares, ao lado de Irene, por certo orgulhoso do filho que ali estava participando do ritual que soleniza a investidura nas funções de Senador da República.

E tudo começou com velocidade incrível. Contatos com os novos companheiros, alguns deles figuras notáveis da vida pública brasileira, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Antônio Carlos Magalhães, Jarbas Passarinho, Nelson Carneiro, Darcy Ribeiro, Josaphat Marinho, Esperidião Amim, Mauro Benevides, Humberto Lucena, Marco Maciel, Maurício Correa,

Edison Lobão, Sérgio Machado, Pedro Simon, Arthur Da Távola, Francelino Pereira e Eduardo Suplicy. Outros companheiros, cito Jonas Pinheiro, Beni Veras, Henrique Almeida, Carlos D'Carli, João Rocha e Pedro Piva estreitaram laços de amizade pessoal.

O início de um mandato de Senador é bem difícil, quando se representa um Estado pequeno e não é nome nacional. Os lugares mais privilegiados na Casa são ocupados por aqueles de Estados maiores e Partidos de grande número de representantes. Os jornalistas, naturalmente, procuram os nomes conhecidos para entrevistas e opiniões sobre os projetos em curso e temas nacionais. Desde o primeiro momento percebi que a caminhada teria de ser feita de forma segura, conquistando espaço através da participação intensa nos trabalhos parlamentares. Contei nesse tempo com a amizade fraterna do Senador Sérgio Machado (PSDB-CE), com quem dividia o debate dos projetos e das matérias.

Ao chegar ao Senado encontrei Gerson Camata, muito estimado pelos pares. Além de Gerson, a figura admirável de João Calmon, a quem muito deve a educação brasileira. Colhi de Calmon confidências valiosas, bem como ensinamentos dados com simplicidade e experiência.

Transcorridos alguns dias do mandato de Senador fui chamado por Marco Maciel, de quem tinha sido colega na Câmara dos Deputados (1970-1974), Líder do Governo de Fernando Collor de Mello, então Presidente, para com ele participar da Liderança do Governo na Casa, na condição de Vice-Líder. Apesar de honroso e demonstrando a consideração de Maciel por mim, não quis aceitar o convite de imediato, o que o levou a procurar-me no hotel Eron, onde estava hospedado, e afirmar mais uma vez que não abria mão da minha participação nos trabalhos da Liderança. Almoçamos juntos, todavia continuei firme no propósito de não ser Vice-Líder. Na semana seguinte recebi convite do Presidente

Fernando Collor de Mello para audiência no Palácio do Planalto, à qual compareci com propósito de ouvi-lo, mas responder da mesma forma que tinha colocado meu pensamento para Maciel. Durante uma hora, excedendo mesmo o tempo de audiência, o Presidente falou-me do seu projeto para o País e à medida que ia avançando eu começava a admirá-lo pela firmeza no posicionamento em relação à política internacional e aos assuntos internos. Cativado pela atenção do Presidente, despedi-me e fui direto conversar com Marco Maciel, que eu sabia ter sido o responsável pela formulação do convite. Maciel foi logo perguntando:

- Como foi a conversa com o Presidente?

Disse-lhe então da minha surpresa e da impressão que ficou de tudo, passava a ver o Presidente como homem que queria realizar administração moderna, valorizando o Brasil no concerto internacional. Marco Maciel, feliz, completou:

- Quando meu Vice-Líder assume suas funções em Plenário?

Na verdade, esse foi o primeiro passo para encontrar os caminhos do Senado, pois, além do mais, havia sido indicado como integrante da Comissão de Constituição e Justiça, a mais importante da Casa.

COLLOR

O PROCESSO DE IMPEACHMENT

- PRESIDENTE DA COMISSÃO
COM ATUAÇÃO DESTACADA



- ROTEIRO DE UM
PROCESSO HISTÓRICO



- RUMORES DA INDICAÇÃO
PARA O MINISTÉRIO

Nos primeiros tempos da atividade senatorial, participando da Liderança do Governo, percebi que a situação política de Fernando Collor de Mello não era simpática entre a maioria dos colegas, crescendo desconforto e insatisfação que grassava à medida que o Presidente se distanciava do Congresso Nacional.

O agravamento da crise, em virtude de entrevista dada à revista “Veja” pelo irmão do Presidente, Pedro Collor, publicada na edição de 24 de maio de 1992, determinou a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar atividades de Paulo César Cavalcante Farias (PC Farias), sendo eleitos Presidente o Deputado Benito Gama (PFL-BA) e relator o Senador Amir Lando (PMDB-RO).

Competiu-me, na sessão histórica que aconteceu no auditório Petrônio Portella no dia 26 de agosto de 1992, falar em nome do Partido da Frente Liberal, aprovando, naquela oportunidade, o relatório elaborado pelo representante da Rondônia. Afirmei na ocasião, sob aplausos gerais:

- No momento difícil que o Congresso se posiciona sobre atos do Governo federal, apesar de Vice-Líder, não posso fugir aos ditames da consciência. Acima do interesse partidário ou governa-

mental, o interesse do País! Assim sendo, acompanho o Senador Amir Lando e voto favoravelmente ao seu parecer, bem fundamentado, documentado e claro na conclusão.

O auditório, de pé, prorrompeu em aplausos. Em seguida concedi dezenas de entrevistas, pois todos sabiam que a decisão aprovando a peça de Amir repercutiria de forma impactante na política nacional. O relatório foi aprovado por 16 votos a 5.

À noite minha fala foi reproduzida no “Jornal Nacional”, alcançando repercussão e me colocando no cerne do problema que se arrastava na relação Presidente-Congresso Nacional.

A situação do Presidente complicava-se dia a dia.

Na Câmara, a Comissão Especial presidida pelo Deputado Gastone Righi (PTB-SP) aprovou o parecer de autoria do relator, Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), favorável à abertura de processo por crime de responsabilidade, decorrente da denúncia efetivada no dia 1º de setembro de 1992 por dois cidadãos da mais elevada respeitabilidade, o Presidente da OAB, Marcello Lavenère, e o Presidente da ABI – Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, com fundamento na revelação de fatos criminosos apurados na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

A votação do parecer de Nelson Jobim ocorreu no dia 29 de setembro, com aprovação por 441 votos a 33, dando pela abertura do processo pelo Senado Federal que seria palco de toda a tramitação, pois o *impeachment* era uma medida extrema, cuja competência de processamento cabia à Câmara Alta do País.

Em face disso foi constituída a Comissão Especial do Impeachment, episódio que movimentou e paralisou o País. As maiores lideranças do Senado reuniram-se, entre elas Mauro Benevides e Humberto Lucena, ambos do PMDB, respectivamente Presidente da Casa e Líder do Partido.

Após o exame de todas as peças acusatórias, era preciso esco-

lher o presidente e o relator da Comissão. Qual não foi minha perplexidade, ao ser convocado pelo Presidente do Senado, Mauro Benevides, em seu gabinete, e ouvir, entre surpreso e estupefato, o convite de grave responsabilidade:

- Elcio, estivemos reunidos, eu e todos os líderes partidários. Constatamos que o País está imergindo numa crise política como nunca se viu, sem precedentes na história nacional, obrigando-nos a recorrer, pela primeira vez, ao processo de impeachment. Examinamos a conveniência partidária e, depois de análise criteriosa, entendemos que a Presidência da Comissão deve ficar com você.

A mesma sensação que tive quando fui indicado Governador do Estado, ouvindo Petrônio Portella. Os pensamentos passaram com muita rapidez, advertindo-me da importância daquele munus parlamentar. Estava em jogo a Presidência da República e não havia legislação específica para o processo do impeachment.

Disse a Mauro Benevides que aceitava a incumbência e ele me informou que o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sydney Sanches, assumiria a Presidência provisória do Senado, conforme dispunha o texto constitucional, cabendo a Sanches a garantia da ordem jurídica e o estabelecimento do rito procedimental do processo, o que foi integralmente respeitado e, de início, inibiu a defesa contra qualquer arguição de nulidade que invalidasse o feito. Aceitei a missão informando a todos os colegas que se encontravam na sala do Presidente Mauro Benevides que não fugiria à responsabilidade de julgar criteriosamente o Presidente Fernando Collor.

Ato contínuo foi designado relator da Comissão o Senador Antônio Mariz, da Paraíba, cujo conhecimento jurídico dava tranquilidade a todos na condução dos trabalhos.

O ofício do Presidente da Câmara, dirigido ao Presidente do Senado, Mauro Benevides, autorizando a abertura do processo,

data de 30 de setembro de 1992. O Deputado Ibsen Pinheiro, Presidente, pede que seja instaurado processo contra o Presidente da República, Fernando Collor, por crime de responsabilidade, admitindo a acusação nos termos da denúncia oferecida pelos cidadãos Barbosa Lima Sobrinho e Marcello Lavenère Machado. Encerrava o ofício informando que encaminhava a denúncia recebida pela Câmara, aprovada mediante o voto favorável de 441 dos seus integrantes, registrando-se, ainda, 33 votos contrários, 1 abstenção e 23 ausências, sendo que a denúncia recebida fez-se acompanhar dos documentos e de relatório circunstanciado de sua tramitação, para fins do disposto no inciso 1º, do art. 52 da Constituição Federal.

Em 1º de outubro de 1992 instaura-se o processo no Senado Federal. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sydney Sanches, assume a Presidência do Senado como órgão judiciário. É eleita a Comissão Especial que processará o impeachment, instalando-se sob a minha Presidência e tendo como relator o Senador Antônio Mariz (PMDB-PB).

Recorro agora ao livro que publiquei em 1994, “A Comissão que processou o Impeachment”, para dar a cronologia exata dos fatos ocorridos em 1992:

■ O Presidente é citado para responder, como denunciado no processo, e é afastado do cargo; assume, provisoriamente, o Vice-Presidente Itamar Franco, até que se conclua o processo.

● São conhecidas as alegações preliminares da defesa, assinadas por Antônio Evaristo de Moraes Filho e José Guilherme Villella.

■ A acusação apresenta suas alegações finais, firmadas pelos advogados Evandro Lins e Silva e Sérgio Sérulo da Cunha.

● A Comissão Especial do Senado aprova parecer do re-

lador, Antônio Mariz, que conclui pela procedência das acusações contra o Presidente e pede que o Senado o pronuncie.

- O Plenário do Senado aprova o Relatório Mariz.

- Os advogados dos denunciantes apresentam o libelo acusatório.

- A defesa apresenta contrariedade ao libelo.

- Na véspera da sessão de julgamento, o Presidente da República destitui seus advogados.

- Tem início o julgamento. O Presidente renuncia ao seu mandato.

- O Senado, por 76 votos a 3, profere a sentença inabilitando o ex-Presidente para o exercício de funções públicas por 8 anos.

Estava encerrada essa dolorosa página da história política do País. Logo depois, Humberto Lucena, Líder do PMDB, teve oportunidade de registrar:

“À serenidade de Elcio Alvares, num momento da maior gravidade para a vida institucional do País, muito devem os brasileiros. Dou o testemunho da sua ação brava, corajosa, assegurando o contraditório, mas, igualmente, diligenciando no sentido da rigorosa apuração dos fatos, sem procrastinações dilatórias, com decisões públicas e claras, proferidas segundo os ditames da lei, pontilhando, assim, pari passu a lição do Padre Antônio Vieira que já pregava em favor das “acusações abertas”. Nada foi sigiloso, pelo contrário, os mais diversos segmentos da sociedade acompanharam o processo de impeachment, num despertar da cidadania que jamais permitirá retrocesso, porque ninguém apaga a história ou “consegue sustar o amanhã de um povo”.

Por sua vez, o Senador Antônio Mariz, relator do impeachment, assinalou:

“Ninguém mais bem colocado para fazê-lo do que o Senador Elcio Alvares, então Presidente da Comissão Especial do Impeachment, a quem se deve em larga medida o bom êxito da instrução processual. Não fossem sua competência, descortino e capacidade de conciliação, maiores se tornariam os obstáculos para a concretização dos procedimentos necessários. O rito procedimental adotado retrata com fidelidade as dificuldades encontradas”.

Ganhei, evidentemente, com o processo do impeachment, notoriedade e admiração daqueles que acompanharam de perto o desenvolvimento dos trabalhos parlamentares.

Empossado em caráter definitivo na Presidência da República, Itamar Franco tratou de organizar seu ministério. Entrementes, fui procurado pelo Senador Pedro Simon, amigo do Presidente Itamar, que me informou, pedindo reserva temporária, que meu nome tinha sido lembrado para o Ministério das Comunicações. Senti-me lisonjeado com a fala de Pedro, mas ponderei que no momento estava presidindo uma CPI e que somente depois de concluí-la poderia examinar convite de tal porte, deixando claro o propósito de colaborar com o Presidente da República na nova etapa de Governo, agravada pela comoção da saída de Fernando Collor.

O convite aventado por Simon não se concretizou imediatamente, sendo que o Presidente, em meados de 1993, convidou-me para integrar a Comissão Especial da Saúde, que objetivava encontrar soluções para a situação de agrura financeira das Santas Casas de Misericórdia e as entidades filantrópicas do País.

MINISTÉRIO

A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA

- RUMORES CONFIRMADOS:
ITAMAR CONVIDA ELCIO



- PREPARAÇÃO DE NOVO PLANO
ECONÔMICO PARA O PAÍS



- VIAGEM AO JAPÃO
REPRESENTANDO O BRASIL

Em meados de janeiro de 1994, Pedro Simon voltou a falar comigo dizendo que o Presidente ficou satisfeito com minha atuação na Comissão Especial de Saúde e nutria esperança de me ter no seu quadro ministerial. Fernando Henrique Cardoso já era o Ministro da Fazenda, sendo que o Senador José Eduardo Andrade Vieira ocupava a Pasta da Indústria, Comércio e Turismo. A essa altura Fernando Henrique já estava com o Plano Real praticamente configurado, contando com equipe de economistas e não acertava os ponteiros com o Ministro José Eduardo, que acabou pedindo exoneração do cargo. Tomei conhecimento através de Henrique Hargreaves, então Chefe da Casa Civil do Governo, que Fernando Henrique manifestou ao Presidente Itamar desejo de influir na escolha do novo Ministro, posto que sua atuação seria importante na elaboração do plano econômico. O fato de ter participado com Fernando Henrique dos estudos da dívida externa brasileira aproximou-me dele, razão pela qual sua preferência pelo meu nome foi recebida com naturalidade. Após saber dessa manifestação de simpatia por parte do futuro Presidente, já não me surpreendi quando, no meu gabinete no Senado, recebi telefonema do Palácio pedin-

do-me para comparecer ao gabinete de Itamar. O Presidente foi objetivo no convite:

- Senador Elcio, já vinha amadurecendo sua convocação para integrar o Governo mas faltava a ocasião propícia, e soube pelo Pedro (Simon) das suas atividades no Senado, não permitindo pronto afastamento. Cheguei a pensar no seu nome para o Ministério das Comunicações, mas agora Fernando Henrique sugere sua participação no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, vago com a saída do Senador José Eduardo. O Henrique Hargreaves já me falou que, na sondagem que fez, o senhor mostrou-se inteiramente receptivo ao convite para exercer o Ministério. Portanto, a partir de agora quero saber oficialmente se se dispõe a ser o novo Ministro da Indústria, Comércio e Turismo.

De pronto, respondi ao Presidente Itamar que contasse com minha colaboração, visto que já tinha conhecimento preliminar dos estudos para a implantação de novo plano econômico no País, onde o Ministério para o qual estava sendo convidado teria participação intensa. O Presidente Itamar arrematou a conversa falando:

- Procure o Hargreaves para acertar a data e os detalhes da sua posse.

Retornando ao gabinete, naturalmente emocionado, lembrei-me de visita, ocorrida dias antes, do jornalista Toninho Drummond, representante das Organizações Globo em Brasília, homem muito informado, falando-me de rumores correntes na Capital Federal dando notícia da minha indicação como Ministro de Estado.

No dia 25 de janeiro de 1994 assumi o cargo de Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. Tratei logo de procurar Fernando Henrique Cardoso para acertar os ponteiros com o Ministério da Fazenda, quando fui informado de detalhes

do novo plano econômico para o País, dando-me a dimensão da importância que teria meu Ministério na fixação das alíquotas de importação e exportação, além de participar dos estudos do grupo que iria apresentar ao Presidente a redação definitiva do que seria o futuro Plano Real.

O panorama brasileiro, antes do Plano Real, era o caminho da hiperinflação. Mensalmente, nos meses que antecederam o Plano, ela chegava a mais de 40% ao mês, o que levaria para mais de 7.000% ao ano. Antes de, efetivamente, implantar o Plano Real, Fernando Henrique Cardoso fez a sétima mudança de moeda no Brasil, criando o cruzeiro real e cortando vários zeros da moeda anterior. A esse tempo, a equipe do Ministério da Fazenda vinha estudando uma série de medidas para não só conter a inflação, mas também estabilizar a economia. Esses estudos ocuparam todo o período que foi da posse de Fernando Henrique no Ministério da Fazenda, no dia 19 de maio de 1993, até o anúncio do Plano Real, feito no dia 27 de fevereiro de 1994, instituindo, em primeiro lugar, a URV – Unidade de Valor de Referência, que substituiu a moeda brasileira, cortando-lhe mais zeros e colocando-a em paridade com o dólar.

Fui companheiro de Fernando Henrique Cardoso durante algum tempo no Senado Federal e minha chegada ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo teve sua influência. Foi ele quem gestionou junto ao Presidente Itamar Franco, pedindo minha nomeação e uma das razões que apresentava para esse convite é que a Fazenda precisava de alguém a ela alinhada no Ministério, ajudando no desenvolvimento e montagem do Plano Real, já que muitas das suas medidas iriam afetar as áreas sob jurisdição do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Ao assumir o cargo em 25 de janeiro de 1994, já no final da elaboração do Plano Real, participei ativamente das negociações

que antecederam seu anúncio.

Logo em seguida, acompanhei o Presidente Itamar no desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, no Carnaval de 1994, quando ocorreu fato que ocupou o noticiário dos jornais envolvendo Itamar e uma participante da Escola de Samba Viradouro. O episódio repercutiu intensamente em Brasília e o Senador Pedro Simon, amigo leal do Presidente, teve a ideia de sugerir a ida dele à Festa da Uva em Caxias do Sul, acompanhado de Ministros, entre eles eu. A sugestão foi acolhida e na manhã de sexta feira, após o carnaval, embarcamos no avião presidencial e rumamos para Caxias do Sul, estando previsto que retornaríamos à noite.

A recepção ao Presidente foi apoteótica, sendo que no desfile o povo riograndense manifestava a todo momento apreço por Itamar. Ficava mais do que evidente que o convite do Senador Pedro Simon foi adequado e oportuno, pois o Presidente participou dos festejos e à noite, visivelmente satisfeito, informou-nos que iríamos pernoitar no Rio Grande do Sul, o que de fato aconteceu. Dormimos num hotel bastante acolhedor na localidade de Ana Reck, onde Ruth Hargreaves, assessora principal do Presidente, falava entusiasmada da acolhida do povo gaúcho.

Observei a consideração que o Senador Pedro Simon merecia de todos, principalmente das pessoas mais ligadas ao Presidente Itamar. Também me passou pela cabeça que na minha indicação ministerial, além de Fernando Henrique Cardoso, a opinião de Pedro Simon foi importante. Na manhã de sábado preparamo-nos para o retorno a Brasília, já sabendo, conforme Ruth Hargreaves tinha avisado aos membros da comitiva, que aconteceria importante reunião no gabinete do Presidente no Palácio do Planalto. A viagem foi tranquila e logo que descemos na Base Militar de Brasília várias pessoas aguardavam o Presidente, entre elas, destacadamente, Fernando Henrique Cardoso.

PLANO REAL

PARTICIPAÇÃO HISTÓRICA

- PRESENÇA NA REUNIÃO QUE
DECIDIU O PLANO REAL



- DEPOIMENTO DE FHC NO
LIVRO “ARTE DA POLÍTICA”



- O PLANO REAL NA
VIDA DOS BRASILEIROS

Dali rumamos para o Palácio do Planalto, cerca das 10 horas, e teve início uma reunião da qual participaram os Ministros Romildo Cahim, da Administração, Walter Barelli, do Trabalho, Henrique Hargreaves, Chefe da Casa Civil e Arnaldo Leite Pereira, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, além do Presidente Itamar e da assessora Ruth Hargreaves, bem como a equipe econômica do Ministério da Fazenda, liderada por Gustavo Franco e Pêrsio Arida. Essa reunião durou todo o dia, que era sábado e, nela, foram preparadas várias versões do projeto de Medida Provisória que instituiria o Plano Real. Um dos impasses era que o Presidente Itamar Franco queria aprovar o salário mínimo de 100 dólares. Estávamos, então, no dia 26 de fevereiro, véspera do anúncio do Plano Real e do lançamento da URV.

No domingo pela manhã houve nova reunião no Palácio do Planalto. À tarde Fernando Henrique chamou-me e disse que se o projeto original não fosse aprovado pelo Presidente Itamar Franco, ficaria muito difícil a situação da economia brasileira. O impasse era o valor do salário mínimo. Preocupado, procurei Ruth Hargreaves, relatando-lhe a questão e pedindo sua interferência para ajudar a resolver o problema.

Lembro que, entre o término da minha conversa com Ruth e seu retorno, passou mais de uma hora. Ruth conversava com Itamar Franco numa sala anexa ao gabinete presidencial. No final, o Presidente aceitou o plano como proposto por Fernando Henrique, determinando, no entanto, a nomeação de uma comissão para estudar a viabilidade do salário mínimo de 100 dólares. Resolvido o impasse, o Presidente Itamar assinou a Medida Provisória 434, no dia 27 de fevereiro de 1994, instituindo o Plano Real e criando a URV a partir do dia 1º de março, a primeira etapa do plano. A segunda, que pode ser considerada efetivamente o início do Plano Real, se deu no dia 1º de junho, com a criação da nova moeda, a oitava que o Brasil adotou.

É importante registrar o relato que o próprio Fernando Henrique Cardoso faz na página 195 e seguintes no seu livro “A arte da política”, que transcrevo:

“Não obstante, no dia seguinte, um sábado calorento de fevereiro, dia 26, o Presidente convocou alguns Ministros ao Palácio do Planalto para revisar a MP, dentre eles os que tinham estado comigo na véspera. A discussão foi extremamente ardorosa. Além das “perdas”, havia a questão do salário mínimo, que o Ministro Barelli queria aumentar, no que era acompanhado por quase todo mundo na sociedade, no Congresso e no Governo. Falava-se em elevá-lo para o equivalente a 100 dólares. Nós havíamos fixado o salário mínimo em 64,5 URVs, mera conversão dos valores de então. Estávamos convencidos de que o fim da inflação proporcionaria um ganho na capacidade real de compra. Sabíamos também, sem a menor dúvida, do valor baixíssimo do mínimo. Só que ele interferia diretamente no equilíbrio fiscal, pois a Previdência Social é a maior pagadora de salários mínimos do País e qualquer incremento aumenta o déficit do INSS.

A questão, portanto, não era de que o salário mínimo fosse acei-

tável ou que não devesse ser aumentado, mas de insistir que naquele momento estávamos fazendo somente uma conversão monetária, dentro de um processo de controle da inflação. Os aumentos deveriam vir depois, como vieram, assim como, se possível, o Governo deveria promover no Congresso a desvinculação do piso de benefícios do INSS ao salário mínimo dos trabalhadores ativos do setor privado. Isso viria ocorrer, na prática, a partir da promulgação da lei complementar que permitiu aos Governadores fixar pisos salariais nos Estados, embora poucos tenham usado essa faculdade. Confesso que me irritei profundamente na reunião do dia 26. Os mesmos Ministros que me haviam procurado na véspera, aos quais demonstramos – com a anuência dos respectivos técnicos, diga-se – os erros de avaliação dos efeitos da URV nos vencimentos do funcionalismo, pressionavam o Presidente (agregando ainda a questão do salário mínimo) para que ele me obrigasse a ceder.

Tivemos uma discussão longuíssima. Gustavo Franco participou de parte da reunião para esclarecer certos pontos. Voltou à tona a mesma dificuldade da véspera, como se minha reunião anterior com os Ministros não tivesse existido. Insistia-se em que haveria perdas para os assalariados e, portanto, era necessário aumento de salário. Nesta reunião, de que participaram, além de Barelli e o Almirante Arnaldo, entre outros, o Chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, o Secretário-Geral da Presidência, Mauro Durante, o Ministro da Indústria e Comércio, Elcio Alvares e o Ministro da Administração, General Romildo Cahim, só obtive o apoio efetivo de Elcio.

Ao longo das discussões, vinha-me com frequência à memória o aumento salarial concedido pelo Presidente Sarney no lançamento do Cruzado, em 1986 – sem dúvida um dos fatores da explosão de demanda que levaria o plano a fracassar.

Cheguei a me exaltar, dizendo:

- Vocês não estão entendendo nada, está tudo errado.

E olhava para o Presidente Itamar. Ele se mantinha como uma esfinge. Dirigia o olhar para baixo, para os lados, sua fisionomia crispada deixando evidente sua tensão e constrangimento. Não tomava, entretanto, uma decisão. No fundo, julgo saber o que se passava no interior do Presidente. Itamar estava dividido entre o impulso generoso, que o inclinava a conceder um aumento, de um lado, e, de outro, o respeito a mim somado à expectativa de que finalmente teríamos um plano.

Cedi pouco: propus que concedêssemos um aumento geral de 5 por cento aos funcionários antes de converter seus vencimentos à URV e que formasse uma comissão para avaliar até o fim daquele ano, 1994, a possibilidade e as consequências da elevação do salário mínimo para 100 dólares.

Isso depois de um episódio que não pude evitar de protagonizar. Levantei-me da mesa, contrafeito, saí de meu posto, e me dirigi a Hargreaves. Inclinei-me sobre ele e sussurrei a seu ouvido, ilustrando o que dizia com o gesto de bater a mão em meu próprio ombro:

- Estou cansado de carregar o Governo aqui. Cansei de carregar vocês nas costas, estou fazendo isso há muito tempo. Vá lá e diga a seu chefe que nomeie o Barelli para meu lugar. Ele deve ter soluções melhores para os nossos problemas. Cansei.

O Presidente continuava tenso mas não proferiu qualquer palavra que me desautorizasse. Até que, a certa altura, com um meneio, manifestou sua concordância com a solução que propus. Saí da reunião quase na hora anunciada em que, diante de uma multidão de jornalistas que me aguardavam no Ministério da Fazenda, explicaria ao País como seria, finalmente, a MP da URV e como funcionaria o plano. Concedi uma bateria de entrevistas naquela mesma noite a vinte e tantos diferentes veículos da mídia, começando pelas TVs, que haviam montado toda uma parafernália eletrônica no edifício do Ministério. Falei calma e claramente,

respondendo a todas as perguntas dos jornalistas, como se o dia houvesse transcorrido na maior normalidade.”

A minha participação não terminou com o início do Plano Real, mas continuou com a definição do valor das alíquotas da URV, que eram anunciadas pelo Banco Central e serviam como referência para conversão do cruzeiro real na hora das compras da população e das operações financeiras de todo o Governo.

A primeira grande consequência do Plano foi a queda da inflação. No semestre após a introdução do Real, a sua média mensal foi 2,9% ao mês, o equivalente a pouco mais de 18% no semestre. Antes do Plano, anualizada, a inflação chegou a mais de 7.271%. A partir daí, foi caindo ainda mais, estabilizando a economia.

Outra consequência importante foi a valorização do ganho dos trabalhadores. Com inflação menor, o que recebiam passou a ter mais valor, ampliando o consumo de bens e permitindo-lhes uma maior inserção econômica e social.

O Plano trouxe também novas perspectivas para a economia, com o PIB brasileiro crescendo 5,667% em 1994. Se tomado o período de um ano do Plano, o crescimento foi de 7,7%, junho de 1994 a maio de 1995. Nesse mesmo ano a inflação anual no Brasil ficou em 14,78%, uma das mais baixas em toda a história brasileira. Com o crescimento econômico houve também a queda do desemprego, significando maiores oportunidades para os brasileiros, que ficou abaixo dos 5%, uma taxa que à época e comparada com países desenvolvidos, só era superada pelo Japão.

Nesse período, como representante do Espírito Santo em nível federal, exercendo o mandato de Senador e, como tal, ocupando o cargo de Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, tornei-me um participante da história do Brasil, vivendo nela momento único: o da virada de uma economia desorganizada e com altos índices de inflação – hiperinflação – para uma economia organizada,

com inflação baixa e crescimento econômico constante.

Aprovado o Plano Real pelo Presidente Itamar nas históricas reuniões dos dias 26 e 27 de fevereiro de 1994, começou uma nova fase de trabalho no Ministério, onde nossa equipe de auxiliares e assessores técnicos tiveram desempenho exemplar. Competiamos, juntamente com o Ministro da Fazenda, ainda Fernando Henrique, elaborar diariamente os valores das alíquotas de exportação e importação que refletiam diretamente na URV – Unidade Real de Valor. Durante algum tempo, ambos os Ministérios fechavam as listas que eram lacradas e enviadas ao Banco Central, órgão ao qual cabia a divulgação no Diário Oficial da União. Esse trabalho merece destaque maior, pois, além da grave responsabilidade na fixação das alíquotas, jamais aconteceu divulgação antecipada dos valores adotados, o que, caso tivesse ocorrido, ensejaria prejuízo de vulto para o País e desacreditaria o plano que acabou sendo a redenção da economia brasileira.

Durante o período de implantação do Plano Real, surgiu outro episódio que merece registro. Uma forte geadada ocorreu no sul do País, atingindo principalmente o Estado do Paraná. Era um sábado e os registros de venda de café, feitos por contratos eletrônicos, demonstraram que algumas empresas simularam transações para obter vantagem cambial. Na segunda-feira logo cedo fui advertido do fato pelos técnicos do Ministério, especializados em operações comerciais de café, que se mostravam preocupados com o prejuízo que o País tomaria caso os contratos fossem consumados. Imediatamente procurei o Presidente Itamar, fiz-lhe exposição do que ocorria e disse da intenção de anular todos os contratos, a partir da sexta-feira anterior. Era uma medida dura e ousada.

O Presidente, sem relutar, falou:

- Ministro, nosso governo não pode admitir qualquer ato que

fraude o Erário. Tome a providência que julgar conveniente ao assunto, desde que não haja prejuízo para o País.

Voltei ao Ministério e tornei sem efeito todos os contratos, naturalmente provocando celeuma no comércio cafeeiro. Lembro-me ainda de recado que chegou ao meu conhecimento, de parte de um exportador, dizendo que seriam propostas várias ações judiciais para anular o ato que assinei e a pessoa arrematava que eu teria de trabalhar a vida inteira para pagar as indenizações decorrentes daquelas ações. A ameaça, embutida no aviso, jamais se concretizou. Sabiam os exportadores envolvidos no episódio que o Governo Itamar Franco, através do seu Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, tinha agido com inteira correção, pautando o gesto administrativo pelo respeito que merecem os negócios públicos.

No setor de café ainda vivi momento decisivo, quando, em face da alta significativa do seu preço, impossibilitando a venda do produto moído para consumo interno, determinei que fossem disponibilizadas no mercado, através de leilões patrocinados pelo Banco do Brasil, as sacas existentes nos estoques oficiais (na época eram aproximadamente 14 milhões). Esses leilões forçaram a baixa do preço do café, permitindo que o tradicional cafezinho continuasse sendo um hábito na vida de milhões de brasileiros. Convém assinalar que essa medida, de alto interesse público, me valeu um débito político que paguei em eleições posteriores, pois, de forma condenável, alguns interessados fizeram circular versão tendenciosa de que eu estava prejudicando os cafeicultores do Espírito Santo.

Na condição de Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, implementei ações no âmbito da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, que resultaram na criação de câmaras setoriais do comércio, que tinham por fim promover acordos buscando

alternativas negociadas entre empresários, trabalhadores e Governo, para reestruturação dos complexos industriais e modernização das relações de trabalho.

Viabilizei, também, a entrada em operação do módulo importação do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, com objetivo de informatizar os procedimentos nas operações de comércio exterior (importação) de modo a gerar maior transparência e agilidade às importações e exportações brasileiras.

No segundo semestre de 1994, lancei no Estado do Espírito Santo o programa Novos Polos do Comércio Exterior, destinado a promover o engajamento de pequenas e médias empresas no processo exportador brasileiro, o que resultou no aumento das exportações, desregulamentação e desburocratização, fortalecendo a política contra práticas desleais de comércio e, por fim, no MERCOSUL, apoio às negociações com os países que o integram.

No âmbito da Secretaria de Política Comercial – SECOM vale destacar as seguintes ações: manutenção da capacidade produtiva total das indústrias de torrefação e moagem do café solúvel, garantia do nível de realização de divisas cambiais do País, aprovação do Plano Nacional de Recuperação de Cafezais Geados e de Desenvolvimento da Cafeicultura, conclusão do Programa de Retenção de Cafés, da etapa 1993-94, concessão de financiamento ao segmento de produção do café para plantio e tratos culturais e o Plano Diretor da Cafeicultura Brasileira, que estabeleceu métodos de apoio governamental ao segmento do comércio de café.

Presidi o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE, que criou estímulos ao investimento produtivo, dando prosseguimento também à revisão da legislação para imprimir maior rigor ao critério de seleção para entrada de empresas nas ZPEs. No âmbito da Secretaria de Turismo e Ser-

viços – SETUS emprestei decisivo apoio ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que visava conscientizar as comunidades para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, de geração de emprego, melhoria da qualidade de vida e preservação do patrimônio.

Ainda como Ministro, fui convidado no período de 4 a 6 de agosto de 1994 a integrar comitiva oficial para acompanhar o Presidente em viagem à República Argentina, onde celebramos vários convênios.

Durante minha permanência no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo Fernando Henrique deixou de ser Ministro para se candidatar à eleição de Presidente da República, sendo substituído pelo Embaixador Rubens Ricúpero, que também ficou pouco tempo na Pasta da Fazenda, apesar de atuação destacada, visto que se envolveu em episódio lamentável quando concedia entrevista a uma emissora de televisão, determinando sua saída do Ministério.

Lembro-me que no mesmo dia que Rubens Ricúpero se exonerou, fui à sua residência oficial levar abraço de solidariedade e admiração. Encontrei-o praticamente sozinho, consciência tranquila e semblante de paz no rosto. Ricúpero foi sucedido pelo ex-Governador do Ceará, Ciro Gomes, de quem guardo excelente impressão. Inteligente e de raciocínio rápido, Ciro Gomes acompanhou o Presidente até o último dia do mandato. O respeito que tenho por Ciro Gomes é decorrente da sua inteira transparência e coragem.

Certa feita, medidas tomadas pelo meu Ministério e pelo da Fazenda causaram insatisfação em determinados setores do comércio e indústria, sendo que as empresas que se julgavam prejudicadas marcaram debate no Hotel Glória, no Rio de Janeiro.

Ciro telefonou-me e disse:

- Vamos comparecer à reunião dos insatisfeitos. Vamos viajar

juntos, quando conversaremos sobre o assunto. Gostaria de falar em nome do Governo, contando com seu apoio.

Embarcamos para o Rio e encontramos uma plateia pouco simpática ao posicionamento do Governo. O discurso que antecedeu a fala de Ciro Gomes foi duro, cobrando medidas governamentais impossíveis de atendimento, em face da conjuntura do País naquele momento. Ciro, tranquilo no pronunciamento, examinou ponto por ponto da questão, argumentando, por fim, que era preciso haver patriotismo por parte dos brasileiros quando o Plano Real tomava rumo certo e as medidas adotadas vinham facilitar sua adoção e sucesso, livrando-nos da inflação corrosiva e indesejada por todos.

Foi comovente. Ciro acabou o discurso aplaudido de pé e recebemos centenas de cumprimentos, sendo hipotecado ao Governo total apoio nas iniciativas até há pouco questionadas e malvistas por um grupo ligado ao comércio e à indústria. Guardo de Ciro Gomes essa imagem. Não foi a derradeira, isso porque, ao nos despedirmos do Presidente Itamar Franco, no dia 31 de dezembro de 1994, competiu a ele falar em nome dos Ministros, no Palácio Jaburu, quando celebramos a passagem de ano em confraternização que marcou o espírito do Governo Itamar Franco, que saía aprovado pelo povo, com índice superior a 80 por cento. O discurso de Ciro Gomes, bem diferente do pronunciamento do Hotel Glória, foi feito de palavras que mostravam homem sensível e inteiramente adequado para dizer a Itamar, em nome de todos nós, quanto o respeitávamos e o admirávamos, na simplicidade de uma pessoa a quem o poder jamais inebriou.

Com o Ministério em pleno funcionamento, colaborando de forma ativa para a implantação do Plano Real, antes de sair recebi missão do Presidente Itamar Franco para cumprir três compromissos no exterior, o que fiz no período de 25 de outubro a 14 de

novembro de 1994. O primeiro deles foi a Western Hemispheric Tourisme – Ministerial Meeting, realizado em Orlando, nos Estados Unidos. Fiz o transcurso Miami-Orlando em companhia de Flávio Coelho, Presidente da EMBRATUR, e optamos por viajar de automóvel. Logo em seguida viajei para Los Angeles, onde permaneci por dois dias, encontrando-me com Irene (que viajava às minhas custas), bem como com os assessores Solange Antunes Resende, Caio Carvalho - Secretário Nacional de Turismo, e Sidney Attié - Presidente da BBTur, setor de turismo do Banco do Brasil.

De Los Angeles partimos para Osaka, fazendo escala em Tóquio, pois eu iria representar o Brasil no “The Osaka World Tourism Forum’s 94”. Permaneci em Osaka pouco mais de uma semana, tendo pronunciado palestra falando das potencialidades turísticas do País. Encerrado o congresso sobre turismo em Osaka, seguí rumo a Frankfurt, na Alemanha, cumprindo nova rota aérea, quando sobrevoamos a Sibéria, espetáculo grandioso pela imensidão do gelo rasgado por faixas escuras, presumivelmente rios. O evento realizado em Frankfurt era denominado “Fly to Brasil”, objetivando intensificar nossa presença como opção de turismo para os alemães que tiveram oportunidade de participar do comitê.

O retorno ao Brasil permitiu tomar as últimas providências do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e cuidar da volta ao Senado da República para dar cumprimento ao restante do mandato.

Na minha ausência, como Ministro, o mandato de Senador do Espírito Santo foi desempenhado por Jônice Tristão, cuja atuação mereceu os mais amplos elogios. Jônice logo granjeou admiração e simpatia dos seus pares, participando ativamente dos trabalhos e fazendo-me feliz por saber que ele, a exemplo do que era espe-

rado, tinha todos os predicados para representar nosso Estado na Câmara Alta do País. Quando voltei, ouvi vários funcionários da Casa elogiando o modo do Senador Jônice atuar e o tratamento que dispensava a todos. O Senador Jonas Pinheiro (AP), bem como alguns outros colegas, reforçando o desempenho atuante de Jônice Tristão, chegou a me dizer:

- Jônice soube ser, em todos os momentos, legítimo representante do Espírito Santo. Ademais, foi excelente companheiro.

1995 marca meu retorno ao Senado Federal, agora tendo como Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Algumas pessoas, por certo querendo me agradar, falavam que possivelmente eu iria ocupar um Ministério, considerando o relacionamento com o novo Presidente e o desempenho como Ministro na implantação definitiva do Plano Real, cujo sucesso, segundo comentários, era uma das causas da vitória de Fernando Henrique Cardoso. Os primeiros dias de 1995 transcorreram sem nenhuma novidade política. Reabertos os trabalhos, entreguei-me às tarefas parlamentares, como sempre integrando a Comissão de Constituição e Justiça. Os dias foram passando, os Ministérios preenchidos e eu continuava Senador da República, no exercício do mandato.

GOVERNO FHC

LIDERANÇA POR QUATRO ANOS

● VIAGEM À ALEMANHA PELA
FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER



● DIAP: ELCIO, UM DOS SENADORES
MAIS INFLUENTES DO BRASIL



● APROVAÇÃO DE MUDANÇAS
ESTRUTURANTES DO PAÍS

O mês de março assinalou fato curioso: Fernando Henrique não tinha indicado seu Líder no Senado, permanecendo a função em aberto. O Ministro Clóvis Carvalho, da Casa Civil, orientava os assessores do Governo para encaminhar os projetos mais importantes à minha consideração, havendo, naturalmente, aumento de trabalho no gabinete. Como é do meu feitio, acompanhei os projetos com dedicação, responsabilizando-me por eles no Plenário, quando da Ordem do Dia.

Numa tarde de março, Tereza Cruvinel, então jornalista do “Globo”, numa conversa de fim de sessão, adiantou-me:

- O seu nome vai ser indicado para ser o Líder do Governo no Senado. Passo essa notícia, pois a minha fonte é infalível. Aguarde.

Mais tarde vim a saber que a fonte de Tereza era o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Não demorou para que a informação se concretizasse, assumindo, então, a Liderança do Governo no Senado da República, o que motivou cumprimentos dos meus pares, que se prontificaram logo a ajudar-me na tarefa tão delicada e importante para a execução dos trabalhos parlamentares. Oficializada a indicação, tratei de arranjar instalações condignas para a Liderança, que se

encontrava num local inadequado e pequeno. Após solicitar providências ao então Presidente do Senado, José Sarney, este colocou à disposição o espaço destinado ao antigo restaurante, desativado, situado em local privilegiado, nas imediações do Plenário, iniciando imediatamente sua reforma.

Desde o primeiro momento contei com o apoio e a colaboração preciosa do Senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que comigo praticamente dividiu a responsabilidade da Liderança. Inteligente, tendo granjeado na chefia da Casa Civil do Governador Tasso Jereissati a fama de excelente administrador e homem público, a mesma coisa fez na Liderança do Governo, contribuindo para o enriquecimento do debate dos projetos de interesse do Governo Fernando Henrique.

Sérgio Machado constituiu-se, inegavelmente para mim, num parceiro valioso, sendo que com ele estreitei amizade fraterna que perdura até hoje. Por diversas vezes tomamos café da manhã juntos, discutindo as pautas do Senado, traçando estratégias de atividade no plenário e comentando os assuntos de relevo da política nacional. Agradava-me bastante ver o entusiasmo com que ele se desempenhava da missão, às vezes ensinando com simplicidade, mas sempre conduzindo o encaminhamento do problema na trilha certa, compatível com os interesses do Governo e do País.

Sérgio Machado, depois de ter colaborado com o Governo Luiz Ignácio Lula da Silva, na Presidência da TRANSPETRO, continuou exercendo a mesma função no Governo Dilma Rousseff, merecendo dos comentaristas da área econômica elogios pela dinâmica administrativa emprestada àquela empresa, que sob sua orientação desenvolveu-se de modo acentuado, ocupando atualmente lugar de relevo na economia nacional.

A Liderança do Governo, bem instalada, contando com o apoio direto dos Senadores da base governista, onde se destacava

Sérgio Machado (PSDB-CE), participou ativamente da discussão das reformas pretendidas pelo Governo federal, colaborou para que o projeto SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia – fosse viabilizado, bem como ultimou a lei de patentes, muito discutida durante sua tramitação. Da mesma forma, a Liderança foi decisiva no processo de privatização, em especial naquela referente à Companhia Vale do Rio Doce S. A., hoje Vale, evitando a instalação de uma CPI requerida pelo Líder do PT, Senador José Eduardo Dutra. Nesse episódio foi importante a atuação do Presidente do Senado à época, Antonio Carlos Magalhães - de quem fui amigo e admirador - principalmente na sessão que o requerimento foi votado. Como Líder, consegui convencer alguns Senadores, em número de 10, que a CPI impediria a privatização, causando prejuízo aos interesses do País e do Governo. Derrotado o requerimento do PT, uma semana depois foi realizado o leilão de privatização da então Companhia Vale do Rio Doce.

No período de 1996, também rico nos trabalhos referentes à Liderança, quando o Governo conseguiu aprovar todos os projetos e mensagens da sua iniciativa, recebi convite da Fundação Konrad-Adenauer, para visitar a República Federal da Alemanha, de 7 a 17 de março. Viajei em companhia dos Senadores Sérgio Machado, Jader Barbalho e Esperidião Amim. A ida desse grupo foi motivada com vistas ao aprofundamento de informações sobre a estrutura e o funcionamento do sistema de Estado Federativo daquele País. Visitamos Bonn, Colônia, Berlim e Dresden.

Os anos de 1997 e 1998 apresentaram o mesmo ritmo de trabalho da Liderança do Governo, e após ter sido eleito Antônio Carlos Magalhães para a Presidência do Congresso, intensifiquei meu relacionamento com o político baiano, de quem me transformei em amigo próximo, dedicando-lhe estima e admiração. Na escolha de Antônio Carlos para a Presidência, colaborei decisiva-

mente para que o Presidente Fernando Henrique visse sua candidatura com simpatia. Não só pelo fato de ser Líder do Governo, mas também por manter estreita ligação com os Senadores, podia transmitir ao Presidente a média de opiniões para a escolha, o que fiz rigorosamente, levando em conta a vontade da maioria.

Fernando Henrique não colocou objeção ao nome e até se mostrou satisfeito com a escolha pretendida. Ademais, Franco Montoro, de grande influência no PSDB, advogava meu nome para a Presidência do Congresso, fato relatado na mídia pela jornalista Helena Chagas, Ministra da Comunicação do Governo Dilma Roussef. Isso me deu ensejo de postular com ardor legítimo o nome de Antônio Carlos para comandar o Congresso Nacional.

Enquanto isso, recebia o reconhecimento honroso do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, em pesquisa realizada entre os membros do Congresso Nacional, apontando-me como um dos parlamentares mais influentes do País. Aparecia pela segunda vez na preferência dos congressistas, escolha que foi chancelada pelo DIAP, que acompanha as atividades do Congresso Nacional desde 1993. Nessa eleição feita pelos próprios parlamentares, na série “Os Cabeças do Congresso Nacional”, ano IV – 1997, fui classificado da seguinte maneira:

“Elcio Alvares (PFL-ES), Senador, primeiro mandato, advogado, jornalista e professor. Ex-Líder do PFL. Foi escolhido Líder no Governo Fernando Henrique no Senado. Trata-se de um parlamentar experiente que já foi Deputado Federal, Governador do Espírito Santo e Ministro da Indústria e Comércio, na gestão de Itamar Franco. Assíduo aos trabalhos do plenário, Elcio Alvares goza de muito respeito no Senado. Integrante da CPI que investigou as denúncias contra PC Farias e Fernando Collor, foi um dos primeiros Senadores governistas a apoiar as conclusões da CPI. Tido como Senador ético, tem atuado com muita competência na Liderança do

Governo no Senado, onde o Poder Executivo ganhou todas as votações importantes até agora. Conciliador, bem articulado, é o principal operador das reformas da Constituição no Senado.”

REELEIÇÃO

IMPOSSÍVEL CAMINHO DA VOLTA

● PLANOS DE SÉRGIO MOTTA
PARA O ESPÍRITO SANTO



● CONVERSA COM LUIZ PAULO
SOBRE SUCESSÃO NO ESTADO



● POSSIBILIDADE DE SER O
PRESIDENTE DO SEBRAE

O ano de 1998 foi um ano difícil, pois, além do complexo encargo de dar atendimento à Liderança do Governo, tive de enfrentar o processo de tentativa de reeleição. Sabia, naquela ocasião, mesmo diante do êxito no desempenho do mandato, sendo já nome conhecido no cenário nacional, que a ausência física do Espírito Santo iria me cobrar um preço caro no embate eleitoral.

Com o então Ministro Sérgio Motta, da Comunicação, figura de proa do PSDB, intimamente ligado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, mantive várias conversas sobre minha situação eleitoral, dizendo-lhe, com sinceridade, que achava difícil a reeleição, visto que não tinha recursos para desenvolver a campanha e, no Estado, a repercussão do trabalho que realizava em Brasília não tinha a correspondência devida, sendo que em alguns debates em que defendi o Governo o desgaste era visível. Exemplificava com a reforma da Previdência e a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, alertando que a grande maioria de funcionários – mal orientados – se mostrava contrária ao processo que foi defendido por mim no Congresso Nacional.

Sérgio Motta, de quem fui amigo, ajudando decisivamente na prorrogação do mandato eletivo de Fernando Henrique, quando

foi aprovada a reeleição de Prefeitos, Governadores e Presidente da República, me dizia confiante:

- Não se preocupe com reeleição. Vamos ajudá-lo em tudo que for possível, principalmente facilitando acordos políticos estaduais.

O então Ministro das Comunicações achava que a chapa ideal para o Espírito Santo era: Paulo Hartung, Governador e Elcio Alvares, Senador. Enquanto viveu, insisti várias vezes comigo que essa fórmula fosse adotada, chegando mesmo a conversar com os Senadores José Ignácio Ferreira e Gerson Camata a respeito da adoção da sua proposta. A morte de Sérgio Motta foi perda marcante para mim, dada nossa amizade, além do prejuízo político evidente.

No tabuleiro eleitoral capixaba as pedras foram movimentadas no sentido diferente. Incentivado por Gerson Camata e por solidariedade e admiração a José Ignácio Ferreira, posicionei-me de forma definitiva em apoio à sua candidatura, com quem iniciei conversa para que fosse feita a coligação PSDB-PFL, rumo às eleições de novembro de 1998.

Num dia do mês de agosto daquele ano, em Vitória, fui convidado para conversar com Luiz Paulo Vellozo Lucas, Prefeito da Capital, com o propósito de abordarmos a sucessão estadual e a disputa dos demais cargos eletivos. Luiz Paulo, filho de Laércio e Maria José Vellozo Lucas, que foi chefe da Casa Civil quando exerci o Governo do Estado, foi direto ao assunto, dizendo que eu precisava me integrar ao grupo de Paulo Hartung e formarmos a chapa que ele considerava imbatível, ou seja: Paulo, Governador; Elcio, Senador. Era, nada mais, nada menos, do que a proposta feita por Sérgio Motta, que não se efetivou em razão da morte dele, pranteada pelos políticos brasileiros, principalmente Fernando Henrique Cardoso, de quem era amigo fraterno. Fiel ao compromisso assumido com

José Ignácio Ferreira, pedi a Luiz Paulo que me entendesse, em virtude da convivência entre os Senadores, inclusive Gerson Camata, que não era possível faltar ao acordo já sacramentado em Brasília. Talvez aí eu tenha decretado a perda do meu mandato, mas para conforto íntimo mantive a palavra empenhada, a exemplo do que fiz ao longo da minha vida.

Compatibilizando o exercício da Liderança do Governo no Senado com a campanha eleitoral, enfrentei alguns episódios que diminuíram meu otimismo de candidato à reeleição.

O Presidente Fernando Henrique concedeu entrevista ao jornal “A Gazeta” afirmando que no Espírito Santo, para o Senado, ele seria vencedor, pois ambos os candidatos, eu e Paulo Hartung, éramos seus amigos pessoais. Desaparecia, assim, para alguns, a vantagem de ser Líder do Governo por quatro anos consecutivos, com dedicação e lealdade. É relevante dizer que ocupar a Liderança do Governo no Senado por quatro anos, ainda mais quando o Presidente é do porte de Fernando Henrique, é fato incomum.

Por outro lado, a assessoria da campanha me informava que os Ministros José Serra e Luiz Carlos Mendonça de Barros estavam vivamente empenhados na eleição de Paulo Hartung, evidenciando mais a versão de que eu não tinha apoio do Governo.

Como terceiro fator de desânimo, além da constatação da privilegiada posição política do meu adversário, encontrava sérias dificuldades na parte financeira da campanha, obrigando-me inclusive a percorrer o Estado num carro bastante usado, cujo rendimento era precário, visto que tinha de enfrentar a agilidade do helicóptero usado por Hartung. A cada dia crescia o favoritismo do candidato do PSDB, antecipando o desfecho: eu não voltaria mais ao Senado.

A situação da disputa pelo Senado foi agravada desde o início. Derrotando Paulo Hartung na convenção do PSDB, José Ignácio

deveria apoiar meu nome, tornando fato concreto a coligação PS-DB-PFL. Na convenção foi escolhido como candidato a Senador o ex-Prefeito da Serra João Baptista Motta. Estremecido o PSDB com o alijamento de Paulo Hartung, trataram seus dirigentes de encontrar uma fórmula que o trouxesse para o embate eleitoral, apoiando José Ignácio. Nasceu a ideia de lançá-lo candidato ao Senado, mas, para tal, era preciso reunir a comissão executiva do partido com anuência de Motta e substituir o candidato escolhido na convenção. Achei, no íntimo, conhecendo os integrantes da Executiva do PSDB, que meu nome seria adotado em regime de coligação. Ledo engano. Reunida a Comissão Executiva dos tucanos, foi aprovada, por um voto de diferença, a substituição de Motta por Paulo Hartung como candidato ao Senado.

Por estranha ironia, o voto contra decisivo foi de um político, que companheiros entusiasmados, solidários com minha candidatura, mandaram buscar em Brasília em avião particular...

Em política, quando a adversidade começa a se manifestar bem cedo, é prenúncio de insucesso na disputa eleitoral, o que, evidentemente, se deu comigo.

José Ignácio, candidato, passou a administrar situação *sui generis*: enquanto eu estava em seu palanque defendendo sua candidatura com o mesmo entusiasmo inicial, Paulo Hartung, inteligentemente, preferiu fazer campanha escoteira, percorrendo o Estado ao lado de companheiros leais. Minha situação se agravava mais ainda, pois o número de ambos, José Ignácio e Paulo, era o 45, idêntico ao do Presidente da República, facilitando a identidade das candidaturas e sugerindo ao eleitor que eles representavam a mesma corrente.

Reconheço que a eleição foi legítima e que o povo quis redimir Paulo Hartung do insucesso da convenção. Da mesma forma, nada tenho a reclamar de José Ignácio, pois agiu dentro da racio-

nalidade política, com objetivo de congregar todos em torno de si. O resultado da eleição confirmou os prognósticos das pesquisas realizadas nos últimos dias. Perdi a reeleição para o Senado e voltei para Brasília, de cabeça erguida, mas o coração sofrendo bastante, pois, no íntimo, tinha certeza de que cumpri dignamente o mandato, dando ao País e ao Governo Fernando Henrique o melhor da minha inteligência e idealismo como homem público.

Já em Brasília, isso no mês de novembro de 1998, procurei o Presidente Fernando Henrique, que me recebeu em audiência especial e disse-lhe:

- Presidente, não tenho mais condições de continuar sendo Líder do Governo no Senado. Fui derrotado no meu Estado e agora tenho de pensar na minha vida e no que vou fazer futuramente.

Fernando Henrique olhou-me emocionado, com semblante que denotava tristeza e solidariedade, mas imediatamente retrucou:

- Volte para o Senado como meu Líder, pois você continua merecendo toda minha confiança pessoal. Sou o Presidente reeleito do País. Mais tarde pretendo conversar com você.

Retornei triste ao meu gabinete, mas como sempre foi apátrio da minha vida, investido de responsabilidade da qual não declinei e para a qual fui convocado, de maneira enfática e carinhosa, pelo Presidente da República.

Os dias passaram. Chegou dezembro de 1998. Iniciei os preparativos para o retorno a Vitória, sendo que Solange Antunes Resende, que chefiava meu gabinete, tratava das últimas providências para que a volta se efetivasse sem qualquer embaraço ou problema.

Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado, a pretexto de festa de fim de ano para conagração de seus pares, convidou-me para jantar na residência oficial situada na Península dos Ministros. Quando lá cheguei, ele, que se fazia acompanhar

do Senador Fernando Bezerra, então Presidente da Confederação Nacional da Indústria, convidou-me para conversa reservada, do meu interesse. Antônio Carlos, naquele jeito peculiar de falar, revelou-me que o Presidente Fernando Henrique estava cogitando do meu nome para presidir o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, hipótese recebida com entusiasmo pelo meu colega do Rio Grande do Norte, Fernando Bezerra, que entendia que assim a CNI teria excelente diálogo com um órgão tão importante na vida das empresas do País.

Antônio Carlos pediu reserva e disse-me que na sessão do dia seguinte à tarde, daria maiores detalhes. A notícia me agradou e, curioso, procurei o Senador baiano durante a sessão do Senado. Sem delongas, ele me informou que tinha conversado com Fernando Henrique e que eu não iria mais para o SEBRAE, pois o Presidente havia mudado de ideia.

DEFESA

CRIAÇÃO E PRIMEIRO MINISTRO CIVIL

- FHC MUDA CRITÉRIO E CONVIDA
ELCIO PARA SER MINISTRO



- NO SENADO, ELOGIO UNÂNIME
DOS COLEGAS SENADORES



- CÂMARA E SENADO APROVAM
CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO

Na primeira semana de dezembro, Solange disse-me que o Presidente desejava falar comigo. Fui ao seu encontro e, ao entrar no gabinete que era tão meu conhecido, depois de quatro anos de atividade permanente, o Presidente dirigiu-se a mim e, esboçando sorriso, pediu-me que sentasse numa ampla poltrona, pois o que ele queria falar precisava que eu estivesse sentado.

- Meu Deus, o que será? Pensei sem nada falar.

Com a cordialidade que o caracteriza, Fernando Henrique logo disse:

- Tenho declarado que não aproveitarei no meu segundo governo políticos que perderam eleição. Não abrirei mão desta regra geral. Mas vou excepcionalizar com você. Venho examinando com a assessoria e militares graduados a possibilidade de criar o Ministério da Defesa, transformando os Ministérios militares em Comandos vinculados à nova Pasta. Neste instante, estou convidando você para ser o novo Ministro extraordinário da Defesa e integrar o ministério do meu segundo governo.

Ainda sofrido com o revés nas eleições do Espírito Santo, senti estranha sensação de euforia, resgatando a lealdade que dei ao Governo sem nada pedir. De repente via que o trabalho sério,

ético, honesto e dedicado, recebia prêmio que redimia todas as possíveis mágoas e decepções de uma campanha que representou verdadeiro calvário ao longo dos quatro últimos meses.

Fernando Henrique tinha razão. O fato de estar sentado ajudou-me a responder de pronto:

- Fico comovido com sua amizade, Presidente. Aceito o convite e vou fazer tudo para continuar merecedor da confiança depositada em mim.

Retornei ao Senado e comecei a pensar sobre o convite. Como tudo que me acontece na vida, no campo político, as coisas ocorrem imprevistamente, proporcionando-me conquistas que em outras circunstâncias seriam julgadas inalcançáveis. À medida que ia refletindo, crescia a certeza de que Deus constantemente opera na minha vida, conduzindo-me na sua infinita misericórdia.

No dia seguinte segui com o Senador Sérgio Machado para São Paulo, onde, a convite do grupo Votorantim, iríamos visitar usina situada no interior. Quando lá chegamos, minha cabeça fervilhava, pois o imprevisto do convite presidencial me tomou de inteira surpresa. Sentado com Sérgio no ônibus que começava a percorrer os caminhos da usina, não resisti. Ao meu lado estava o amigo e companheiro de todas as horas, em quem via naquela ocasião – e continuo vendo hoje – condições de verdadeiro irmão. Após ter refletido bastante, pois o Presidente me pediu reserva inicial, não relutei, em face da inteira confiança em Sérgio, de dizer-lhe:

- Sérgio, o Presidente me convidou para ser o Ministro extraordinário da Defesa.

Difícil descrever a expressão de surpresa de Sergio Machado. Fitou-me e falou:

- Parabéns, meu irmão! Fizeram justiça a você. Deus o acompanhe na nova missão, sabendo, de antemão, que é tarefa difícilíssima a de ser Ministro para extinguir três ministérios mi-

litares e criar um único civil.

Apercebi-me que seria o primeiro Ministro civil de uma Pasta essencialmente militar, como a da Defesa!

A notícia vazou na imprensa e logo entrei em clima de futuro Ministro extraordinário da Defesa, tomando as medidas iniciais, o que consumiu praticamente todo o mês de dezembro, até o dia da posse. Telefonei para Jônice Tristão dando-lhe a notícia e dizendo-lhe que se preparasse novamente para assumir o mandato de Senador, visto que no dia 1º de janeiro de 1999 eu tomaria posse como integrante do ministério do novo Governo Fernando Henrique Cardoso, na Pasta da Defesa.

No dia 5 de janeiro de 1999 vários colegas se pronunciaram no plenário, reportando-se ao trabalho que realizei durante o exercício do mandato como Senador da República pelo Espírito Santo. Recolhi alguns pronunciamentos inseridos no discurso do Líder do Governo, Senador José Roberto Arruda, que transcrevo:

Edison Lobão (PFL-MA):

“Para mim, o nome Elcio Alvares sintetiza o espírito senatorial. Durante anos e anos, ele militou na política não apenas como Senador, mas também como Deputado, e teve uma passagem brilhante como Governador de Estado. Tive oportunidade de conhecer as obras por ele realizadas. Elas demonstram que Sua Excelência, de fato, é um cidadão talhado para a vida pública; tanto operou bem no Poder Executivo como no Legislativo. No Senado Federal, nosso companheiro do PFL, Elcio Alvares, esteve sempre na vanguarda de tudo quanto era importante e significativo para os mais legítimos interesses do povo brasileiro. Exerceu com fidelidade e determinação o seu papel de Líder de Governo. Há quem suponha que ser Líder do Governo é uma benesse, quando, na verdade, Vossa Excelência sabe que se trata de uma carga bastante pesada. Elcio tinha paciência de telefonar para seus companheiros, de todos os Partidos que

apoiam o Governo, nos momentos mais difíceis, mais dramáticos, pedindo a eles que comparecessem e que ajudassem o Poder Executivo a resolver tais e quais problemas da nação brasileira. Ele não pôde, infelizmente, despedir-se do Senado, Casa que perlustrou por tanto tempo. Quero dizer ainda que, como Líder em exercício do PFL, lastimo que Elcio Alvares tenha, em primeiro lugar, perdido as eleições, e, segundo, tenha nos deixado tão cedo. Ele foi para o Ministério; orgulhamo-nos disso, mas preferíamos que ele tivesse permanecido aqui até o último dia do seu mandato.”

José Eduardo Dutra (Líder do PT-SE):

“No início, Vossa Excelência disse que estava fazendo um pronunciamento atípico. Talvez mais atípico ainda seja um Senador da oposição somar-se a esse pronunciamento. Fiz questão de fazer esse aparte por dois motivos: em primeiro lugar, porque a função para a qual o Senador Elcio Alvares foi designado, o Ministério da Defesa, é uma função que nós da oposição, particularmente nós do PT, já vínhamos defendendo há algum tempo, desde a época da Constituinte. Inclusive, vamos trabalhar no sentido de que o Projeto de Lei Complementar que formaliza o Ministério venha garantir que esse Ministro, qualquer que seja ele, não venha a ser uma simples rainha da Inglaterra, mas que seja realmente uma autoridade em assuntos de Defesa em nosso País. Em segundo lugar, não poderia deixar de apartear Vossa Excelência em função da homenagem ao Senador Elcio Alvares. Sua Excelência não teve oportunidade de fazer sua despedida do Plenário do Senado, ocasião em que eu o apartearia. Como Sua Excelência acabou tendo de sair antes, Vossa Excelência assume essa tarefa, até certo ponto inusitada, como mesmo disse. O Senador Elcio Alvares e eu convivemos nesta Casa, durante quatro anos, sempre – ou pelo menos na grande maioria das vezes – em campos opostos, mas não posso deixar de registrar a extrema felicidade de convivência em nesses quatro anos. Inclusive, o Senador Elcio

Alvares, quando me despedi da Liderança do bloco de oposição, em fins de 1997, no momento que comuniquei à Casa, fez questão de se pronunciar e tecer palavras extremamente carinhosas a mim e ao meu desempenho na Liderança da oposição, o que é, inclusive, uma prática e um componente de seu temperamento. Sua Excelência foi um parlamentar que durante quatro anos, sem abrir mão de suas convicções, das funções para as quais estava destinado neste Congresso, que era ser Líder de Governo, soube desempenhar essa função com uma convivência muito fraterna com todos os seus pares, inclusive com a oposição.”

Gerson Camata (PMDB-ES):

“Depois que ouvimos a fala do ex-Líder do PT, Senador José Eduardo Dutra, que ficou dois anos em campo oposto, como Líder do PT contra o Líder do Governo, acho que não deveria dizer mais nada, mas é um traço da personalidade do Elcio Alvares: seriedade e lealdade. Acompanhamos aqui a luta de Sua Excelência como Líder do Governo. É raro ouvir isso do parlamento. Penso que esse seja talvez o grande elogio que Sua Excelência tira daqui. Como dizia o nosso Presidente, Senador Antônio Carlos Magalhães, um político tem de ser respeitado e amado. Se ele não puder ser amado, pelo menos que seja respeitado. Mas o Senador Elcio Alvares tem do povo do Espírito Santo esses três tributos: o respeito, a admiração e o amor do povo capixaba por Sua Excelência. E nós, capixabas – porque o Espírito Santo é um Estado pequeno – estamos extremamente honrados porque o primeiro cargo de Ministro da Defesa, depois de longo período da história republicana, vai exatamente para as mãos de um capixaba, de um representante do Espírito Santo, de um ex-Governador daquela unidade da federação que vai fazer o Brasil admirar-se do trabalho que vai fazer. Tenho certeza de que o Presidente da República ainda se orgulhará muito da escolha feliz que fez: em primeiro lugar, por ter criado o Ministério e a coragem de

fazê-lo; e, depois, o acerto da escolha que Sua Excelência fez da pessoa do Senador Elcio Alvares. Tenho certeza de que aqui, no Senado, Sua Excelência vai ter oitenta e um companheiros que o conheceram, que aprenderam a respeitá-lo aqui, torcendo pelo seu sucesso. Há uns quinze dias, quando o Presidente me disse que o Senador Elcio Alvares iria para um cargo ainda maior do que a Presidência do SEBRAE, jamais poderia imaginar que fosse o Ministério da Defesa. Tenho certeza de que, com a habilidade, com a lealdade, com a sinceridade, com a paciência que tem, Sua Excelência é exatamente a pessoa que pode fazer, naquele Ministério, com que todas as coisas, devagar, se acertem. E o acerto da decisão do Presidente se confirma na criação do Ministério e na escolha do seu primeiro Ministro.”

Geraldo Melo (PSDB-RN):

“Senador José Roberto Arruda, creio que deveria inicialmente agradecer a Vossa Excelência pela iniciativa que assumiu de expressar um sentimento que é praticamente unânime nesta Casa em relação ao nosso eminente colega, o Senador Elcio Alvares, agora Ministro Elcio Alvares. Estou participando do discurso de Vossa Excelência com uma emoção particular, que agora se acrescenta, porque a bancada do meu Partido – do qual Vossa Excelência, para nossa honra, participa como uma das figuras mais eminentes – pediu-me que eu fale na condição de Líder de bancada, que, por alguns minutos, exercerei. Um ponto que me chamou a atenção, enquanto Vossa Excelência falava sobre a seriedade do Senador Elcio Alvares, sobre a sua competência, sobre a sua dignidade, sobre seus atributos morais que lastreiam toda a conduta do dia a dia, estava também pensando em como esta tarde, esta homenagem, se tornou parecida com ele. O Senador Elcio Alvares, com uma carreira fulgurante, com uma biografia de fazer inveja a qualquer homem público, um homem com uma passagem brilhante pelo parlamento, governou sua terra, o Estado do Espírito Santo, foi Ministro da In-

dústria e Comércio e, por onde passou, deixou uma marca notável da sua presença, preocupa-se em evitar as apoteoses, o espetáculo; a modéstia é parte da vida dele, da sua personalidade e de suas características. Veja Vossa Excelência, costumamos assistir, participar de manifestações de despedidas de companheiros que vão para uma nova missão – como é o caso dele – ou que encerra o seu mandato – como também é o caso dele, mas estamos assistindo a isso sem Sua Excelência. O Senador Elcio Alvares não pode estar aqui, mas a Casa está para dizer que Sua Excelência talvez seja um dos mais notáveis exemplos de homem público de sua geração, alguém que tem muito a dar ao País ainda, mas que já deu o suficiente para se converter em inspiração e exemplo a todos nós, pela seriedade com que se aplica no estudo dos problemas que vai discutir, pela austeridade como cidadão e homem público, pela maneira cavalheiresca como se comporta na tribuna e fora dela, pelo companheirismo que soube revelar. Creio que o que o Senador Elcio Alvares recebe hoje, embora ausente daqui, é uma consagração, pelas palavras de Vossa Excelência, pelas palavras dos demais companheiros, pela participação de um líder de oposição como o Senador José Eduardo Dutra, que é sem dúvida nenhuma um dos mais competentes e brilhantes Senadores desta Casa, um homem duro, um oposicionista forte, franco, leal, sincero e alguém que fez o registro que acaba de fazer sobre o Senador Elcio Alvares. Participo, portanto, do discurso de Vossa Excelência com emoção, com alegria, certo de que a consagração que o Senador Elcio Alvares recebe nesta tarde do Senado Federal Sua Excelência fez muito bem por merecer.”

Francelino Pereira (PFL-MG):

“Caro Senador, Vossa Excelência é Líder do Governo e eu, que vivo na planície, estou seguramente informado de que nenhuma matéria foi examinada no âmbito do Governo com maior profundidade do que a criação do Ministério da Defesa. Um trabalho de dois ou

três longos anos. Reuniões numerosas. Foi debatido em todos os ângulos, inclusive na sua dimensão, até porque representava uma mudança até certo ponto surpreendente na estrutura política do País. Confesso, portanto, a Vossa Excelência que o projeto vai merecer desta Casa a maior atenção. Se, por um lado, o projeto foi muito bem examinado – nós, o Senado, vamos examiná-lo conclusivamente -, por outro, a nomeação do Senador Elcio Alvares, que Vossa Excelência está aplaudindo dessa tribuna, merece realmente os aplausos desta Casa, desta instituição e deste Brasil inteiro, mesmo daqueles que não o conhecem, mas precisam saber que se trata efetivamente de um homem honrado, de poucas posses e que estava preocupado com o seu destino, que, em determinado momento, pareceu-lhe mais adequado instalar em Vitória o escritório de advocacia, talvez uma forma de amealhar alguns recursos e sair-se do estado de pobreza em que vive como homem público desta nação; e são poucos homens públicos que são honrados, porque muitos são corruptos, inclusive o político portador de mandato. Pois Elcio Alvares, mineiro de Ubá, capixaba de Minas Gerais ou mineiro do Espírito Santo, é um homem que merece o nosso respeito, não apenas pela clareza das suas posições, mas também pela sua lealdade, pela sua devoção à função que exercia aqui como Líder do Governo. Não fui à sua posse como não fui à posse de nenhum ministro, fiquei na minha Minas Gerais, entre as montanhas, porque ninguém enfrenta as suas curvas. Cheguei ontem e hoje encontrei-me, casualmente, com o Senador Elcio Alvares e disse a Sua Excelência que lamentava o nosso encontro porque eu queria ir a seu gabinete até para vê-lo Ministro sentado numa cadeira de militar. Dei-lhe, então, um abraço de felicitações em nome do meu Estado, da minha cidade de Ubá, da mata mineira, porque honrado, competente, honesto e leal, Sua Excelência merece muito mais do que isso, merece o aplauso do Brasil inteiro.”

Praticamente todas as bancadas se fizeram presentes nos pro-

nunciamentos, ainda falando, entre outros, Ramez Tebet (PMDB-MS), Djalma Bessa (PFL-BA), Íris Rezende (PMDB-GO), Ney Suassuna (PMDB-PB), Cassildo Maldaner (PMDB-SC), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Levy Dias (PPB-MS) e Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), que presidiu a sessão.

A minha posse como Ministro foi festiva, com intensa movimentação no Palácio do Planalto, visto que no mesmo dia o Presidente Fernando Henrique Cardoso dava início ao seu segundo mandato.

Escolhi como sede do Ministério Extraordinário dependências do prédio que era destinado ao Estado Maior das Forças Armadas – EMFA, situado na Esplanada dos Ministérios. Em contato com os Comandantes das Forças, respectivamente, General Gleuber Vieira – Exército; Almirante Sérgio Gitirana Chagastelles – Marinha, e Brigadeiro Walter Werner Brauer – Aeronáutica, requisitei um oficial de cada Força para me prestar assessoria nos assuntos militares no período da elaboração e votação dos atos constitutivos do Ministério, que tramitariam no Congresso Nacional. Passei a contar, então, com a colaboração do Almirante Murilo de Moraes Rego Correa Barbosa (Marinha); Brigadeiro Luiz Carlos Paranhos Montenegro (Aeronáutica) e General Ulisses Lisboa Perazzo Lannes (Exército), além da coordenadoria especial da advogada Solange Antunes Resende, que foi a chefe do meu gabinete no Senado, e José Augusto Varanda, representante da Casa Civil da Presidência da República.

Com a participação ativa da assessoria escolhida, imediatamente começaram a ser elaborados os atos constitutivos do novo ministério através de projetos de lei complementar e emenda constitucional.

Minha experiência no Congresso Nacional, na condição de Líder do Governo no Senado, facilitou sobremodo a tramitação

das proposições, destacando-se o trabalho do Deputado Aroldo Cedráz, como relator, e dos Deputados Antônio Carlos Pannunzio, Wilson Braga, Paulo Magalhães e Zulaeiê Cobra Ribeiro, a esta tendo competido a redação final na Câmara. No Senado contei com a participação dos Senadores Iris Rezende (GO) e Pedro Piva (SP).

Pedro Piva foi e é um dos melhores amigos que granjееi na Câmara Alta do País, encantando-me com sua educação esmerada e constante espírito de camaradagem. Empresário vitorioso em São Paulo e no País, no Senado desvestia-se dessa condição e era o amigo prestativo de todos instantes. Recordo-me de episódio pessoal do qual precisei da sua participação direta. Homem de influência, era um dos membros do conselho diretor do Instituto do Coração – INCOR. A minha nora Maria Amélia Lima Alvares, em virtude de grave doença, necessitou ser internada no INCOR e, solícito como sempre, Piva incumbiu-se de abrir todas as portas e dar tratamento condigno a ela. Infelizmente, após período bastante doloroso, Maria Amélia veio a falecer causando-me tristeza e desalento. Emociono-me ao registrar a última vez que ouvi sua voz. Estava em Brasília, no plenário, quando Pedro Piva disse-me que Maria Amélia estava ao telefone e desejava falar comigo. Perguntei como ela estava e, comedida no falar, apenas me disse que ia bem, que eu não me preocupasse, pois a interferência do Senador Pedro Piva estava sendo decisiva para que ela tivesse o melhor atendimento.

A doença foi impiedosa e dias depois após ter me telefonado, Maria Amélia falecia.

Pedro Piva é personalidade marcante, simples e sincero nos seus atos. É dessas pessoas que fazem com que a gente acredite

na humanidade e tenho orgulho de privar do seu relacionamento. Até hoje lembro-me do tratamento fidalgo e sinto falta de ouvi-lo falando com entusiasmo:

- Meu Líder, temos alguma matéria importante para votar?

A sanção do projeto de lei que criou o Ministério da Defesa ocorreu numa solenidade realizada no Palácio do Planalto, presentes entre outros o querido e saudoso Senador Antônio Carlos Magalhães, então Presidente do Senado e do Congresso Nacional, os Ministros General Zenildo Lucena (Exército), Brigadeiro Lélío Lobo (Aeronáutica) e General Benedito Leonel (Estado Maior das Forças Armadas – EMFA). Faço referência especial ao Ministro da Marinha, Almirante Mauro César, que, por motivos pessoais, não esteve presente, mas segundo me contou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi um dos entusiastas da criação do Ministério da Defesa, sendo que, desde o primeiro momento falou a Fernando Henrique que o novo Ministério deveria ser entregue a mim, justificando-se essa preferência, por certo, ao empenho que coloquei em favor de todos os projetos das Forças Armadas, especialmente Marinha, quando exerci a Liderança do Governo.

Antes da oração presidencial manifestei o firme propósito de dar o melhor para que o Ministério da Defesa fosse projeto coroado de pleno sucesso, como tem sido até o dia de hoje, agradecendo emocionado o segundo gesto do Presidente conduzindo-me à nova Pasta recém criada:

“Durante aproximadamente seis meses cuidamos com dedicação da tarefa que nos foi confiada, no sentido de criar e implantar o Ministério da Defesa, valendo destacar ação permanente na Câmara Federal e no Senado da República, com objetivo de aprovar o projeto de lei complementar que ora é

sancionado e a Emenda Constitucional, já com votação favorável na Câmara dos Deputados.

Nesse intertempo, aprofundamos nossos conhecimentos a respeito do valoroso trabalho realizado pela Marinha, Exército e Aeronáutica, participando de debates internos, discutindo problemas pertinentes às Forças Armadas e realizando programas de visitas no território nacional, para conhecer de perto projetos de importância transcendental para o Brasil e viver com intensidade o patriotismo exemplar celebrado por nossos militares.

A elaboração de legislação específica referente ao Ministério da Defesa propiciou a realização de inúmeras reuniões que culminaram com o aperfeiçoamento dos textos, tarefa que contou com a participação dos comandantes militares e seus representantes, além das Casas Civil e Militar de Vossa Excelência e do Ministério de Orçamento e Gestão, razão pela qual entendo ser do meu dever dedicar àqueles que participaram desse trabalho reconhecimento e admiração.

Vossa Excelência foi o grande comandante dessa conquista. Queira aceitar nossos cumprimentos pelo êxito inicial do projeto de criação do Ministério da Defesa.

Confesso-me honrado pela confiança quando da minha escolha como Ministro Extraordinário. Agora avulta-se a minha noção de dever e lealdade à pessoa de Vossa Excelência, no instante em que essa confiança é renovada com a distinção da minha nomeação como Ministro da Defesa.

Reitero a Vossa Excelência a firme determinação de considerar que o principal critério para a realização plena do Ministério da Defesa deve ser o do respeito às peculiaridades de cada Força, através de ação gradual e progressiva.

Envidarei todos os esforços para honrar essa distinção. Estou certo de que, juntamente com os Comandantes de nossas Forças singula-

res e membros da nossa equipe, daremos resposta positiva, marcada pelo êxito, ao desafio que Vossa Excelência nos ofereceu”.

Na ocasião Fernando Henrique pronunciou discurso, do qual destaco os seguintes trechos:

“Querida, finalmente, ao lhes agradecer, mais uma vez, fazer uma referência ao Ministro Elcio Alvares, cujo sucesso nessa empreitada é essencial para o fortalecimento do País. O Ministro Elcio Alvares, como ele disse, foi meu Líder do Governo. Os que o acompanharam, e aqui estão muitos dos seus antigos colegas, e os senhores militares aqui presentes, muitos também sabem da ação do Senador Elcio Alvares destacadamente na questão do SIVAM. Ele se comportou da maneira mais efetiva para a consecução dos objetivos nacionais e para que não houvesse a confusão entre um projeto de alto interesse público e nacional, com escândalos que são pré-fabricados e que apenas arruinam os objetivos do País. Foi o Senador Elcio Alvares um prestante cooperador no esclarecimento das questões pertinentes àquela matéria.

E o tempo todo, o Ministro Elcio Alvares, não apenas nas questões das Forças Armadas, mas nos mais delicados problemas de interesse nacional se houve como homem correto, como homem de dignidade. A escolha de Elcio Alvares para Ministro da Defesa – primeiro civil a ostentar esse título no Brasil, nós já tivemos ministros civis, mas em Pastas singulares – é, ao mesmo tempo, uma homenagem ao Senado da República, uma homenagem ao Parlamento nacional e a garantia de que esse entrosamento dos setores civis e militares encontra, na sua pessoa, a expressão mais pura e genuína de alguém que está sempre disposto a cooperar pelo engrandecimento das nossas Forças Armadas”.

Imediatamente instalei o Ministério da Defesa no edifício que

era ocupado pelo Estado Maior das Forças Armadas – EMFA, dando início ao trabalho que varou noites e madrugadas, no afã de corresponder à confiança do Presidente Fernando Henrique Cardoso e dos militares que, de forma carinhosa, me acolheram na condição de Comandante da Marinha, Exército e Aeronáutica.

Quero registrar, por oportuno, o tratamento que me foi dispensado pelos militares com os quais trabalhei e convivi, principalmente os Comandantes Gleuber Vieira, do Exército e Chagas-elles, da Marinha. Esses dois, desde o primeiro momento foram leais e corretos no projeto comum, oferecendo demonstrações permanentes de amizade, convidando-me para visitar as unidades das suas Forças, espalhadas pelo País, informando-me da importância e do papel desempenhados por essas unidades, que são verdadeiras escolas de civismo e amor à Pátria.

Nos primeiros dias como Ministro da Defesa, tive em mãos um documento assinado pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, na condição de Presidente do Congresso Nacional. O amigo e companheiro de tantas jornadas parlamentares mais uma vez se fazia presente, incentivando-me e dando depoimento que guardo até hoje nos arquivos pessoais. Dentro do seu estilo franco, Antônio Carlos depunha:

“Como Presidente do Congresso Nacional, Senador do PFL, e sobretudo como político, pude verificar, em mais de três anos de atividades no Senado, o trabalho excepcional de Elcio Alvares, que comandou a bancada do Governo com uma competência exemplar, sendo o responsável principal do êxito das votações da Câmara Alta.

Já o conhecia como notável Governador, mas pude ver, no Senado, a sua capacidade política, o seu senso de dever, no comando de bancadas das mais diversas tendências e fazer uma unidade que só a sua inteligência seria capaz.

É um testemunho que me sinto no dever de oferecer ao povo do

Espírito Santo e dizer que é impossível a alguém amar e defender mais a terra capixaba do que Elcio Alvares. Embora atendendo aos reclamos nacionais, ele jamais se descuidou dos interesses do Espírito Santo, sendo responsável por várias medidas atendidas pelo Governo federal em favor do grande Estado que não tem fronteiras com a Bahia.”

Coroando essas palavras generosas, Antônio Carlos, o eterno líder dos baianos, arrematou:

“Elcio Alvares é um exemplo de homem público, imprescindível para o Espírito Santo e para o Brasil.”

O depoimento de Antônio Carlos serviu de estímulo para a tarefa a ser cumprida. Mantive a mesma assessoria de oficiais militares, permanecendo como auxiliares civis diretos José Augusto Varanda e Solange Antunes Resende, que acumulou também a minha assessoria especial, prestando serviço de relevo, o que a levou a receber distinção da Marinha de Guerra do Brasil, em solenidade festiva.

O ritmo de trabalho inicial foi intenso. Tudo era novo, precisava ser resolvido com orientação própria. De logo coloquei-me ao lado dos militares para solucionar questões relacionadas ao aparelhamento operacional e bélico das Forças, bem como fazer ver ao Ministério do Planejamento, através de seu titular Martus Tavares, a necessidade premente de melhoria dos soldos e benefícios previdenciários. Defendendo essa posição, foi realizada reunião com a presença do Comandante Gleuber Vieira, do Exército, que se constituiu na porta de abertura para o pronunciamento que o Presidente Fernando Henrique Cardoso faria, ao depois, em almoço realizado no Clube da Aeronáutica, presentes os Comandantes das Forças e altas patentes militares.

Enquanto procurava dar o necessário destaque à posição ministerial alcançada pelo Espírito Santo, paralelamente acontecia

no Estado um movimento liderado por políticos adversários, que contaram com a conivência de algumas autoridades desavisadas, objetivando tirar proveito dos trabalhos de uma Comissão Mista, no Congresso, que se propunha a combater o narcotráfico.

Por ironia, lembro-me da visita que fiz a Antônio Carlos Magalhães, para recomendar e pedir sua interferência na escolha do então Deputado Magno Malta, a fim dele presidir o referido órgão parlamentar, isso considerando que a presidência competiria ao Partido da Frente Liberal, do qual não fazia parte aquele representante capixaba, cabendo, portanto, ao Deputado Inocência de Oliveira, líder do PFL na Câmara, a indicação do nome.

Antônio Carlos sensibilizou-se com nosso pedido. Atuou com firmeza junto a Inocência de Oliveira, sendo escolhidos então, Magno Malta como presidente e Moroni Torgan como relator da Comissão Mista de combate ao narcotráfico.

VERDADE

A SAÍDA DO MINISTÉRIO DA DEFESA

● SOLIDARIEDADE OSTENSIVA
DAS FORÇAS ARMADAS



● A GAZETA TOMA POSIÇÃO
EM FAVOR DE ELCIO



● DISCURSO DE FHC NA
DESPEDIDA DO MINISTÉRIO

Enquanto eu trabalhava em Brasília implantando o novo Ministério, aqui no Espírito Santo alguns desafetos políticos e outros adversários tramavam no sentido de envolver o Ministro da Defesa do País nas teias sórdidas de manobra política inconcebível, quando examinada em profundidade. Lançando mão de relatório policial estapafúrdio e injusto em relação à minha pessoa e sem qualquer peça probante, tiveram a ousadia de imputar-me criminosamente a condição de chefe do crime organizado do Espírito Santo, tema que foi usado por detentores de interesses contrariados no Ministério da Defesa, a fim de atingir-me em publicação de alcance nacional.

Para que se entenda em toda extensão a desfaçatez dessa manobra, ao despachar papéis de alta importância no Ministério, faturas referentes a obras e serviços realizados em lugares distantes, recusei-me, na condição de ordenador de despesa, a aprovar documentos que totalizavam cerca de 10 milhões de dólares. Com a recomendação do controlador interno da despesa do Ministério da Defesa, comecei a aventar a possibilidade de realizar auditoria interna e atualizar os valores cobrados das obras possivelmente contratadas. Dias depois de assim proceder, sustando tempora-

riamente o pagamento das faturas, fui procurado por um Deputado Federal, informando que contra mim estava sendo preparada uma campanha difamatória, utilizando-se de relatório policial proveniente do Espírito Santo.

Os trabalhos na Comissão do Narcotráfico tinham desenvolvimento acelerado sob presidência do então Deputado Magno Malta, com repercussão nunca vista na mídia nacional. Acredito que, inadvertidamente, Magno permitiu participação de adversários políticos meus na condução do relatório referente ao Espírito Santo. Não titubearam e, lançando mão de artifícios e contando com respaldo publicitário dos que tiveram interesses frustrados no Ministério da Defesa, cometeram a indignidade de colocar nomes de pessoas ligadas a mim no relatório preliminar da malsinada Comissão. Ao tomar conhecimento desse fato, entristeci-me, pois não poderia imaginar que desafetos políticos tivessem tanta ousadia e fossem desumanos a ponto de agredir a honra alheia e levantar versões falaciosas que chocavam pela profunda injustiça e ausência de verdade.

As primeiras notícias publicadas em nível nacional não afirmavam, mas insinuavam, com base em “fontes” capixabas e no estapafúrdio relatório policial, que eu era um homem vinculado ao chamado grupo do crime organizado, verdadeiro absurdo. Agora prosseguiam usando o relatório preliminar da Comissão do Narcotráfico, suspirado por notório adversário político meu, fazendo ilação com nomes de pessoas ligadas a mim por laços afetivos e profissionais.

A propósito, o jornal “A Gazeta”, edição de domingo, 17 de outubro de 1999, em editorial sob título “Defesa das instituições”, posicionou-se de maneira enfática. Pela justeza do conteúdo e da conclusão, transcrevo na íntegra o mencionado texto:

“Os ataques à integridade do Ministro da Defesa, Elcio Alva-

res, não tem efeitos restritos à reputação do cidadão, o que já seria injusto e lamentável. A ação procura debilitar um dos cargos mais importantes da República. Ao mesmo tempo, procura enfraquecer um governo que, independente do seu desempenho técnico, foi legitimamente constituído. Trata-se, em última análise, de um processo para disseminar a descrença na democracia.

É necessário que se estanque essas campanhas desmoralizadoras que fustigam o País, suas instituições, seus ideais e seus cidadãos, mesmo os de insuspeitável conduta. Todos são presas fáceis. Acusações, sem provas palpáveis, viram temas de escândalos constantes. Urge reparar essa vulnerabilidade. Compete uma reação enérgica dos poderes públicos, Executivo e Judiciário, usando os rigores da lei, para impedir que tais fatos continuem a expor homens públicos a situações constrangedoras. O ônus da prova cabe a quem acusa e não ao acusado, conforme se verifica hoje, em muitos casos.

O episódio que, recentemente, envolveu o Ministro da Defesa, Elcio Alvares, não é um caso isolado. Existem vários outros, maculando personagens diferentes. É como se fosse uma festa macabra, orquestrada por calúnias e consentida pelo imobilismo das autoridades, que não recorrem à lei para coibi-la. Não tem sentido o Brasil render-se a esse espetáculo de baixaria ética, que representa uma derrocada de costumes ao nível da mais desconceituada república de terceiro mundo. Significa uma situação incompatível com o projeto político da nacionalidade.

É inadmissível que um Ministro de Estado, com a reputação de Elcio Alvares, seja alvo de acusações infundadas, sem provas concretas. É ir longe demais. Presume-se que a ação de inescrupulosos inimigos políticos se mistura com o artil dos agentes antidemocráticos, empenhados na desestabilização do Governo e de suas instituições legitimamente constituídas.

É terrível equívoco de pensamento político supor que o homem

público tem de estar sujeito a ataques pessoais e achincalhes de toda espécie. Agir dessa forma é promover a desordem, porque aquele que não respeita não merece ser respeitado. A figura jurídica do ocupante de um cargo público deve ser preservada conforme as normas institucionais e legais. No caso do Ministro Elcio Alvares, trata-se de um dos maiores expoentes a serviço da causa pública, pela sua honestidade, lisura e dedicação. São poucos atores da cena política contemporânea a exibirem um currículo tão rico em serviços prestados à nação.

Quando se procura atingir um homem da estirpe de Elcio Alvares, tentando corroer as estruturas políticas, busca-se, ao mesmo tempo, desacreditar nossas instituições.”

Associo diretamente a figura de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho (Cariê) a esse posicionamento editorial, que representou testemunho legítimo do povo capixaba, sendo que Cariê é amigo de longa data, com quem tenho o prazer, embora bissexto, de conversar sobre as coisas do Espírito Santo.

As reportagens e matérias foram se sucedendo, até que ocorreu fato que me chocou de forma brutal e surpreendente.

Depois de conseguir com o Presidente Fernando Henrique Cardoso o atendimento às pretensões das Forças Armadas, quanto ao soldo e direitos previdenciários, por iniciativa do comando da Aeronáutica foi realizado almoço de agradecimento em Brasília, no Clube da Aeronáutica, quando compareceu o Presidente da República, além das mais altas patentes e autoridades do País, competindo-me, na qualidade de Ministro da Defesa, a condição de anfitrião. Encerrado o almoço, que transcorreu num clima de cordialidade e agradecimento ao Presidente Fernando Henrique, retornei ao Ministério para dar continuidade ao meu trabalho. Às dezoito horas mais ou menos fui avisado por uma jornalista amiga que o “Jornal Nacional”, da

TV Globo, publicaria notícia desfavorável a mim.

Fiquei atento ao noticiário e qual não foi minha surpresa ao ver e ouvir, ao ensejo do registro do almoço realizado no Clube da Aeronáutica, que o comandante Brigadeiro Walter Werner Brauer dava acústica às notícias negativas que me atingiram e manifestava estranheza por ver nome de assessora minha envolvida com a Comissão do Narcotráfico. Foi a gota d'água de uma crise que já vinha se esboçando, pois o Brigadeiro declarante sempre dificultou o trabalho de implantação do Ministério da Defesa.

No dia seguinte não tive dúvida. Comuniquei ao Presidente Fernando Henrique que iria exonerar o Brigadeiro Brauer, comandante da Aeronáutica, e pedi audiência para apresentar o novo titular daquele Comando, o Brigadeiro Carlos de Almeida Baptista, Presidente do Supremo Tribunal Militar. Tudo isso foi feito em 24 horas.

Recomposto o quadro de comando, na mesma semana do episódio fui presidir a transferência da direção da Base Aérea de Brasília, o que para mim podia parecer ato desconfortável em virtude da atitude do Brigadeiro Brauer. Aconteceram então dois gestos que me sensibilizaram, partidos dos Comandantes Gleuber Vieira (Exército) e Chagastelles (Marinha). Fizeram questão de me acompanhar, emprestando-me solidariedade ostensiva que foi importante naquele momento. A solenidade transcorreu normalmente.

A disposição das pessoas contrariadas pelos meus atos no Ministério da Defesa continuava evidente, pois a série de reportagens que desencadeou a crise prosseguia agora criando versões fantasiosas com objetivo de atingir a pessoa do Ministro.

No mês de janeiro de 2000 recebi convite para comparecer à Base Aérea de Anápolis (GO), uma das mais importantes da Aeronáutica, para ser homenageado por seus integrantes, convite que interpretei como demonstração de que a atitude do co-

mandante exonerado não tinha o apoio da Força. Compareci ao evento acompanhado do novo comandante, Brigadeiro Carlos de Almeida Baptista. A homenagem foi simbolizada por uma placa com alegorias compostas por miniaturas de aviões-caça, com os seguintes dizeres:

“Ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Dr. Elcio Alvares, com o reconhecimento da Base Aérea de Anápolis. Jan. 2000”.

O estojo contendo essa homenagem da Base Aérea de Anápolis, bela na sua expressão de solidariedade, encontra-se no meu escritório profissional, servindo como motivação para cada dia mais admirar os leais companheiros integrantes das Forças Armadas brasileiras.

No vôo de retorno, feito num avião Bandeirante que servia ao Ministro da Defesa, tomei conhecimento que o Presidente Fernando Henrique Cardoso desejava falar-me logo após o almoço. Nasceu daí a decisão de deixar o Ministério e não causar qualquer problema ao Governo em razão da crise instalada por matérias ofensivas à minha honra.

Antes do encontro com o Presidente Fernando Henrique, convidado pelo Estado Maior da Marinha, almocei com o Almirante Chagastelles e os oficiais que integravam aquele colegiado, ficando em mim a certeza de que tal almoço era mais uma prova de solidariedade, porém senti que estava resolvida a questão de foro íntimo surgida durante o vôo de Anápolis para Brasília. Após o almoço dirigi-me ao Palácio Alvorada, onde o Presidente Fernando Henrique me esperava na biblioteca. No portão de entrada quase uma centena de jornalistas aguardavam minha chegada, alvoroçados com boato da possível saída do Ministério. Fernando Henrique me recebeu cordialmente e logo eu disse que não me sentia bem com o noticiário constante, por certo com

reflexo no Governo e no Ministério. O Presidente fitou-me e completei:

- Gostaria que o senhor me demitisse e não me exonerasse a pedido, pois, se pedir exoneração, passará a ideia de que estou dando suporte às aleivosias que foram montadas.

Em seguida expliquei minuciosamente para o Presidente todo o episódio, reportando a atuação da Comissão do Narcotráfico, o envolvimento de pessoas caras a mim, bem como o quadro político do Espírito Santo, onde grupo adversário combinado com determinadas autoridades tudo faziam para atingir minha honra.

O Presidente ouviu-me, fez comentários que me confortaram e concluiu, aquiescendo ao meu pedido:

- Vá para seu gabinete e espere telefonema meu, dizendo o nome do seu sucessor, ao mesmo tempo que lhe peço que comunique aos Comandantes das Forças a decisão que tomei.

Ao sair do Alvorada, dezenas de jornalistas, principalmente fotógrafos e cinegrafistas, quiseram saber se eu estava demissionário. De forma incisiva, dei a resposta:

- Não sou mais Ministro. Saio do ministério mais amigo e admirador do Presidente Fernando Henrique Cardoso de que quando entrei.

Os jornalistas ainda insistiram com perguntas que se atropelavam. Não falei mais nada, entrei no carro oficial e rumei para a sede do Ministério da Defesa, onde já me esperavam os Comandantes Gleuber (Exército), Chagastelles (Marinha) e Baptista (Aeronáutica). Desde o primeiro momento o encontro foi marcado pela emoção. Abraçaram-me carinhosamente e adiantei:

- Já não sou mais Ministro, entreguei o cargo ao Presidente, e vou aguardar aqui, com vocês, a indicação do nome do novo titular da Pasta.

O tempo decorreu em clima de tristeza, poucas palavras e a evidência, que me confortou, da lealdade e companheirismo dos meus Comandantes.

O telefone direto tocou e era o próprio Presidente, pessoalmente, que me comunicava o nome do substituto. Seria o advogado-geral da União, Geraldo Quintão, uma das figuras proeminentes do Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Os dias subsequentes foram de apresentação do novo Ministro aos Comandantes, com os quais criei vínculos fortes de amizade. É preciso que se diga que os militares brasileiros são patriotas, amam o País com fervor e não abrem mão dos postulados republicanos, dando-nos a certeza de que o Brasil é um País que tem o privilégio de contar com os melhores quadros compondo as três Forças.

Na visita feita ao Forte Apache, em Brasília, em companhia do futuro Ministro Geraldo Quintão, Gleuber Vieira, com a cordialidade que lhe é característica, surpreendeu-me informando:

- Quero lhe comunicar, Ministro Elcio, que os três Estados-Maiores, do Exército, Marinha e Aeronáutica, resolveram homenageá-lo com almoço a ser realizado aqui no Forte Apache, para lhe manifestarmos toda nossa estima e respeito.

O almoço representou um dos momentos mais emocionantes da minha vida. Presença maciça de oficiais superiores das três Forças, ambiente onde senti de perto a amizade dos militares que estiveram sob meu comando.

Veio-me à mente a lembrança da primeira visita oficial feita ao Comando do Exército, no mesmo Forte Apache, quando passei em revista as tropas formadas em minha homenagem, ostentando o uniforme histórico que o Exército usa em solenidades marcantes, debaixo de uma salva de vinte e um tiros. Caminhei em direção ao palanque de onde assistiria o desfile da tropa, antes

cumprimentando com a reverência habitual a bandeira brasileira. Ao lado do Comandante do Exército Gleuber Vieira e militares de alta patente, do alto do palanque-sacada do Forte Apache vi, com os olhos marejados de lágrimas, as tropas desfilando.

A homenagem feita pelos Estados Maiores das Forças no salão principal do Forte Apache foi, na verdade, um encontro que entendi como solidariedade e desagravo, ante a perfídia da campanha contra mim instaurada, e ainda me reservou outra emoção, quando o Comandante Gleuber Vieira falou em nome dos presentes, exaltando o companheirismo que houve entre o então Ministro e seus comandados. Finalizou entregando-me o bastão de comando honorário do Exército brasileiro, que até hoje guardo com carinho ao lado dos objetos que me são caros e representam lembranças valiosas da minha vida pública.

Ainda nessa ocasião, recebi preciosa salva de prata, oferecida pelos militares e civis que serviram durante minha permanência no Ministério da Defesa, com dizeres indelévels, que reproduzo:

“Ao prezado Ministro Elcio Alvares, com o respeito, a amizade e a admiração dos militares e civis que tiveram a honra de servir diretamente com V. Exa. Ministério da Defesa, 25 de janeiro de 2000.”

A exemplo do bastão de Comandante, que me foi passado às mãos pelo General Gleuber Vieira, essa salva de prata, tão expressiva e comovente nos seus dizeres, encontra-se em lugar de destaque no meu escritório de advocacia.

Numa solenidade marcada pela emoção, no dia 24 de janeiro de 2000 o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu posse ao novo Ministro de Estado da Defesa Geraldo Magela da Cruz Quintão, no Palácio do Planalto. Presentes as mais altas autoridades do Brasil, entre elas o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mário Velloso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso pronunciou importante discurso do qual transcrevo parte:

“Senhor Ministro Quintão:

Vossa Excelência encontrará boa parte do caminho a percorrer já lastreada pela ação do Ministro Elcio Alvares e pelo apoio que lhe prestaram as Forças e seus Comandantes.

Foi a árdua e discreta ação do Ministro Elcio Alvares no Congresso Nacional que permitiu a aprovação do Ministério da Defesa. Foram as negociações estabelecidas por ele e pelos Comandantes que permitiram a definição dos limites suportáveis no esforço de enquadramento das questões previdenciárias.

...

Por todas essas razões e pela lealdade e inteireza moral do Ministro Elcio Alvares, que suportou com altivez os embates a que os homens públicos tornam-se sujeitos nos dias de hoje, é que antes de desejar-lhe êxitos, quero agradecer ao meu amigo e colaborador constante Elcio Alvares a ajuda que prestou ao Governo e ao Ministério da Defesa”.

O Presidente Fernando Henrique, sempre atencioso, ainda teve a delicadeza de enviar-me escrito de próprio punho um cartão com o seguinte teor, datado de 25 de janeiro de 2000:

“Meu caro Elcio:

Aí vai cópia do discurso que fiz ontem. Nele digo – e disse de público – quão bem eu o tenho na minha conta. Um forte abraço. Fernando Henrique”.

Poucas palavras, mas expressividade e significado evidentes. É como se o Presidente da República dissesse ao Ministro que saía que a campanha maledicente não encontrou repercussão no julgamento do Governo.

Nessa mesma linha de solidariedade e reconhecimento, foi publicado novo editorial do jornal “A Gazeta”, no dia 26 de janeiro de 2000, sob o título “Alvo real”, cujo texto foi o seguinte:

“Quando começou a campanha pela desestabilização do Minis-

tro Elcio Alvares, a interpretação dominante era de um complô econômico-militar contra o civil que lhes contrariava interesses. Toda aquela história de tráfico e bandidos poderia ser verossímil para o restante do Brasil, mas no Espírito Santo todos sabíamos que o Ministro não era uma coisa nem outra.

Campanha sistemática contra alguém ou contra alguma coisa não significa apenas amor ao Brasil ou a causas nobres. Essa orquestração tem interesses, tem autores, tem preço. Nesse caso, o alvo não parecia ser o Ministro, mas a cadeira, desejada por muitos para muitos fins. Agora estamos percebendo o engano. Vencido o Ministro, demitido Elcio Alvares, a campanha encontra novos alvos para acusações igualmente levianas e sem sustentação. O caso do senador Gerson Camata é típico. Está sendo acusado porque na caderneta de endereços de um suposto membro do crime organizado estava o seu nome. Isso foi usado como evidência para associá-lo ao crime e aos criminosos. Se é assim, não vão escapar o barbeiro que faz o cabelo do suspeito ou o “pizzaiolo” que lhe traz a pizza, pois ambos igualmente no mesmo caderno. A rigor, ninguém estaria a salvo, todos estaríamos sob suspeita, já que não se procura saber qual o real sentido desse registro na agenda.

Não sendo a campanha apenas contra Elcio, parece mais uma escalada para a desmoralização dos políticos tradicionais, com acusações apressadas, sem o devido embasamento e, conseqüentemente, irresponsáveis. Algum pequeno grupo estaria querendo limpar o terreno, atirando todos os concorrentes ao mesmo monte de entulhos, de sorte que só ele, apenas ele, o pequeno grupo, sobrevivesse incólume ao mar de lama que construiu com as denúncias.

Nossa vida pública não é exemplar. Não somos melhores nem piores do que a maioria dos Estados brasileiros. Temos gente séria e gente não tão séria nos cargos públicos. Os eleitores daqui se equivocam tanto quanto os eleitores dos demais Estados. Mas, como eles,

igualmente acertam em gente séria e trabalhadora. Meter todos eles no mesmo saco, atribuindo-lhes os procedimentos mais torpes, é degradante, não somente para esses políticos, mas para nós, que neles confiamos e votamos.

Está na hora de pedir um basta e de cobrar responsabilidades. Não é possível que se continue impunemente a lançar mais e mais carne aos leões. Homens de bem estão sendo ultrajados, desmoralizados, postos numa penitência de sofrimentos sem limites. Será necessário descobrir a quem interessa essa desordem institucional, quem pretende ser o herdeiro da terra arrasada que hoje se planta. Faremos isso convocando todos os políticos influentes do Estado, a reagir contra tanta iniquidade. Os que calarem sua palavra de apoio à condenação desses atos poderão ser incluídos no rol dos principais suspeitos. O Ministro da Defesa foi destruído sob uma indiferença quase total. Ninguém se deu conta de que quem estava perdendo, tanto quanto ele, era o Espírito Santo. Sem o Ministério, nossa representação no Governo Federal foi reduzida a quase nada. Se permitirmos que os nossos Senadores e Deputados sejam igualmente ultrajados por denúncias inconsistentes, mais pobres ficaremos. Os poucos sobreviventes herdarão uma terra sem honra e sem Homens”.

Soube que a solidariedade de Carlos Fernando Lindenberg Filho (Cariê) mais uma vez impulsionou a publicação desse segundo editorial.

RETORNO AO ES

ADVOCACIA E RETOMADA POLÍTICA

- CONSELHO DE ÉTICA DA OAB
REJEITA DENÚNCIA ANÔNIMA



- FERNANDO HENRIQUE AGRADECE
TRABALHO DE ELCIO ALVARES



- REINÍCIO DAS VIAGENS POLÍTICAS
AOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS

Antes do meu regresso a Vitória, minha mulher Irene já havia retornado em companhia de familiares, passando a morar num apartamento situado no edifício “Park Lane”, na rua Vinícius Torres, Praia da Costa. O empresário Walter Sá Cavalcante facilitou sobremodo a adaptação da família, enquanto eu não recebia a morada definitiva, visto que adquirei, ao longo do mandato de Senador, apartamento no edifício “Water Plaza”, na avenida Antônio Gil Veloso, na Praia da Costa, cuja conclusão atrasou bastante.

Um mês depois, já fora do Ministério, outra surpresa agradável. O Comandante Carlos de Almeida Baptista, da Aeronáutica, me enviou convite especial para participar de almoço de confraternização com membros do Estado-Maior da Aeronáutica e oficiais superiores daquela Arma, o que ocorreu na sede do Comando, na Esplanada dos Ministérios, quando Baptista, sempre cavalheiresco comigo, igualmente manifestou solidariedade.

Quero renovar aqui que minha passagem pelo Ministério da Defesa enriqueceu meu conhecimento de vida pública, aprendendo a ver nos militares companheiros dedicados, homens inteligentes e preparados e, acima de tudo, com notável senso de responsabilidade em relação aos problemas nacionais. Em ne-

nhum momento tive desses valorosos militares qualquer atitude que pudesse ser interpretada como hostilidade ao primeiro Ministro civil da Defesa, exceção feita ao comportamento indisciplinado e condenável do Brigadeiro Walter Werner Brauer, que mereceu da minha parte imediata reprimenda e não afetou, em qualquer passo, a relação mantida com os militares que estiveram sob meu comando. Dedico uma palavra de reconhecimento aos Comandantes que comigo serviram, bem como aos oficiais que ajudaram na implantação do Ministério da Defesa, hoje vitoriosa realização no concerto do Governo – graças à visão de estadista do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O tempo passou, mas a admiração nascida de viagens, encontros e reuniões de trabalho, cresce numa proporção que a distância temporal e a lembrança aumentam cada vez mais.

Como sempre aconteceu ao longo da vida pública, sem mandato voltei à advocacia, juntamente com Solange Antunes Resende, que comigo trabalha há longos anos, mais de três décadas, e que na sarabanda irresponsável das calúnias foi atingida pelos meus adversários, que só não tiveram êxito completo porque o Supremo Tribunal Federal, em defesa da sua honra e da sua dignidade, concedeu-lhe mandado de segurança em decisão da lavra do Ministro Carlos Mário Velloso, não permitindo a invasão da sua privacidade e repudiando a insensata versão de que Solange era “testa de ferro” para acobertar negócios ministeriais e ganhos com a prática de suposta advocacia ilícita.

É imperioso ressaltar que passados tantos anos desses tristes episódios, que denigrem o comportamento de algumas figuras que exerceram vida pública no Espírito Santo, não houve qualquer procedimento judicial contra mim, Solange e Dório Antunes, que, sem nenhuma explicação, foi listado na Comissão do Narcotráfico, presidida pelo então Deputado Magno Malta,

como advogado do crime organizado.

Dório Antunes, já falecido, irmão de Solange, foi companheiro em todos os sentidos, tanto na lide advocatícia como nos momentos políticos, caracterizando sua presença pelo amor ao direito, não admitindo injustiças e revelando-se advogado com facilidade de redigir e defender seus clientes.

Dório trabalhou por muitos anos junto a nós e no nosso escritório, nos dias de hoje, a sala que ele ocupava, na modéstia de um trabalho profissional que injustamente encobria, em parte, o brilhantismo da sua inteligência, ainda permanece vazia. Homem simples, sem ambições materiais, comprazia-se no convívio com pessoas humildes - grande parte dos seus clientes eram atendidos de forma gratuita. Ao falecer, vítima de insidiosa doença, travava uma batalha judicial em defesa do legítimo direito de paternidade, não temendo por denunciar autoridades, que ao seu sentir, não cumpriam deveres funcionais. O mundo de Dório, além da permanente responsabilidade profissional em prol da justiça, era marcado também por coisas prosaicas. Amante do futebol, torcedor do Vasco da Gama, vivia todas as emoções do seu clube, nos dias de jogos sempre envergando a camiseta cruzmaltina. Elegeu Praia Grande, em Fundão, o paraíso encantado dos seus sonhos. Amava pescar com os maratinhas e tomar conhecimento de todos os problemas dos vizinhos do distrito, principalmente os humildes que viam nele o juiz para decidir questões e pleitear direitos.

Consegui, no Governo Paulo Hartung, dar o nome de Dório Antunes ao trecho de estrada que vai de Praia Grande a Fundão, por certo uma pálida homenagem a quem na vida teve a característica de ser um homem bom, fiel às suas amizades, companheiro de todas as horas.

Ademais, logo após deixar o Ministério da Defesa, cessaram

como por encanto as investidas através da mídia e certa publicação que capitaneou a campanha caluniosa contra mim e meus amigos silenciou como num passe de mágica.

Nos primeiros dias do reinício da advocacia, no escritório situado à praça Costa Pereira, edifício Micheline, imóvel adquirido por mim e por Solange, cujo valor proveio de honorários profissionais que recebemos pelo patrocínio de causa criminal no município de Itapemirim, suscitando vários processos que culminaram com a realização de júri em Cachoeiro de Itapemirim, que marcou época no foro criminal daquela cidade, sentimos que a tarefa de recomeçar não seria fácil, pois as dificuldades avultavam, decorrência natural da saída ruidosa do Ministério da Defesa.

Nem bem reiniciei a advocacia, fui surpreendido com intimação do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Espírito Santo, Agesandro da Costa Pereira, para comparecer à OAB a fim de tratar de denúncia que me envolvia. Procurei Agesandro em seu gabinete, que secamente confirmou o teor da intimação, acrescentando que era denúncia anônima. Ponderei que a peça era inconsistente, inteiramente descabida e sem qualquer credibilidade, considerando o anonimato da representação. Inobstante isso, o então Presidente da Ordem disse-me que iria abrir processo contra mim e contra os meus colegas Solange Antunes Resende e Dório Antunes.

Compreendi, naquele momento, que as mesmas pessoas que participaram da campanha difamatória quando era Ministro da Defesa, com repercussão na CPI presidida por Magno Malta para apurar atividades do narcotráfico, continuavam ativas, tentando atingir minha honra e daqueles que me ajudavam no trabalho político e profissional. Abreviei a conversa com o Presidente da Ordem e aprestei-me para defesa perante o Conselho de Ética da OAB do Espírito Santo. O resultado do julgamento recompôs a

verdade e, à unanimidade dos membros, absolveu-nos de qualquer transgressão ética, sepultando a iniciativa de adversários covardes, escondidos no anonimato. Mais tarde, com informação de pessoas que conheciam a intimidade do funcionamento da Ordem, vim a saber que um dos autores daquela perfídia era um colega de profissão, ligado aos dirigentes da OAB, da qual tive a honra de ser conselheiro na plenitude do exercício profissional.

Mesmo assim, no retorno à atividade advocatícia conseguimos equilibrar nossas finanças. Mais uma vez surge Edgar dos Anjos, o amigo permanente que se prontificou a nos ajudar, principalmente na advocacia de partido, o que de fato ocorreu.

Sob a égide da amizade, cristalizam-se lições de vida que exaltam as pessoas no ritual da convivência.

Aylmer Chieppe e Luísa estão entre os primeiros que nos abraçaram e disseram palavras que afagaram a alma com delicadeza. Simples como soem ser os bons, concederam alento para a nova caminhada e, com habilidade, nos levavam consigo para os fins de semana, quando Aylmer, amigo com larga experiência de vida, tecia comentários corretos sobre a política. Suas palavras sempre judiciosas representavam estímulo para a retomada da advocacia, valorizando nosso relacionamento. A citação de Aylmer Chieppe e Luísa, numa retrospectiva de vida impõe-se, pois os dois, na verdade, representam amizade sólida e constante.

Ambos possuem um lugar especial no município de Guara-pari, carinhosamente denominado “Fazendinha”, recanto onde a paz é evocada e entre flores, pássaros, macacos abusados e outros animais silvestres são celebrantes da alegria de viver, o que fazem sem parcimônia, permitindo que os amigos e os que têm o privilégio de por ali passar, desfrutem do paraíso que construíram com amor e dedicação.

Surpreendeu-nos o chamado do Governador José Ignácio Fer-

reira, solicitando que fôssemos até o Palácio Anchieta a fim de conversar sobre nossa situação profissional. José Ignácio, no Senado da República, estreitou comigo laços de amizade. Senador inteiramente dedicado ao trabalho, respeitado por seus pares e conceituado como político experiente, era um dos melhores integrantes da bancada do PSDB, participando da Comissão de Constituição e Justiça, onde seus pareceres eram sempre elogiados e, às vezes, decisivos no deslinde de questões constitucionais. Mantive e mantenho com ele relacionamento bastante cordial, o que me permitiu conhecê-lo de perto como figura humana cativante.

Deixando-me à vontade, José Ignácio logo de início perguntou:

- Como vai a vida do meu amigo e Ministro? Quero lhe dizer que me encontro à inteira disposição para ajudá-lo no que for possível, principalmente no campo profissional.

Agradei e disse-lhe do meu propósito de manter a advocacia como fonte de receita do escritório, mas registrando nosso agradecimento pelo gesto de consideração, que muito tocou a mim e a Solange.

Ainda no mês de fevereiro vivi outro momento de emoção, quando me foi comunicado que havia um portador da Presidência da República com a missão de me entregar em mãos carta do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com data de 14 de fevereiro de 2000, em papel oficial da Presidência da República Federativa do Brasil, com o seguinte teor:

“Meu caro Elcio

Sua carta de 3 de fevereiro último é uma mostra tocante das qualidades que aprendi a admirar no colaborador de tantos anos e no amigo de sempre: a discricção, a integridade, o espírito público.

Quero salientar aquilo que não menciona ou menciona muito de passagem: a competência com que sempre se houve como Líder do meu Governo no Senado e como Ministro da Defesa.

Todo avanço que conseguimos até aqui na tarefa ciclópica de acertar o passo do Brasil com a modernidade traz, meu caro Elcio, a marca do seu empenho.

Quem conhece, como eu, a intimidade do Senado, pode avaliar plenamente a importância do seu trabalho de costurar a política a favor das propostas do Governo naquela Casa. Nós dois sabemos quantas batalhas vencemos graças à sua capacidade de conjugar o verbo “convencer” na sua acepção mais própria de “vencer junto” com os aliados e até por vezes com os opositores.

Essa mesma capacidade você colocou a serviço da criação do Ministério da Defesa e do equacionamento de problemas espinhosos herdados pela Pasta.

Quem agradece sou eu, Elcio, as reiteradas demonstrações de lealdade pessoal e o muito que você tem feito – e com certeza ainda fará – pelo nosso País.

Leve com você, de volta ao Espírito Santo, a certeza da minha amizade e os votos de pleno êxito na vida pessoal e profissional.

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República Federativa do Brasil”

Essa carta representa para mim um documento significativo, que há de chegar às mãos dos meus netos e pôsteros, pois nela, com todas as letras, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu já afastado do Ministério da Defesa, fala de forma elogiosa da minha passagem por aquela Pasta e pela Liderança do Governo no Senado da República, de onde saí cercado da amizade, do carinho e respeito dos colegas que comigo desempenharam o mandato no período de 1991 a 1999.

O trabalho profissional não me impediu que mantivesse acesa a chama da política. Nos fins de semana, juntamente com Solange e com o motorista Jonas Zaneti, percorríamos o interior

do Estado, nas festas municipais.

Sobre Jonas Zaneti registro sua lealdade e companheirismo, ao longo de mais de duas décadas, conduzindo meu carro estradas afora, dedicando-me amizade que se fortaleceu através dos anos. Participou de todas as viagens, com entusiasmo, não se limitando somente ao mister de dirigir o veículo, cuidando também da minha acomodação nos hotéis nos quais me hospedava. Jonas Zaneti continua comigo, servindo-me na Assembleia Legislativa.

A sucessão de José Ignácio teve como candidatos o Senador Paulo Hartung e o ex- Governador Max Mauro, sendo que o resultado confirmou o favoritismo de Hartung, o que levou João Baptista Motta a assumir a vaga deste no Senado.

O ano de 2003 começou com Paulo Hartung no Governo e eu continuando a percorrer o interior, na expectativa da eleição para o Senado. Cheguei mesmo a falar com vários companheiros que iria partir para a disputa senatorial no ano de 2006.

CIRURGIA

O DRAMA VIVIDO NO INCOR

● OPERAÇÃO PARA SUBSTITUIR
VÁLVULA DO CORAÇÃO



● FÉ NA HORA DA DIFICULDADE.
INÍCIO DA CONVERSÃO?



● SAÚDE PIORA E LEVA A
UMA NOVA CIRURGIA

Na tarde de 22 de agosto, no meu escritório de advocacia, senti-me mal, com falta de ar, sendo imediatamente transportado para o consultório do pneumologista Marcos Santos, na Enseada do Suá, onde, quase desfalecido, em companhia de Jonas e Solange, fui recebido pelo médico, que constatou a gravidade do meu caso, chegando a falar para Solange, ao tomar meu pulso:

- Ele está morrendo.

Imediatamente fui internado no CTI da Clínica da Enseada, em caráter de emergência, onde foi diagnosticado edema agudo pulmonar, após crise hipertensiva.

O médico Aílton Cerqueira foi prestimoso em dar atenção a mim e acredito que ele, em companhia da sua equipe, tenha sido responsável para que conseguisse vencer a crise e buscar nos dias seguintes o diagnóstico definitivo. Passei os dias 25 e 26 realizando uma série de exames que evidenciaram a insuficiência da válvula da aorta, o que despertou cuidados especiais da médica Eliana Caser. Reunidos José Roberto Nogueira, Luiz Buaiz, Lourenço Freitas Neto, meus amigos, e mais Aílton Cerqueira, que foi incansável na assistência médica preliminar, entenderam de ouvir-me, levando em conta a evidência da necessidade

de cirurgia cardíaca. Sabendo exatamente da gravidade do caso, manifestei o desejo de ser removido para o Instituto do Coração - INCOR, em São Paulo. O médico José Roberto Nogueira, que tem sido uma espécie de anjo da guarda da minha vida, dando-me assistência cardiológica há anos, desde o dia que descobriu, há cerca de vinte e três anos, que eu era portador de prolapso da válvula mitral, preparou os laudos necessários para que eu pudesse viajar para o INCOR.

Viajei no dia 3 de setembro de 2003 e no INCOR fui internado logo que cheguei, apresentando os exames realizados em Vitória. Na tarde desse mesmo dia conheci o professor Sérgio Almeida de Oliveira, que me recepcionou e levou os exames e laudos realizados em Vitória, para estudá-los. No final da tarde fui comunicado que a cirurgia cardíaca seria realizada na manhã seguinte, para substituição da válvula aórtica, sendo necessário antes um exame odontológico, o que resultou, naquela mesma noite, na extração de três dentes.

Retornando ao apartamento, onde se encontravam Irene, minha mulher, e Solange, senti-me tocado a orar, pedindo ao Senhor que me protegesse naquele difícil transe, dando-me sua bênção e o livramento necessário. Esse impulso foi caracterizado por uma imperiosa vontade de estar bem perto de Deus e entregar, praticamente, minha vida em suas mãos. Solicitei a Solange que lesse o salmo 23 e também o salmo 91, que era o preferido da minha mãe. Senti uma paz interior admirável e eu, que antes estava bastante apreensivo, dormi bem, na expectativa do procedimento cirúrgico na manhã seguinte.

Às 6 horas do dia 4 de setembro de 2003 fui despertado por um enfermeiro que realizou a preparação para a cirurgia, colocando-me na maca e percorrendo os imensos corredores do hospital. Fui tomado por uma leveza incomum, como se naquele instante le-

vitasse. Sabia que o Senhor me acompanhava, pois o salmo dizia claramente que Ele não deixaria nada me faltar.

Quem sabe o início da minha conversão?

Na sala onde convergem todos os pacientes a serem submetidos a cirurgias recebi a visita do cirurgião Sérgio Almeida de Oliveira, tranquilizando-me. Falei para ele que estava nas mãos do Senhor. Ele me agradeceu, mas logo esclareci, apontando para cima, que o Senhor por mim referido era Deus. Dali para frente a anestesia funcionou e nada mais vi. Quando acordei, estava numa sala imensa, onde vários pacientes se recuperavam. Imediatamente constatei que não era o céu, logo estava vivo, mesmo porque Irene e Solange já se encontravam ao meu lado, sorridentes e felizes pois sabiam do êxito da operação.

Vencido o tempo na UTI, fui levado para o apartamento e ali ocorreu meu tratamento pós-cirúrgico. Na mesma noite recebi a visita de membros da Igreja Cristã Maranata, liderados pelos Pastores Gerson Beluci Miguel e Henrique Gomes, que leram a Bíblia e cantaram louvores, dando glória a Deus pela bênção recebida. Essas visitas se tornaram diárias, transformando-se num conforto espiritual necessário na ocasião.

Cerca de duas semanas depois retornei a Vitória, porém não me sentia bem e passei duas noites tendo dificuldade respiratória, o que me levou ao Centro Integrado de Atenção à Saúde – CIAS, hospital da UNIMED, onde foram diagnosticados derrames na pleura e no pericárdio, confirmados por exames. O médico José Roberto Nogueira, como sempre ao meu lado, informou que o exame clínico demonstrava sinais de insuficiência cardíaca e insuficiência renal. A recomendação médica era imperiosa: deveria retornar ao INCOR para reavaliação do caso, estando indicado o procedimento invasivo para debelar os derrames.

No dia 23 de setembro, José Roberto recomendava a remoção

por via de transporte aéreo em UTI no ar. O diagnóstico se deu por volta do meio dia e imediatamente Solange Antunes Resende entrou em contato com o Senado, através do diretor geral Agaciel Maia, e em um tempo mínimo eu decolava, acompanhado por minha mulher Irene, Solange e dois médicos, que me assistiram durante a remoção.

A impressão que tinha era que a viagem não acabava nunca, olhando calado os semblantes das pessoas que estavam em volta de mim. Mais uma vez clamei ao Senhor, pedindo que me desse o livramento necessário. Chegamos em São Paulo e uma ambulância já me esperava no aeroporto, saindo em velocidade, soando a sirene com insistência. Através do vidro da janela via as luzes da cidade passando, numa sucessão de postes e edifícios. Cheguei ao INCOR e fui recebido por Roberto Kalil, que foi meu cardiologista clínico. Em companhia de outro colega, confirmou o diagnóstico feito por José Roberto Nogueira, em Vitória, e logo entrou em contato com o professor Sérgio Almeida de Oliveira, dizendo da gravidade do caso.

Realizados os exames preliminares no INCOR, já pela madrugada, o médico Sérgio Almeida Oliveira determinou que novo procedimento cirúrgico fosse efetivado imediatamente, nas primeiras horas do dia. Foi o reinício de uma longa permanência no hospital, cerca de mais um mês.

Nesse período, acredito sinceramente que fui alimentado pela fé, pois sucederam algumas ocorrências médicas que me deixaram fragilizado e debilitado. Tive duas infecções hospitalares, sendo que a segunda preocupou bastante, pois a equipe médica demorou cerca de dez dias para identificar a bactéria que me prostrava. Para se ter ideia do quadro dramático, eu perdia cerca de um quilo de peso por dia e minhas veias já não aceitavam as picadas das agulhas.

Meus irmãos da Igreja Maranata de São Paulo renovavam as orações, dando-me toda assistência espiritual, sendo que o pastor Henrique Gomes tornou-se conselheiro diário, animando-me para enfrentar os percalços surgidos nessa nova fase. Recordo-me das madrugadas frias, quando as horas pareciam que eram intermináveis e ansiava pelo nascer do dia. É triste como os enfermos temem a noite e buscam vencer as horas noturnas. Surgiram então uma insuficiência renal e diabetes pós-cirúrgicos, que obrigaram a aplicação de insulina e outros medicamentos.

Não tenho dúvida que a fé é fundamental para vencer dificuldades. Lia reiteradamente a Bíblia, tendo como ponto de apoio os salmos 23 e 91.

Clamava ao Senhor para que retornasse à minha casa, que pudesse ver novamente o mar da Praia da Costa, abraçar meus parentes mais próximos e beijar Maria Júlia, um anjo que Deus colocou na minha vida e de Irene, que veio conosco de Brasília juntamente com sua mãe, Terezinha Maria de Moraes, que nos acompanha como verdadeira pessoa da família, tanto que consideramos Maria Júlia nossa neta.

Diariamente Solange me informava dos telefonemas que vinham do Estado, partidos de amigos que se mostravam preocupados com as notícias divulgadas, dizendo da gravidade da minha situação. Mesmo debilitado, recebi algumas visitas que me encheram de alegria e proporcionaram alento para continuar a batalha pela vida.

Edgard dos Anjos fez-se presente com seu jeito descontraído de ser, manifestando a amizade que sempre nos ligou. Também não esqueço a visita de José Carlos da Fonseca, dando-me conforto mas, por outro lado, comunicando que recebeu um diagnóstico bastante preocupante: era portador de um câncer no pâncreas, mas iria lutar com empenho para vencer a doença cruel. Na verdade, ao término da conversa, confortamo-nos e disse a ele que a

fé era uma porta aberta para a esperança e o otimismo, quando os males do corpo e da alma são anunciados. A fé é companheira inseparável da esperança e ele deveria, a partir de então, ficar mais perto de Deus.

Numa tarde cinzenta, como soe ser a maior parte das tardes de São Paulo, o médico assistente de Roberto Kalil, por sinal capixaba nascido em São Gabriel da Palha, comunicou que a bactéria fora identificada, o que determinou novo ritmo ao tratamento. Uma bolsa imensa de antibióticos para aplicação na veia foi colocada ao lado da cama, o que causou dificuldade para os enfermeiros que me acompanhavam, visto que as veias já estavam saturadas. Após várias tentativas, finalmente o corpo exaurido aceitou a introdução da agulha e, a partir dali, com os antibióticos agindo, iniciei a recuperação que me traria de volta ao Espírito Santo dias após.

Os exames sucediam, uns após outros, até que Roberto Kalil informou que eu seria submetido a uma bateria de novos exames e, dependendo dos resultados, teria alta para voltar para casa. Liberou-me da internação hospitalar e pediu que eu me hospedasse em hotel que fica nas proximidades do INCOR, para aguardar o dia do resultado final. A fim de desanuviar o clima de apreensão, disse-me que estava livre inclusive para comer o que desejasse, até um churrasco, se fosse o caso.

Ainda com bastante dificuldade de locomoção, hospedei-me no hotel sugerido e pedi para ir à churrascaria Bassi, onde pretendia comer o churrasco que sonhava durante a convalescença. Na verdade, não cheguei a comer o churrasco todo, limitando-me a pequena porção da carne. Era visível o receio de um doente que permaneceu tanto tempo no hospital, sofrendo perda de peso e alimentando-se quase exclusivamente de comida hospitalar.

Permaneci de três dias no hotel, vendo televisão e aguardando a hora do médico Roberto Kalil realizar os exames finais. Retor-

nei ao INCOR para a etapa derradeira de uma longa internação, mas agora cheio de esperança de conseguir a alta definitiva para voltar para o Espírito Santo. Roberto Kalil recebeu-me na entrada do setor de exames do INCOR e imediatamente teve início a avaliação, sempre explorando a área do coração, principalmente aquela objeto de restauração da válvula aórtica. Levei quase a manhã inteira submetido aos aparelhos e ao sair de uma das salas vislumbrei Kalil esperando no corredor. Disse-me que aguardasse ao lado, pois ele, juntamente com outros médicos, iria avaliar meu estado geral de saúde e dar ou não a alta.

Sentado numa sala branca, sozinho, vivi expectativa sem precedentes. Nesses instantes a vida desfila como se fosse um filme do qual somos protagonistas. De que vale o poder, a vaidade, o orgulho, quando tudo é submetido a um diagnóstico que não admite distorções ou favorecimentos? Essa dura realidade se faz presente e é natural que para uma pessoa como eu, que já se sentia recém-convertida, a invocação de Deus é uma constante, no clamor singular daqueles que sofrem e esperam a providência divina.

Mais de 2 horas se passaram. A porta da sala se abre e surge Roberto Kalil informando:

- Elcio, você pode viajar, pois os exames foram favoráveis, apenas houve dúvida em relação à pesquisa sobre uma mediastinite (inflamação do mediastino, membrana que envolve o coração) que, felizmente, não ocorreu. Pode voltar e retomar suas atividades normalmente, com acompanhamento médico e tratamento fisioterápico, que lhe será prescrito pelo cardiologista clínico.

VOLTA AO ES

A RETOMADA DA VIDA

- A EMOÇÃO DE REVER DO
AVIÃO AS PRAIAS CAPIXABAS



- FÉ QUE LEVOU À IGREJA
MARANATA E BATISMO



- POSSIBILIDADE DE UMA
NOVA CANDIDATURA

A minha alegria foi indescritível. Retornei ao hotel e tratei de fechar as malas, que já estavam arrumadas, pois sempre esperei com otimismo o resultado dos exames. Solange comprou passagens aéreas e voltamos ainda naquela tarde - eu, Irene e ela. Enquanto providenciava as passagens, os irmãos da Maranata de São Paulo vieram se despedir e efetuaram nosso traslado até o aeroporto de Congonhas. Eu vivia um momento de intensa felicidade. Com rapidez deslocamos para o aeroporto e em seguida estávamos em pleno voo.

Quase não acreditava que estava voltando ao Espírito Santo e o fato de ter me sentado numa poltrona ao lado da janela me permitiu visualizar o voo. Com a tarde caindo, comecei a distinguir a costa capixaba, suas praias. Marataízes, Iriri, Anchieta, Meaípe, Guarapari, Ponta da Fruta e finalmente a constatação que estava chegando na minha casa, pois Barra do Jucu, Itaparica e Praia da Costa completavam a etapa final. As últimas localidades não consegui ver direito, as lágrimas tomavam conta dos olhos e a emoção era flagrante.

Quando abri a porta da minha casa, ainda com dificuldade para caminhar, explodiu a emoção. Fui para a varanda a fim de ver

o mar da Praia da Costa. Estava vivo, graças a Deus! Fui abraçado por parentes e amigos mais próximos. Em Maria Júlia dei um beijo especial, pois, na angústia dos dias incertos da enfermidade, ela ocupou, ao lado dos meus netos e bisnetos, espaço de preocupação considerável. Como era bom estar em casa, sabendo que iniciava nova etapa na minha vida! Procurei, de imediato, a igreja Maranata onde ia esporadicamente, situada no Parque das Castanheiras. Fui recebido com alegria pelos meus irmãos e, desde o primeiro dia, a mensagem entregue parecia que era dita especialmente para mim.

Aos poucos fui retornando às atividades normais. Na igreja Maranata, situada no Parque das Castanheiras, Praia da Costa, conversava constantemente com o Pastor José de Anchieta Fraga Carvalho, inteirando-me da beleza da iniciação do novo crente, ainda não batizado, mas convicto de que tinha encontrado o caminho que leva ao Senhor, com fé e humildade.

Procurei também o Pastor Gedelti Victalino Teixeira Gueiros, membro do Presbitério da Igreja Maranata, para lhe falar dos episódios dos quais participei nessa caminhada ao encontro de Deus. Fiz-lhe ver quanto a minha vida tinha mudado, agora discernindo novos valores, principalmente os espirituais. Sentia prazer em falar ao Pastor Gedelti, meu antigo colega no Colégio Americano, que ouvia com atenção. Na última vez que estivemos juntos, antes de eu descer às águas, ele disse algo que ficou gravado em mim:

- A gente vai ao encontro do Senhor pelo amor ou pela dor. Sua conversão é intensa, pois o sofrimento pelo qual passou, a permanência no INCOR, o convívio com nossos irmãos em São Paulo, liderados pelos Pastores Henrique Gomes e Gerson Beluci Miguel, deu-lhe a dimensão exata de como a dor é, quase sempre, instrumento abençoado que Deus permite para que nos aproximemos mais dele.

Dediquei-me com afinco aos cultos, até o dia que o Pastor Anchieta me ouviu, no propósito de descer às águas e dedicar minha vida à obra do Senhor.

Na manhã fria de 6 de junho de 2004, no ambiente maravilhoso do Maanaim, situado nas colinas de Domingos Martins, imergi no tanque de batismo, comprometendo-me com o evangelho do Senhor. Fui tocado pela emoção, a maior de todas entre as que havia já experimentado. Chorei. Eram lágrimas que pediam perdão a Deus pelas minhas faltas e pecados e agradecia, com alegria, o Senhor ter me permitido viver um novo tempo. A conversão deu-se dentro de plena consciência, vivendo uma realidade que me tornava bastante feliz. Gostaria de testemunhar como é bom a gente se sentir contemplado pela bênção divina, confiante no poder que vem de Deus, orando e andando conforme seus preceitos.

Os dias de recuperação física tiveram permanentemente o acompanhamento dos médicos Michel Assbu e José Roberto Nogueira, sendo que este já era conhecido dos meus médicos de São Paulo, pois me acompanhou quando estive no INCOR. Nogueira sentia-se à vontade entre os médicos daquele hospital paulista, pois havia feito sua residência médica ali, onde reencontrou amigos e colegas, além de me dar conforto, merecedor de gratidão.

Antes de voltar ao Espírito Santo também me aconselhei com os dois responsáveis pela cirurgia cardíaca, Sérgio de Almeida Oliveira e Roberto Kalil, e ambos sugeriram que Michel Assbu fosse, aqui no Estado, meu clínico para a fase posterior do tratamento. A indicação foi acertada, pois Michel, modelo de ética e competência profissional, juntamente com José Roberto Nogueira, passaram a ser responsáveis pela recuperação, orientando-me em tudo, na preservação da saúde de modo geral. Michel me acompanha como médico e se transformou num amigo que prezo e admiro.

Bastante debilitado fisicamente, reiniciei a atividade advocatícia, retornando com Solange Antunes Resende, Dório Antunes e Edison Alves Furtado para a sede do escritório meu e de Solange, no edifício Micheline, na Praça Costa Pereira, no centro de Vitória.

Gradativamente retomei o contato com a política, pois dentro de mim continuava latente o desejo de disputar uma eleição, de preferência como candidato ao Senado. Ademais, amigos, companheiros e correligionários buscavam o escritório para saber do meu estado de saúde e, daí, naturalmente, era informado das atividades políticas municipais. Para minha satisfação, todos diziam que não deveria encerrar a vida pública, porque o nome ainda era forte, não somente na capital, mas no interior também.

Logo que pude, iniciei as primeiras viagens, e mesmo sem convite oficial, procurava participar de festas inauguratórias do Governo estadual ou eventos municipais comemorativos, para os quais era convidado com insistência pelos amigos do interior, alegando que meus discursos eram recebidos com aplauso. Em razão disso muitas vezes coloquei a emoção nas minhas falas, passando mensagem otimista. Não deixava de ser a volta referida na sempre lembrada canção de Pedro Caetano, que foi o jingle da campanha de 1986, repercutindo ainda o estribilho: “Volta, Elcio, volta porque o Espírito Santo precisa de você...”

Após meses de viagens ao interior e participação intensa em eventos na Grande Vitória, fiz reflexão sobre o quadro político desenhado ao longo do Governo Paulo Hartung. Amigos verdadeiros entenderam, com minha anuência, que seria bastante difícil conseguir a indicação do meu nome para disputar o Senado da República, mesmo porque o Governador Paulo Hartung, na sua formulação política, reservava a senatória para composição com o PSB, de Renato Casagrande. Acabei concordando com esse raciocínio, me reciclei intimamente e tomei a decisão definitiva:

iria disputar a deputação estadual, pois sentia falta da política e achava que após alguns episódios ocorridos em Brasília, cujas versões adversários deturparam de forma condenável, era preciso receber da opinião pública do meu Estado um julgamento justo, à altura do ideal que sempre professei na defesa dos interesses do Espírito Santo e do País, quando exerci os mandatos de Deputado Federal, Governador do Estado e Senador, bem como por duas vezes Ministro da República.

No mês de dezembro de 2005, logo no seu início, durante uma viagem ao interior senti dor forte à altura do abdômen, o que me levou a fazer exames para identificá-la. O diagnóstico apontou a existência de três cálculos na vesícula e hérnia inguinal. Submeti-me à cirurgia no dia 27 de dezembro, no “Vitória Apart” Hospital, na Serra, realizada pelo cirurgião Luciano Nogueira da Gama, com assistência clínica de Michel Assbu. No mesmo fui submetido a uma segunda cirurgia para debelar hemorragia decorrente do procedimento cirúrgico realizado na parte da manhã, o que requereu nova anestesia geral. Ao contrário do meu desejo, atendendo recomendação do médico Luciano Nogueira da Gama, permaneci no hospital até o dia 31 de dezembro, quando só então tive alta, o que me permitiu passar a entrada do ano novo no meu apartamento na Praia da Costa.

A recuperação foi segura, porém lenta, o que me levou a ficar cerca de 15 dias em casa.

ASSEMBLEIA

TRANSPARÊNCIA E AUSTERIDADE

● LIDERANÇA DO GOVERNO
PAULO HARTUNG



● PAULO HARTUNG,
FIGURA SINGULAR



● NA ALES, DIFÍCIL MISSÃO DAS
REFORMAS ADMINISTRATIVAS

No início de 2006, depois de convalescido, após amadurecer bastante a decisão tomada anteriormente, qual fora a de não ser candidato a Senador, pedi audiência ao Governador Paulo Hartung a fim de lhe comunicar o propósito definitivo, já que estava determinado a ser candidato a Deputado Estadual. Hartung recebeu-me cordialmente e, após exposição na qual relatei os motivos da decisão, sorriu e afirmou:

- Isso é música para meus ouvidos.

Tenho por hábito refletir bastante quando ocorre ou vai ocorrer fato importante na minha vida. De repente via-me diante de nova caminhada eleitoral, bem diferente das anteriores. Era praticamente o recomeço de tudo, agora amparado na experiência acumulada. Abstraí os dias que percorri o interior na expectativa de disputa senatorial. Aqui o quadro estava definido. Seria candidato a Deputado Estadual, o que me sensibilizava intimamente. Iria emprestar ao Legislativo estadual a experiência angariada ao longo do tempo. Muitos não entenderam essa decisão, pois não compreendiam que, depois de ter sido Ministro de Estado por duas vezes e exercido mandato de Senador da República, quando fui Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso, agora

viesses a disputar uma eleição de Deputado Estadual. Certamente, esses que assim raciocinaram não perceberam a intenção do meu gesto, de pura devoção à vida pública, deixando de lado possíveis vaidades para exercer mandato político, mais uma vez, em favor do meu Estado. Insta lembrar que os outros mandatos legislativos foram cumpridos fora do Espírito Santo. Agora surgia a oportunidade de ficar perto do povo capixaba e da minha família, dando contribuição de conhecimento e experiência que jamais me pertenceram, mas foram acumulados através de mandatos outorgados pelo próprio povo, ao seio do qual voltava com o mesmo entusiasmo do início da carreira política. Alguns chegaram mesmo a dizer que a deputação estadual era muito difícil, lembrando episódios do passado, entre esses as candidaturas frustradas de Rubens Rangel e João Calmon, e, no patamar superior, Christiano Dias Lopes, que ficou numa suplência para Deputado Federal. Da mesma forma, na eleição de 2010, Max Mauro ficou na suplência de Deputado Estadual.

Inobstante essas opiniões, dentro de mim latejava o desejo de voltar a fazer política eleitoral e disputar um mandato no qual novamente iria colaborar com o desenvolvimento do meu Estado, ainda mais que Paulo Hartung seria candidato à reeleição, após realizar um Governo que despertou minha simpatia e admiração.

De maneira tímida, a princípio, iniciei os primeiros contatos, comunicando aos amigos e companheiros a firme disposição de obter uma cadeira na Assembleia Legislativa. Registro que muitas opiniões que recebi repetiam a mesma dúvida quanto ao fato de “descer” do Senado Federal para a Assembleia Legislativa.

A campanha transcorreu normalmente, contando com a participação de companheiros de sempre, além da coordenação política de Solange Antunes Resende, que continuava dividindo comigo a atividade advocatícia. Entre os amigos queridos, não seria

injusto com os demais ao citar os nomes de Osny Mendes, Luiz Buaiz, Josmar Tótaro e Gerson da Costa. Gerson é meu primo-irmão, que veio de Ubá, acolhido por minha mãe em nossa casa, que sempre o tratou como filho, no tempo da nossa pré-adolescência. A esses somou-se Cleveland Fraga Venâncio (Clevinho), liderança da região de São Pedro, em Vitória, que desde o início do meu mandato é meu chefe de Gabinete na Assembleia Legislativa. A colaboração de Jamir Bullus Junior e Wilton Sousa dentro do Partido também merece registro.

No dia 19 de dezembro de 2006, o Desembargador Frederico Guilherme Pimentel, então Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, entregou-me o diploma de Deputado Estadual, o que ensejou o início de nova fase da vida política.

A sessão solene de posse da 16ª legislatura, realizada em 1º de fevereiro de 2007, foi presidida pelo Deputado César Colnago. Juntamente comigo foram empossados: Aparecida Denadai (PDT), Athayde Armani (PFL), Cacau Lorenzoni (PP), Carlos Casteglione (PT), César Colnago (PSDB), Cláudio Vereza (PT), Josias da Vitória (PDT), Hércules Silveira (PTB), Wolmar Campostrini Filho (PDT), Elion Vargas Teixeira (PRP), Euclério Sampaio (PDT), José Eustáquio de Freitas (PAN), Giulianno dos Anjos (PFL), Guerino Zanon (PMDB), Janete de Sá (PSB), Jardel dos Idosos (PMN), Luciano Pereira (PSB), Luiz Carlos Moreira (PMDB), Luzia Toledo (PTB), Marcelo Santos (PTB), Paulo Foletto (PSB), Rafael Favatto (PAN), Reginaldo Almeida (PSC), Robson Vaillant (PL), Rodrigo Chamoun (PSB), Sérgio Borges (PMDB), Theodorico Ferraço (PTB), Vandinho Leite (PL) e Wãnildo Sarnágua (PT do B).

O Governador Paulo Hartung não esteve presente à sessão, pois participava, no mesmo horário, de ato administrativo e de solidariedade no município de Apiaçá, onde forte chuva deixou

desabrigadas dezenas de pessoas. Na ocasião, recebi a comenda Ordem do Mérito Domingos Martins das mãos dos Deputados Marcelo Santos e Reginaldo Almeida.

No mesmo dia participei da sessão preparatória para a eleição da Mesa Diretora para o biênio fevereiro de 2007 a janeiro de 2009, quando Guerino Zanon foi eleito Presidente da Assembleia Legislativa.

A visita protocolar feita pelos Deputados ao Governador Paulo Hartung reservou-me surpresa que se transformou no compromisso solene de, nos primeiros dois anos de mandato, ter a responsabilidade de ser o Líder do Governo Paulo Hartung na Assembleia Legislativa. A indicação foi feita por Hartung numa fala de saudação aos Deputados eleitos, que foi encerrada com a seguinte frase:

- Quero comunicar a todos que o meu Líder na Assembleia será o Deputado Elcio Alvares.

Ainda sob o impacto da indicação, sempre com a consciência do dever a ser cumprido, aceitei a incumbência e assumi esse papel no Legislativo estadual. Foram dois anos de trabalho intenso, pois o Governo Paulo Hartung vivia uma administração febricitante, que após recuperar as finanças do Estado, desenvolvia obras em vários municípios, aumentando o envio de mensagens e proposições do Executivo à nossa Casa de Leis.

Esse período permitiu-me algumas constatações e revelações, todas prazerosas e de importância para mim. Conheci mais de perto a personalidade de Paulo Hartung, político capacitado e dotado de raro espírito público. Convidado por ele, participei das reuniões do Secretariado onde me apanhava, muitas vezes, vendo seu ardor na exposição de projetos governamentais, secundado pelo Vice-Governador Ricardo Ferraço.

Sobre Ricardo Ferraço, também fiz coro às observações de

Paulo Hartung ao afirmar que o jovem cachoeirense, filho do meu companheiro de lutas políticas, Theodorico de Assis Ferraço, revelava vocação de homem público, ajudando com eficiência e discrição o trabalho do Governo ao qual servia.

As conversas com Paulo se amiudaram e todas vezes que tive oportunidade de ouvi-lo saía satisfeito com suas observações e conceitos. Hartung é um político ético, com amor à vida pública. Foi Governador com alegria, tinha imensa satisfação em administrar o Estado com pensamento positivo. No interior era gratificante vê-lo falando ao povo, renovando-se no afã de transmitir o otimismo que dominava seu Governo. Nessa missão, ia granjeando respeito decorrente das metas desenvolvimentistas que imprimia à administração, dispensando atenção e recursos aos municípios capixabas.

Ao lado de Paulo, com brilho, Ricardo Ferraço desincumbia-se exitosamente da tarefa que lhe fora cometida pelo Governador, de administrar um plano de obras superior a um bilhão de reais.

No campo legislativo, a atividade de Líder fez-me próximo de uma das melhores figuras humanas que conheci, o Secretário-chefe da Casa Civil, Sérgio Aboudib. Competia-lhe a tarefa de coordenar, em nome do Governo, a base de apoio do Governador Paulo Hartung, praticamente a unanimidade dos Deputados. Era bastante firme ao colocar as posições do Executivo de forma clara e precisa, fazendo de cada parlamentar parceiro fiel. Costumo dizer que Sérgio Aboudib foi um presente que recebi do Governo Paulo Hartung, pois sua amizade representa valioso patrimônio que cresce à medida que tenho o privilégio da convivência fraterna proporcionada por ele.

Acredito que tenha desempenhado as funções de Líder do Governador Paulo Hartung dentro das previsões formuladas por ele, certamente levando em conta que eu me desincumbira com êxito

da difícil tarefa por ter sido Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso no Senado da República.

Permito-me dizer, em testemunho histórico, que foi uma honra ter colaborado com a administração de Paulo Hartung, pois não tenho dúvida que seu nome e sua obra daqui a muitos anos serão reconhecidos pelos capixabas como exemplo de sucesso, sendo que, indiscutivelmente, Hartung figurará na galeria dos grandes Governadores do Espírito Santo.

A atividade de Líder me aproximou bastante de Hartung. Algumas vezes, na residência da Praia da Costa, conversamos sobre as coisas da política e do próprio Governo. Era confortante ver Paulo discorrer sobre as potencialidades do Estado e reafirmar, a todo momento, seu propósito de colocar o Espírito Santo entre os primeiros Estados da Federação. Por outro lado, nos conceitos que emitia, principalmente quando o assunto era política, impressionava pela segurança, determinando diretrizes calcadas no bom senso. Não se pode negar: Paulo Hartung é, na verdade, uma das figuras políticas mais atualizadas do País, antenado com os tempos modernos, com visão larga sobre os problemas internacionais. Seu amor à leitura, em especial sobre política e administração pública, é responsável pela firmeza dos pronunciamentos, estadeando filosofia de exercício para a vida que serve de valioso cabedal aos mais jovens.

A Liderança, exercitada com inteira identidade de propósitos com o Governo, que era apoiado pela quase unanimidade dos parlamentares, bem como relacionamento cordial com os colegas, iniciaram o processo para que meu nome fosse apontado como candidato a Presidente da Assembleia Legislativa, na sucessão de Guerino Zanon. Nas tratativas preliminares contei com a simpatia do Vice-Governador Ricardo Ferraço e do Chefe da Casa Civil, Sérgio Aboudib. Com o apoio dos colegas, a eleição da Mesa

Diretora para o biênio 2009-2011 operou-se com resultado unânime, que consagrou a seguinte chapa: Presidente: Elcio Alvares; 1º Secretário: Marcelo Coelho; 2º Secretário: Givaldo Vieira; 1º Vice Presidente: Rodrigo Chamoun; 2º Vice Presidente: Da Vitória; 3º Secretário: Dary Pagung e 4º Secretário: Wanildo Sarnágliã.

Tomei posse recebendo a Presidência das mãos da Deputada Luzia Toledo, 1ª Vice-Presidente, visto que Guerino Zanon, eleito Prefeito de Linhares, renunciou ao mandato de Deputado um mês antes do término da legislatura. Após tomar posse, em 1º de fevereiro de 2009, entreguei-me à tarefa de presidir a Mesa Diretora, contando com a participação direta e valiosa de Marcelo Coelho e Givaldo Vieira.

Para dar suporte administrativo às atividades, que eram desafiadoras, escolhi dois funcionários de conceito da Casa, que ao longo dos dois anos foram incansáveis no trabalho que lhes foi confiado: o Procurador-Chefe, Júlio Chamun, que continuou a exercer a Procuradoria-Geral, assim como Carlos Eduardo Casa Grande, que também continuou no cargo de Secretário-Geral da Mesa Diretora. Mais tarde, a eles se juntou o coronel Luiz Carlos Giuberti, chefe da Segurança. Lamento que só após algum tempo depois da minha posse pude avaliar de perto a competência administrativa de Giuberti, cuja colaboração foi inestimável nos últimos meses da minha gestão.

A Casa enfrentava problemas sérios, necessitando de urgente reforma administrativa que se impunha pelo fato de possuir quadro ultrapassado, os cargos comissionados extrapolavam todos parâmetros admissíveis, além de permitir a existência de dezenas deles inconstitucionais, no conteúdo e nomenclatura, fato que já havia merecido alerta do Ministério Público, na mesma linha do parecer do Tribunal de Contas do Estado, da lavra do Conselheiro Carlos Ranna, ao examinar as contas da Presi-

dência do Deputado César Colnago.

O trabalho de Carlos Ranna consubstanciou-se numa recomendação que concluiu da seguinte forma:

“...que se faça um estudo no seu quadro de pessoal, determinando o número de servidores necessários ao desempenho de suas atividades e, se necessário, realize concurso público para contratação de servidores efetivos.”

Tudo isso em cumprimento ao estabelecido no inciso II do artigo 37, da Constituição Federal de 1988 e inciso II do artigo 32, da Constituição Estadual de 1989.

Diante da recomendação do TCES, a Mesa Diretora, presidida por mim, em julho de 2010, ao conceder reajuste médio de 25% na tabela de vencimentos dos servidores efetivos, firmou o seguinte compromisso, através da lei estadual 9.498, de 22 de julho de 2010, que dispunha:

“Art. 2º – Durante o 2º (segundo) semestre de 2010, a Mesa proporá Projeto de Resolução implantando nova estrutura organizacional, estabelecendo a área de atuação, as atribuições, a qualificação, o código e o quantitativo dos cargos comissionados da Secretaria da Assembleia Legislativa.

Parágrafo 1º – O Projeto de Resolução previsto neste artigo promoverá a redução do número de cargos comissionados de modo a diminuir o impacto financeiro da presente lei.

Parágrafo 2º – Poderão ser previstas transformações de cargos comissionados no Projeto de Resolução referido neste artigo, vedado o aumento da despesa com pessoal, nos termos do artigo 21, Parágrafo Único da Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.”

Concomitantemente, antes de encaminhar de forma oficial recomendações referentes à estrutura da Assembleia Legislativa, os

Promotores Marcelo Zenkner e Gustavo Sena compareceram à Presidência da ALES, no dia 1º de setembro de 2010, para reunião comigo, com o Diretor-Geral, José Augusto Freire de Matos, e com o Secretário-Geral da Mesa, Carlos Eduardo Casa Grande, quando entregaram uma proposta de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC.

Argumentei sobre alguns óbices da proposta que, graças à compreensão e o clima de bom entendimento, foi transformada numa recomendação com os seguintes termos:

”... considerando, ainda, com base no artigo 37, da Constituição Federal, e o seu inciso V, explicita “... os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, o que significa que, apesar da discricionariedade no provimento, esses cargos não poderão sequer ser criados em afronta aos ditames constitucionais.”

Por fim, assinada a recomendação pelo Promotor de Justiça Cível de Vitória, Marcelo Zenkner, foi orientado que, no prazo de 90 dias, fosse publicado edital de concurso para preenchimento de cargos vagos de provimento efetivo, existentes na estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

A ALES implantou nova estrutura organizacional e novo Plano de Carreira através de alterações nas Resoluções nº 1.382/82 - que estabelece a estrutura organizacional básica dos serviços administrativos e dá outras providências; 1.745/94 - que institui o Plano de Carreiras e Vencimentos dos servidores da Assembleia, e na Lei Complementar nº 287/2004 - que estrutura a Procuradoria da ALES. Também foi efetivada a fusão das ditas Resoluções, adaptando-se as redações necessárias a cada uma. O resultado dessa fusão foi a promulgação e publicação da Re-

solução 2.890/2010, que definiu nova estrutura organizacional dos serviços administrativos da Assembleia e Plano de Cargos e Carreiras dos seus respectivos servidores.

Casa Grande e Chamun se entregaram à tarefa de redigir os pontos principais da reforma administrativa, que a Mesa Diretora sob minha presidência sentia necessidade de fazer.

Os trabalhos iniciais, que alcançaram vários meses, contaram com a participação do Promotor Marcelo Zenkner, cuja colaboração foi importante para o êxito da tarefa, registrando-se também a dedicação do Deputado Rodrigo Chamoun, bastante empenhado na reforma administrativa.

Tratei de acertar a implantação do ponto de frequência, adotando sistema eletrônico e mais adiante tornando-o digital; iniciei a implantação de novo padrão de informática, dotado de ativo e passivo modernos, com cabeamento e equipamentos novos para toda a Casa. A TV Assembleia passou por processo de total renovação, com aquisição de equipamentos e aperfeiçoamento de recursos humanos. Os equipamentos adquiridos são todos reversíveis para produção de imagem digital, prevista para 2013.

Essa renovação foi feita com competência pela Secretária de Comunicação, jornalista Ana Paula Garcia. Fez-se sentir de imediato a melhoria da imagem e o nível elevado da programação, apresentando grade elogiada pelos telespectadores e aumentando o alcance da propagação das atividades dos Deputados Estaduais.

A TV Assembleia, coordenada pela jornalista Patrícia Bravim, integrou-se a outros órgãos do serviço público na divulgação de programas e mensagens, valendo mencionar convênio assinado com o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, dando cobertura ao PRETE – Programa de Ética Eleitoral - e documentando todas atividades desenvolvidas por ele.

A integração com a TV Senado e TV Câmara valorizou a qua-

lidade dos programas apresentados, dentro de linha pautada pelo respeito ao cidadão, à ética e ao interesse público, com profissionalismo, sob supervisão direta da Secretária Ana Paula Garcia, autêntica revelação nos quadros funcionais da Assembleia durante o período da minha gestão.

Entreguei-me totalmente às atividades da Presidência da Assembleia, contando com a participação efetiva de Marcelo e Givaldo, ambos Secretários que não me faltaram um momento sequer, dando-me segurança para colocar em prática os projetos pensados pela Mesa Diretora, sendo que ao término do mandato da presidência, Marcelo, leal e dedicado, foi substituído por Dary Pagung, que continuou o mesmo caminho trilhado pelo companheiro de Aracruz. Surgiram vários problemas e desafios, independentemente da vontade de acertar da Mesa Diretora, mas, diga-se de passagem, todos superados, permitindo o êxito da votação unânime da reforma administrativa.

Na Presidência da Assembleia, em razão de dois gestos provinidos do Governador Paulo Hartung e Vice-Governador Ricardo Ferraço, experimentei motivo de rara emoção, quando fui convocado para exercer a Governadoria durante ausência de ambos, em novembro de 2010. Apesar do tempo diminuto da substituição, não há como negar que o fato foi bastante expressivo em minha vida política, pois, após muitos anos, retornava ao Palácio Anchieta na condição de Primeiro-Mandatário. Nesse breve período portei-me de modo discreto, procurando honrar de todas as formas a confiança que me foi depositada por Paulo Hartung e Ricardo Ferraço.

Entre as constatações advindas do mandato de Deputado Estadual, talvez a mais forte delas foi aquela decorrente dos vários testemunhos acerca da minha conversão prestados em igrejas de inúmeras denominações e reuniões organizadas pela ADHONEP –

Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno. A convite da Associação visitei vários municípios capixabas, como Vitória, Vila Velha, Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim e Muniz Freire. Durante uma das reuniões no Hotel Senac, em Vitória, a ADHONEP permitiu-me dar ao testemunho uma intensidade emocional diferente e, exatamente no dia 22 de abril de 2010, dizia aos meus irmãos que em 2003, com 71 anos de idade, passei por grave enfermidade cardíaca, que culminou com cirurgia de substituição da válvula aórtica, seguida de várias complicações, com internação de cerca de 50 dias no INCOR, em São Paulo.

Na prova da doença, angustiado, com medo, conheci a Palavra de Deus e tive experiência com o Senhor, em pleno hospital, assistido por irmãos que nem me conheciam.

Convalescido, só desejava permanecer junto do Senhor, louvando, orando, glorificando, ouvindo e lendo a Palavra todo tempo. Passei a frequentar a igreja na qual até o momento me congrego, tendo me batizado no ano seguinte.

O momento mais importante e mais feliz de minha vida foi quando descii às águas, no Maanaim de Domingos Martins: entendi plena e profundamente que passava a ser uma nova criatura, sedento de receber modelagem do Espírito Santo de Deus!

De lá para cá, Deus tem se manifestado diariamente em forma de bênçãos na minha vida.

E hoje constato a diferença fundamental do desempenho da função pública na presença do Senhor, na sua total dependência e obediência, na prática da Palavra de Deus, no convívio da Igreja, no seio da então nova e imensa família em Cristo, uma felicidade completa!

O melhor período de meus dias passou a ser o da comunhão com Deus, na congregação ou no recôndito do lar e no trabalho, quando me dirijo a Ele buscando comunhão com o seu Espírito

Santo, glorificando-O e agradecendo pelo seu chamado para trilhar o caminho da salvação.

O mandato atual tem sido significativo por conta do diferencial da presença de Deus em minha vida, totalmente transformada! Tanto como Líder do Governo na Assembleia, antes, quanto como Presidente, depois, não tomei nenhuma decisão sem antes buscar a orientação do Senhor, sua direção firme, sua Palavra a apontar o caminho desenhado em seu projeto para minha vida. E até enfrentando dificuldades, provas, a reação é outra, com alento, com o conselho divino, com serenidade e sabedoria do céu. E só bênção e agradecimento a Deus!

Aprovada a reforma e eleito como sucessor de Hartung o então Senador Renato Casagrande, entrou logo em pauta a sucessão da presidência e a constituição da nova Mesa Diretora da ALES.

Os últimos meses de 2010 foram intensos na atividade parlamentar, visto que Paulo Hartung remeteu a proposta orçamentária que iria contemplar o primeiro ano de mandato do Governador eleito Renato Casagrande. Como acontecia nos últimos anos na Assembleia Legislativa, o Deputado Sérgio Borges, Presidente da Comissão de Finanças, se houve com eficiência, dando-nos um trabalho digno de elogios, extensivos à sua equipe, além de reafirmar seu conceito de entendedor das finanças e das contas dos entes públicos.

Sérgio Borges, relator das últimas propostas orçamentárias, quando no desempenho dessa missão no plenário e na tribuna da Assembleia, demonstra porque é a pessoa mais indicada para assumir essa responsabilidade perante seus pares. Conhece a matéria, argumenta com objetividade e sempre faz vencedores os relatórios que apresenta, contribuindo com o Governo e dando a certeza de que os números foram rigorosamente examinados. No desempenho da Liderança de Paulo Hartung contei com o con-

curso de Sérgio Borges na Vice-Liderança, apoiando-me com sua experiência e espírito público.

Encerrada a gestão 2009-2010 como Presidente da ALES, tive oportunidade de dar conhecimento de relatório, sob o título “Trabalhando para o cidadão”, onde cumpria o enunciado no discurso de posse, quando disse:

“Nesta gestão, a transparência dos atos legislativos será permanente e progressiva. Nas propostas aqui anunciadas dou relevo ao aprimoramento do funcionamento desta Casa de Leis (... e a redução do número de cargos comissionados)”.

Naquela ocasião anunciava que a nova Mesa Diretora tinha compromisso com o avanço, com a transparência das ações administrativas e legislativas e a profissionalização do Poder Legislativo.

O relatório, em seu texto conciso, afirmava:

“Desde a posse da Mesa Diretora biênio 2009-2010 dois anos se passaram. Neles, o que havia sido estatuído foi integralmente cumprido.

Provam este esforço os dados e números deste singelo Relatório de Gestão, onde elencamos as principais medidas tomadas à frente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

O que foi feito não é mérito de uma só pessoa, pois tenho respaldo dos integrantes da Mesa Diretora, composta, primeiramente, pelos Deputados Marcelo Coelho que, ao sair do Legislativo, foi substituído pelo Deputado Dary Pagung e Givaldo Vieira – eleito Vice-Governador do Espírito Santo, substituído, no mês de janeiro, pelo Deputado Rafael Favatto. Graças à estreita colaboração deles, avançamos, tomamos medidas que foram ao encontro do desejo da sociedade, economizamos, reduzindo despesas e cortando gastos, o que nos permitiu investir e dar ao Legislativo a estrutura que necessita para atender aos representantes dos capixabas, os Deputados, e à própria sociedade.

O trabalho desenvolvido pela Mesa Diretora teve ressonância na opinião pública, com os capixabas concedendo à Assembleia aprovação superior a 73% (ótimo, bom e regular), de acordo com números de pesquisa feita pela Futura. Aqui, convergiram os esforços da administração e da ação parlamentar, com o Legislativo dando pronta resposta às demandas da sociedade.

Um dos fatores que contribuíram para esta ótima avaliação foi a modernização do sistema de comunicação do Legislativo – televisão e portal noticioso – com mudanças técnicas, de programação e a expansão do seu conteúdo, inclusive com transmissão ao vivo pela internet. Conhecendo o que o Legislativo capixaba faz, o cidadão pode avaliar melhor o Poder.

As ações empreendidas beneficiaram, também, os servidores efetivos da Assembleia, equiparados com os do Tribunal de Contas do Estado. Além disso, a grande maioria, tanto de efetivos quanto de comissionados, obteve significativos ganhos salariais com a incorporação a seus vencimentos do reajuste de 11,98%, pendência antiga resolvida por esta gestão, cumprindo decisão judicial transitada em julgado.

O processo de avanço passou pela reforma do regimento interno, que deu nova dinâmica aos trabalhos legislativos e culminou com a aprovação da reforma administrativa da Assembleia Legislativa. Por ela, apurou-se o dimensionamento da real necessidade de recursos humanos para o funcionamento da Casa, com cargos comissionados transformados em efetivos, preenchidos mediante concurso público. O Poder ganhou também a definição da estrutura administrativa, enxuta, mais dinâmica e com custos menores para o cidadão.

“O Parlamento é o desaguadouro natural das grandes propostas do povo. Por aqui circulam os anseios dos campos da educação, da saúde, da habitação, do trabalho, do meio ambiente, dos direitos

humanos, de segurança, dentre outros”, afirmou ao assumir a Presidência da Assembleia. A nós, como dirigentes do Poder e Deputado, cabe atender a esses anseios. Foi o que fizemos nestes dois anos.

Ao encerrar nosso período à frente da Assembleia Legislativa uma certeza nos conforta: fizemos tudo o que foi possível para torná-la melhor, mais próxima do cidadão e da sociedade. Foi um trabalho diuturno, incessante, mas gratificante. Ele nos deixa a consciência de ter cumprido o que foi prometido, trabalhando para o engrandecimento do Legislativo capixaba”.

Meu comportamento rígido no exercício da função de Presidente, como sempre agi em toda minha vida pública, impediu-me de cuidar da trajetória eleitoral, pois começava a trabalhar na 2ª e ia até o término do dia na 6ª feira, sempre preocupado em resolver os problemas decorrentes da parte administrativa e política da Assembleia. Além do mais, não permiti que se fizessem nomeações políticas com os cargos administrativos comissionados da Casa, gerando mal estar naqueles que estavam acostumados a essa prática, condenável no serviço público. A consequência da minha conduta foi inevitável: encontrei dificuldade para a reeleição, já que pouco fui ao interior em busca de votos e o tempo era escasso para realizar a reforma administrativa de que a Assembleia carecia, sabendo que iria mudar os rumos de uma Casa cuja imagem é alvejada quase sempre injustamente, contribuindo para isso algumas pessoas que não tem amor ao Poder Legislativo e se comprazem apenas com seus interesses pessoais.

SEGUNDO MANDATO

PREOCUPAÇÃO COM GOVERNABILIDADE

● PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO
DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



● TESTEMUNHO DA PRESENÇA
DE DEUS NA VIDA POLÍTICA



● SAÍDA DE RODRIGO CHAMOUN
E A ELEIÇÃO DE FERRAÇO

Abro parêntese especial: a campanha eleitoral de 2010, que ocorreu basicamente nos meses de junho a setembro, foi autêntica via crucis para mim. Sem ter praticado clientelismo na Presidência da Assembleia e não usando os cargos comissionados de que dispunha para meu benefício eleitoral, constatei realidade que, apesar dos anos de vida pública, chocou-me sobremodo. Ao procurar cabos eleitorais, salvo honrosas exceções, era triste ver o pedido expresso de pagamento ou obtenção de emprego em troca de apoio e, conseqüentemente, de votos.

O Tribunal Regional Eleitoral, muito bem conduzido pelo Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, coibiu com severidade essa prática danosa à democracia, através do PRETE – Programa de Ética Eleitoral, mas os hábitos malsãos estão enraizados na cultura política e não será fácil extirpá-los, porque, ressalvadas as exceções, os chamados cabos eleitorais, autênticos profissionais da política, não respeitam os princípios éticos que devem presidir a eleição, mas querem se banquetear com a prática recriminável da compra de votos, da compra de consciências, da compra da cidadania.

Todavia, o fato mais grave ocorreu no âmbito partidário: em

virtude do nosso apoio declarado ao Governador Paulo Hartung, o Presidente nacional do Democratas, Deputado Federal Rodrigo Maia, do Rio de Janeiro, por divergir de Hartung, afastou-me da Presidência estadual do partido, juntamente com o Deputado Theodorico Ferraço, indicando para dirigir o DEM no Espírito Santo o jovem Vereador Max da Mata. Alijados do processo partidário, fomos obrigados, eu, Theodorico e outros, a acompanhar a coligação liderada pelo Deputado Federal Luiz Paulo Vellozo Lucas, do PSDB, que foi candidato a Governador, disputando com Renato Casagrande (apoiado por Paulo Hartung), sendo que Max da Mata ingressou na disputa como candidato a Vice-Governador na chapa de Luiz Paulo.

Cheguei a temer pelo resultado da minha eleição, pois a coligação da qual iríamos participar era frágil para permitir a conquista de uma cadeira na Assembleia. Contudo, o resultado do pleito trouxe surpresa inusitada: o Democratas, num total de seis Deputados eleitos, conseguiu fazer cinco, isso em grande parte graças às votações obtidas por Rodney Miranda e Theodorico de Assis Ferraço, campeões de votos. Além deles dois, foram eleitos Luciano Pereira, Athayde Armani e eu.

Registro que ao constatar, através de pesquisas, que minha candidatura corria risco, o Governador Paulo Hartung dispôs-se a reforçar o trabalho em meu favor, procurando pessoas de influência, ligadas a mim, para me ajudar nas eleições que enfrentaria em condições desfavoráveis.

Após um pleito sofrido, acompanhado de forma tensa pela internet, que divulgava os boletins eleitorais do TRE – Tribunal Regional Eleitoral, consegui reeleger-me Deputado Estadual para o quadriênio 2011-2014.

No dia 17 de dezembro de 2010, integrando a coligação “Espírito Santo no Rumo Certo”, recebi das mãos do Desembargador

Pedro Valls Feu Rosa o diploma para desempenho do segundo mandato como Deputado Estadual à Assembleia Legislativa.

Conforme todas as previsões das pesquisas eleitorais, o Senador Renato Casagrande venceu as eleições para Governador do Estado, passando então a articular os primeiros movimentos para a constituição do seu Governo, tendo como Vice-Governador Givaldo Vieira, que foi 2º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa presidida por mim.

De forma indireta ajudei Renato Casagrande, já que, embora não tendo participado da sua campanha, alguns eleitores meus, principalmente os capitaneados pelo Governador Paulo Hartung, apoiaram massivamente a candidatura do Senador Casagrande.

Em razão da Assembleia ter votado o orçamento para o primeiro ano do futuro Governo, procurei o novo Governador, Renato Casagrande, para informar que estava pronto a colaborar, como Presidente da Assembleia, na tramitação da mensagem orçamentária, bem como, se consultado, posicionar-me na disputa da nova Mesa Diretora, que iria me suceder. O Governador Casagrande agradeceu e, quanto ao futuro Presidente da Assembleia, disse com firmeza:

- Não pretendo interferir na escolha do seu sucessor, contudo gostaria que o nome apontado tivesse simpatia pelo meu Governo e as condições necessárias para desempenhar o mandato com probidade, competência e espírito público.

Elogiou as candidaturas já postas dos Deputados Theodorico de Assis Ferraço, Sérgio Borges e Rodrigo Chamoun, dizendo que os três possuíam o perfil necessário para presidir o Poder Legislativo.

Minha sucessão transcorreu de forma natural e até com certa facilidade. Theodorico Ferraço, candidato do meu Partido, retirou seu nome da disputa, declarando-se favorável a Rodrigo Chamoun. Ao mesmo tempo, fazia apelo a Sérgio Borges para que

o acompanhasse na posição tomada, considerando que Rodrigo pertencia ao PSB, partido do Governador eleito. A Casa percebeu a sinalização de Theodorico e a eleição de Chamoun aconteceu à unanimidade, tendo como 1º e 2º Secretários, respectivamente, Roberto Carlos (PT) e Glauber Coelho (PR). Rodrigo Chamoun desde o início participou dos estudos da reforma administrativa e deu-lhe apoio, demonstrando que aquele importante passo, tomado na fase derradeira do meu mandato, teria prosseguimento na sua gestão.

Nos primeiros momentos da sua presidência, Rodrigo anunciou que manteria nos cargos de Procurador-Geral e Secretário-Geral da Mesa Diretora, Júlio Chamun e Carlos Eduardo Casa Grande, os dois principais artífices da reforma administrativa realizada sob iniciativa da nossa Mesa. Para a Direção-Geral indicou Paulo Marcos Lemos, funcionário da própria Assembleia, escolha acertada.

No dia 1º de fevereiro de 2011 os novos membros da Mesa Diretora foram empossados para o biênio 2011-2013. Entregava nas mãos honradas de Rodrigo Chamoun e seus companheiros, Roberto Carlos e Glauber Coelho, a responsabilidade de continuar dando à Assembleia rumo certo na consecução das diretrizes determinadas pela reforma administrativa, já que seriam a partir daquela data fiéis executores do diploma que mudou a história do Poder Legislativo capixaba.

Deixando a Presidência, registrei fato que define bem o que é o exercício da vida pública: um servidor aposentado, contrariado em seus interesses funcionais, com a participação de servidores irredimidos com o processo administrativo que instalei na Casa, me “premiou” com duas ações populares, às quais respondo com altivez perante o Poder Judiciário do meu Estado, por acreditar firmemente que a verdadeira justiça não permitirá

procedimentos nascidos da leviandade.

Os dias subsequentes à posse dos Deputados Rodrigo, Roberto Carlos e Glauber confirmaram as previsões otimistas e a Assembleia continuou num ritmo de trabalho efetivo, destacando-se nesse período a implantação do controle interno, que gera transparência dos gastos públicos e dá mais tranquilidade à Mesa Diretora no exame e aprovação de documentos em geral, principalmente os referentes às despesas orçamentárias.

A serena atuação de Rodrigo Chamoun levou-o a ser candidato único entre os colegas parlamentares para preenchimento da vaga do Conselheiro Umberto Messias, no Tribunal de Contas do Espírito Santo, votação que transcorreu à unanimidade no dia 14 de março de 2012, tendo tomado posse em 19 do mesmo mês.

Para substituir o Presidente que saía, foi escolhido, também à unanimidade, o Deputado Theodorico de Assis Ferraço, operando-se ainda a eleição do Vice-Presidente, cargo exercido até então por Theodorico, e que era declarado vago com sua ascensão ao comando da nova Mesa Diretora, cujos dois integrantes anteriores permaneceram, respectivamente, Roberto Carlos e Glauber Coelho. O Vice-Presidente eleito foi o Deputado Marcelo Coelho, Líder do Governo, função imediatamente preenchida agora pelo Deputado Sérgio Borges, tendo este como Vice-Líder Athayde Armani, conforme decisão do Governador Renato Casagrande.

Assinalo, no desempenho do mandato de Deputado Estadual, que as escolhas de Conselheiros do Tribunal de Contas, em número de cinco, durante esse período, me proporcionaram alegria, tendo em vista que os nomes indicados eram de pessoas respeitadas e de participação efetiva na vida pública capixaba.

O primeiro deles foi Sebastião Carlos Ranna, técnico festejado, originário dos quadros do próprio Tribunal de Contas e que no Governo Paulo Hartung desempenhou a tarefa de Auditor-

Geral. Da sua lavra foi o acórdão que apontou a necessidade da reforma administrativa da Assembleia, pois, ao apreciar as contas da Presidência de César Colnago, teceu comentários a respeito do quadro de pessoal do Poder Legislativo, com observações críticas que tiveram acolhimento da minha gestão.

Na esteira de Carlos Ranna veio nome aplaudido à unanimidade dos Deputados: o ex-Secretário da Casa Civil do Governo Paulo Hartung, Sérgio Aboudib, que logo ocupou a Presidência do Tribunal de Contas, em virtude da renúncia do Conselheiro Umberto Messias.

O terceiro nome, também escolhido unanimemente, foi de outro ex-Chefe da Casa Civil do Governo Paulo Hartung, José Antônio Pimentel. José Antônio é personalidade singular, com trajetória digna na vida pública, tendo exercido mandato de Deputado Estadual e integrado os quadros dirigentes do Partido da Frente Liberal, que depois foi refundado como Democratas. Pimentel é companheiro de mais de trinta anos, merecendo respeito pela verticalidade das suas atitudes.

O quarto Conselheiro que recebeu meu voto como Deputado foi Domingos Taufnner, cuja atuação no Tribunal de Contas, na condição de integrante do Ministério Público de Contas estadual, credenciou-o pelos serviços prestados no desempenho das suas funções, traduzidos nos pareceres acolhidos nos julgamentos realizados no Plenário.

O quinto nome escolhido para o Tribunal de Contas foi o de Rodrigo Chamoun, correto em suas atitudes e que deixou na Assembleia Legislativa conceito de bom administrador, presidindo-a por cerca de um ano.

O Deputado Theodorico de Assis Ferraço assumiu a Presidência da Assembleia Legislativa no dia 20 de março de 2012, com o compromisso de complementar o biênio 2011-2012. Empossado,

manteve praticamente intacta a equipe que trabalhava com Rodrigo Chamoun, apenas fazendo pequenas modificações.

A característica pessoal de Ferraço fez-se sentir nos primeiros atos. Inteligente e objetivo, busca as melhores soluções para problemas administrativos e políticos da ALES, contando com o respaldo da Mesa integrada por Roberto Carlos e Glauber Coelho, granjeando simpatia na mídia, entre seus colegas e servidores da Casa.

E O FUTURO?

- O INSONDÁVEL

MISTÉRIO DO TEMPO



- DA BÍBLIA, VEM A REVELAÇÃO
(II TIMÓTEO, 4:7-8)



- FUTURO DO TRABALHO E DA
VIDA: NAS MÃOS DE DEUS

O tempo não para. Os dias se sucedem e vou cumprindo o segundo mandato como Deputado Estadual, que se encerrará em 1º de fevereiro de 2015. Sou Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Interessante registrar que em todos os mandatos legislativos participei da Comissão de Justiça. Foi assim na Câmara Federal, no Senado da República e agora na Assembleia Legislativa.

O mistério do tempo é insondável, não faz prever fatos ou acontecimentos. Recolho-me à reflexão, dando letras finais a este relatório de vida, que foi escrito exclusivamente em respeito à verdade, para que a história do meu tempo não sofra desvios, tangida pela paixão pessoal ou por artifícios ideológicos.

Escrevi com as tintas do sentimento, letras redivivas, letras verdes de esperança, quase sempre letras de amor. As lembranças habitam em mim, mistério de encantamento que se multiplica com o passar dos dias.

Busquei nas fímbrias do tempo e no escrínio da memória os vultos dos mortos do meu amor, presenças noturnas e diárias ao lado dos que foram caminheiros da longa viagem.

Se não exercitei o florete da crítica, estocando fundo, é porque hábito de ferir não tenho. Sou assim, alma alígera, coração aber-

to ao pólen das amizades sinceras, jardim de flores de mil cores, arco-íris da natureza, espigas douradas do alimento espiritual, trêmulas nos sopros das brisas estivais.

Não quero ser o homem insensível, frio, calculista, da palavra não proferida, equilibrista que escamoteia o advérbio para negar a verdade substantiva. Se tiver de mentir à minha gente, Deus sele os meus lábios para nunca mais, seja eu mudo até milênios, ouvidos abertos para serem recriminados, se maledicência de mim houver.

Quero ser o que sou, simplesmente, homem despido das vestes do orgulho, luvas de renda que espancam a vaidade, peito nu exposto ao tempo, pois a felicidade não precisa de camisa de ouro ou prata.

Não busquei retocar a história, jamais me assaltou tal pensamento, se croniquei foi por homenagem aos que me entendem, na linguagem simples dos poetas sem rima ou sem trova, menestreis da palavra e do som, estradas afora, contando a saga do povo sofrido.

Na literatura de cordel seria mais feliz no enredo, no conto sem medo, na praça pública, no mercado, na balbúrdia das pessoas descalças que aplaudem com as mãos de bondade.

Não desdenho os que contra mim ficaram, pois enfrentei a desdita com a pureza da água madrugadora dos regatos, que correm nos banhados, pedras lisas da verdade que passa todo dia, pompos de asa branca em revoada pacífica.

Entrelaço minhas mãos num gesto de prece, o coração palpita, sou o homem cristão de sempre. Balbucio as palavras da invocação e me sinto forte, pronto para a caminhada derradeira, estrada que se avizinha, tão diferente dos dias que se foram, tempo cujos sulcos abriram fendas no meu corpo, como se fosse o estigma da provação que antecede o prêmio. Palavras finais de uma história

que não acaba aqui. Palavras que hei juntando tempos afora, verdade que contarei para os pósteros.

Busco na Bíblia e vem-me a revelação (II Timóteo, 4:7-8):

“Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé. Desde agora a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, justo juiz, me dará naquele dia; e não somente a mim, mas também a todos os que amarem a sua vinda”.

Confiei no povo para construir, com esperança, o ideal de vida pública. E, nas mãos de Deus, humildemente, entrego o fruto do meu trabalho!

MEMÓRIA

FOTOGRAFICA

● ESTUDOS, FAMÍLIA, TRABALHO
E PRIMEIROS PASSOS POLÍTICOS



● SENADO, IMPEACHMENT DE COLLOR
E LIDERANÇA DE FHC



● DEFESA, GOVERNO PH E
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESCLARECIMENTO

As fotos publicadas neste livro, principalmente as mais antigas, são de vários fotógrafos cuja autoria foi perdida devido ao tempo.

As da Assembleia Legislativa - Presidência e Deputados - são de Antonio Carlos Sessa.

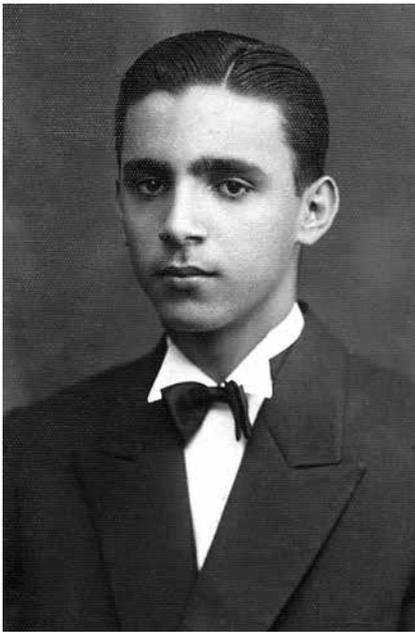
As da posse no Governo, substituindo o Governador Paulo Hartung, foram feitas por profissionais da Secretaria de Comunicação (SECOM).

As de Irene com os filhos e netos são da Photoframe Fotografia

As fotos da Terceira Ponte nas páginas 338, 339, 340 e 341 são do acervo de A Gazeta. As da página 342, de Antonio Carlos Sessa, e das páginas 343 e 344 são de Bruno de Menezes



Com Alexandre no colo, Irene e a irmã Vera Lúcia



Formaturas do Científico e Direito (acima), e com o time de voleibol do Colégio Americano (primeiro à esquerda, em pé)



Casamento (acima) e junto com Irene e a mãe, Mariquinhas



Irene, com Alexandre, o primeiro filho



*Acima, os filhos,
Elcio e Alexandre,
e Ulysses, ainda jo-
vem. Ao lado, Ulys-
ses com Jurany (tio)
e Ariosto Santos, na
oficina mecânica*





*Com a irmã Vera Lúcia, a
neta Manoela no colo. Ao
lado, Ulysses Alvares*



*Acima, com o médico Pinheiro da Rocha e a mãe, Mariquinhas.
Abaixo, no Pão de Açúcar, com tia Noêmia e os pais, Mariquinha e Ulysses*





Acima, no aniversário de Vera Lúcia - no colo de Ulysses. No meio, batismo de Eduardo, filho de Vera Lúcia e Guilherme, e ao lado, Mariquinhas e Ulysses.



Acima, reunião familiar com os tios paternos Almir e Felix. Ao lado, Pinheiro da Rocha e Kilma com Mariquinhas e, abaixo, Ulysses Alvares.





*Vera Lúcia, Ulysses, o tio Narciso Rangel e Mariquinhas (ao alto).
Com o pai, em Brasília.*



*Irene com os filhos Elcio e Alexandre, e noras, Alice e Marília.
Abaixo, com os netos Bruno, Manoela, Elcio Neto e Juliana*





Irene com Maria Júlia (neta)



O último instante do Governo, na saída do Palácio Anchieta

Térmo de posse do excelentíssimo senhor deputado Elcio Alvares no cargo de Governador do Estado do Espírito Santo.

Nos quinze dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e cinco, perante a Assembléa Legislativa do Estado do Espírito Santo, reunida em sessão solene, às dez horas, sob a Presidência do senhor José Luiz Claudio Correa, presentes autoridades civis, militares e eclesiásticas, compareceu o excelentíssimo senhor Elcio Alvares, Governador eleito pela Assembléa Legislativa em sessão realizada em três de outubro de mil novecentos e setenta e quatro, na conformidade da Emenda Constitucional Número Dois, de nove de maio de mil novecentos e setenta e dois, que, após prestar o compromisso constitucional, tomou posse no cargo de Governador do Estado do Espírito Santo. E, para constar, lavrou-se o presente termo, que vai assinado pelo expressado e pela Mesa da Assembléa Legislativa. Sala das Sessões da Assembléa Legislativa do Estado do Espírito Santo, em quinze de março de mil novecentos e setenta e cinco.

Elcio Alvares
 José Luiz Claudio Correa
 Paulo Barreto

março de 1975



Posse no Governo. Ao alto, no Plenário da Assembleia. Depois, recebendo o diploma de Governador e falando após empossado



Após a posse na Assembleia, com autoridades e amigos. Ao centro, com o Vice-Governador, Carlito von Schilgen. Abaixo, com Arthur Carlos e Setembrino Pelissari



*Abraçado ao pai, Ulysses, na saída da Assembleia,
após a posse (ao alto) e com Luiz Buaiz e a família*



Recebendo de Arthur Carlos a faixa de Governador do Espírito Santo e, já empossado, com Irene.



Ao alto, a primeira reunião com o Secretariado. Embaixo, com Secretários, destacando-se Maria José Vellozo Lucas, Chefe da Casa Civil



Com o Presidente Ernesto Geisel, no Palácio Anchieta. Ao lado, com o Presidente, destacando-se os Ministros Allys-son Paulinelli e Reis Velloso e Maria José Vellozo Lucas



Momento histórico da criação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), com o Presidente Ernesto Geisel, Ministro Severo Gomes e o presidente da Siderbrás. Embaixo, com o Presidente e José Carlos Fonseca



Vôo histórico que sobrevoou o local da Terceira Ponte, cuja obra foi autorizada em seguida pelo Presidente Ernesto Geisel



Acima, mostrando a foto da maquete da Terceira Ponte a Otacílio Coser. Ao lado, recebendo o Presidente Ernesto Geisel no Aeroporto de Vitória





Solenidade de implantação do Programa de Lotes Urbanizados, em Boa Vista, Vila Velha, com a presença do Presidente do BNH, Maurício Schullman



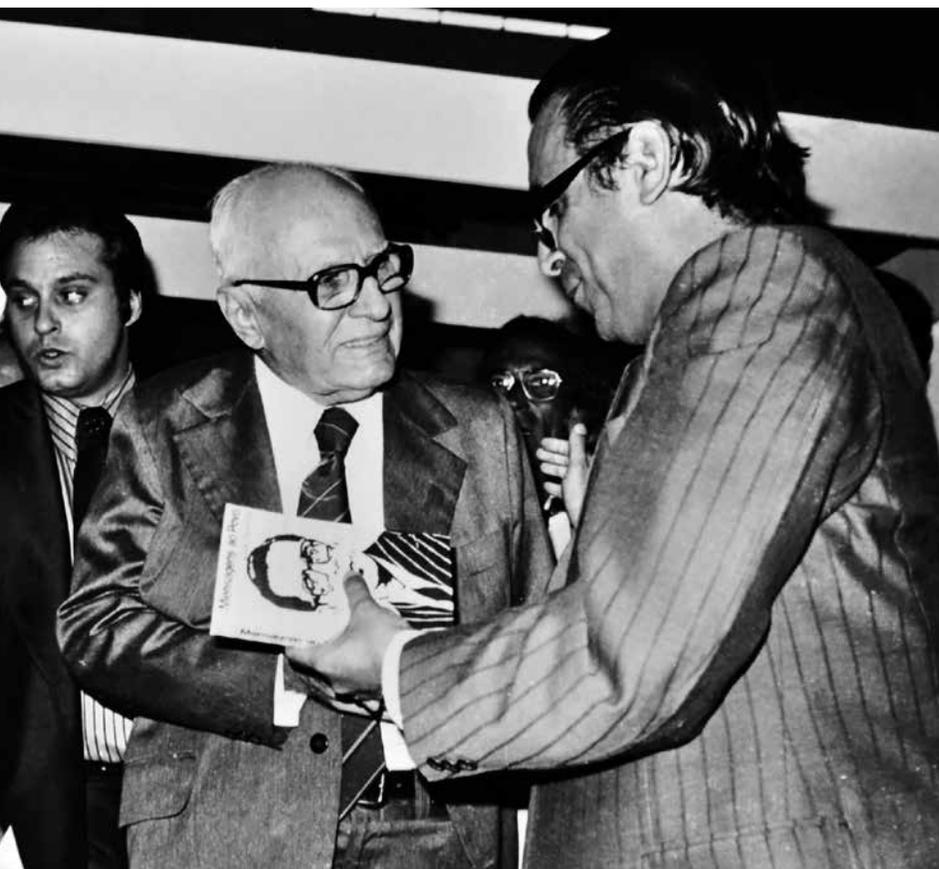
Visita do Presidente Ernesto Geisel a Boa Vista, acompanhado pelo Senador Eurico Rezende e Secretário Romualdo Gianórdoli



Com o Presidente Geisel, junto com empresários capixabas e na inauguração da Aracruz Celulose



Inauguração do complexo penitenciário de Viana pelo Ministro da Justiça, Armando Falcão, e com o Presidente da Portobrás, Arno Markus, na entrega do Porto de Capuaba, em Vila Velha



*Em três momentos com o
ex-Governador Carlos Lindenberg*



Com o General João Figueiredo, em Brasília



Com Emir de Macedo Gomes e Therezinha durante visita a Linhares



Com os Deputados Juarez Martins Leite e Édson Machado



Com Emir de Macedo Gomes e Terezinha, em Linhares



Inaugurações em Vila Velha: asfalto da Rodovia do Sol e ponte no rio Jucu



Em aula magna na UFES, com Rômulo Penina, Desembargador Carlos Aboudib e o reitor Manoel Ceciliano de Almeida

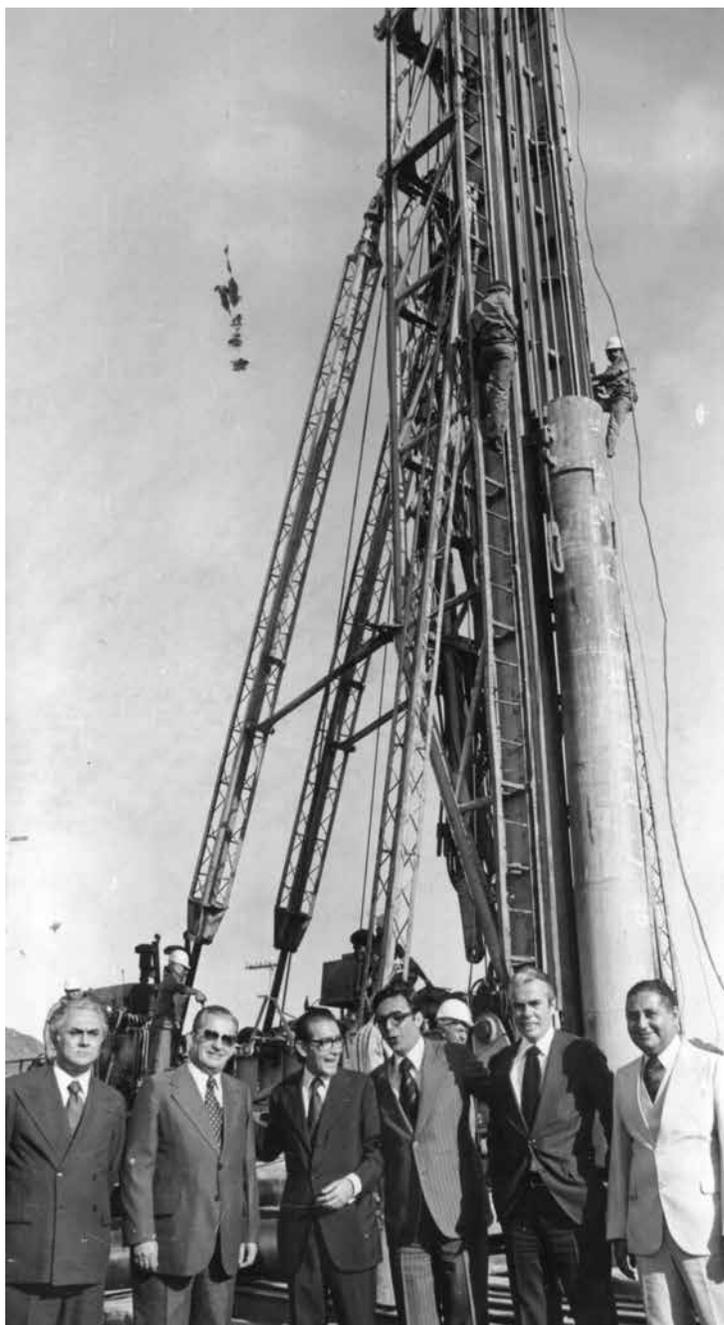


Assumindo o Governo do Estado em substituição ao Governador Paulo Hartung e cumprindo agenda governamental





Reuniões com Secretários e equipe da Defesa Civil. Em baixo, com o Secretário da Agricultura, Ênio Bergoli, em Sooretama



Primeira estaca da Terceira Ponte do lado de Vitória

Foto de Nestor Muller



Em cima, canteiro de obras do lado de Vitória. Embaixo, a placa da obra com a marca do Governo Elcio Alvares

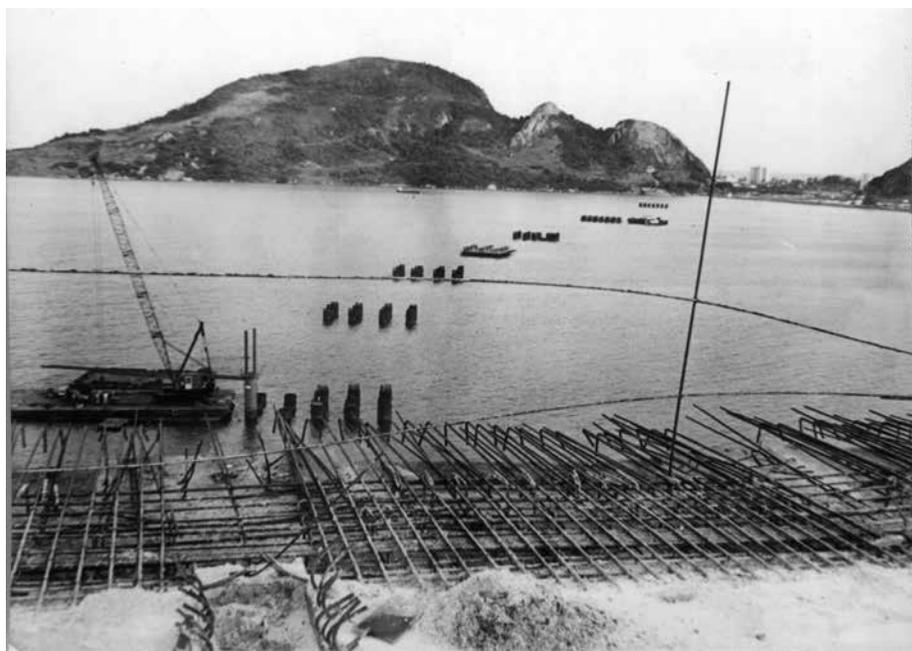


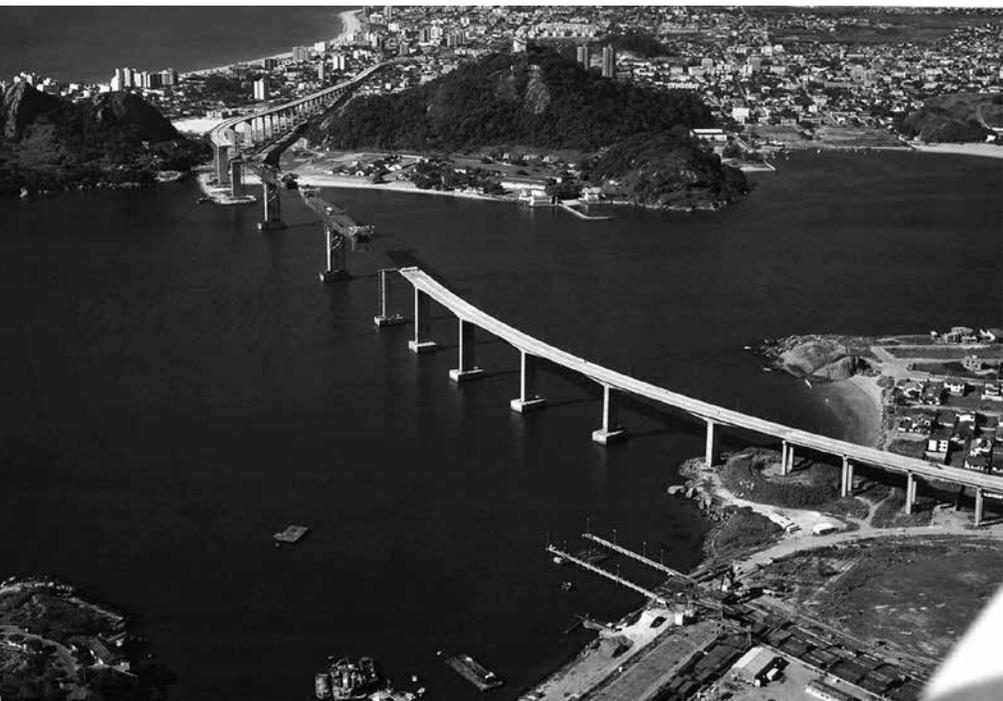
Foto de Ailton Lopes

A primeira estaca da Terceira Ponte do lado de Vila Velha e, embaixo, o início dos pilares de sustentação no mar

Foto de Sérgio Pádua



*Acima, parte da estrutura da Terceira Ponte já construída em Vila Velha.
Embaixo, pilares no mar com parte da estrutura das pistas*



As etapas da construção da Terceira Ponte entre Vitória e Vila Velha





Terceira Ponte, ícone da ação do Governo Elcio Alvares



Terceira Ponte, o sonho que se transformou em realidade



Campanha Volta, Elcio: Nos braços do povo



Na campanha para Governador em 1986. Em baixo, com Theodorico Ferraço, candidato ao Senado, Luiz Borges e Irene





Comício e campanha de 1986. Abaixo, com o candidato a Vice-Governador Édson Machado e Irene





Caminhada em bairros da Grande Vitória e, abaixo, comício em Aracruz





Multidões acompanham comícios de 1986. Abaixo, caminhada em Domingos Martins com participação de Jônice Tristão e Édson Machado





Em todas partes do Estado, o povo esteve ao lado de Elcio





Convenção do PFL que indicou Elcio Alvares candidato a Governador. Ao lado, comício em Cariacica



Elcio: “Os humildes entendem a minha linguagem”





Na campanha
de 1986, com
Luiz Buaiz,
Ferraço e
Luiz Borges e,
abaixo, com
Camilo Cola





O abraço consolidou a amizade e a união política com Édson Machado, na foto acompanhado da esposa Eleonor, aparecendo ao fundo Manoel, filho de Emir de Macedo Gomes



Com Jônice Tristão, na posse no Senado em fevereiro de 1991. Abaixo, com Jônice, José Carlos Fonseca, Irene, Ulysses e Solange

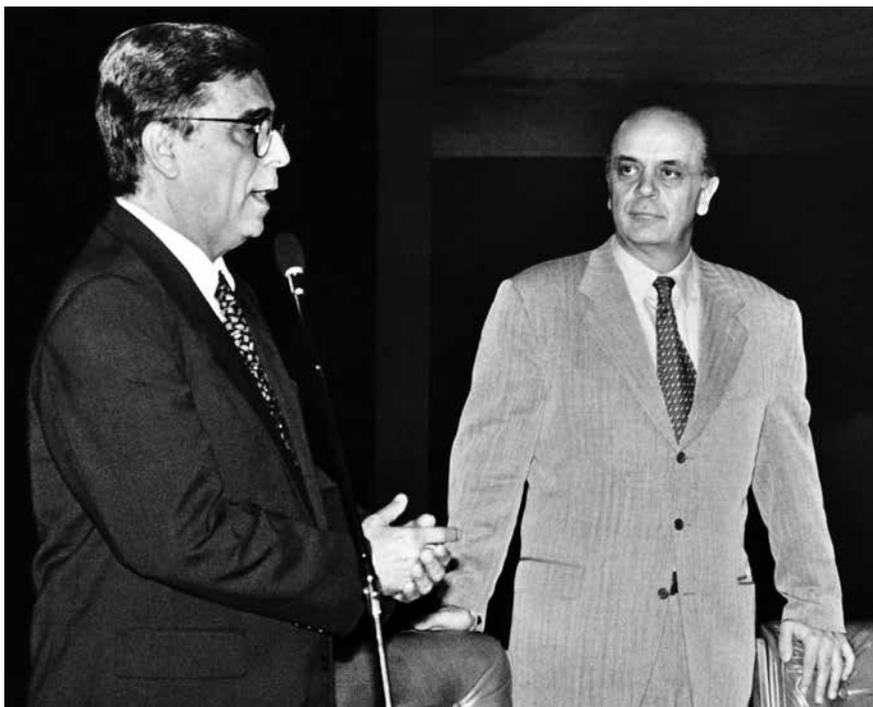




*No Plenário do Senado com José Ignácio Ferreira e Ramez Tebet.
Ao centro, com João Calmon, Esperidião Amim e outros Senadores,
e por último com Esperidião e Antonio Carlos Magalhães*



Discutindo a Ordem do Dia do Senado com Antonio Carlos Magalhães



Comunicando ao Senador José Serra que ele foi indicado para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal



No Senado, com José Sarney (acima), Hugo Napoleão, Antonio Carlos Magalhães e Lúcio Alcântara (meio) e Antonio Carlos e Romero Jucá



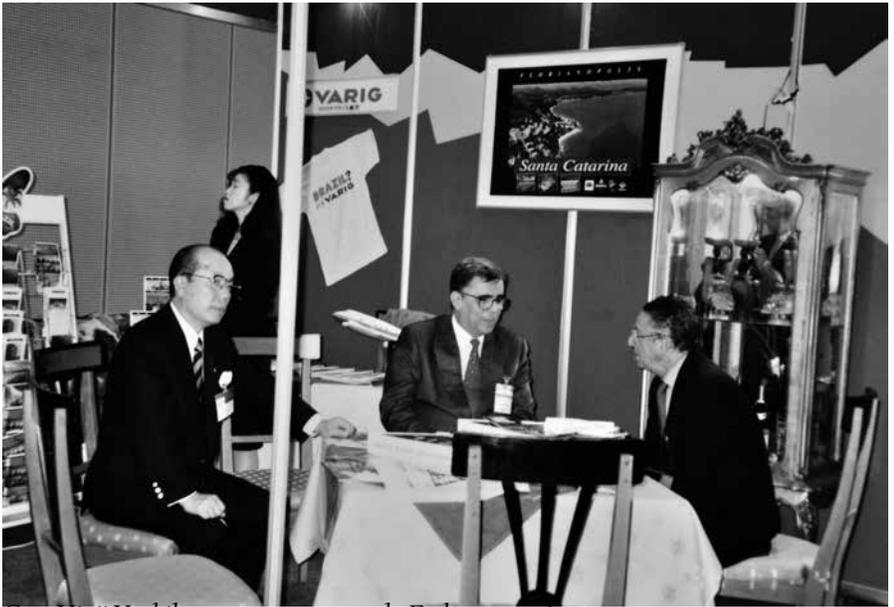
No Plenário do Senado, com José Roberto Arruda e Sérgio Machado



Presidindo a Comissão do Impeachment de Fernando Collor, junto com o Ministro Sidney Sanches e Senadores Antonio Mariz e Nelson Carneiro. E com os advogados Evandro Lins e Silva (acusação) e José Guilherme Villela (defesa)



Chegada ao Aeroporto de Osaka, no Japão, e no stand brasileiro da Feira Internacional de Turismo com Sidney Atiê, da BBTur, e Irene



*Com Kinji Yoshikawa, representante da Embratur no Japão,
e Jônice Tristão na Feira Internacional de Turismo*



Com Kinji Yoshikawa e Laerce Machado na visita a Kyoto



No castelo de Osaka com o Secetário de Turismo do MICT, Caio Carvalho, Kinji, Sidnei Atiê e Takashi Yoshikawa. Abaixo, com Kinji, Jônice Tristão, Irene, Laerce Machado e Solange Resende





*No castelo de Osaka,
com Caio Carvalho e,
ao lado, com Irene e So-
lange na visita a Nara*





*Com Irene e Kinji,
em companhia da
maiko - aprendiz de
gueixa - e sua mestr.
Ao centro, no mosteiro
budista em Osaka. Ao
lado, diante do Templo
Dourado, em Kyoto*



Convivência com Fernando Henrique Cardoso ampliou horizontes políticos



Com Fernando Henrique e o Ministro Paulo Renato em solenidade no Palácio do Planalto. Reuniões da bancada capixaba e Líderes no Congresso com FHC



Na sanção da Lei Pelé, no Palácio do Planalto. E em um momento de descontração durante festa junina, com José Roberto Arruda, Antonio Carlos Magalhães, Fernando Henrique e convidados



Com Antonio Carlos, Michel Temer e Fernando Henrique e na reunião de Líderes do Congresso com o Presidente da República



Como Ministro da Defesa, acompanhando o Presidente Fernando Henrique em solenidade militar, com participação do comandante do Exército, General Gleuber Vieira



Com amigos do Espírito Santo em jantar comemorativo da posse no Ministério da Defesa do Brasil





Visita do Governador José Ignácio e comitiva ao Ministério da Defesa (ao alto). Observada pelo empresário José Luiz Dantas a Senadora Luzia Toledo cumprimenta Elcio e, abaixo, com Sérgio Machado, Ney Suassuna e outros Senadores





Com os comandantes das Forças Armadas



Com o comandante da Marinha, Almirante Chagastelles, na Capitania dos Portos do Espírito Santo. Abaixo, com Marco Maciel, Fernando Henrique e Antonio Carlos Magalhães em solenidade militar





Em Lima, reunião com os Presidentes Alberto Fujimori e Fernando Henrique Cardoso. Abaixo, encontro bilateral entre Brasil e Peru





Junto com FHC nas comemorações de 7 de setembro em Brasília e na despedida das tropas brasileiras enviadas ao Timor Leste, com a presença de d. Ruth Cardoso e comandantes militares



Na audiência de FHC com o Presidente Carlos Menem, da Argentina



FHC entrega comenda do Mérito Militar a Elcio. Abaixo, recebendo homenagem da Justiça Militar, junto com Michel Temer, Ministro Carlos Velloso, Ministro Alberto Cardoso e Geraldo Brindeiro





Com o comandante em chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, General Charles E. Wilhelm, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso



Com FHC, na Base Aérea de Brasília



Com Fernando Henrique - no caça da FAB - na Base Aérea de Brasília



Com os comandantes militares, Michel Temer, Antonio Carlos Magalhães e Fernando Henrique em solenidade da Aeronáutica



Visita ao Presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães



Nas comemorações do 7 de setembro no Forte Apache, em Brasília



Na solenidade de mudança da Bandeira Nacional na Praça dos Três Poderes, com o Presidente e o Governador de Brasília, Joaquim Roriz



Com FHC e o Governador Jorge Viana voando para Xapuri, no Acre. Abaixo, com o Presidente em solenidade militar em Brasília.





Com o Almirante Chagastelles, comandante da Marinha



Sendo cumprimentado pelo Presidente FHC na posse como Ministro da Defesa, observado por Marco Maciel e ACM



Posse no Ministério da Defesa (acima). Solenidade militar no Forte Apache, em Brasília, e abaixo com o Vice-Presidente Marco Maciel





Com Deputados Estaduais do primeiro mandato na Assembleia



Com Carlos Lindenberg Filho, Abdo Chequer, d. Maria Lindenberg, Carlos Lindenberg Neto e o Deputado Rodrigo Chamou na homenagem à TV Gazeta



Com Carlos Lindenberg Neto na homenagem à TV Gazeta



Com os Lindenberg, ainda na solenidade da TV Gazeta



Integrantes da Mesa na homenagem aos 25 anos da TV Gazeta. Abaixo, d. Maria recebendo a Comenda Carlos Lindenberg, acompanhada do filho, Carlos





*Com Carlos Lindenberg Filho (Cariê) e Carlos Lindenberg Neto (Café).
Abaixo, entrega de comenda ao pastor Gedelti Teixeira Gueiros*





Com Paulo Hartung e Deputados Estaduais, colegas de primeiro mandato na Assembleia Legislativa. Abaixo, com Nilton e Wander Chieppe e o Secretário Neivaldo Bragatto na homenagem à Águia Branca





Ao alto: Elcio discursa em sessão solene na Assembleia. Ao meio: na Mesa, com os Deputados Marcelo Coelho, Sargento Walter, Dary Pagung e Assessor José Pimenta. Abaixo: com Hércules Silveira, Theodorico Ferraço e Luciano Pereira



Recebendo na Assembleia Legislativa, dos Deputados Marcelo Santos e Reginaldo Almeida a comenda Domingos Martins



Com os Deputados Sérgio Borges, Wanildo Sarnaglia e Paulo Roberto na Comissão de Finanças da Assembleia



Na homenagem à atleta capixaba Neymara Carvalho



Com o Deputado Marcelo Santos e o Diretor da TV Tribuna, Ricardo Uchoa, na homenagem da Assembleia Legislativa à Rede Tribuna



Com Wanildo Sarnaglia, Athayde Armani, Sérgio Borges e Paulo Roberto



Com auxiliares da Presidência: Luciano, José Pimenta, Júlio Chamun, Casa Grande, Paulo Marcos Lemos e Daniel. Abaixo, com os Deputados Ferraço, Marcelo Coelho, Rodrigo Chamoun e Givaldo Vieira





Com o Governador Paulo Hartung durante prestações de contas do Governo do Estado na Assembleia Legislativa





No Manaíma, em Domingos Martins, com o Governador Paulo Hartung e o pastor Gedelti Teixeira Gueiros



No Manaaim, com Paulo Hartung, Rômulo Penina, José Carlos Fonseca Jr. e Gedelti Gueiros. Ao lado, inauguração de leitos no Hospital Evangélico e, abaixo, novamente com Paulo Hartung





Com Sérgio Borges, Hércules Silveira e Paulo Hartung na Assembleia



No Palácio Anchieta, com José Serra e o Governador Paulo Hartung



Na Assembleia, Paulo Hartung cumprimenta seu Líder, Elcio Alvares. Abaixo, entrevista coletiva após prestação de contas, tendo ao lado o Vice-Governador Ricardo Ferraço





Com Paulo Hartung e Solange (acima) e junto com o Governador e o médico Lauro Ferreira Pinto



Após a posse na Presidência da Assembleia Legislativa, passando em revista tropas da Polícia Militar do Espírito Santo



Votando durante sua eleição para a Presidência da Assembleia



O abraço de Theodorico Ferrazo cumprimentando Elcio pela eleição unânime para presidir o Poder Legislativo capixaba



Com o Secretário Chefe da Casa Civil, José Antonio Pimentel, amigo de longa data (ao alto). Após eleição de Elcio, o Deputado Hércules Silveira cumprimenta Irene



O abraço carinhoso de Irene, após eleição para Presidência da ALES



Primeira entrevista coletiva após eleição para a Presidência



Ao alto, assumindo a Presidência da Assembleia. Ao meio, discurso de posse no cargo e, abaixo, apresentação de armas por tropas da PMES





Com a Mesa Diretora, Deputados Marcelo Coelho e Givaldo Vieira



Primeira reunião da Mesa Diretora, com participação do Deputado Rodrigo Chamoun. E devolvendo recursos ao Governador Paulo Hartung





Visita ao Procurador-Geral do Ministério Público, Fernando Zardini



*Solenidade na Assembleia com José Antonio Pimentel e Ricardo Ferraço.
Abaixo, com Carlos Eduardo Casa Grande e o Deputado Wanildo*





Na adesão da Assembleia Legislativa ao PRETE e com o Presidente do TRE, Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, e a Secretária de Comunicação, Ana Paula Garcia, na TV Assembleia



Com Ana Paula Garcia e a equipe da Comunicação da Assembleia. Abaixo, nos estúdios da TV Assembleia, com Ana Paula, Deputado Cláudio Vereza, Prefeito João Coser, de Vitória, e jornalistas





Com Paulo Hartung e Ricardo Ferraço na Assembleia Legislativa . Abaixo, na inauguração da nova TV, dentre outros, com Marcelo Coelho, Sérgio Borges, Janete de Sá, Sérgio Aboudib, Carlos Ranna, Dary Pagung e Athayde Armani





Com o Secretário Geral da Mesa, Carlos Eduardo Casa Grande. Abaixo, com o Assessor José Maria Pimenta e o o Vice-Governador Ricardo Ferraz





*Com Vicente Silveira, o idealizador do Cupim de Aço, e outros políticos.
Abaixo, na homenagem ao Dr. Milton Caldeira, padrão de servidor público*





Na fundação do PFL, com Jônice Tristão, Theodorico Ferrazo e o Ministro Hélio Beltrão. Abaixo, com José Serra, no Palácio Anchieta





Com Ricardo Ferraço e José Antonio Pimentel e em solenidade na Assembleia. Abaixo, com o Vice-Governador Ricardo Ferraço





O Clube dos 13, presidido por Eugênio Pacheco de Queiróz, contou sempre com a presença de Elcio. Ao lado, com Edgar dos Anjos e José Moraes, durante almoço do clube no Restaurante Ferrinho





A amizade com o Conselheiro Sérgio Aboudib é traduzida no abraço afetuoso



Com Sérgio Aboudib e Deputado Luciano Rezende, no lançamento do livro “O elefante que queria ser bombeiro”, escrito pelo Conselheiro



Com o Governador Renato Casagrande e o Conselheiro Rodrigo Chamoun



*Com os Desembargadores Ronaldo Gonçalves de Souza e Pedro Valls Feu Rosa - Presidente do TJES - tendo ao lado Fernando Zardini e o Presidente da AMA-
GES, Sérgio Ricardo Sousa, no retorno à atividade advocatícia, uma constante na trajetória de Elcio*



Com Jonas Porphirio, companheiro constante de lutas políticas

JORNAL DE JANC

JOSÉ A. N. DO COUTO

FOTOS E FATOS DO PASSADO



VALE A PENA VER DE NOVO

Revirando os meus arquivos de velhas fotos, encontrei esta, já publicada aqui. Mas como está tão recheada de gente importante decidi republicá-la, pois vale a pena olhar para ela novamente. A foto, de 1946, é da equipe formada por funcionários da **Rádio Espírito Santo** e foi feita antes do jogo dos radialistas capixabas contra um time da **Rádio Nacional**, que era o que é hoje a **TV Globo**. O time capixaba, que venceu por 3 X 1, era formado por (em pé da esquerda para a direita) Américo Costa, Otinho, Dario, Batinho, Maurício de Oliveira (o do violão), Elcio Alvares (já pensando em ser líder do FHC?), Frederico, José de Almeida, Derli Santos e Eugênio Poltrenieri. Agachados, ainda da esquerda para a direita: Dezinho, não identificado, José Américo,



Em pé, Vladimir Figr, Mauro, Elcio, Braguinha, Saulo, Laercio, José Carlos e, agachados, Ostílio, Joel, Campostrini e José Azeredo, da turma do Científico no Colégio Americano de Vitória



Formatura do Curso Científico do Colégio Americano, aparecendo os professores Alberto Stange e Ivo Amâncio de Oliveira. Em pé à direita, Elcio junto com os colegas de classe

ELCIO ALVARES

***Professor, Jornalista,
Advogado, Deputado Federal,
Governador, Senador,
Ministro e Deputado Estadual.
Uma vida dedicada à
causa pública. Aos 80 anos,
Elcio Alvares relembra sua
trajetória e conta sua versão
dos fatos de que participou
no Estado do Espírito Santo
e no Brasil***

